

Douglas Henrique de Souza

**Suicídios motivados pela Segunda Guerra Mundial no  
Estado do Rio de Janeiro segundo jornais cariocas  
(1939-1945)**

Assis  
2024

Douglas Henrique de Souza

**Suicídios motivados pela Segunda Guerra Mundial no  
Estado do Rio de Janeiro segundo jornais cariocas  
(1939-1945)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História e Cultura

Orientador (a): Profa. Dra. Tania Regina de Luca

Assis  
2024

S729s

Souza, Douglas Henrique de  
Suicídios motivados pela Segunda Guerra Mundial no Estado do  
Rio de Janeiro segundo jornais cariocas (1939-1945) / Douglas  
Henrique de Souza. -- Assis, 2024  
259 p. : il., tabs., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientadora: Tania Regina de Luca

1. Estado do Rio de Janeiro. 2. Suicídio. 3. Imprensa. 4. Segunda  
Guerra Mundial. I. Título.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE DOUGLAS HENRIQUE DE SOUZA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.**

Aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2024, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de DOUGLAS HENRIQUE DE SOUZA, intitulada **Suicídios motivados pela Segunda Guerra Mundial no Estado do Rio de Janeiro segundo jornais cariocas (1939-1945)**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. TANIA REGINA DE LUCA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. ZÉLIA LOPES DA SILVA (Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL - Assis, Prof. Dr. DIEGO ANTONIO GALEANO (Participação Virtual) do(a) PUC-RIO, Prof. Dr. BRUNO LEAL PASTOR DE CARVALHO (Participação Virtual) do(a) Universidade de Brasília (UnB), Profa. Dra. ANGELA MARIA DE CASTRO GOMES (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal Fluminense (UFF). Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: \_

Aprovado . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. TANIA REGINA DE LUCA



Em memória à Anne Frank, mensageira da grandeza de pessoas comuns em tempos sombrios, e a tantas outras minorias vítimas das perseguições nazifascistas, que não viram outra saída, que não a do suicídio.  
Aos ordinários que são extraordinários!

## AGRADECIMENTOS

Graças à concessão da bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2020/12734-2) pude dedicar-me exclusivamente à pesquisa e ampliar minha experiência acadêmica, tanto no país como no exterior, o que me permitiu apresentar resultados parciais do trabalho e alargar meus horizontes intelectuais.

A realização da pesquisa exigiu a consulta a diversos acervos, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Agradeço aos funcionários do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e do Arquivo Histórico do Itamaraty, pela disposição de atender as minhas solicitações e indicar caminhos, assim como aos que me receberam no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A banca de qualificação, composta pelos professores Bruno Leal Pastor de Carvalho e Francisco Linhares Fonteles Neto, fez sugestões preciosas para o desenvolvimento do trabalho. Às professoras Angela de Castro Gomes e Zélia Lopes da Silva, agradeço a participação na banca de defesa, cujas análises refinadas contribuíram para a revisão final, assim como aos professores Diego Antonio Galeano, a quem manifesto meus sinceros agradecimentos pelas orientações quanto aos acervos, e novamente ao professor Bruno, que também avaliou a versão final. O auxílio da historiadora e advogada Priscila David foi fundamental para que eu pudesse acessar os laudos cadavéricos sob guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. À professora Tania Regina de Luca, pelo brilhantismo intelectual e exemplar, que há tanto tempo me orienta a tomar as melhores escolhas. Um muito obrigado, Tania.

A meus pais, Aparecido Carlos de Souza e Vera Lúcia de Souza, que, em meio a tantos sacrifícios, sempre estiveram comigo nesta jornada e me encheram de forças para seguir em frente. Aos meus irmãos, André Luiz de Souza, Aline Aparecida de Souza e Danilo Rodrigo de Souza, pelo companheirismo e constante apoio. Ao meu tio, Sérgio Camilo Rodrigues, a minha tia, Fátima Regina de Souza Rodrigues, e a meus primos, Victor de Souza Camilo Rodrigues e Lucas de Souza Horugel, que me receberam de braços abertos em São Paulo, durante as viagens de pesquisas de campo.

Já os meus amigos e amigas, Gabriel Adan Araújo Leite, Vinicius Augusto Simão, Lucas Schuab Vieira, Wellington Durães Dias, Daniel Alves de Azevedo, Helio Perini Junior, Lucas Mateus Stringuetti, Henrique Marton Costa, Gustavo Tavares Rodrigues, e demais, ajudaram a tornar esta caminhada mais leve. À Anne Frank, que me tomou pela mão e me guiou pelos caminhos investigativos sobre a Segunda Guerra Mundial.

Uma menção especial para a minha namorada, Amanda Beatriz Riedlinger Soares, que com tanto carinho e perspicácia, acolheu minhas reflexões e foi minha musa inspiradora.

## Resumo

Prática recorrente, o suicídio instiga olhares de diversos saberes que perscrutam suas raízes e causas. É comum a referência a fatores provenientes do contexto de inserção e da esfera subjetiva do indivíduo, contudo, paira uma série de dúvidas a respeito da causa do fenômeno, que, impulsionado por situações limites da condição humana, é atribuído ao desespero e à tentativa de fuga das adversidades existenciais. Porém, é certo que sua origem não reside apenas num único móvel, mas sim numa cadeia de acontecimentos que culminam na causa mais imediata do ato derradeiro. Tendo em vista a complexidade referida, essa pesquisa objetiva analisar as tentativas de suicídios e os que efetivamente se concretizaram no Estado do Rio de Janeiro, noticiados entre 1939 e 1945 em oito jornais cariocas, cujas motivações declaradas consistiram nos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Os acontecimentos sombrios que envolviam a Europa durante o conflito repercutiam nas páginas da imprensa de outros continentes e alimentavam incertezas quanto ao futuro, além de impor mudanças drásticas nas vidas de largos contingentes de indivíduos, forçados a deixarem o Velho Continente e, carregando os traumas das perseguições, dirigirem-se rumo ao Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, capital federal de ares cosmopolita, a imprensa, subordinada à ditadura do Estado Novo, registrava os casos de atentado contra a própria vida, protagonizados, em sua maioria, por imigrantes e cuja motivação associava-se, direta ou indiretamente, ao contexto da guerra. O desafio do trabalho é o de identificar quem eram os suicidas, como eram retratados pelos jornais e avaliar o peso da conjuntura então enfrentada na decisão de colocar termo à vida.

Palavras-chave: Estado do Rio de Janeiro; Suicídio; Imprensa; Segunda Guerra Mundial.

## **Abstract**

Suicide, a recurrent practice, instigates the views of different types of knowledge that investigate its origins and causes. In this field, it is common to refer to factors from the context of insertion and subjective perspective of the individuals, however, there are several doubts concerning the cause of the phenomenon, which stimulated by extreme situations of the human condition and is attributed to desperation and the attempt to escape from existential adversities. On the other hand, its origin did not rely on a single reason, but in a chain of events that culminate in the final act, i.e. leading to death. Considering the referred complexity, this research aims to analyze suicide attempts and those that happened in the State of Rio de Janeiro, reported from 1939 to 1945 in eight newspapers, whose declared reasons consisted of the effects of the Second World War. The tenebrous events surrounding Europe during the conflict were reported by the press pages of other continents and produced uncertainty about the future, in addition to imposing drastic changes in many human lives, forcing the people to leave the Old Continent, and comes to Brazil with their traumas of persecutions. In the State of Rio de Janeiro, a cosmopolitan federal capital, the press, subordinated to the dictatorship of the Estado Novo, registered the cases of suicide attempts, mostly carried out by immigrants and whose motivation was associated, directly or indirectly, to the context of the war. The challenge of the work is to identify who were the suicidal, the way they were illustrated in the newspapers, besides to evaluate the impact of the situation faced in the decision to kill themselves.

Keywords: State of Rio de Janeiro; Suicide; Press; Second World War.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### TABELAS

Tabela 1.	Suicídios e tentativas no Distrito Federal segundo gênero (1937-1939).....	91
Tabela 2.	Quantidade de suicídios em número absoluto nas principais capitais brasileiras no triênio de 1939-1941.....	99
Tabela 3.	Perfil das tentativas e dos suicídios motivados pela Segunda Guerra, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945).....	101
Tabela 4.	Os casos selecionados e sua frequência em jornais do Rio de Janeiro (1939-1945) .....	118
Tabela 5.	Casos de suicídios motivados pelos efeitos da guerra e os de motivações suspeitas, provenientes do Instituto Médico Legal.....	123
Tabela 6.	Suicídios motivados pela deportação.....	128
Tabela 7.	Quadro de funcionários públicos punidos por acusação de envolvimento na entrada de clandestinos no Brasil.....	147
Tabela 8.	Suicídios e tentativas por motivação política.....	179
Tabela 9.	Suicídios e tentativas por ruptura familiar.....	191
Tabela 10.	Suicídios por perda de recursos.....	206

### FIGURAS

Figura 1.	Modelo de laudo cadavérico.....	25
Figura 2.	Foto de identificação do casal Egressi.....	130
Figura 3.	Foto dos cadáveres de Desiderio e Melanie Egressi.....	132
Figura 4.	Melanie, em retrato de dez anos antes da morte, e Leonora, sua filha.....	138
Figura 5.	Ficha consular emitida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros do Brasil sob nome de Maria Macy Egressi.....	139
Figura 6.	A família Grunfeld.....	140
Figura 7.	Os integrantes da organização e os imigrantes envolvidos na entrada ilegal no Brasil.....	143
Figura 8.	Henrique Schlesinger, empregado da pensão, conversando com o repórter do <i>Diário da Noite</i> .....	152
Figura 9.	Cadáver de Irma Hirschfeld no Instituto Médico Legal (IML).....	158
Figura 10.	Ficha consular de Irma Hirschfeld emitida pelo consulado-geral do Brasil em Antuérpia, 1939.....	159
Figura 11.	Ficha consular de Hugo Hirschfeld emitida pelo consulado-geral do Brasil em Antuérpia, 1939.....	160
Figura 12.	Ficha consular de Albert Hirschfeld emitida pelo consulado-geral do Brasil em Antuérpia, 1939.....	168
Figura 13.	Foto de Joseph Zolkowski na Assistência Municipal.....	176
Figura 14.	Foto de Joseph, à esquerda, detido em 1934, e foto de Joseph, à direita, publicada no <i>Diário da Noite</i> na ocasião de sua tentativa de suicídio.....	178
Figura 15.	Foto de Fred Scheip publicada na imprensa.....	180
Figura 16.	Ficha consular de Roland Hasenoehrl Schekulin emitida pelo consulado brasileiro do Chile, 1940.....	183
Figura 17.	Foto de Frederik Meissl na Delegacia de Ordem Política e Social.....	185
Figura 18.	Fotos de Wilhem Heinrinch Koepff e William Baar publicadas na imprensa.....	187

Figura 19.	Foto de Wilhem Koepff, na prisão.....	188
Figura 20.	Ficha consular de Salamon Spielman emitida pelo consulado brasileiro de Varsóvia, 1939.....	196
Figura 21.	Foto do recolhimento do cadáver de Rosa.....	197
Figura 22.	Ficha consular de Tunezo Nagano emitida pelo consulado brasileiro de Kobe, 1940.....	198
Figura 23.	Foto de João Hans Brilles publicadas na imprensa.....	202
Figura 24.	Foto da detenção de Olaf.....	203
Figura 25.	Ficha consular de Kurt Reiter emitida pelo consulado brasileiro de Berlim, 1939.....	209
Figura 26.	Fichas consulares de Albert Philips Leeuw e de Hendrina Jetta Leeuw-Brockman emitidas pelo consulado brasileiro de Buenos Aires.....	213
Figura 27.	Foto de Louis George Albert de Leeuw.....	216
Figura 28.	Foto da baroneza Cecy de Sugesser e de Isabel Marie Thérèse de Flaghhac.....	218
Figura 29.	Fotos de Marthe Perrin publicadas na imprensa carioca.....	221
Figura 30.	As células recortadas pela suicida.....	223

### **GRÁFICOS**

Gráfico 1.	Síntese esquemática das etapas da pesquisa.....	27
Gráfico 2.	Esquema acerca do suicídio, de acordo com o IBGE.....	82
Gráfico 3.	Quantidade de suicídios por número absoluto cometidos no Distrito Federal (1929-1942) .....	87
Gráfico 4.	Suicídios em números absolutos registrados no Distrito Federal por gênero 1929-1942.....	91
Gráfico 5.	Instrumentos/métodos empregados nos suicídios e tentativas no DF no biênio de 1938-1939.....	94
Gráfico 6.	Natureza das motivações das tentativas e de suicídios no DF no biênio de 1939-1939.....	95
Gráfico 7.	Faixa etária dos envolvidos nas ocorrências de suicídios e tentativas no DF no biênio de 1938-1939.....	97
Gráfico 8.	Taxa média de suicídios por 1.000 habitantes nas principais capitais brasileiras no triênio de 1939-1941.....	98
Gráfico 9.	Nacionalidade dos suicidas, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945).....	104
Gráfico 10.	Estado Civil dos indivíduos que tentaram/se suicidaram, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945).....	108
Gráfico 11.	Instrumentos/métodos utilizados, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945).....	111
Gráfico 12.	Locais em que ocorreram os suicídios, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945).....	113
Gráfico 13.	Profissões exercidas pelos suicidas, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945).....	114

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	13
<b>Capítulo 1. Em torno do suicídio</b> .....	30
1.1. Suicídio e História: diálogos interdisciplinares .....	31
1.2. Suicídio e imprensa .....	50
<b>Capítulo 2. Mapeando atentados contra a própria vida</b> .....	72
2.1. O suicídio segundo os órgãos oficiais .....	73
2.2. Perfil dos suicidas segundo jornais cariocas e laudos cadavéricos .....	99
<b>Capítulo 3. Sob o signo do medo</b> .....	127
3.1. A sombra da deportação .....	128
3.2. Vigilância policial e social .....	179
<b>Capítulo 4. O peso das perdas</b> .....	190
4.1 Ruptura familiar .....	191
4.2 Situação financeira .....	205
<b>Conclusão</b> .....	225
<b>Fontes e referências bibliográficas</b> .....	231
Fontes .....	231
Legislação .....	231
Laudos cadavéricos .....	231
Certidões de óbito, de casamento, fichas consulares, prontuários, listas de passageiros de navios .....	232
Jornais .....	237
Anuários, boletins e artigos .....	237
Música .....	238
Bibliografia .....	238
<b>Anexos</b> .....	248
Anexo I: Casos de suicídios suspeitos dos jornais do Rio de Janeiro (1939-1945) ..	249
Anexo II: Amostra parcial da catalogação dos casos de suicídios publicados nos jornais do Rio de Janeiro (1939-1945) .....	250
Anexo III: Petição encaminhada ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) .....	251
Anexo IV: Termo de autorização e responsabilidade de uso da documentação do Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro .....	256
Anexo V: Termo de responsabilidade pelo uso e divulgação de informações da documentação do Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro .....	258

## **Introdução**

A pesquisa nasceu de duas experiências que me levaram a reflexões complementares e ligadas aos meus interesses de estudo. Em relação à primeira, obtive-a no mestrado, quando investiguei uma série de crimes ocorridos na cidade de Assis/SP entre 1935 e 1939, como homicídios, lesões corporais, defloramentos, estupros, roubos e furtos etc., menos suicídios. A ausência explicava-se pelo fato de o fenômeno não fazer parte do rol de casos selecionados para o trabalho. Entretanto, ao longo das consultas aos inquéritos policiais e processos crimes, sob guarda do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), da UNESP de Assis, notei quantidade significativa de inquéritos policiais acerca de suicídios e decidi registrar a descoberta a fim de explorá-la mais a fundo no futuro.

Concluída a dissertação, voltei a dar aulas em 2018 e, neste intervalo, então, tive uma segunda experiência. Em um dos concursos públicos que prestei, ao preparar aula teste sobre a Segunda Guerra Mundial, reli o *Diário de Anne Frank*. A obra, cuja primeira leitura eu havia feito na adolescência, dessa vez despertou-me conexão profunda com a autora. Famosa por expressar os dilemas pessoais e os efeitos do contexto tenebroso durante o qual esteve confinada por quase dois anos com a família e amigos no chamado Anexo Secreto, Anne Frank inspirou-me a enxergar uma poderosa forma de resistência. Dentre tantas outras protagonizadas pelas minorias ao longo da história, ela transformou seu duro cotidiano em memória, um dos últimos recursos que lhe restava: cultivar as reminiscências da liberdade arrancada à força. Minha admiração pelo seu legado tomou tal proporção nessa releitura, que me motivou a viajar para Holanda e para Alemanha, em dezembro de 2018, com a intenção de visitar os lugares onde a jovem viveu.

Sem nunca haver realizado uma viagem internacional, fui sozinho e encorajado pelo propósito proveniente da leitura, conheci vários museus em Amsterdã, como a *Anne Frank House*, o *Joods Historichs Museum* e o *National Holocaust Museum*, além de consultar alguns documentos, por mera curiosidade, no *City Archives Amsterdam*, visitar a casa onde Anne morava antes de esconder-se, no bairro de *Mewerdeplein*, e o campo de concentração de *Bergen-Belsen*, local de sua morte e da irmã, Margot, próximo à cidade de Celle, no interior da Alemanha.

Logo, ao retornar para o Brasil, comecei a relacionar a temática do suicídio com a Segunda Guerra Mundial, ao passo que, valendo-me do método de análise das fontes policiais em contraponto aos impressos, tal como fizera no mestrado, decidi por procurar os casos do fenômeno na imprensa paulistana, ao invés de restringir-me à cidade de Assis. Assim, assinei o jornal *O Estado de São Paulo* para acessar o banco de dados digital e

inicie a leitura sistemática dos números. Não demorei para verificar as frequentes referências a notícias de suicídios, que ocorriam na capital federal, motivados pelos efeitos do confronto, o que me levou a consultar os periódicos cariocas pertencentes ao acervo da Hemeroteca Digital, nos quais identifiquei e listei os casos aqui estudados.

A escolha do Estado do Rio de Janeiro justifica-se pela sua centralidade enquanto porta de entrada de imigrantes em fuga do continente europeu. Núcleo do poder decisório,<sup>1</sup> a capital federal era o local em que os impactos da guerra não poderiam deixar de se fazer sentir. Já a imprensa, por sua vez, estava entre as mais importantes do país, com títulos diversificados, cujas páginas tratavam de política, mas não deixavam de abrir espaços para notas acerca de assassinatos, fatos escabrosos, suicídios, os chamados *faits-divers* que ajudavam a incrementar a vendagem.

Nas garras da censura ditatorial do Estado Novo, os jornais expressavam em suas páginas as máximas e os valores do regime, ao que se somava o extenso noticiário sobre os eventos na Europa, consumida pela guerra e que, pelo menos até fins de 1942, parecia dobrar-se ao nazismo. Os principais jornais remeteram seus correspondentes para a *front*, ao que se acrescentavam as muitas notícias provenientes das agências internacionais, e do rádio, meio de comunicação ainda relativamente recente e que foi motivo de preocupação, sobretudo, depois que o Brasil optou por entrar no conflito ao lado dos Aliados. Notícias abundantes, mas pouco capazes de dar ao leitor comum o quadro extremo de perdas sofridas por largos contingentes e que extrapolavam qualquer limite

---

<sup>1</sup> Cabe observar que durante mais de um século, entre 1835 e 1975, a cidade de Niterói foi a capital da província e do Estado do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, em patamar administrativo superior, foi nomeada Município Neutro da Corte em 1834 e depois Distrito Federal em 1891, anos que marcaram sua transformação em sede do governo brasileiro até à transferência para Brasília, em 1960. Nessa conjuntura, na visão de Marieta de Moraes Ferreira, a proeminência da cidade do Rio de Janeiro em relação à Niterói dividiu as identidades regionais do território fluminense. A autora, ao analisar as discussões travadas na assembleia legislativa sobre a organização administrativa dos núcleos urbanos na Primeira República, salientou que, apesar do *status* de capital estadual deferido naqueles anos, Niterói não exerceu o protagonismo esperado. Os projetos políticos de alcance nacional, encabeçados pela cidade do Rio de Janeiro, prevaleceram sobre o poder decisório delegado ao município em suas cercanias, o que desestimulou acordos independentes entre as lideranças regionais para o crescimento socioeconômico da localidade. Somado a isso, acrescenta Marieta, tal quadro refletia-se no tratamento discriminatório das elites urbanas cariocas em relação à cidade de Niterói, considerada reduto provinciano e afluyente de costumes retrógrados, diametralmente oposta à cidade do Rio de Janeiro, suposta representante da modernidade brasileira, cujos traços cosmopolitas a credenciavam na dianteira das últimas tendências culturais e de oportunidades de trabalho e renda. Posteriormente, segundo a autora, não houve maiores mudanças: “Após 1930 não houve modificações substanciais para a situação política de Niterói. É verdade que desapareceram os argumentos que desqualificavam sua posição como capital, mas permaneciam as afirmações sobre os malefícios trazidos pela proximidade do Distrito Federal.” FERREIRA, Marieta de Moraes. A cidade como centro político. In: MARTINS, I. L.; KNAUSS, P. (Orgs.). *Cidade múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói: Niterói livros, 1997, p. 93-94.

material. Dentre os leitores/ouvintes estavam os imigrados, que encontravam motivos de sobra para cultivar uma visão pessimista quanto ao porvir.

Fossem indivíduos recém-chegados que buscavam refúgio das perseguições de regimes totalitários ou dos que aqui já haviam fixado residência, mas que, por motivos os mais diversos, decidiram libertarem-se dos sofrimentos causados pela guerra que parecia não ter fim,<sup>2</sup> tal decisão, resultado das duras experiências vivenciadas na Europa ou no território nacional, tornava-se uma nota na imprensa, não raro redimensionada de forma simplista e impregnada de/por juízos de valor, segundo as especificidades sócio-históricas daquela conjuntura. Para os objetivos aqui perseguidos, é fundamental levar em conta o contexto de recepção dos imigrantes, que enfrentavam dificuldades de toda ordem, como bem destacaram Maria Luiza Tucci Carneiro e Fábio Koifman,<sup>3</sup> que se debruçaram sobre a farta documentação acerca da política migratória do regime de Getúlio Vargas.

Portanto, sem ignorar o tabu que cercava o suicídio na primeira metade do século XX (e que de certo modo ainda vigora na contemporaneidade),<sup>4</sup> trata-se de perceber como os periódicos noticiaram os suicídios, levando em conta as estratégias narrativas utilizadas num contexto de intolerância generalizada ao redor do mundo. Aliás, tendo em vista este pano de fundo, Albert Camus, em reconhecida obra sobre a questão publicada em 1942, sublinhou a amplitude do enraizamento desse mal-estar frente ao “absurdo” constatado na existência humana, esvaziada de sentidos na modernidade.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Diante da brutal repressão do governo alemão contra os judeus, alguns se suicidaram ao se darem conta da impossibilidade de escapar: “Em 1943 uma senhora judia-alemã, cuja filha residia em São Paulo, suicidou-se na Alemanha ao receber a notícia de que não lhe seria permitida a entrada no Brasil em cumprimento à legislação em vigor.” CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Op. cit.*, 1995, p. 78.

<sup>3</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995. KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

<sup>4</sup> Para George Minois, já no oitocentos, é possível afirmar a existência do silenciamento em torno do suicídio nas civilizações ocidentais. Embora a decisão de pôr fim à vida demandasse incontornável atenção da sociedade, não estava em questão subscrever sua prática: “No século XIX o debate é encerrado: ser ou não ser é uma questão inconveniente, inoportuna e chocante. Portanto, silêncio. Sim, o suicídio existe, as estatísticas o comprovam amplamente; porém, se é possível tentar explicar suas origens, legitimá-lo está fora de questão. O suicídio é uma doença mental, moral, física e social. Pelo menos quanto a isso as autoridades políticas, religiosas e morais estão de acordo.” MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*. São Paulo: UNESP, 2018, p. 400.

<sup>5</sup> Nas palavras de Albert Camus: “O cansaço está no final dos atos de uma vida mecânica, mas inaugura ao mesmo tempo o movimento da consciência. Ele a desperta e desafia a continuação. A continuação é o retorno inconsciente à mesma trama ou o despertar definitivo. No extremo do despertar vem, com o tempo, a consequência: suicídio ou restabelecimento. Em si, o cansaço tem alguma coisa de desanimador. Aqui, eu tenho de concluir que ele é bom. Pois tudo começa com a consciência e nada sem ela tem valor. Essas observações não têm nada de original. Mas são evidentes: por ora isso é suficiente para a oportunidade de um reconhecimento sumário das origens do absurdo. A simples “preocupação” está na origem de tudo”. CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016, p. 13.

Apesar das diferentes perspectivas de análise buscarem alertar a respeito da nocividade associada ao ato de atentar contra a própria vida, é obvio que nenhuma teoria foi capaz de erradicar o fenômeno e nem o circunscrever completamente.<sup>6</sup> O suicídio reveste-se de um caráter especial em relação às demais violências tipificadas em lei, pois envolve condições muito particulares, ou seja, os dramas vividos pelas pessoas que tentaram ou consumaram o ato compreendem, na maioria das vezes, uma cadeia de acontecimentos motivadores nem sempre reduzível à causas unilaterais.

Sem descartar a influência de fatores culturais, psicológicos e mesmo patológicos, no caso dessa pesquisa, há que se considerar a situação vigente em âmbito nacional e internacional, que podem ter atuado como elemento importante para a decisão de indivíduos que consideravam impossível continuar a viver nas condições a que estavam submetidos. A imprensa desempenha nesse esforço papel muito importante. Por um lado, as notícias sobre suicídios permitem verificar os preceitos sociais, que implícita ou explicitamente, cercavam essa decisão, desde que se observem a forma de noticiar, os adjetivos mobilizados e os valores expressos no texto. De outra parte, os periódicos, realizam um processo de escolha e filtragem da realidade social, não o fazem de modo neutro, também mantém relação com o poder, sobretudo, num contexto marcado pelo controle da informação, como foi o período do Estado Novo. Assim, é preciso considerar que, por vezes, as razões da decisão prendiam-se às dificuldades colocadas pela burocracia do Estado aos estrangeiros, o que o permite supor que nem sempre se tratava de relatar todas as nuances que envolviam os casos.

A imprensa, submetida às normatizações ditatoriais impostas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, estava cerceada em seu campo de atuação, ainda que o controle absoluto tenha sido mais uma idealização dos ocupantes do poder do que uma realidade incontestada. Se o suicídio era prática reprovável nos círculos médicos e políticos

---

<sup>6</sup> No século XXI, entre os anos de 2000 e 2016, o suicídio foi estimado como uma das três principais causas de morte no mundo entre jovens de 15 a 29 anos de idade, superando as taxas por homicídio, guerra, câncer e malária, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). O problema demanda estratégias urgentes por parte de governos e organizações transnacionais. No Brasil, um dos esforços nessa direção têm sido campanhas do Ministério da Saúde que fornecem material didático para o entendimento do problema, enquanto que, no âmbito da sociedade civil, iniciativas como do Centro de Valorização da Vida (CVV), instituição filantrópica fundada em São Paulo em 1962, disponibiliza uma central de atendimento a pessoas que pensam em terminar com a própria vida. Entretanto, em que pese tais iniciativas, as taxas revelam um quadro de aumento de 7% de suicídios a cada 100.000 habitantes no país entre 2010 e 2016. World Health Organization. *Suicide in the world: global health estimates*. Switzerland: 2019, p. 7. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/suicide-in-the-world>.

e, segundo os debates da época, passível de ser imitado,<sup>7</sup> nada mais previsível do que esperar, por parte do aparelho repressor do Estado, o controle na difusão de casos na imprensa. Se os jornais, encarados como órgãos públicos pela constituição de 1937, deveriam priorizar a educação das massas e não apresentar condutas reprováveis, era evidente o papel da imprensa na formação moral do seu público. Contudo, na prática, fica nítido que o controle não chegava a esse nível, como revela a pesquisa nos periódicos cariocas, aspecto destacado e analisado em detalhes.

No entanto, avesso à acepção presente nos impressos, o Estado brasileiro encarava a morte voluntária como agente propulsor de desordem social, o que exigia ações para coibi-lo. Na esteira das políticas públicas de cunho higienista, voltadas para os cuidados da saúde da população, o suicídio requeria campanhas de caráter profilático, que visavam, além de repreendê-lo, esquadrihar seus focos epidêmicos em regiões consideradas de altos riscos, ou seja, principalmente nas cidades, com destaque para a capital do país.

Os resultados da pesquisa assinalam que essas ações do poder público não tiveram grande eficácia, não apenas em vista dos casos já levantados, mas da grande quantidade de ocorrências ligadas a outros fatores que não a guerra. De toda forma, o discurso insistia no mal a ser erradicado ao mesmo tempo em que deixava patente os limites, fossem das propostas científicas ou das governamentais.

Assim, ancorado num arcabouço metodológico capaz de conjugar as múltiplas facetas do objeto, o trabalho está em sintonia com as propostas da História Cultural, com o uso da imprensa inspirado no conceito de “circuito da comunicação”, tal como proposto por Robert Darnton.<sup>8</sup> Desvelar o trajeto da produção da palavra impressa, da redação, onde se encontra o editor-chefe que envia o repórter a cobrir determinado acontecimento, e este, ao retornar, passa o relato documentado aos revisores do texto sob o olhar do editor da seção, num ambiente hierárquico e atravessado pela competição profissional, seguindo a linha editorial orquestrada pelo proprietário, até as mãos do leitor, que apreende o produto final por meio das experiências culturais de seu tempo histórico, permite entrever

---

<sup>7</sup> Estudados em minha pesquisa de mestrado, os relatórios produzidos pela polícia do Estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940 fornecem pistas a respeito das discussões sobre o tema. Ao reforçarem o posicionamento repressor da instituição no tratamento da difusão de suicídios pela imprensa, o que leva a crer hipoteticamente que não foi algo exclusivo da segurança pública paulista, citava alienistas renomados da escola francesa do século XIX, como Cesare Beccaria, Jean-Étienne Esquirol e Jean-Pierre Falret, além de brasileiros contemporâneos no século XX, como um dos precursores da medicina legal no país, Agostinho José de Souza Lima, e o desembargador, Paulo Passalacqua. SOUZA, Douglas Henrique de. *Páginas policiais na imprensa assisense (1935-1939)*. Dissertação (Mestrado em História). Assis, SP: FCL/UNESP, 2018, p. 118-119.

<sup>8</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 71-80.

como a realidade social é recriada nas lides jornalísticas, contribuindo para a formação da opinião pública.

Trata-se também de colocar de lado os grandes feitos e fatos para olhar para as pessoas comuns, os invisíveis tal como vistos pelo filtro dos jornais. Como destaca Prost: “As maneiras de falar não são inocentes, e a língua que se fala estrutura as representações do grupo a que se pertence ao mesmo tempo em que, por um processo circular, dele resulta.”<sup>9</sup>

Nesse sentido, em relação às fontes, a pesquisa desdobra-se no estudo de oito jornais cariocas, acrescentado *O Radical* (1932-1943) na análise de alguns dos casos, disponibilizados em formato digital no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: *A Noite* (1911-1964), *Diário da Noite* (1929-1961), *Gazeta de Notícias* (1875-?), *O Jornal* (1919-1974), *Jornal do Comércio* (1827-2016), *Correio da Manhã* (1901-1964), *Jornal do Brasil* (1891-2010) e *Diário de Notícias* (1930-1974). Como primeiro passo, o esforço consistiu na identificação dos casos por meio do sistema de palavras-chave que, ao permitir a varredura da palavra “suicídio” na íntegra, toda e qualquer ocorrência relacionada ao termo foi quantificada, o que se constituiu em ponto de partida para a seleção dos casos.

Em seguida, procedeu-se à sistematização das notícias dos suicídios segundo a amostra do modelo da ficha de catalogação encontrada no Anexo II, a qual, primeiramente, anotou-se o nome do suicida, data, causa, título da notícia, localidade no jornal, tamanho (curto, médio e extenso) e resumo da narrativa, síntese de dados que, posteriormente, complementou-se com os informes do gênero, idade, nacionalidade, profissão, religião e dia/período, como compilados na Tabela 3, analisada no corpo do texto. Após a leitura de cada um dos casos, procurou-se mapear suas repetições no conjunto dos jornais a partir dos nomes dos envolvidos (Tabela 4), o que demandou eventuais leituras de números inteiros saídos em datas alteradas do dia do suicídio, visto que nem sempre a notificação era dada de maneira simultânea entre as folhas, e a ferramenta de busca por não obter sucesso absoluto na identificação automática dos nomes do suicidas, pois estes ao tratarem-se em grande parte de grafias estrangeiras, eram passíveis de erros e variações quando escritos nos periódicos. Assim, a atenção desdobrou-se também na verificação dos diferentes nomes e sobrenomes designados ao mesmo suicida, traçando-se comparações de suas trajetórias e antecedentes noticiados

---

<sup>9</sup> PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 130.

para checar-se a alusão ao mesmo indivíduo. Dificuldade vencida pelo levantamento meticuloso de cada uma das diferentes grafias dos nomes mencionados entre os jornais, o procedimento realizou-se de forma individual para cada um dos casos, excetos aqueles de causas suspeitas.

Catalogados em sua totalidade, os suicídios confirmados, sob a perspectiva da imprensa, como tendo por motivação os efeitos da guerra foram apresentados em gráficos, que evidenciavam o significado do fenômeno na imprensa carioca, além de não se descartar os considerados suspeitos, organizados em tabela específica, reproduzidas no Anexo I. Há que se ressaltar que as notícias policiais não se constituíram no único conteúdo extraído dos jornais. Matérias que discutiram os variados aspectos do fenômeno, localizadas em diversos espaços fora das seções policiais, também integram a análise.

Tão importantes quanto as fontes jornalísticas são as produzidas pela polícia, como os inquéritos e relatórios estatísticos da instituição, apesar de não haver sido possível localizar o conjunto, especialmente no que respeita aos inquéritos policiais. Ainda que alguns deles tenham sido publicados parcialmente nos jornais, como nos casos do casal Egressi e de Wilhem Koepff, é preciso observar que os mesmos reúnem as hipóteses dos agentes encarregados de averiguar o fato, depoimentos das testemunhas e demais envolvidos na cena, o que demandam igualmente cautela por parte do historiador. Tais arquivos são permeados, em teoria, pela busca da verdade, segundo a ótica investigativa e os discursos das autoridades e testemunhas, recolhidos segundo os protocolos da repartição da Segurança Pública. A série de questionamentos proposta pelos que interrogavam e as anotações das respostas dos declarantes podem estar eivadas de intenções, consciente ou inconscientemente, discriminatórias e preconceituosas, mascaradas pela obstinação da montagem do quebra-cabeça factual, no qual o tom laudatório em relação à instituição responsável por todo o processo também se faz presente.

É preciso considerar a natureza peculiar do suicídio, cuja solução depende da causa, porém, não é raro que o fato ocorra sem deixar pista esclarecedora, a exemplo de cartas explicativas. Nesses casos, as únicas fontes tornam-se os próprios relatos das pessoas que conviveram com o falecido e dos agentes policiais. O peso adquirido pelas falas registradas no inquérito torna-se, então, significativo para o deslindamento da ocorrência, que destituído de explicações de qualquer gênero, acaba por ficar restrito ao

domínio subjetivo das autoridades, a começar pela figura do delegado, que nas palavras de Mariza Corrêa:

O delegado não se limita a informar a existência de um crime e as medidas adotadas pela polícia; vai além e explicita uma versão própria do acontecido – implícita mesmo quando os relatórios são breves, através da escolha dos fatos e testemunhas que merecem registros.<sup>10</sup>

Dessa forma, guardadas as devidas diferenças nos estatutos dos jornais e dos arquivos policiais – com os primeiros se revestindo de linguagem espetacularizada, que intenciona ganhar público, enquanto nos segundos a preocupação técnica-científica com a investigação dá origem a escrita pragmática – o contraponto de ambas as fontes é fundamental, pois pode fazer emergir os embates, as resistências e os consensos negociados pelas instâncias envolvidas no evento. Ademais, tal confrontação pressupõe a “(...) análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.”<sup>11</sup>

Posto isso, em vista da falta dos inquéritos e relatórios policiais, principalmente devido à desorganização do acervo do Arquivo Nacional (AN),<sup>12</sup> onde nada de útil foi possível localizar a respeito da documentação originária da repartição, dispus-me a procurar alternativas que mitigassem as lacunas. No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), consultei documentação pertencente ao fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro, organizada em fichários nominativos produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Na oportunidade, identifiquei de antemão – a partir de prontuários, fotografias e informações registradas em fichas do Partido Comunista – as passagens de 4 indivíduos envolvidos nos casos de suicídio em estudo, tanto entre

<sup>10</sup> CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 43.

<sup>11</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 141.

<sup>12</sup> No Arquivo Nacional, o acervo relativo ao tema, especificamente entre 1939 e 1945, segundo a base de dados do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), forneceu a identificação de apenas dois inquéritos de suicídios, que não corresponderam aos casos levantados, e nenhum registro acerca dos relatórios de polícia. Em vista da dificuldade, procedeu-se à leitura dos fichários pertencentes às 1ª, 6ª, 7ª, 8ª e 20ª Varas Criminais e antigas Pretorias do Rio de Janeiro, que recobrem delitos diversos do fim do século XIX ao início do XX, nem sempre especificados. Organizadas em ordem alfabética por sobrenome dos envolvidos nas ocorrências, as muitas fichas estavam conservadas em quatro armários, cuja consulta constituiu-se em tarefa árdua. Apesar da insistência, o esforço foi infrutífero: apenas um dos casos em estudo foi localizado, o de Isaac Kauffmann, cujo acesso não foi possível, pois o documento estava sob os cuidados dos arquivistas. Além disso, consultei o material proveniente do Ministério da Justiça dividido em nove latas de maços documentais numeradas em séries (41, 116, 198, 274, 339, 340, 402, 473 e 517) e conservadas no fundo do Gabinete Civil da Presidência da República (1930-1945). A busca não logrou o sucesso esperado, uma vez que encontrei, em grande parte, telegramas, memorandos, pedidos de indultos e projetos de leis, conjunto de escritos distante dos objetos de investigação aqui visados.

aqueles cujas motivações relativas à guerra foram confirmadas como outros ainda suspeitas: Isaac Kauffmann, Ernest Guenther Roese, Josef Zolkowski e Frederik Meissl. Acrescente-se que, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontrei documentação referente ao prontuário de Manfred Kruger, da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, que guarda relação com o suicídio do casal Egressi. Já no Arquivo Histórico do Itamaraty, por sua vez, localizei requerimentos de entradas no Brasil das famílias Heller, Hirschfeld e Hasenoehrl, cujos sobrenomes constam entre os suicidas estudados. Contudo, não houve tempo suficiente para a leitura do restante da documentação, pela reforma do espaço físico do arquivo, iniciado em dezembro de 2023 e ainda não concluída.<sup>13</sup> Desta feita, realizei pesquisas na base de dados do *FamilySearch*, que revelou documentos civis dos indivíduos, como fichas consulares, certidões de óbitos e de casamentos, digitalizados pelo Arquivo Nacional.

No que se refere à falta dos relatórios sobre as estatísticas oficiais do fenômeno, obtive êxito, pelo menos em parte, graças ao material produzido por órgãos da área da saúde e do então recém-fundado IBGE. Do sítio eletrônico da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE),<sup>14</sup> do Estado de São Paulo, utilizei três *Anuários de Bioestatística* (1929-1932; 1933-1938; 1939-1941), dois *Boletins Estatísticos* (1945; 1946) e dois *Anuários Gerais* (1939-1940; 1941-1945). Já do acervo físico da Fundação Biblioteca Nacional vali-me da *Sinopse Estatística do Brasil de 1938*. Desses materiais, extraí a quantidade de casos de suicídios ocorridos no Distrito Federal, em números absolutos, com suas especificações por gênero, entre 1929 e 1942, por tentativas entre 1937 a 1939, por meios empregados, por natureza das causas e por idade no biênio de 1938-1939, e em porcentagem média de suicídios face a quantidade de habitantes, por meio do quadro comparativo entre a cidade do Rio de Janeiro e outras capitais brasileiras estabelecido para o triênio 1939-1941. Os recortes indicados explicam-se pelo fato de haver me deparado com dados fragmentados, pois além de pertencerem a distintas instituições, com padrões de organização e critérios diversos, conheceram interrupções no decorrer do período estudado. Assim, não foi possível coletar dados de suicídios relativos ao período de 1943 a 1945, os quais nem mesmo foram encontrados nem consulta realizada na biblioteca do IBGE.

---

<sup>13</sup> Os caminhos trilhados por Mônica Raisa Schpun nortearam essa empreitada. SCHPUN, Mônica Raisa. *Justa, Aracy de Carvalho e o resgate de judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>14</sup> Vide: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/#3> .

Contendo grande volume de informações acerca das atividades econômicas, culturais, policiais etc., a níveis nacional e internacional, nem sempre os anuários traziam estatísticas sobre suicídios. Desse variado conjunto de fontes, sistematizei os montantes registrados em cada uma delas e somei os números, caso mantivessem dados regulares ao longo dos anos, como no caso dos *Boletins Estatísticos*, que os ordenavam por semestre, e em parte dos *Anuários de Bioestatística* que, por os possuírem de alguns quesitos apenas para anos isolados, foram integralizados por biênio. Foram excluídos da amostra dois volumes do *Anuários gerais*, relativos aos anos 1936 e 1938, em razão da má qualidade da digitalização.

Além deste material, incorporei dois números da *Revista Brasileira de Estatística*, relativos aos anos de 1942 e 1943, editados pelo IBGE, três volumes da *Estatística policial-criminal do Estado de São Paulo* (1939; 1940 e 1941), e dois números da publicação *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* de 1940 e de 1941, nos quais eram divulgados os debates científicos que deram pistas sobre como o problema do suicídio inseria-se nos discursos institucionais, todos em formato digital. Nesse último aspecto, somam-se os livros que se apresentam como de análises científicas do suicídio, consultados na Biblioteca Nacional, a exemplo do ponto de vista da Medicina, de Quintino Castelar da Costa, publicado em 1927, do Direito, de Roberto Lyra, de 1935, e da Antropologia, de Florival Seraine, de 1936.<sup>15</sup>

A impossibilidade de consultar documentos tornou-se crítica no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, frente à descoberta de outro fundo depositado na instituição, com grande potencial: o do Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro. Nele, a partir de uma base de dados disponibilizada pelo arquivo, descritiva dos laudos cadavéricos produzidos pelo instituto entre 1907 e 1965, localizei os exames de 13 (39,3%) nomes dos 33 casos confirmados de suicídios motivados pelos efeitos da guerra e mais 14 (35%) dos 40 nos quais há suspeita de que a motivação tenha sido o conflito. Ao finalizar a tarefa no sistema de busca, prontamente solicitei a consulta dos mesmos, pedido, entretanto, negado pelo arquivo. A justificativa fornecida respaldou-se na Lei de Acesso à Informação nº 12.527, item I, parágrafo 1º do artigo 31,<sup>16</sup> na qual, dentre outros termos,

---

<sup>15</sup> COSTA, Quintino Castellar. *Do suicídio e sua profilaxia*. Tese da Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Tipografia Castello Branco, 1927; LYRA, Roberto. *O suicídio frustrado e a responsabilidade dos criminosos passionais*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1935; SERAINE, Florival. *Considerações sobre o autocídio*. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1936.

<sup>16</sup> Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Presidência da República, Casa Civil. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)

restringia o acesso aos documentos devido à natureza das informações pessoais registradas, argumento que, no meu ponto de vista, era insuficiente para negar o acesso. Ainda que fosse compreensível a atitude amparada no dispositivo legal, que regulamenta o “(...) acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar de sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem (...)”,<sup>17</sup> há de se observar que, na sequência do artigo, apesar disso, valida-se o acesso a quem tivesse a “(...) previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.”<sup>18</sup> Neste caso, a lei estipula que a abertura seria concedida automaticamente, sem precisar da autorização, se o objetivo da consulta servisse “à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem.”<sup>19</sup>

A partir dessa interpretação, formalizei a intenção acadêmica à responsável pela coordenação de acesso à informação do arquivo, Sheila Almeida da Silva. Porém, frente à minha contínua insistência, o caso foi levado ao setor jurídico e, por último, às mãos do diretor geral da instituição, Antonio Joaquim Proença. A situação se arrastou durante meses, tendo se iniciado em 24 de março de 2022. As negativas sucediam-se até que, no dia 7 de julho de 2022, a permissão foi concedida mediante um último recurso, planejado com a orientadora: apresentei uma petição, formulada pela advogada Priscila David Domingos, nº OAB/SP 260.421, também doutora e historiadora egressa da FCL/Assis, na qual se argumentava sobre a importância do acesso à documentação e a sua exequível plausibilidade por meio do próprio instrumento legal, como consta-se no Anexo III. Com a petição enviada em 1 de julho de 2022, meu pedido foi deferido seis dias depois, resposta, entretanto, que poderia ter sido dada bem antes, ficando evidente que somente com o procedimento jurídico a instituição deliberou-a. O atraso e o dispêndio de energia seriam evitados se a postura do arquivo fosse minimamente flexível e atendesse à lei. Na Figura 1, segue-se o modelo de uma das autópsias obtidas.

---

<sup>17</sup> *Ibidem.*

<sup>18</sup> *Ibidem.*

<sup>19</sup> *Ibidem.*

Figura 1: Modelo de laudo cadavérico

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL  
 INSTITUTO MEDICO LEGAL  
 RELATORIO DE AUTOPSIA

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
 Medico: Dr. Roberto de Araujo e Wilson Miller

Genero da morte \_\_\_\_\_ requisição \_\_\_\_\_  
 Especie do exame \_\_\_\_\_ procedencia \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_  
 Cidre \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_ nacionalidade \_\_\_\_\_  
 Profissao \_\_\_\_\_ estado civil \_\_\_\_\_

Residencia \_\_\_\_\_

*(The following text is mostly illegible due to redaction and fading, but it appears to be a detailed medical description of the autopsy findings.)*

Fonte: Laudo 54770, fundo Instituto Médico Legal, APERJ.

No entanto, como se pode ver, há marcações em tarjas brancas, ou seja, as informações pessoais dos indivíduos foram retiradas, o que também criou obstáculos na identificação de cada um deles e empobreceu a descrição médica contida no laudo, uma vez que estas seriam úteis na comparação com as que saíam nos jornais. Por outro lado, salienta-se que, apesar disso, a tão citada lei da informação que embasou a atitude do arquivo é inócua, pois pode-se identificar de quem se tratava em razão do que saiu nos jornais, tornando ainda mais despropositado o argumento, haja vista, que conforme os anexos IV e V, preenchi os termos de responsabilidade nos quais firmava o compromisso ético de manter o anonimato dos indivíduos na tese. Dessa forma, analisei os laudos cadavéricos em termos estatísticos, ao pontuar as principais características físicas dos suicidas, preservando suas identidades.

Apresentadas as muitas dificuldades para localizar os documentos e ter acesso aos mesmos, os resultados alcançados pelo trabalho, articulado por essas diversas fontes, trazem, no capítulo 1, uma revisão dos principais marcos historiográficos no estudo do suicídio, de modo a esclarecer os pressupostos teóricos desenvolvidos no campo em que a presente abordagem dialoga. Em meio ao desenvolvimento de metodologias próprias da História na análise do objeto, pode-se afirmar que a imprensa desempenhou papel importante nesse processo, também contemplado nesta parte, ao se assinalar algumas

pesquisas demonstrativas da contribuição dos jornais, dos quais, aliás, em seguida, construiu-se a representação do fenômeno relacionado à Segunda Guerra Mundial no Rio de Janeiro naqueles anos.

No capítulo 2, desvela-se a frequência estatística acerca do suicídio na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e no início de 1940, tanto a partir dos dados produzidos pelos órgãos oficiais como dos casos motivados pelos efeitos da guerra e publicados na imprensa carioca. O levantamento é acompanhado pela análise das condições de produção do material numérico e dos discursos institucionais em torno do ato, e encerrado pela formulação do perfil físico dos suicidas, com base nos laudos cadavéricos provenientes do Instituto Médico Legal (IML). As autópsias deixaram pistas acerca das singularidades biológicas pertinentes a cada um dos indivíduos em questão, e revelaram uma mudança nos quesitos da avaliação médica dos corpos que ali chegavam. Esta, por sua vez, ocorrida de maneira emblemática, inserida no plano maior da ação das instituições brasileiras, cuja imagem pública não passou ilesa diante de fatos ocorridos nas suas dependências e das duvidosas versões da polícia e do Instituto Médico Legal a respeito dos suicídios do casal judeu Egressi.

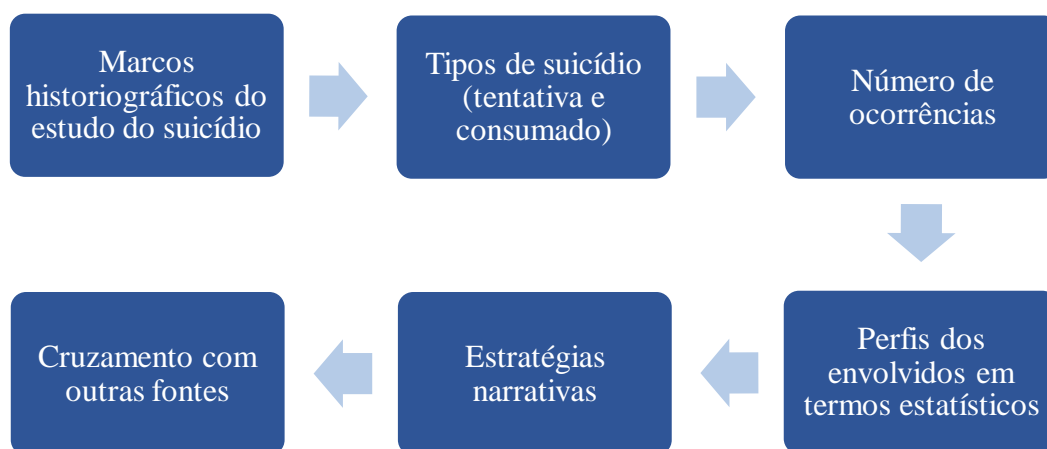
Já os capítulos 3 e 4, intitulados “Sob o signo do medo” e “O peso das perdas”, respectivamente, foram organizados a partir do esforço de tentar formular uma tipologia capaz de dar conta da natureza das causas alegadas nos jornais. A classificação constituiu-se apenas em uma proposta de leitura, dentre outras possíveis. É preciso não perder de vista o caráter complexo e multifacetado do suicídio, assim, o objetivo foi o de investigar de que maneira os jornais construíram as notícias e, sempre que possível, contrapor a narrativa apresentada a outras fontes. Várias motivações se fizeram presentes em único caso, mas a ideia foi identificar a que recebeu maior destaque na imprensa e foi apresentada ao público como móvel do ato. Não se trata de determinar a verdadeira causa de cada um dos suicídios, tarefa inglória, uma vez que, no caso específico dessa pesquisa, a fonte é um discurso jornalístico construído sobre o fato. Ademais, o olhar do leitor e sua subjetividade desempenham papel importante no esforço classificatório, sempre parcial e sujeito a revisões. Os elementos apresentados como motivadores não expressam a real condição do indivíduo, cabendo lembrar que os jornais divulgam informações incompletas e até mesmo errôneas, conforme se terá oportunidade de destacar. Sem pretender, portanto, estabelecer versão única e definitiva dos fatos, a pesquisa enseja contribuir para a compreensão dos discursos produzidos em conjuntura bastante específica.

Dito isso, o terceiro capítulo investiga seis casos, que tornam patentes os juízos de valores acerca dos imigrantes judeus, expressos de forma mais ou menos explícita nos jornais, conforme se elucida no decorrer do texto. Em comum, as ações dos sujeitos foram apresentadas como motivadas pelo medo da deportação do Brasil para seus países de origem na Europa, que estavam envoltos pela névoa obscura dos extremismos totalitários em marcha no conflito. A preocupação estendeu-se a indivíduos considerados suspeitos de participarem de atividades políticas proibidas no país. Na segunda parte do capítulo, são apresentados cinco casos relacionados aos efeitos da pressão política, fosse por conta da vigilância policial ou social, decorrentes de ideais abraçados por estrangeiros e pelo único brasileiro que compõem a amostra.

No quarto capítulo, por sua vez, foram reunidos casos descritos como resultantes de perdas familiares, com dezesseis ocorrências. A chegada ao Brasil estava longe de significar a preocupação apenas com a subsistência material, havia que enfrentar o peso do desenraizamento, resultante da perda dos vínculos afetivos, o que se constituía em traumas e padecimentos, com consequências para a estabilidade emocional. Adicione-se, ainda, as dificuldades financeiras, outro aspecto insistentemente sempre mencionado pelos jornais, uma vez que os bens adquiridos ao longo da vida e mesmo de gerações tinham que ser deixados para trás. O pessimismo em relação ao futuro acentuava-se com o andamento inicial da guerra, que parecia favorável aos nazistas.

Feitas as considerações estruturais do texto, pode-se observar com maiores detalhes abaixo no Gráfico 1, o itinerário analítico executado na tese.

Gráfico 1: Síntese esquemática das etapas da pesquisa



Fonte: Elemento gráfico elaborado pelo autor, a partir dos objetivos da pesquisa.

Retratados nos impressos, os dramas de pessoas afetadas pelos conflitos em solo europeu, mas que já viviam desse lado do Atlântico, tornavam próximos os sofrimentos, os desafios e perigos que, pelo menos em tese, localizavam-se em terras distantes. Sem esquecer os preconceitos e a negatividade que envolvia a condição de imigrado, num momento em que o debate sobre quem era e quem não era desejável ocupava a agenda do país. Cabe questionar se, nas narrativas jornalísticas, os efeitos da Segunda Guerra Mundial foram apresentados como justificativa para as mortes voluntárias e se a intolerância étnico-cultural, transformada em drama pessoal, ocupou lugar nas explicações da imprensa. Igualmente relevante é verificar se nas notícias se pode identificar sinais de compaixão para com o sofrimento vivenciado pelas vítimas do conflito. A análise detida dos casos de suicídio revela como a questão era apresentada nos jornais e o lugar que o atentado contra a vida ocupava nos discursos científico e político, o quanto as dificuldades do suicida eram explicitadas e até que ponto a realidade estampada nas folhas corroboravam a imagem de um país acolhedor e dotado de senso humanitário em tempos tão sombrios. Estas questões são importantes, uma vez que o suicídio catalisa as contradições do homem moderno de forma trágica. A partir do suicídio de Stefan Zweig, os holofotes da opinião pública voltaram-se para os efeitos nefastos do conflito, mas cabe perguntar se a mesma comoção foi compartilhada quando se tratava de pessoas comuns. Nem todos os suicidas desfrutavam do prestígio e da admiração que envolvia o escritor austríaco,<sup>20</sup> que se suicidou em 1942 com sua mulher, Charlotte Elisabeth Altmann. O respeito da intelectualidade brasileira e a repercussão que teve o fato, não foram suficientes para aplacar a dor, e o fato é recorrentemente lembrado, situação bem diversa de muitos outros, homens e mulheres, que permaneceram silenciados e soterrados pela poeira do tempo, até a presente pesquisa.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Planeja-se tratar do suicídio de Stefan Zweig na conclusão da tese, com a finalidade de se estabelecer um quadro comparativo com os perfis do restante dos casos. Sobre a trajetória de um dos maiores escritores da língua alemã no século XX, vide: DINES, Alberto. *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

<sup>21</sup> Salienta-se, ainda, que o fato dos casos selecionados guardarem relação com o contexto da guerra e suas consequências para os que residiam no Brasil, põe a refletir sobre os alcances da devastação gerada pelas circunstâncias envolvidas no conflito. Não podemos esquecer, que as discussões acerca da preservação da memória do Holocausto têm enfrentado oposições negacionistas que ganham força ao disseminarem suas ideias na contemporaneidade com o uso das variadas tecnologias da informação, a exemplo de sítios eletrônicos como o *Metapédia*. A presente pesquisa, portanto, vem a contribuir também para a defesa da construção do saber histórico pautado no rigor científico a respeito do tema, contra a bandeira levantada pelos negacionistas. Vide: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet: o caso da “Metapédia – a enciclopédia al-ternativa”. Assis: *Faces da História*, v. 3, nº 1, p. 5-23, 2016.



## **Capítulo 1. Em torno do suicídio**

Nesse capítulo, o desafio diz respeito à inserção do suicídio nos quadros da historiografia, tendo em vista o diálogo interdisciplinar da História com a Sociologia, a Psicanálise e a Antropologia, nos termos demandados pela denominada Nova História, em meio ao processo de transformações epistemológicas da disciplina, que valorizou a imprensa como fonte profícua para o estudo do fenômeno. Objetivou-se compreender o caminho historiográfico aberto pelas análises que abordaram as mortes voluntárias, em diversos recortes temporais e sociais. No caso específico da pesquisa, trata-se de verificar as representações de suicídios relacionados à Segunda Guerra Mundial, tal como figuraram na imprensa carioca.

### **1.1. Suicídio e História: diálogos interdisciplinares**

O estudo do suicídio constitui-se em frente investigativa recente no campo historiográfico se comparado à atenção dispensada ao fenômeno pelas áreas da saúde e por outras disciplinas das humanidades, como a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia que, pelo menos desde o século XIX, jogam luz sobre o problema ao desnudarem as influências do desequilíbrio psíquico, das anomias sociais, das dimensões culturais e do ambiente no comportamento melancólico do indivíduo, que o aparta da luta existencial a favor da vida. Responsáveis por grande parte dos trabalhos produzidos sobre o tema, tais interpretações inspiraram a produção atual que não cessa de se diversificar e ganhar cada vez mais espaço no mundo acadêmico.

Uma das linhas argumentativas pioneiras nessas discussões consiste na explicação do suicídio a partir de sua dimensão social, tida como atuante nas suas causas por meio das contradições presentes no funcionamento das estruturas coletivas fixadas em torno do indivíduo. Em 1846, Karl Marx em *Sobre o suicídio* chamou a atenção justamente para estes aspectos da questão.<sup>22</sup>

Ancorada no livro do policial francês Jacques Peuchet (1758-1830), que compilou as experiências em torno do suicídio registradas na delegacia de Paris no início do século XIX, e do qual Marx reproduziu vários excertos, a obra não se constitui, a rigor, num tratado científico. A partir do conjunto de ocorrências comentadas por Peuchet, Marx analisou as causas sociais dos suicídios cometidos na França entre os anos de 1817 e

---

<sup>22</sup> O ensaio somente foi traduzido para o inglês em 1975 e para o português em 2006. Tal fato talvez possa ser explicado por se tratar de uma obra de juventude, que permaneceu relativamente pouco estudada. MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

1824, tendo em vista criticar os costumes da sociedade burguesa. O intelectual alemão relacionou a decisão de suicidar-se ao impacto do controle hierárquico patriarcal exercido na intimidade dos lares, ou seja, procurou avaliar a ausência de liberdades individuais no âmbito privado, entendida como evidência das contradições do sistema capitalista. Não à toa, dos quatro casos analisados, três foram protagonizados por mulheres.

Incumbidas principalmente dos afazeres domésticos, elas saíam das sombras de seus pais, maridos e filhos e apareciam como agentes históricos, capazes de revelar os embates no interior das famílias burguesas. A intenção declarada de Marx, ao dar destaque para os suicídios femininos, quantitativamente minoritário entre os registrados por Peuchet, era denunciar a sujeição das mulheres e o caráter opressor da moral burguesa, contra a qual se opunha.<sup>23</sup> As causas dos suicídios, ou seja – a perda da virgindade, a servidão doméstica e o aborto – reverberavam estigmatizações duradouras do universo feminino, e indicavam contradições típicas dos valores burgueses, uma vez que colocavam em questão o imaginário da família enquanto instituição, desvelando práticas sociais que perpetuavam a dominação exercida sobre as mulheres, num momento, em que o trabalho nas fábricas ocupava grande quantidade de mão de obra infantil e feminina. Se a mulher era admitida como força de trabalho, não tinha direitos no âmbito público e tampouco no privado, circunstâncias que ajudariam a compreender os atentados contra a própria vida.

Em outras palavras, além da desigualdade de gênero, Marx chamou a atenção para as mazelas que assolavam a vida cotidiana das pessoas comuns, provocadas pela escassez de moradias e alimentos, que não atenderiam às necessidades básicas de sobrevivência das classes desprovidas. Frutos da ordem social excludente importada pelo capitalismo, o individualismo e a competição exacerbados minavam o espírito comunitário de ajuda mútua, e o sujeito, confrontado com dificuldades para manter a si e a sua família, era presa fácil do estado melancólico. Crises de desespero, com a miséria batendo à porta, a despeito das muitas horas trabalhadas, davam margem a desequilíbrios emocionais e atitudes autodestrutivas. Ainda que as classes abastadas fizessem crer que as ações filantrópicas destinadas aos trabalhadores seriam suficientes para aparar as injustiças sociais e diminuir a frequência dos suicídios, Marx argumentava que tais práticas eram insuficientes para a resolução do problema, que demandava reformas profundas, pois:

---

<sup>23</sup> Para o ano de 1824, Peuchet indica o total de tentativas e de suicídios cometidos, métodos empregados e motivações, números de casos que chegaram a 239 para os homens e 132 para as mulheres. MARX, Karl. *Op. Cit.*, 2006, p. 51-52.

(...) até que ponto a pretensão dos cidadãos filantropos está fundamentada na ideia de que se trata apenas de dar aos proletários um pouco de pão e de educação, como se somente os trabalhadores definhassem sob as atuais condições sociais, ao passo que, para o restante da sociedade, o mundo tal como existe fosse o melhor dos mundos.<sup>24</sup>

Vê-se que, em meados do século XIX, apesar da preponderância do discurso médico, que associava o ato à problemas mentais, outros fatores eram levados em conta. Depois de Marx, foi a vez de Émile Durkheim seguir na investigação do viés social do fenômeno com a publicação, em 1897, de *O suicídio: estudo de Sociologia*. Tida como obra de referência, que aportou novas bases teórico-metodológicas sobre o objeto, foi, ao longo do século XX, recorrentemente retomada como inspiração por inúmeros especialistas. Ainda que tenham surgido críticas em relação à desmedida confiança nos dados estatísticos, o autor colocou elementos que ultrapassaram as explicações médicas até então predominantes e acentuou a importância das tensões entre o indivíduo e a vida em sociedade, abrindo outros horizontes analíticos.

Coube a Durkheim sistematizar a leitura sociológica do suicídio a partir do conceito de fato social, definido pelas normas e valores que nutriam a coesão das relações humanas em sociedade. A morte voluntária surgiria nos limites deste sistema, diante do enfraquecimento do senso de coletividade, resultado da quebra dos laços de solidariedade e dos códigos de conduta, processo que culminava com o aniquilamento do sentido da existência.

Nessa ótica, a causa do suicídio poderia ser desvendada a partir da análise dos níveis de integração do indivíduo na sociedade. A dependência das condutas individuais, em face das normatizações coletivas, revelaria o papel da interação sujeito-ambiente nas motivações da morte perpetrada contra si mesmo. Os métodos estatísticos, por sua vez, seriam capazes de ordenar e traçar o perfil de três categorias: o altruísta, quando o ato era cometido pela extrema integração social do sujeito, que anulava sua individualidade em prol do bem coletivo; o egoísta, cuja atitude era motivada pela desintegração social, que fragilizaria o elo de pertencimento do indivíduo ao grupo de sua convivência e o levaria a se isolar; e a anômica, derivada de crises políticas e socioeconômicas que abalariam a visão de mundo do indivíduo, sucedendo num ceticismo extremado diante de transformações radicais.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>25</sup> Os três suicídios tipificados por Durkheim – o altruísta, o egoísta e o anômico – entrecruzam-se por características psicológicas que podem se justapor em um único caso. Ao completar cem anos de publicação da obra em 1997, Everardo Duarte Nunes realizou balanço dos debates resultantes das análises do sociólogo

A tipologia das forças motrizes propostas por Durkheim não deve, porém, ser apreendida como um quadro fixo de causalidades, pois é importante lembrar a intensidade subjetiva do ato, acompanhado de múltiplas variáveis, muitas das quais não decifráveis. Durkheim tampouco ignorou a marca pessoal do suicida e ressalva que ela pode escapar ao olhar sociológico: “Cada suicida confere a seu ato uma marca pessoal que expressa seu temperamento, as condições especiais em que ele se encontra, e que, por conseguinte, não pode ser explicada pelas causas sociais e gerais do fenômeno.”<sup>26</sup>

Singularidade lacunar que, ao mesmo tempo, convida às interlocuções pluridisciplinares, pois a impenetrabilidade do componente pessoal mencionado por Durkheim expressa o imponderável envolvido na montagem do quebra-cabeça das circunstâncias que culminariam no suicídio, ela abre a possibilidade de diálogo com diferentes áreas do saber.

Nas Ciências da Saúde, por exemplo, parte das pesquisas continuaram a levar em conta a tradição durkheimiana, ao buscarem responder se a frequência dos suicídios tenderia, de fato, a cair durante as guerras, em razão justamente da maior integração social do indivíduo em função da conjuntura, que exigiria esforços contra as ameaças enfrentadas. Em termos epidemiológicos, estudos como os de David Lester, Mugtaba Osman e Rob Henderson,<sup>27</sup> verificou-se que durante as guerras mundiais as taxas de suicídio reduziram na França, na Irlanda e na Escócia, respectivamente, o que corroborava a tese de Durkheim.

No entanto, a interpretação sociológica não desfrutou de unanimidade nos círculos científicos, tanto que, no alvorecer do século XX, a nascente Psicanálise demarcava terreno ao retomar a influência psíquica na ação suicida, em contraposição à confiança sociológica e aos dados estatísticos que soavam como quase infalíveis.

---

francês e destacou que ele não dissocia uma causa da outra: “Coloca em evidência que os tipos sociais que propõe correspondem aproximadamente a tipos psicológicos. Assim, ao suicídio egoísta corresponde apatia e secundariamente melancolia; ao altruísta, energia passional ou voluntária e sentimento do dever; ao anômico, corresponde irritação, desgosto e como variedade secundária, queixas contra a vida etc. Há, ainda a possibilidade de tipos mistos combinando os três tipos elementares.”. NUNES, Everardo Duarte. O Suicídio – reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, nº 14, p. 7-34, 1998.

<sup>26</sup> DURKHEIM, Émile. *O suicídio*: estudo de Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 356.

<sup>27</sup> LESTER, David. Suicide rates before, during and after the world wars. *European Psychiatric*, 1994; LESTER, David; YANG, B. The influence of war on suicide rates. *The Journal of Social Psychology*, 2001; HENDERSON, Rob; STARK, Cameron; HUMPHRY, Roger W.; SELVARAJ, Sivasubramaniam. Changes in Scottish suicide rates during the Second World War. *BMC Public Health*, v. 6, 2006; OSMAN, Mugtaba; PARNELL, Andrew C. Effect of the First World War on suicide rates in Ireland: an investigation of the 1864-1921 suicide trends. Cambridge, *BJPsych Open*, v.1, 2015.

Merece destaque *Luto e Melancolia*, de Sigmund Freud, ensaio publicado em 1917,<sup>28</sup> no qual o autor conceituou a melancolia como condição intermediária da atuação dos mecanismos do inconsciente humano, que pode culminar no suicídio. O estado melancólico, caracterizado pela apatia generalizada para realizar as atividades cotidianas e pela imersão numa tristeza cujas origens nem sempre são dadas a conhecer, desintegra o eu do indivíduo numa contínua redução de sua autoestima, resultado da experiência traumática da perda do objeto amado. A consequência dessa ruptura definitiva com a pessoa, o lugar ou qualquer outro objeto que era capaz de incitar o sentimento de identidade projetado para fora de si, agora não mais acessível, subjetiva uma angústia que estimularia o sujeito a voltar-se contra si próprio, com o intuito de eliminar o objeto ainda representado internamente. A dificuldade de se desvincular e aceitar tal perda decorre do investimento libidinal que acompanha o melancólico e o impede de vivenciar o luto que selaria o desligamento. A consequência seria um eu cindido e em luta, o que poderia terminar no suicídio.

A marcha destrutiva que conduziria à morte, segundo a explicação psicanalítica de Freud, não se resumiria ao aniquilamento de si, mas também em colocar fim ao objeto causador do declínio e da subjugação da vitalidade psíquica.<sup>29</sup> O eu transforma-se em objeto e, numa relação sádica de hostilidades dirigidas contra si próprio, não se reconhece mais como sujeito moralmente íntegro, pois se encontra confundido com o que foi perdido. A morte não é o fim desejado, antes o que está em jogo é a fuga do desespero imposto. Nesse estado, o indivíduo pode fantasiar motivos para justificar a sua tomada de decisão, como evocar crenças acerca de melhores perspectivas no pós-morte ou sentimentos altruísticos, segundo os quais sua falta supostamente traria benefícios àqueles com quem convivia, mas a causa efetivamente impulsionadora continuaria adormecida nos recônditos do inconsciente. Mais tarde, em 1920, Freud acrescentou a hipótese da luta entre duas forças no interior da esfera instintiva: as pulsões de morte e de vida.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Sigmund Freud analisou o suicídio em diversos momentos, tanto que antes mesmo da publicação de *Luto e Melancolia*, o psicanalista debruçou-se sobre a questão em outras oportunidades. Sobre a evolução histórica de seu pensamento, vide: PARREIRA, Vera Toste. *O suicídio em Freud*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada). Rio de Janeiro: ISOP/Fundação Getúlio Vargas, 1988.

<sup>29</sup> Nas palavras do fundador da psicanálise: “A análise da melancolia mostra agora que o ego só pode se matar se, devido ao retorno da catexia objetal, puder tratar a si mesmo como um objeto – se for capaz de dirigir contra si mesmo a hostilidade relacionada a um objeto, e que representa a reação original do ego para com objetos do mundo externo.”. FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia*. São Paulo: Lebooks, 2020, p. 24.

<sup>30</sup> PARREIRA, Vera Toste. *Op. cit.*, 1988, p. 10.

O pensamento de Freud, ancorado na correlação entre a melancolia e as tendências autodestrutivas, inspirou outros tantos estudos nas décadas subsequentes.<sup>31</sup> Aliás, a Psicanálise e a Sociologia tomaram a dianteira nas reflexões sobre a natureza do suicídio, enquanto em outras áreas predominaram trabalhos esparsos, voltados a contextos específicos, sem maior aprofundamento teórico. No entanto, cabe destacar a contribuição da Antropologia que, na contramão das análises da prática no Ocidente, ateu-se ao suicídio nas sociedades ditas primitivas.

Em *Crime e costume na sociedade selvagem*, livro publicado em 1926, o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski, ao investigar, durante a década de 1910, a estrutura dos princípios normativos que alicerçavam a coesão social dos *Trobriand*,<sup>32</sup> dedicou um capítulo à observação do suicídio inscrito nos costumes da tribo. Ao invés de tratá-lo como ato ameaçador à ordem estabelecida e/ou resultante da desintegração moral e psíquica do indivíduo, o autor percebeu que o grupo o mobilizava enquanto elemento conciliador no âmbito das relações sociais, pois consideravam o suicídio instrumento regulador de graves desvios. Assim, caso a honra, valorizada no seio da comunidade, fosse afrontada, a solução do imbróglia poderia ocorrer mediante o ato de tirar a própria vida, atitude que tinha efeitos reparadores na reputação do indivíduo. Veja-se o exemplo da jovem Bomawaku:

(...) que estava apaixonada por um jovem de seu próprio clã e que tinha um pretendente oficial aceitável, por quem não se interessava. Bomawaku vivia em seu *bukumatula* (dormitório de solteira), que o pai construiu para ela, e ali recebia seu amante ilícito. O pretendente descobriu o caso, insultou-a em público; com isso, ela se vestiu festivamente, enfeitou-se, subiu em um coqueiro, pôs-se a chorar e dali saltou.<sup>33</sup>

Jogar-se de um coqueiro ou ingerir veneno mortal eram os dois principais métodos empregados para pôr término à vida. O ato de Bomawaku foi motivado pela exposição vergonhosa causada pelo descumprimento das expectativas femininas. Ao ser insultada

---

<sup>31</sup> A título de exemplo, vide: STENGEL, Erwin. *Suicide and attempted suicide* (Studies in Social Psychology). London: Macgibbon & Kee, 1965; CASSORLA, Roosevelt Moisés Smeke. *Do suicídio: estudos brasileiros*. Campinas: Papirus, 1991; MENNINGER, Karl. *Eros e Tânatos: o homem contra si próprio*. São Paulo: IBRASA, 1970. Acrescenta-se que na Psicologia estabeleceu-se uma área de pesquisa especializada no estudo do objeto, a Suicidologia, fundada pelo norte-americano Edwin S. Shneidman (1918-2009).

<sup>32</sup> Malinowski conviveu com os nativos das ilhas de *Trobriand*, do arquipélago australiano, em torno de dois anos, quando aprendeu a língua local, familiarizou-se com práticas culturais e documentou sua rotina em diários e anotações, depois publicadas. Munido do método etnográfico, o antropólogo concluiu que todos os rituais da tribo objetivavam atender às necessidades básicas da sobrevivência humana, ideia que, mais tarde, deu origem à teoria do Funcionalismo no campo antropológico. YOUNG, Michael W. O Jásão da Antropologia: vida, obra e legado de Bronislaw Malinowski. *Encyclopédie internationale des histories de l'anthropologie*. Paris: Beroze, 2018.

<sup>33</sup> MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília: UNB, 2003, p. 75.

publicamente, a pressão tornou-se insuportável, a ponto de a morte ser a opção possível para evitar constrangimentos decorrentes da violação dos ditames sexuais. Nesse contexto, o suicídio não acarreta a rotura no seio comunitário, pelo contrário, sem assumir a condição de tabu ou atacar o zelo religioso pela vida, restabelecia a ordem quebrada entre os *Trobriand*. O suicídio encerrava, portanto, o preço a ser pago para quem se dispusesse a livrar-se da acusação que lhe fora imputada. Mais do que prova de arrependimento, estava subjacente a manutenção dos costumes do povoado, que ultrapassavam questões de natureza individual, nem que fosse necessário o autossacrifício para restaurar a antiga ordem.

A experiência vivenciada no campo pelo antropólogo aponta caminho diverso da perspectiva de Freud e Durkheim, quer seja como acontecimento corolário da perda não superada do objeto na esfera psíquica ou da desagregação dos laços de solidariedade comunitária. Averso a essa explicação, o antropólogo atesta a funcionalidade do suicídio nas condutas radicadas no coletivo tribal, em dissonância dos ideais de repulsa engendrados na cultura ocidental. Ponto de vista também defendido por Fernanda Marquetti,<sup>34</sup> que, ao investigar suicídios ocorridos no ambiente urbano, ressaltou o quanto o fenômeno passou a ser, cada vez mais, presenciado por terceiros em espaços públicos, o que expôs a morte voluntária para além dos círculos privados das residências e hospitais, configuração que se opõe à ideia de silenciamento da morte vigente no Ocidente.

As interpretações díspares no interior das diferentes disciplinas não impedem que se estabeleça diálogo com a História. No que respeita ao objeto de estudo da presente pesquisa, é possível entrecruzá-lo com as reflexões provenientes de cada uma delas. Da Sociologia, torna-se particularmente útil a categoria de “anomia”, que permite compreender a Segunda Guerra Mundial como o acontecimento contingente propulsor dos suicídios estudados; da Psicanálise, a teorização do processo subjetivo de ressignificação da perda ajuda a elucidar as pistas deixadas pelos suicidas nas cartas ou nos testemunhos de terceiros sobre as justificativas do ato; e da Antropologia, a perspectiva atenuadora da reprovação social do suicídio nos *Trobriand*, convida a perguntar se, em determinados períodos históricos marcados por sofrimentos extremos, a exemplo do vivenciado durante a guerra, houve certa tolerância em face de suicídios cometidos como modo de fugir dos efeitos devastadores do conflito.

---

<sup>34</sup> MARQUETTI, Fernanda. *O suicídio como espetáculo na metrópole*. São Paulo: UNIFESP, 2022.

Visitar, então, as principais obras que abordaram, sob diferentes perspectivas, o fenômeno, leva a refletir sobre as matrizes epistemológicas que os explicaram, o que demanda esforço para além das fronteiras disciplinares. A História, por sua vez, pode contribuir com a apreensão dos significados que o ato adquiriu ao longo do tempo e em conjunturas particulares, a exemplo da que marcou a Segunda Guerra Mundial, fornecendo pistas de como se desenrolaram as relações entre a vida e a morte, as responsabilidades individuais e coletivas, e as intervenções discursivas na coibição ou não da prática, implicações pulverizadas no imaginário social corrente da época. Cabe averiguar o lugar ocupado pelo suicídio na historiografia que, a partir das décadas de 1970 e 1980, não foi esquecido e traria sua contribuição aos estudos sociológicos, psicanalíticos e antropológicos.

Já no que respeita especificamente à historiografia, pode-se afirmar que o interesse pelo suicídio se relaciona com as mudanças teórico-metodológicas aportadas pela Nova História Cultural. De início, a História das Mentalidades, levada a cabo, sobretudo, pela Terceira Geração dos *Annales*, a partir de 1969 sob a liderança de Jacques Le Goff, motivou autores da escola francesa, como Philippe Ariès e Michel Vovelle, a colocarem em perspectiva histórica as práticas ritualísticas diante da morte. Na década de 1970, em *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, Philippe Ariès desvendou as percepções construídas socialmente sobre o fim da vida entre a Idade Média e a Modernidade e elencou cinco tipos representativos das imagens do fenômeno, conforme as singularidades de cada fase histórica: a morte domada; a morte de si mesmo; a morte longa e próxima; a morte do outro e a morte invertida.<sup>35</sup> Já Michel Vovelle, em *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort aux XVII et XVIII siècles*, discutiu as transformações das atitudes coletivas diante da morte durante os séculos XVII e XVIII no sul da França, momento em que o iluminismo colocava em xeque as interpretações sobrenaturais e a Revolução Francesa promovia a ascensão das interpretações seculares acerca da morte, em dissonância às teorias escatológicas da Igreja.<sup>36</sup>

No Brasil, coube a João José Reis, em 1991, com o famoso *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, abordar historiograficamente os sentidos da morte, o que o fez a partir da análise da revolta denominada cemiterada.

---

<sup>35</sup> ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

<sup>36</sup> VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Gallimard-Julliard, 1974.

Ocorrida na Bahia em meados do século XIX, as causas giraram em torno da insatisfação dos moradores de Salvador contra o monopólio de uma entidade privada sobre o lugar onde aconteceria o enterro dos indivíduos que ali vinham a óbito.<sup>37</sup> Foi apenas em 2014 que o morrer na guerra recebeu atenção detida da historiografia nacional, a partir da tese de doutorado de Adriane Piovesan, que analisou o significado da morte entre os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB).<sup>38</sup> Em meio ao século XX, marcado pela deflagração de conflitos que elevaram em larga escala a mortandade nos campos de batalhas, a atitude diante da morte se modificou e, segundo a autora, a preocupação em identificar os soldados caídos em combate fortaleceu o culto cívico da morte no Brasil.

Embora a prática do suicídio não fosse o cerne da investigação desses autores, a análise dos impactos e dos significados da morte, partilhados por diferentes sociedades e épocas, contribuíram para colocar na cena historiográfica a questão das sensibilidades humanas frente ao término da vida. Filão relevante, o suicídio interage com os imaginários coletivos sobre a morte, na perspectiva da longa duração.

Assim, ao lado dos trabalhos sobre a morte, inspiradores do ponto de vista teórico e metodológico, o estudo do suicídio foi particularmente impulsionado graças à aproximação da disciplina com a Antropologia, o que possibilitou incluir novos objetos nas análises, dar atenção a hábitos e costumes cotidianos, a exemplo das relações entre a cultura erudita e a cultura popular, sexualidade, alimentação, infância e a própria morte. Diálogo interdisciplinar enriquecido com a noção de representação, dos conceitos de mentalidade, ideologia e imaginário, a Nova História Cultural estabelecia seus pilares na interpretação do universo simbólico manifesto na realidade histórica. As renovações alargaram o rol de fontes utilizadas para além dos limiares oficiais, como leis, atas eleitorais e estatísticas demográficas, e chegaram à esfera da vida privada do indivíduo, como diários, cartas, jornais, fotografias familiares, obras literárias e testamentos.

Tais pressupostos, há de se ressaltar, sucederam-se face às transformações no campo da História Social, que também contribuíram para o estudo da temática, ao reduzir a escala das investigações para o plano da chamada micro história, no lugar de análises que privilegiavam as classes como protagonistas dos processos históricos. As práticas sociais passaram a compor horizonte mais concreto a ser perscrutado pelos historiadores,

---

<sup>37</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>38</sup> PIOVESAN, Adriane. *Morrer na guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967)*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

ao que se deve acrescer a questão das identidades e das trajetórias individuais e familiares. Aliado ao viés cultural, o social, portanto, permite evidenciar a dinâmica da interação entre os diversos grupos, o que contribui para alterar a percepção sobre a morte, de acordo com parâmetros que pautam a vida moral idealizada do indivíduo em sociedade.

Não por acaso, o suicídio tem recebido crescente atenção nas últimas três décadas na área de História. Exemplo disso são trabalhos que abordam o fenômeno, respaldados por variadas fontes, como tratados científicos, provenientes de diversas áreas do saber; a imprensa; os anuários demográficos e estatísticos; os inquéritos policiais e os relatórios oficiais, que deixam entrever a percepção do Estado diante do problema, e ainda, as cartas deixadas pelos próprios suicidas, equivalentes a relatos autobiográficos.

Dentre os primeiros historiadores a abordar o suicídio está o inglês Richard Cobb que, em 1978, sem tratar a questão de maneira exclusiva, dedicou parte de sua obra, baseada na análise dos registros de mortes violentas do necrotério de Paris, a identificar os perfis socioeconômicos dos suicidas naquela cidade entre 1795 e 1801. Sem se aprofundar nas motivações, Cobb alertou que tirar a própria vida incorre em causas tanto de natureza individual como coletiva e que talvez nunca possam ser completamente elucidadas pelo historiador, pois, a prática define-se pelo “(...) most private and impenetrable of human acts.”<sup>39</sup> Por outro lado, os relatos de testemunhas que viram a cena e os pormenores comumente registrados nas investigações policiais ou nas barras dos tribunais, fornecem pistas importantes, como os arquivos dos Juizes de Paz utilizados por Cobb. Estes, ao descreverem minuciosamente as condições físicas dos cadáveres dos suicidas recolhidos, por vezes encontrados com vestes remendadas, davam indícios da origem social humilde, elemento que fazia as autoridades públicas naturalizarem a escolha dos falecidos pelo autoaniquilamento por conta da miséria na qual estavam. Conclusão geralmente reproduzida pelo senso comum, o autor adverte, todavia, que tal convicção poderia ser equivocada, uma vez que também havia a possibilidade de o dado revelar o esforço do indivíduo em cuidar da própria aparência, manter-se apresentável minimamente nos parâmetros das formalidades sociais nos lugares por onde circulava, o que contrastaria com a suposta imagem de abandono motivadora à naturalização do ato nas classes pobres segundo a visão das autoridades. O suicida, então, pertencente a esses baixos estratos sociais, ainda prezava pelo cuidado talvez auxiliado por familiares ou amigos que o acolhiam afetivamente e dispensavam-lhe razões a continuar em vida. Isto

---

<sup>39</sup> COBB, Richard. *Death in Paris: the records of the Basse-Gedle de la Seine*. London: Oxford, 1978, p. 101.

é, a deflagração do ato pode se concretizar acompanhada pela vontade de viver do suicida.<sup>40</sup>

Detalhes que não devem passar despercebidos pelo crivo analítico do historiador, a documentação sobre os suicídios arrolada nos intercursos dos poderes policiais e judiciários reúne uma série de informações, hipóteses e intenções que permanecem nas entrelinhas, úteis às instituições públicas, religiosas e científicas que tentam explicações convincentes e esclarecedoras do fenômeno. Nesse caso, o suicídio aparece como uma das modalidades tipificadas da morte que atrai para si ações de controle efetivadas tanto ostensivamente, por meio de instrumentos legislativos, como veladamente, por meio de juízos de valor capazes de (des)legitimá-lo pelo senso comum dominante, itinerário explorado pelo historiador francês George Minois.

Referência no tema, o livro *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*, publicado em 1995, é um dos poucos textos sobre o tema traduzido para o português. Nele o autor abordou o fenômeno em amplo estudo, que contribuiu para historicizar a questão no Ocidente. Valeu-se de farta documentação de arquivo, da Antiguidade até o século XX e procurou investigar as razões que influíram na tomada de decisão do suicida, assim como os discursos reprováveis, com destaque para o da Igreja, instituição com significativa força social. O posicionamento dos religiosos, porém, não foi uniforme e, em determinados períodos históricos, tornou-se ora mais contundente, ora mais retraído, distanciando-se do clamor unísono e severo em torno da proibição da morte voluntária. As condições específicas da motivação do ato e dos perfis dos suicidas, por exemplo, não foram ignoradas na Idade Média. Segundo George Minois:

A Idade Média apresenta, portanto, uma visão matizada do suicídio, muito distante de uma condenação monolítica. Mais do que o próprio gesto, são os motivos, a personalidade e a origem social do suicida que importam. É bem verdade que a doutrina e o direito são muito rigorosos, mas sua aplicação é marcada por uma flexibilidade surpreendente. A condenação de princípio do suicídio na civilização cristã não é nem evidente nem original. As fontes religiosas do cristianismo são, na verdade, omissas, ou melhor, ambíguas, a esse respeito.<sup>41</sup>

A complexidade em torno da morte voluntária, portanto, deve ser remetida a conjunturas específicas, tanto que nem sempre sua condenação ocorreu de maneira absoluta, pois as origens sociais e os motivos poderiam reconfigurar a apreensão do ato. O aspecto foi discutido pelo historiador inglês Alexander Murray, ao revelar que, no

---

<sup>40</sup> COBB, Richard. *Op. Cit.*, 1978, p. 35.

<sup>41</sup> MINOIS, George. *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*. São Paulo: Editora UNESP, 2018, p. 21.

século XI, a irredutibilidade da reação negativa dos clérigos em relação ao suicídio declinou por conta da nascente preocupação com as instâncias físicas e psíquicas do indivíduo.<sup>42</sup>

É importante notar que, em meados da década de 1990, a tentativa de explicação apresentada por George Minois, ancorada em fontes de natureza judiciária, eclesiástica, literária, filosófica, científica e jornalística, a História trilhava caminho que se distanciava das abordagens sociológicas e colocava, no centro da cena, a necessidade de dotar de historicidade o fenômeno, que se apresentava de forma muito diversa em função do contexto no qual se inseria o suicídio. A variedade de fontes incorporada no rol documental dos historiadores ampliou o repertório conceitual mobilizado para entender o fenômeno, e o recurso metodológico da estatística, herdado da escola durkheimiana, deixou de ser a tônica exclusiva das pesquisas. Para além das tentativas de quantificação, cuja importância não se nega, preocupações distintas passaram a enfatizar outras interfaces do fenômeno, como bem exemplifica a obra de George Minois.

Anteriormente ao historiador francês, outras análises voltadas exclusivamente ao suicídio foram empreendidas, também baseadas em amplo leque de fontes, que remetiam aos vários ângulos do problema. Sem priorizarem análises de larga abrangência temporal, restringiram as escalas cronológica e espacial. Surgiram, então, estudos acerca da Era Moderna na Inglaterra, que demarcaram o campo de atuação da historiografia no estudo do objeto suicídio. Em *Suicide in Victorian and Edwardian England*, obra datada de 1987, a historiadora inglesa Olive Anderson pesquisou o tema em Londres e no condado rural de Sussex, durante os reinados de Vitória (1837 a 1901) e Eduardo (1901 a 1910). Ela lançou mão de arquivos policiais, médicos, literários, além de relatórios estatísticos publicados na imprensa e, munida dos arcabouços metodológicos da história social e cultural, remeteu o objeto à problematização da experiência vivida em função da época, lugar, classe e gênero, dados que se somam aos levantamentos estatísticos e ao conjunto de ações que visavam evitar que os indivíduos chegassem às vias de fato.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Como no caso da tentativa de suicídio do cidadão inglês John Forest em 1387 na cidade de Oxford. Ao ser revelado o histórico da doença que o combatia, a Igreja concedeu-lhe o perdão do ato: "(...) *and around cockcrow he rose naked from his bed and struck himself in the chest with a small knife or awl. He survived this wound until the said Monday. The jurors say that meanwhile he recovered strenght and received pardon from the church.*". MURRAY, Alexander. *Suicide in the Middle Ages: the violent against themselves*. Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 160.

<sup>43</sup> ANDERSON, Olive. *Suicide in Victorian and Edwardian England*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Aliás, como salienta Róisín Healy, autora de importante balanço historiográfico acerca dos trabalhos de línguas inglesa e alemã sobre o suicídio, publicado em 2006, a análise de Olive Anderson engrossou a revisão da corrente sociológica, então praticamente hegemônica.<sup>44</sup> Três anos depois, os historiadores Michael McDonald e Terence R. Murphy, em *Sleepless souls: suicide in early Modern England*, deram continuidade às abordagens históricas e colocaram em xeque análises de natureza estatística, valendo-se de jornais, sermões religiosos, relatórios de júri e de legistas, pertencentes aos arquivos das dinastias Tudor-Stuart e da Restauração. Circunscritos também ao recorte do espaço inglês, porém em período anterior, entre 1500 e 1800, os autores trataram do processo de secularização do suicídio, descriminalizado na modernidade e conjugado às iniciativas profiláticas, com a medicalização dos indivíduos propensos ao ato. Nessa mudança, não foram tão somente as autoridades que postulavam as leis e os saberes científicos que se posicionaram, a Igreja e as camadas populares também se destacaram enquanto personagens que influenciaram a rota das novas concepções:

*The beliefs that individuals held about suicide and how they behaved when a suicide occurred both reflected broad cultural and social trends and also helped to alter those trends over time (...) Change was generated both by pressure from below—from village communities and from the middling sort of men who sat on coroners' juries—as well as from above—from the courts and from the church.*<sup>45</sup>

O suicídio, na perspectiva dos autores, não se constitui em prática meramente individual e isolada das grandes transformações pelas quais a sociedade europeia passava, antes remetia aos profundos ordenamentos em curso. As características do fenômeno foram diferenciadas segundo as épocas, em consonância com vocações social e culturalmente predominantes nas visões de mundo, o que ultrapassava as causas primeiras observáveis num viés quantificável como defendido por Émile Durkheim.

Desta forma, se Olive Anderson argumentava a favor de uma análise atenta à correlação da realidade fabricada dos números e as estruturas sociais fundamentadas

---

<sup>44</sup> Segundo a autora, as críticas dos historiadores à teoria durkheimiana tiveram como uma das fontes o trabalho do sociólogo norte-americano Jack Douglas de 1967, *The social meanings of suicide*. Olive Anderson, nessa perspectiva, ressaltou a falibilidade do uso da estatística na construção do fato social: “As Anderson pointed out, they routinely dealt with problematic evidence and were well aware of the possibility of different definitions, variations in bureaucratic efficiency, and concealment in official statistics of every kind. At issue was whether any meaningful conclusions could be gained from suicide statistics. Anderson's own work illustrated the difficulties inherent in relying on such figure”. HEALY, Róisín. Historiographical reviews: suicide in early modern and modern europe. *The historical journal*, 49, 3, 2006, p. 906.

<sup>45</sup> MACDONALD, Michael; MURPHY, Terence R. *Sleepless Souls: Suicide in Early Modern England*. New York: Oxford University Press, 1990, p. 8.

historicamente, Michael McDonald e Terence R. Murphy priorizaram compreender o significado do suicídio nas instâncias que o forjaram culturalmente, identificando como momento chave o Iluminismo. O conceito de secularização tornou-se central na produção historiográfica recente acerca do suicídio, uma vez que ele define o esmaecer da conotação religiosa em prol da moderna prática, arquitetada no tripé da racionalização médica, da descriminalização jurídica e da dissociação espiritual. Segundo os autores, foi nesse processo, intensificado pelas transformações intelectuais e filosóficas no continente europeu no decorrer do século XVI ao XIX, que o suicídio adquiriu sua forma na modernidade, processo no qual a imprensa desempenhou importante papel. As mudanças na percepção do fenômeno não alcançariam a mesma robustez se o tema não alcançasse a opinião pública e se tornasse parte do debate, fosse entre elites ou camadas populares.<sup>46</sup>

Contudo, vale assinalar que a interpretação proposta pelos historiadores comporta limitações pois evocar o Iluminismo como momento de transição, delimitador dos significados atribuídos ao suicídio em comparação a períodos anteriores, simplifica as contradições, omissões e ambiguidades presentes nos discursos enunciados em outros contextos. Como frisado por George Minois e Alexander Murray, na Idade Média, por exemplo, nem sempre a Igreja expressou consenso na punição dos suicidas, o que faz abrir brechas na sobreposição da tradição secular sobre a religiosa. Para Susan K. Morrissey, em seu artigo citado por Róisín Healy, *Drinking to death: suicide, vodka and religious burial in Russia*, apesar da primazia do secularismo trazido pela razão iluminista, a perspectiva do sagrado/moral não desapareceu na tentativa de explicar o suicídio, ao invés disso, seguiu-se num processo de hibridização em coexistência à racionalidade/ética difundida pelo cientificismo.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Como assinalou Terri L. Snyder, a partir do século XVIII, a imprensa motivou a tolerância popular com relação ao suicídio por meio da publicação de casos exemplares que ganhavam destaque nos jornais e, gravam tamanha comoção, a ponto de sucessivamente criarem nos leitores certa empatia com as histórias de sofrimentos humanos ligados a razões seculares, não mais retratadas como pecaminosas: “Concomitantly, the instrumentalities of suicide were given more attention, particularly in popular print culture. These stories were occasionally humorous, but all reflected the changing attitude that suicide was less a sin instigated by the devil than a secular act that could be explained. The putative aim of these stories was to expose secular motives for self-murder (...). As these kinds of secular stories multiplied in the press, they promoted toleration of suicide, increasingly focused on the instrumentalities of self-murder and reinforced common cultural assumptions about the sexes and the nature of gender.”. SNYDER, Terri L. What historians talk about when they talk about suicide: the view from Early Modern British North America. *History compass* 5/2, 2007, p. 667.

<sup>47</sup> Nas palavras de Susan K. Morrissey: “As they point out, it refers only to the disenchantment of suicide, which nonetheless continued to be viewed as a sin after 1700. The shift is thus less a decline of religion and its replacement by something else (whether reason, science or sentiment) than the blending of new meanings, associations and symbols.”. MORRISSEY, Susan K. *Drinking to death: suicide, vodka and religious burial in Russia. Past and present*, n. 186, 2005, p. 145.

Não obstante as críticas recebidas, a obra fomentou o debate historiográfico a respeito do tema e despertou a atenção dos historiadores para o início da Idade Moderna como período privilegiado para a compreensão das alterações em termos de seu significado e estimulou o uso de variadas fontes, entre as quais a imprensa. No início do novo milênio, produções coletivas como *From sin to insanity: suicide in early modern europe*, que tematizou as mudanças das percepções do suicídio entre a Renascença e a Era Napoleônica na Europa, e *Histories of suicide: international perspectives on self-destruction in the modern world*, que complementada com as visões da Sociologia, da Antropologia e da Criminologia, detiveram-se principalmente no século XVIII e dirigiram o olhar para além do cenário europeu, como Japão, URSS, Austrália, África do Sul e Peru. Ficou evidente o interesse dos pesquisadores pelo período moderno, em compasso com as escolhas dos historiadores ingleses.<sup>48</sup>

Em vista dos recortes geográficos dos trabalhos até aqui analisados, revela-se o protagonismo da Europa na temática, continente no qual o próprio conceito surgiu<sup>49</sup> e no qual também foram registrados os primeiros sinais de mudanças interpretativas reverberadas nos dispositivos legais e na paisagem cultural da modernidade, espaço privilegiado das pesquisas.

Na contramão da produção europeia, e atestando o crescente interesse acerca do suicídio fora do Velho Continente, pode-se citar os trabalhos de Roger Lane, lançado em 1979, que pesquisou o fenômeno na Filadélfia, Estados Unidos, enquanto uma das tipificações de mortes violentas registradas na cidade entre 1839 e 1901, e de Howard Kushner que, em 1989, tratou de averiguar os discursos científicos acerca das mortes voluntárias em solo americano.<sup>50</sup> Já autores como Marc Hertzman, Richard Bell e Terri

---

<sup>48</sup> WATT, Jeffrey R. (org.). *From sin to insanity: suicide in early modern Europe*. New York: Cornell University, 2004; WRIGHT, David; JOHN WEAVER, John (org.). *Histories of suicide: international perspectives on self-destruction in the modern world*. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

<sup>49</sup> A terminologia “suicídio” foi cunhada por Sir Thomas Browne na Inglaterra durante o século XVII e difundida para o francês, português, italiano e espanhol no século XVIII. A nova concepção passou a deixar para trás a antiga estrutura semântica de “homicídio de si mesmo” e “assassinato de si mesmo” que refletia o caráter punitivo da ação em um contexto que a prática estava em amplo debate entre os magistrados. MINOIS, George. *Op. Cit.*, p. 224-226. Posteriormente, nas esferas jurídica e médica, associou-se ao conceito o significado de “morte voluntária”, evidenciando a tentativa de ressaltar o caráter individual do fenômeno, diluindo o peso de pressões externas que poderiam também levar o sujeito a se matar, a exemplo de torturas, falta de liberdades, baixa condição socioeconômica etc. Nessa esteira, ao suicida, na primeira metade do século XX, ao contrário das explicações sociais durkheimianas em voga na época, não se negava responsabilidade no cometimento do ato, independentemente de outros fatores atuarem na decisão.

<sup>50</sup> LANE, Roger. *Violent death in the city: suicide, accident, and murder in Nineteenth Century Philadelphia*. Cambridge: Harvard University Press, 1979; KUSHNER, Howard. *Self-destruction in the promised land: a psychocultural biology of American suicide*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.

L. Snyder,<sup>51</sup> deram a conhecer as particularidades dos suicídios cometidos durante os períodos coloniais e de independências nos EUA, nos quais a escravidão configurava as atitudes suicidas nos sentidos raciais e econômicos, além daqueles de ordens morais, religiosas e médicas.<sup>52</sup>

Ainda que esses discursos, em grande parte, reprovassem as mortes voluntárias, não se pode desconsiderar que a escravidão se constituía num microcosmo particular. Deslocadas para o universo dos suicídios cometidos por cativos, essas explicações perdiam força à medida que suicidas inseridos na lógica escravocrata, enquanto simples “mercadorias”, poderiam revelar uma espécie de resistência e rebeldia contra o senhor, ao que se somava o universo de crenças e a esperança de volta espiritual ao lar africano, o chamado “banzo”,<sup>53</sup> como notado por alguns viajantes no século XIX e que, para os proprietários, não ia além de prejuízo para o seu capital, fator mais do que suficiente para execrar a prática.

Se, no contexto norte-americano, a escravidão tem sido incluída no rol de estudos acerca do suicídio no continente, no entanto, em 2008, Saulo Veiga Oliveira e Ana Maria Galdini Raimundo destacaram a escassez de abordagens sobre o assunto na historiografia brasileira.<sup>54</sup> Poucos trabalhos colocaram o desafio de entendê-lo a fundo, com exceção de esparsos capítulos de livros, como o de José Alípio Goulart, ou em artigos, a exemplo de

---

<sup>51</sup> HERTZMAN, Marc A. Diferenças fatais: suicídio, raça e trabalho forçado nas Américas. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 11, 2019, p. 1-38; BELL, Richard. *We shall be no more: suicide and self-government in the Newly United States*. Cambridge: Harvard University Press, 2012; SNYDER, Terri L. *The power to die: Slavery and suicide in British North America*. Chicago: University of Chicago Press, 2015; PÉREZ JR., Louis A. *To die in Cuba: Suicide and society*. Chapel Hill, N.C.: The University of North Carolina Press, 2005.

<sup>52</sup> Sobre suicídio e escravidão, há de se complementar que predominou na historiografia a tendência de se interpretar a autoaniquilação dos escravos como atitude de resistência contra o sistema opressor do trabalho forçado. Marc Hertzman pontua algumas mudanças desse paradigma em anos recentes entre os historiadores, os quais tem evocado outros aspectos da questão, como a relação do ato com a raça e a comparação com o suicídio dos Homens livres na colônia. HERTZMAN, Marc A., *Op. Cit.*, 2019, p. 6-7.

<sup>53</sup> O conceito de “banzo” foi usado desde pelo menos o século XVIII para designar o comportamento apático do escravo associado a um sentimento de nostalgia do lar de origem, de onde forçadamente arrancado, virava prisioneiro de suas memórias e via no suicídio o único recurso para se libertar da tristeza aterradora. Luís Antonio de Oliveira Mendes, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, num escrito de 1793, definia: “O banzo é um ressentimento entranhado por qualquer princípio, como por exemplo: a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; à ingratidão, e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda da liberdade; a meditação continuada da aspereza [da tirania] com que os tratam; o mesmo mal trato, que suportam; e tudo aquilo que pode melancolizar.” OLIVEIRA MENDES, Luís Antonio de. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d’África e o Brasil (1812). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 370, 2007.

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 371-388, 2008.

Renato Pinto Venâncio.<sup>55</sup> Merece destaque duas pesquisas que detiveram-se a investigar a morte voluntária no mundo da escravidão: uma do próprio Saulo Veiga Oliveira, sobre a prática na cidade de Campinas durante a segunda metade do século XIX, e outra de Jackson André da Silva, que centrou a análise na Bahia do século XIX.<sup>56</sup>

A produção historiográfica sobre o suicídio de escravos no Brasil adensou-se com dissertações de mestrado e artigos de estudos regionais surgidos a partir de 2010,<sup>57</sup> o que bem demonstra a fecundidade da discussão e a crescente necessidade de se ampliá-la academicamente. Em comum, as pesquisas exploraram fontes como os Relatórios do Presidente da Província, teses médicas, inquéritos policiais, autos judiciais e a imprensa. No entanto é importante lembrar que esse tipo de morte se reveste de um caráter especial em relação às demais violências tipificadas em lei, pois também envolve condições de ordem privada, ou seja, os dramas vividos pelas pessoas que tentaram ou consumaram o ato compreendem, na maioria das vezes, uma cadeia de acontecimentos motivadores raramente reduzível a uma única causa. Daí resultam dificuldades de registro da ocorrência que, se não comunicada em carta pelo suicida ou não testemunhada pela sua família, que deve tomar as devidas providências no calor da hora para a elucidação do caso, o falecido leva para o túmulo as justificativas do ato praticado, o que tornam as pistas documentáveis raras nos arquivos consultados pelos historiadores. Mais complexa ainda é a situação no caso dos escravos.

Assim, na trilha dos sentidos atribuídos ao suicídio no século XIX, as pesquisas mencionadas acabaram por sinalizar a importância desse período que, posteriormente, continuou a receber a atenção dos historiadores brasileiros, ainda que com enfoques diversos. Dentre as primeiras pesquisas sobre o tema estão a tese de doutorado de Susan Anne Semler, *Uma morte privilegiada? Suicídio, História e Literatura nos Estados*

---

<sup>55</sup> GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972; VENÂNCIO, Renato Pinto. A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888). *LPH - Revista de História*, Mariana, v. 1, n. 1, p. 80-89. 1990.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, Saulo Veiga. *O Suicídio de escravos em Campinas e na província de São Paulo (1870 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 2007; FERREIRA, Jackson André da Silva. *Loucos e pecadores: suicídio na Bahia do século XIX*, Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FFCH/UFBA, 2004. Além dos historiadores nacionais, a brasilianista Mary C. Karasch enfatizou também as ações autodestrutivas praticadas pelos escravos na história do Brasil: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1805-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>57</sup> MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça; FERREIRA, Carlos Victor de Sousa. Cenas fatídicas: experiências suicidas dos escravizados no Maranhão (1834-1888). *Cadernos do CEOM, Diálogos afro-brasileiros*, v. 33, n. 53, 2020; CANARIO, Ezequiel David do Amaral. *“É mais uma scena da escravidão”*: suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011; RODRIGUES, Bruno Pinheiro. *Paixão da alma: o suicídio de cativos em Cuiabá (1854-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2010.

*Unidos no final do século XIX*, e a dissertação de mestrado de Fábio Henrique Lopes, *O suicídio sem fronteiras: entre a razão e a desordem mental*, ambas defendidas em 1998. Em comum, os dois trabalhos abarcam o arco temporal da segunda metade do século XIX, momento em que o suicídio assumia de vez suas características modernas, como salientado na discussão historiográfica internacional. Enquanto a historiadora objetivou compreender a conjuntura do fenômeno relacionado à matéria literária nos Estados Unidos, o historiador voltou-se ao Brasil, na cidade de Campinas, onde analisou a prática sob o ângulo da imprensa, do poder judiciário e da instituição hospitalar.

A partir da literatura naturalista norte-americana, mais precisamente nas obras de Rebecca Hardin Davis, *Life in the iron mills* (1861), de Stephen Crane, *Maggie, a girl of the streets* (1893), e de Theodore Dreiser, *Sister Carrie* (1900), Susan Anne Semler pontuou os reflexos do debate intelectual a respeito dos destinos dos EUA após a Guerra Civil (1861-1865), em que o suicídio contradizia o projeto civilizador da sociedade americana tida como ideal. Apesar da crença no mito da excepcionalidade norte-americana e na sua missão de transformar o mundo, expressão do otimismo proveniente do progresso material e cultural, os reveses da modernidade, ou seja, a escalada dos índices de criminalidade, desigualdade socioeconômica e do próprio suicídio, evidenciados principalmente nos centros urbanos, causavam preocupação pois ameaçavam o tão projeto almejado e desenhado para o país.<sup>58</sup> Assim, o Naturalismo, movimento literário representativo das dúvidas que cercavam o futuro promissor, levantou a problemática com narrativas nas quais forças sociais deterministas agiam sobre os indivíduos e os impediam de lutarem autonomamente contra a realidade dos vícios, desvios e injustiças que os desafiavam tenazmente. Nessas produções literárias, ao tomarem consciência da sua situação, as personagens, desconsoladas, tiravam a própria vida como uma espécie de morte privilegiada, capaz de preservar sua dignidade frente aos supostamente invencíveis desajustes sociais.

---

<sup>58</sup> O problema do suicídio nos Estados Unidos adquiria grande magnitude à medida que seus praticantes eram em sua maioria, segundo as compilações estatísticas da época, indivíduos considerados encarregados pela tarefa de tornar o país civilizado: “Como vimos anteriormente, o perfil do suicida havia sido formulado pelos dados estatísticos: homens mais que mulheres, brancos mais que negros, ricos mais que pobres, protestantes mais que católicos, moradores urbanos mais que os rurais, cidadãos mais que criminosos. Ou seja, tratava-se do homem da cidade, branco, de classe média ou alta, protestante – o protótipo do norte-americano civilizado, o próprio epítome da ‘civilização’. Era sobre ele que se exerciam mais duramente as pressões civilizatórias e era ele quem mais frequentemente sucumbia.”. SEMLER, Susan Anne. *Uma morte privilegiada? Suicídio, História e Literatura nos Estados Unidos no final do século XIX*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1998, p. 75.

Susan Anne Semler, então, evidencia quão profícuo é o diálogo entre a investigação histórica do suicídio e a literatura. Narrativa discrepante dos discursos normatizadores correntes, as criações literárias redimensionam o fenômeno nas percepções de seus autores, que o recupera por meio de sistemas de representações presentes no imaginário social e que revelam tensões face aos discursos oficiais, numa variedade de elaborações subjetivas que se manifestam nas concepções do ato. Por isso, não é de espantar que se multiplicassem as tentativas de controle, com destaque para o tom de censura do discurso médico acerca dos romances que insistiam em tematizar a prática.

Foi exatamente o discurso médico que se constituiu no eixo do doutorado de Fábio Henrique Lopes,<sup>59</sup> que revisitou as teorizações do suicídio na produção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ao centrar-se na natureza do ato, o autor evidenciou que, no campo científico da época, havia concordância de que a loucura atuava como principal fator desencadeador. A anomalia patológica do suicida era atribuída ao desequilíbrio mental, sintoma de estrutura psíquica frágil, que o levava a optar por desistir da vida e assim livrar-se de seus dissabores. Somada a essa condição, a literatura romântica cumpria papel nocivo na difusão do ato ao retratar as frustrações de personagens cujos dramas, identificados com a realidade dos leitores, supostamente incitava-os a aflorarem suas emoções avassaladoramente e, por efeito, a imitarem a ação autodestrutiva como solução resoluta das aflições vivenciadas. Tais interpretações, abraçadas pelos especialistas nacionais, estavam em sintonia com autores expoentes da medicina francesa, com destaque para Jean-Étienne-Dominique Esquirol.<sup>60</sup>

Valendo-se, então, principalmente das teses médicas e da literatura oitocentista, o autor contribuiu para a diversificação da documentação mobilizada para a análise do

---

<sup>59</sup> Acrescenta-se a dissertação de mestrado de Davi Machado da Rocha que, como Fábio Henrique Lopes, circunscreveu-se aos discursos médicos do Estado fluminense durante o século XIX, em conjunto à literatura, como instrumento de moralização dos costumes que não deixou passar ao largo as representações do suicídio daquela sociedade nos enredos ficcionais. ROCHA, Davi Machado da. *A morte voluntária na medicina e na literatura fluminense (1835-1895)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca, SP: FCHS/UNESP, 2016; LOPES, Fábio Henrique. *A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil 1830-1900*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2003. \_\_\_\_\_. *O suicídio sem fronteiras: entre a razão e a desordem mental*. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP: Campinas, 1998.

<sup>60</sup> Segundo Fábio Henrique Lopes, Esquirol foi personagem frequente na literatura do tema não apenas na França: “A importância e ressonância dos estudos e teorias de Esquirol sobre os trabalhos médicos brasileiros que se dedicavam ao estudo do suicídio foi, além das razões apresentadas, sugeridas por médicos e intelectuais franceses. Isso ficou evidente quando eu desenvolvia uma pesquisa documental em duas instituições francesas (...). Recordo-me de que por várias vezes encontrei citações em trabalhos médicos franceses sobre a repercussão e as apropriações do pensamento de Esquirol no meio médico francês e internacional.”. LOPES, Fábio Henrique. *Op. Cit.*, 2003, p. 86.

fenômeno durante o período do Império brasileiro. Num momento em que o sistema escravocrata dificultava o registro das justificativas dos cativos suicidas, as instituições científicas, por seu turno, conservaram em suas bibliotecas número significativo de trabalhos que buscavam, sobretudo, identificar as raízes patológicas do fenômeno, as quais supostamente poderiam vir à tona em certas experiências consideradas gatilhos vividas pelo indivíduo, como a leitura de livros do gênero romântico, mas cujo foco, é bom ter presente, centrava-se na população branca. Fica nítido que, a depender do recuo temporal, investigar o suicídio historicamente leva o pesquisador a esbarrar na escassez de fontes, restando-lhe coligir rastros. O tabu que tende a silenciar a prática, sustentado ao longo da história pelo viés do pecado, crime ou doença, instilava o medo social de julgamentos punitivos e justificava o acobertamento quanto à natureza da morte para amenizar possíveis repercussões negativas, o que obliterava a divulgação do ato, até mesmo no registro policial, e colaborava para restringi-lo ao âmbito privado.

Nota-se, em termos da produção historiográfica, acentuado crescimento da temática, especialmente nas décadas de 1990 e 2000. As escolas históricas inglesa e francesa, muito devido aos aportes teórico-metodológicos da História Social, atenta aos dados estatísticos, mas também ao perfil dos envolvidos (dados como nacionalidade, idade, estado civil, profissão e gênero), tentam estabelecer padrões e também alterações na prática registrada ao longo do tempo. Fontes como a imprensa e a literatura desempenham papel importante a fim de se apurar as representações e os discursos construídos sobre a prática.

## **1.2. Suicídio e imprensa**

Se os historiadores são instados a reagruparem e tornarem inteligíveis os vestígios do passado em enunciados verificáveis na operação historiográfica a que se lançam, mesmo a partir de indícios fragmentados como os relacionados ao suicídio, é salutar lembrar que os documentos também carregam os rastros da cultura histórica vigente no contexto de sua produção. A realidade histórica, travestida por interesses políticos que nem sempre correspondem às intenções declaradas publicamente nos registros, pode abarcar um universo de signos, por trás das fontes, fabricados por projetos ideológicos excludentes e que contaminam a pretensa objetividade dos fatos históricos. Matizados por componentes subjetivos, os documentos subsistem por escolhas de indivíduos, grupos ou instituições, que os conservam e acabam por privilegiar certos traços dos acontecimentos

denotando o uso pedagógico do passado, apropriado conforme possa servir às aspirações dos grupos dominantes.

A preservação desse material no tempo sobrevém de critérios seletivos que antecedem a sua chegada ao presente que trava conhecimento do seu conteúdo, aspecto que influi no trajeto que viabilizou sua conservação para, no desfecho desse lapso, serem mobilizados pelos historiadores na montagem das narrativas históricas, segundo os aportes teórico-metodológicos e o entorno social em que estão envolvidos. Jacques Le Goff ressaltou justamente a necessidade dos historiadores de atentarem para as relações de poder que se infiltram na massa documental encontrada nos arquivos, lugares onde as técnicas de organização estão embebidas pela conjuntura histórica de forças heterogêneas.<sup>61</sup>

Relacionado a essas circunstâncias, vale assinalar que o suicídio se fez presente na imprensa que se modernizava a passos largos na virada do século XIX ao XX. Equipada com oficinas capazes de produzir grandes tiragens diárias, os jornais abriram espaços para os suicídios, que se constituíam em matéria de destaque, capaz de incrementar a vendagem dos números, dado o misto de comoção, mistério e curiosidade envolto nos casos noticiados. Acompanhados por fotos e narrados em detalhes, uma vez estampados no periodismo saíam da esfera privada, ganhavam os holofotes da vida urbana em constante aceleração e aproximavam-se notadamente do grande público.

Os suicídios também demandavam crescente atenção das autoridades policiais à medida que a vida citadina intensificava as sociabilidades e a visibilidade das atitudes extremas do comportamento humano. Ao ler em um jornal ou presenciar cenas de suicídio em lugares públicos, o indivíduo, em tese, poderia, no limite, ser levado a repensar sua própria existência ou, no mínimo, ver o seu cotidiano invadido por atos extremos que remetiam para as diversas vicissitudes mundanas, que se apresentavam como insuportáveis para alguns. Por essa razão, o suicídio, no entendimento da polícia, trazia

---

<sup>61</sup> Jacques Le Goff evidencia a cautela a ser tomada na investigação da natureza das fontes históricas que não consistem unicamente em simples vestígios derivados das realidades de outros tempos e espaços. Para o autor, os documentos deixam rastros de historicidade que remontam a sua produção e às escolhas levadas a cabo pelas sociedades passadas em elegerem aquilo que desejavam mostrar ou fazer esquecer à posteridade, sem compromisso com a veracidade do acontecido. Daí o significado de “Monumento”, definido pela reunião de testemunhos, legados voluntária ou involuntariamente pelas sociedades anteriores, sejam escritos, orais ou provenientes da cultura material, que se transformam em herança a fomentarem as memórias coletivas, carregados por subjetividades representativas dos grupos a que pertencem. Na visão do autor, portanto, os documentos são monumentos. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990, p. 535-538.

riscos à ordem estabelecida, ao sugerir a descrença nos princípios da boa moralidade,<sup>62</sup> o que levou à necessidade de propor estratégias para tentar compreender e controlar o fenômeno. As estatísticas, produzidas em gabinetes especializados da repartição, revelavam cifras instrumentalizadas com o objetivo de traçar o perfil dos envolvidos nas infrações em geral, a fim de conhecê-las a fundo e agir com precisão no seu combate.<sup>63</sup> O suicídio figurava ao lado dos delitos tipificados no código penal e era objeto de levantamento do serviço policial,<sup>64</sup> que conheceu crescente aperfeiçoamento e profissionalização,<sup>65</sup> em especial a partir da segunda metade do século XIX, o que ajudou a refinar os métodos do mapeamento e da investigação da prática.

É certo que com os processos de digitalização em curso, as instituições de guarda têm procurado adequar-se às novas tecnologias, que permitiram abrigar gradualmente os seus acervos em repositórios digitais, abrindo outras possibilidades de pesquisas. No novo suporte eletrônico, por meio do sistema de busca por palavras-chave,<sup>66</sup> os historiadores

---

<sup>62</sup> A tentativa da polícia em controlar a frequência do suicídio, sob as lentes da teoria de Michel Foucault, pode ser explicada também pela nova configuração do Estado na modernidade, a qual sob a égide da biopolítica, preocupava-se com a manutenção da biologia do indivíduo. LOPES, Fábio Henrique. O suicídio como objeto de reflexão histórica: apontamentos de uma pesquisa (Rio de Janeiro, início do século XX). In: LOPES, Fábio Henrique; RODRIGUES, Claudia (orgs.). *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 47.

<sup>63</sup> Como informa Adriana Gomes, a história da estatística policial no Brasil iniciou-se com a promulgação do Decreto 3572 de 30 de dezembro de 1865 por meio da iniciativa do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, José Thomaz Nabuco de Araújo. O suicídio já era contabilizado desde a primeira listagem de dados proposta. GOMES, Adriana. Estatística do crime no oitocentos por Francisco José Viveiros de Castro: dados do Brasil e do Rio de Janeiro. *Revista de História Fronteiras*, v. 22, n. 39, p.161-186, 2020.

<sup>64</sup> O suicídio nunca foi considerado crime prescrito em leis no Brasil, exceto aqueles cometidos por induzimento, quando o indivíduo por coação, encorajamento ou auxílio de terceiros decidia pelo ato. Nesse caso, a pena, segundo o código penal brasileiro de 1940, vigente até hoje, alcançaria no mínimo de dois a no máximo seis anos de prisão a quem houvesse o induzido. Em países do hemisfério norte, como na Alemanha, França e Itália, até o século XVIII, punia-se legalmente o suicida com a confiscação de seus bens e enterro fora de cemitérios religiosos. A Inglaterra foi um dos últimos países a abolir a penalização das mortes voluntárias, fato ocorrido em 1961. Nesse sentido, cabe salientar que a inserção do suicídio nos códigos legislativos reflete consequentemente nos tipos de fontes disponíveis aos historiadores nos arquivos, uma vez que a depender do espaço de onde pretendam investigá-lo, os inquéritos policiais tornam-se o principal meio de se apreendê-lo nos interstícios do controle do Estado, como no Brasil, em que os processos crimes não se incluem geralmente no *corpus* documental da prática. No entanto, em razão da falta de limites bem definidos das atuações das instâncias policiais e judiciárias em determinadas épocas no registro do fenômeno, alguns dos inquéritos poderiam ser anexados nos autos processuais do judiciário.

<sup>65</sup> A profissionalização da polícia foi engendrada por uma série de reformas administrativas que contemplaram a criação de gabinetes especializados como o de Estatística Criminal, de Identificação Civil e de Investigação e Capturas, além da implantação dos cargos de escrivães, comissários e agentes, que visavam, pautados em saberes tidos por científicos e isentos de posicionamentos partidários, otimizar o trabalho dos delegados.

<sup>66</sup> Eric Brasil e Leonardo Fernandes Nascimento detalham o funcionamento dessa ferramenta na pesquisa dos textos históricos: “No caso específico de documentos de texto, ocorre algo ainda mais peculiar e que constitui o cerne do processo de dataficação: os dados e metadados podem vir a se tornar pesquisáveis. Qualquer documento textual que passe por um scanner e pelo tratamento por softwares de reconhecimento óptico dos caracteres permite ao historiador a busca de ocorrências de palavras-chave ao longo de toda a sua extensão.”. BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da

aumentaram o raio de abrangência e velocidade das pesquisas, o que modificou qualitativa e quantitativamente os estudos, inclusive os relativos ao suicídio.

Sobre os arquivos policiais, os relativos à polícia política estão digitalizados, enquanto os demais permanecem de difícil acesso pois, ao que parece, não há políticas públicas nessa direção.<sup>67</sup> Embora existam iniciativas como a do *Arquivo Público Mineiro* (APM) e do *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (APERS),<sup>68</sup> o que por certo é um avanço, a pesquisa no *Arquivo Nacional*, na cidade do Rio de Janeiro, ainda predominam procedimentos analógicos, via fichários que nem sempre permitem localização rápida das peças documentais buscadas.

Bem diverso é o caso dos impressos periódicos, graças ao projeto de digitalização da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que, em 2012, lançou a Hemeroteca Digital Brasileira, que reúne parte do rico acervo de jornais e revistas da instituição. A utilização do OCR, a despeito de suas limitações, uma vez nem tudo é capturado pela ferramenta, mostrou-se essencial para localizar suicídios noticiados pela imprensa do município neutro, o que possibilitou trazer à cena histórica personagens antes à margem na investigação do fenômeno. Se os suicídios de personagens públicos recebiam muita atenção, sendo lembrados por gerações a fio, os que compareciam em notas nas colunas policiais ou nas seções de óbitos, remetiam às pessoas comuns, cuja morte permanecia, no mais das vezes no anonimato.

Assim, a imprensa como fonte para o estudo das mortes voluntárias tem significativo potencial, tanto que é mobilizada em diversas pesquisas, a exemplo das dissertações de mestrado de Maria do Carmo Mendonça Silva, Pedro Frederico Falk e Marcelo José Pereira Carvalho.<sup>69</sup> Valéria Guimarães, por sua vez, analisou as notícias de

---

Hemeroteca Digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, nº 69, 2020, p. 202.

<sup>67</sup> BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, v. 14, n. 26, 2013, p.162-173.

<sup>68</sup> No *Arquivo Público Mineiro*, foram disponibilizadas mais de 600 mil páginas de documentos acerca da história da polícia daquele Estado entre os anos de 1842 a 1956, o que atesta a abertura de quantidade significativa de arquivos policiais à consulta. Em relação ao *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*, elaborou-se um guia didático que oferece estratégias de leitura dos documentos judiciais e traz noções importantes sobre a definição de cada uma das fontes encontradas no acervo, incluídos os inquéritos policiais. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Arquivos da polícia sob o foco da História. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLIX, 2013, p. 62-73; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Guia prático de leitura de documentos judiciais*. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2021.

<sup>69</sup> SILVA, Maria do Carmo Mendonça. *Renúncia à vida pela morte voluntária: o suicídio aos olhos da imprensa no Recife dos anos 1950*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco: 2009; FALK, Pedro Frederico. *Retratos sombrios da modernidade: memórias do suicídio na Recife durante a década de 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011; CARVALHO, Marcelo José Pereira. *As letras escarlates: representações e histórias de*

suicídios passionais presentes no jornal *Estado de S. Paulo* no decênio de 1910, a partir da noção de *faits divers* e destacou o interesse do público leitor, seduzido pela linguagem mobilizada pelos jornalistas, perto do romanesco. As paixões avassaladoras que levavam ao suicídio despertavam emoções incitadas pela narrativa e davam oportunidade para que se manifestasse a criatividade dos articulistas, que embalavam seus textos num romantismo levado às últimas consequências. O recurso trágico reforçava a projeção do suicídio e fazia saltar os olhos, pois, segundo a autora:

No romantismo, o suicídio era visto como um ato supremo de revolta e prova de talento. O excesso de bilis resultava na melancolia e era prova de gênio, ficando impressa na mente de gerações que se matar significava antes de tudo uma morte gloriosa. O topos ‘suicídio’ que já era parte do mundo da arte se torna, assim, um tema caro à cultura midiática.<sup>70</sup>

Por outro lado, as notícias das referidas ocorrências revelavam o quanto as camadas intelectualizadas paulistanas estigmatizavam a figura do suicida, então objeto de investigação médica. A dimensão obsessiva do amor escancarava o descontrole emocional por parte dos personagens retratados, resultado de uma personalidade desregrada e, portanto, tresloucados privados de uma mente sã. Para Valéria Guimarães, tal aspecto sobressaía em primeiro plano nos suicídios noticiados, antes das explicações sociais, acentuando a individualidade do fenômeno.<sup>71</sup>

Além dessas produções, em contextos diversos, merecem destaque ainda outras duas obras que mobilizaram a imprensa como fonte no estudo do suicídio, *S’abréger les jours: le suicide en France au XVIIIe siècle*, da historiadora francesa Dominique Godineau, e *Suicide in Nazi Germany* do historiador inglês Christian Goeschel.<sup>72</sup> Na primeira, a autora retratou o suicídio no século XVIII nas cidades de Paris e de Rennes por meio dos arquivos policial e judiciários, ao que se soma o uso da imprensa, cruzamento que objetivou apreender a recepção do fenômeno na sociedade francesa setecentista. Já o segundo trabalho, recobriu o suicídio em anos mais recentes, entre 1918 e 1945, e com o auxílio de jornais alemães, avaliou o peso das consequências totalitárias

---

suicídio em Belém do Pará (1891-1920). Dissertação (Mestrado em História) UFPA, 2012. Além destes trabalhos, acrescenta-se o capítulo de livro escrito por Carla Lisboa Porto e o artigo de Osny Zaniboni Neto: PORTO, Carla Lisboa. Por motivos íntimos: representações das mulheres em casos de suicídios publicados no jornal *Correio da Manhã* (1930-1935). In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Silêncios e transgressões: o protagonismo das mulheres brasileiras no século XX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018; NETO, Osny Zaniboni. Estórias exemplares: representações do suicídio em baladas inglesas (1641-1797). *Brazilian journal of development*, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 580-601, 2021.

<sup>70</sup> GUIMARÃES, Valéria. *Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez*. Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 178-179.

<sup>71</sup> *Ibidem*, 2013, p. 104-105.

<sup>72</sup> GODINEAU, Dominique. *S’abréger les jours: le suicide en France au XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 2012; GOESCHEL, Christian. *Suicide in Nazi Germany*. New York: Oxford University Press, 2009.

e persecutórias, desde os antecedentes até a instauração e vigência do regime nazista, na decisão das pessoas de abreviarem o fim da vida na Alemanha. Este último, aliás, merece destaque, uma vez que ao lado da obra de Florian Huber,<sup>73</sup> que enfocou a onda de suicídios ocorrida na fase final da Segunda Guerra Mundial na cidade de Demmin, Alemanha, a partir de diários deixados por seus habitantes, trata historicamente do fenômeno relacionado diretamente aquele contexto.

Tendo em vista os variados cenários históricos que compõem esses trabalhos, vê-se que a compreensão do suicídio se efetiva, sobretudo, por dois tipos de fontes: os discursos médicos, religiosos, filosóficos, políticos, jurídicos, literários, portanto, emanados por lideranças intelectuais e detentores de poderes institucionais, fossem como produtoras de dados sobre o fenômeno ou responsáveis por interpretá-los, e, de outra parte, os registros pessoais deixados pelos suicidas, quer sejam, cartas, diários ou testemunhos de entes queridos, reproduzidos na imprensa ou nos inquéritos policiais, conjuntos documentais que possibilitam desvelar os infortúnios do cotidiano na decisão de indivíduos, outrora anônimos, por tirar a própria vida. É desse modo, então, que os historiadores têm procurado recuperar as narrativas acerca das mortes voluntárias, revelando as participações de especialistas e autoridades públicas nos rumos tomados pelas discussões teóricas e as apropriações dessas ideias nas práticas socioculturais que se modificam de acordo com contextos específicos.

Segundo Roísín Healy, um dos caminhos para novas análises encontra-se no desenvolvimento de pesquisas empíricas, que levem em conta casos específicos, nos quais seja possível captar, com maior precisão, as forças atribuídas às instâncias responsáveis pela frequência do suicídio, para, daí sim, identificar os padrões de suas imagens construídas, as quais também devem incluir as tentativas e os suicídios indiretos, linha tênue, entre o fracasso e a concretização do ato, que comunica os limites não vencidos da crise existencial humana.<sup>74</sup>

A historiografia do suicídio, sem perder de vista o diálogo com outras disciplinas, demarcou seu território investigativo ao enfatizar os significados atribuídos ao fenômeno, a partir de narrativas que, embrionariamente nas décadas de 1970 e 1980, recorreram

---

<sup>73</sup> HUBER, Florian. *Promise me you'll shoot yourself*. The mass suicide of ordinary Germans in 1945. New York: Little. Brown Spark, 2020.

<sup>74</sup> Para Roísín Healy: “*Only by examining whole communities, some of whose members chose suicide, whether in times of crisis or normality, can we hope to understand its lure. (...) The ways in which individuals responded to deadly situations reveal as much about their attitudes to death as successful suicides do.*”. HEALY, Róisín. *Op. Cit.*, 2006, p. 919.

principalmente à documentação de natureza oficial e religiosa, instâncias representativas da lei e do poder social vigilante, que fizeram predominar nas análises a tendência da problematização do suicídio enquanto objeto de controle ostensivo. Em seguida, ainda em parte de 1980 e precisamente nos anos de 1990, ao incorporarem com maior relevância o material proveniente da imprensa e da literatura, promoveu-se a aproximação com o imaginário difundido em diferentes camadas da sociedade acerca dessa prática, que nem sempre se mostraram subservientes ao rigor da moral dominante, indício de alteração constatado em função de recortes cronológicos e da tipologia dos discursos presentes no campo dos costumes. De 2000 em diante, em parte graças às possibilidades trazidas pela digitalização de acervos, a história das mortes voluntárias beneficiou-se da diversificação no leque de fontes e tendeu a abandonar estudos gerais em prol de outros mais circunscritos, que se propuseram a recuperar o fenômeno em períodos mais recentes e a partir de grupos específicos, ainda que sejam raros os dedicados à períodos posteriores à Segunda Guerra Mundial.

Depreende-se, nesse sentido, quão complexo é o fenômeno, seja para as autoridades governamentais ou para as teorias científicas, que aportam numa seara na qual as contradições do homem moderno mesclam-se aos desafios colocados pelo cotidiano, por vezes, de extrema violência. Porém, é pertinente reiterar que os contextos socioeconômico e político podem fornecer indicativos das singularidades da prática em dado período histórico, movidos também por experiências culturais que norteiam os comportamentos diante das situações limites da existência humana.

É nessa esteira que há de se considerar, ao se investigar o cenário aqui em questão, que a instauração, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, de regimes de força na Europa impôs um clima de apreensão que não tardou para que se iniciassem perseguições bem antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha, desde a ascensão de Adolf Hitler ao posto de chanceler em 1933, a adoção de medidas cada vez mais restritivas às liberdades de judeus, ciganos, homossexuais, negros e comunistas tornava-se realidade. As Leis de Nuremberg, decretadas em 1935, institucionalizariam os planos de cunho racista e antissemita, presentes na agenda do partido Nacional Socialista desde os anos de 1920. Não demorou para que o cotidiano dos grupos excluídos da cidadania alemã se tornasse insuportável, tanto até decidirem por emigrar, ainda que essa possibilidade não estivesse ao alcance de todos. Separar as consideradas raças de compleições degeneradas das que possuíam os nobres predicados arianos prenunciava a formação da sociedade idealizada pelo *Terceiro Reich*.

Enquanto isso, o comando alemão não hesitava em fabricar e aprimorar a máquina de guerra, desrespeitando as imposições do Tratado de Versalhes. Pouco mais de um ano após a aliança com a Itália, o chamado eixo Roma-Berlim, a política externa agressiva de Hitler levou à anexação da Áustria em 1938 (*Anchluss*), prenúncio dos confrontos que resultariam na Segunda Guerra Mundial.

As perseguições empreendidas contra os grupos estigmatizados ultrapassaram de vez as fronteiras alemãs em direção ao Leste e ao Oeste do Velho Continente. O cerco fechava-se e os indivíduos alvos das políticas hostis enfrentavam múltiplas dificuldades para cruzar as fronteiras. A polícia da elite nazista, a *Schutzstaffel* (SS), incumbida de impor o domínio sobre as populações derrotadas, monitorava a nova ordem e caçava os inimigos, agindo rigorosamente nas passagens das fronteiras.<sup>75</sup> Inclusive as embaixadas, consideradas as únicas portas de salvação por muitos que aspiravam escapar da violência, eram ansiosamente procuradas e, por vezes, os cônsules atuavam a favor dos que desejavam emigrar, a exemplo do representante brasileiro na França, Luís Martins de Souza Dantas, que concedeu vistos a perseguidos, o que lhe valeu a prisão por parte dos alemães.<sup>76</sup>

Deste modo, a situação dos “indesejados” na Europa ocupada pelos alemães caminhava a passos largos rumo aos campos de concentração, lugares que rebaixavam os prisioneiros a condições subumanas como se fossem destituídos de consciência e impondo-lhes sofrimentos de toda ordem que culminaram, não raras vezes, com as câmaras de gás.<sup>77</sup> Proteger-se frente à intolerância implicava numa questão de vida ou

---

<sup>75</sup> Logo que a ocupação alemã se efetivou nos territórios conquistados, meticulosos dispositivos legais relativos às ações de perseguição da SS foram impostos às autoridades locais. Como ressalta Evans: “Em todos os lugares onde puderam, os administradores alemães civis, militares e a SS agiram rapidamente para garantir a aprovação de leis antijudaicas, a arianização da propriedade judaica e por fim o recolhimento da população judaica e sua deportação para os centros de matança no Leste. (...) Quase por toda parte, os refugiados judeus de outros países foram as primeiras vítimas. No geral, eles receberam pouca ou nenhuma proteção da administração do país onde buscaram segurança contra a perseguição na Alemanha ou em outros locais; até mesmo organizações judaicas nativas relutaram em fazer qualquer coisa para ajudá-los.”. EVANS, Richard J. *O Terceiro Reich em guerra*. São Paulo: Planeta, 2012, p. 429.

<sup>76</sup> Levado em 1942 pelas tropas alemãs de Vichy, na França, a Bad Godesberg, na Alemanha, Souza Dantas ficou detido até 1944, quando, após negociações travadas pelos norte-americanos, foi libertado. O diplomata trabalhou na embaixada do Brasil na França por vinte anos e foi homenageado no rol da galeria dos heróis do povo judeu. Vide: KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

<sup>77</sup> Sobre o papel dos campos de concentração no sistema totalitário, Hannah Arendt pontua que: “O verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de que os internos, mesmo que consigam manterem-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido, porque o horror compele ao esquecimento. (...) É como se se pudesse tornar permanente o próprio processo de morrer e criar uma situação em que tanto a morte como a vida são retardadas com a mesma eficácia.”. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 493-494.

morte, e mesmo nos casos em que se foi possível sair do continente, as ofensivas persecutórias continuavam para além dos territórios dos países beligerantes.

No Brasil, o aumento do fluxo migratório proveniente da Europa motivou as autoridades brasileiras a restringirem a entrada de imigrantes em busca de asilo.<sup>78</sup> Quer tenha sido ou não expediente de fundo xenofóbico ou antissemita, na prática só fez aumentar o drama de inúmeras pessoas que buscavam desesperadamente um novo lar onde pudessem se restabelecer dignamente. Chefiado por Oswaldo Aranha (1938-1943), o ministério das Relações Exteriores,<sup>79</sup> por meio de circulares secretas expedidas pelo Itamaraty, encaminhou diretrizes aos portos de entrada e às embaixadas brasileiras no exterior que proibiam a permanência de certos viajantes recém-chegados e limitavam a concessão de vistos, a depender da origem étnica do solicitante. Tucci Carneiro, em trabalho já clássico, pondera que a defesa da nação por parte de Vargas foi a estratégia mobilizada fosse para jogar com os Estados Unidos e a Alemanha no âmbito externo, fosse para defender o país de quistos raciais ou do comunismo, frequentemente associado aos judeus, que, de forma contraditória, também eram evocados como exploradores capitalistas. Assim, na perspectiva da autora, o discurso nacionalista pôde abrigar, no interior do governo, tendências simpáticas às posturas autoritárias. Assim:

Do judeu imigrante foi cobrada, concomitantemente, uma dedicação à agricultura e uma formação técnico-industrial, contestando sua dedicação ao comércio e sua concentração nos grandes centros urbanos. Legalmente foi impedido de qualquer atividade política ou opção ideológica, correndo o risco de ser rotulado de “comunista”. Portanto, a adoção de uma política imigratória restritiva apoiada em critérios étnicos foi vista como solução, pois atendia a interesses internos e externos, configurando a formação de dois blocos opostos. Do ponto de vista interno (no plano econômico) configurou-se a luta do industrialismo em oposição à vocação agrícola, cercado-se o governo de um grupo de empresários, porta-vozes dos interesses privados e que passaram a assessorar Vargas nas mais variadas questões internacionais. O setor industrial deu progressiva adesão ao modelo autoritário centralizador, reconhecendo a necessidade de intervenção estatal na economia. Do ponto de vista

---

<sup>78</sup> É importante registrar que Jeffrey Lesser colocou em dúvida a efetiva aplicação da política de restrição em relação à entrada de estrangeiros no Brasil. As leis, que teoricamente demonstravam a disposição das autoridades brasileiras de barrar severamente indivíduos de outras nacionalidades, não foram seguidas fielmente por alguns dos seus executores. Inclusive, em relação ao ano de 1939, quando circulares secretas e outros dispositivos determinaram posturas mais duras, o autor pondera que houve aumento na entrada de judeus no país. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 239.

<sup>79</sup> No Estado Novo, o serviço de vistos mantido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), encarregado de permitir legalmente a estadia do imigrante no Brasil, passaria em 1941 para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), dirigido por Francisco Campos. A transferência do encargo de um ministério ao outro transcorreu em disputa calorosa entre os ideólogos das repartições, Oswaldo Aranha e Francisco Campos. KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 87.

internacional (no plano político-econômico) estavam em jogo tratados comerciais, empréstimos financeiros e até mesmo apoio militar.<sup>80</sup>

Em outras palavras, se o Brasil incentivava a vinda de imigrantes europeus na Primeira República,<sup>81</sup> após 1930 a situação mudou em consonância com os acontecimentos internacionais. À luz de critérios mais excludentes e fundamentados na suposta diferenciação étnica, cuja fonte inspiradora consistia-se nas teorias eugênicas europeias e norte-americanas, a política imigratória articulava-se também aos interesses econômicos das elites que apoiavam Getúlio Vargas, que admitiam no país apenas aqueles possuidores dos atributos requeridos para o exercício de atividades ligadas à tão desejada industrialização, o que indiretamente era uma forma de exclusão de grupos. Argumentos derivados do nacionalismo em voga que ganhavam consistência em vista da questão datada da Primeira Guerra Mundial, da luta contra a formação de “quistos raciais”, considerados prejudiciais à consolidação dos valores da brasilidade.

Os novos parâmetros de controle imigratório começaram a ser postos em prática em 1934, quando a Assembleia Constituinte promulgou a “Lei de Cotas”, instrumento que respondeu aos anseios de setores governistas e de intelectuais simpatizantes dos regimes autoritários: diminuir o percentual da entrada de imigrantes e proibir que fossem dominantes em largas áreas do país. Tema candente nos anos posteriores, a discussão sobre os rumos da política imigratória continuou em pauta, com a edição de novos decretos, a exemplo do nº 406, de 4 de maio de 1938, que, dentre outras medidas, criou o Conselho de Imigração e Colonização para dar conta da matéria de modo mais sistemático, o nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, que regulou a obrigatoriedade do registro de estrangeiros com menos de 60 anos de idade nos posto policiais para obtenção da carteira de identidade “Modelo 19”, e o nº 4.637, de 31 de agosto de 1942, que, por sua vez, tornou ilegal a participação em reuniões ocorridas em sindicatos e entidades sociais dos chamados “súditos” dos países inimigos do Brasil, após a declaração do Estado de Guerra contra o Eixo em 22 de agosto de 1942.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 122.

<sup>81</sup> Alguns dos intelectuais membros da bancada varguista criticavam o modelo imigratório introduzido em território nacional nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo eles, a formação de comunidades isoladas pelo interior do país foi sintoma justamente dos equívocos cometidos pelos governantes naquela época. SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, volume 3, nº 1, Rio de Janeiro, 1997.

<sup>82</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3010 de 20 de agosto de 1938. Rio de Janeiro, DF; \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 406 de 4 de maio de 1938. Rio de Janeiro, DF; \_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 4.637, de 31 de agosto de 1942. Rio de Janeiro, DF. Legislação informatizada da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados. Disponível nos

Os que buscavam asilo fora da Europa encontravam muitas dificuldades para estabelecerem-se legalmente e mesmo aqueles que conseguiam, a custo de muitos esforços, ou de maneira clandestina, nem sempre conheciam a vida sonhada no novo destino. Emigrar envolvia uma série de rupturas em relação à cultura de origem. Deixar para trás parentes e conhecidos, hábitos e bens materiais acarretava em adaptar-se às primeiras demandas da subsistência em meio a muitas incertezas quanto ao futuro. Aos que venciam essas barreiras iniciais, restava o trabalho de conciliar as lembranças do passado familiar aos desafios do novo mundo, o que se tornava ainda mais complexo em vista do contexto imposto pela guerra em curso a partir de setembro de 1939.<sup>83</sup>

O Estado do Rio de Janeiro, no qual se situava a capital do país, atraía parte importante dos imigrantes e tal experiência era vivida em meio à conturbada atmosfera da política local, sob o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas. Sobretudo, a partir de 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a censura recrudescera e a imprensa, um dos principais meios de comunicação da época, esteve entre os maiores alvos. Merece destaque a representativa modernização, então em curso, na imprensa brasileira da época. Grande parte dos jornais, sem perderem o caráter opinativo, era administrada por empresários que tinham em mira a obtenção de lucros. Não à toa, apelavam para a publicação de uma diversidade de conteúdos travestidos pela linguagem do entretenimento, que tornasse atrativa a leitura dos números. Músicas, por exemplo, faziam parte deste repertório jornalístico, como a que foi popular sobre o suicídio, transcrita abaixo:

*O domingo é sombrio*  
*As minhas horas sem sono*  
*Queridas as inúmeras sombras*  
*Com as quais convivo*  
*Pequenas flores brancas*  
*Não te acordarão*  
*Não onde o treinador negro*  
*Da dor te levou*  
*Os anjos não pensam*

---

sítios eletrônicos: [www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/) e <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/>

<sup>83</sup> Ainda que pesasse os inúmeros desafios no estabelecimento do imigrante na nova terra, no Estado do Rio de Janeiro, organizações de apoio aos recém-chegados os auxiliavam nos primeiros momentos, a exemplo da Junta dos Refugiados de Guerra e do Comitê Intergovernamental sobre Refugiados, além de outras entidades dirigidas especificamente a determinadas etnias ou nacionalidades, como a Sociedade Beneficente Israelita de Amparo aos Imigrantes (RELIEF).

*Em te devolver jamais*

*Será que eles ficariam zangados*

*Se eu me juntasse a ti?*

(Lazlo Javor e Rezsö Seress, *Domingo sombrio*)

Tocada em meio aos ventos de desesperança que estavam na iminência de varrer a paz no continente europeu, a música húngara *Gloomy Sunday (Domingo sombrio)*, constituía-se numa evocação para a prática do suicídio. Lançada em 1933 pelo poeta Lazslo Javor e pelo pianista Rezsö Seress, a melodia reproduzia o âmago da tristeza que invadia o cotidiano de sujeição do indivíduo a um estado depressivo que o desafiava a se entregar-se. A canção foi rapidamente considerada um convite ao suicídio, pois seus versos foram encontrados em cartas de, pelo menos, vinte suicidas húngaros até 1936, prática que se repetiu em outros países, inclusive no Brasil.<sup>84</sup> A canção atingiu tamanha popularidade na voz da cantora norte-americana Billie Holiday, que a gravou em 1941, e acabou proibida nas rádios dos Estados Unidos e do Reino Unido. Entre mitos e fatos considerados verídicos, *Gloomy Sunday*, conhecida pela alcunha de “música do suicídio”, foi gravada por vários outros artistas nas décadas seguintes, prova do sucesso de sua aceitação entre os ouvintes do século XX.

Tal circunstância indica que a canção, a despeito de ter origem na Hungria, não dizia respeito apenas à situação daquele país, mas expressava a angústia e a atmosfera trágica que contagiava o mundo ocidental. Frente às incertezas quanto ao futuro, cresciam as referências e a simbologia de um outro mundo, o que contribuía para dar sentido ao ato de tirar a própria vida que, pelo menos para alguns, assumia contornos heroicos. Não se pode esquecer que a memória da Guerra de 1914, com seus mortos e rastros de destruição, ainda era bastante presente no cotidiano daqueles que haviam atravessado aqueles anos.<sup>85</sup> Os que voltaram das trincheiras precisavam se desfazer aos poucos de suas lembranças e, para muitos, a experiência traumática impulsionava-os à buscar alívio

---

<sup>84</sup> Conforme noticiado no vespertino *Gazeta Popular* em 1936, na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, foi encontrado o corpo de um homem vítima de afogamento que tinha nas vestes papel com a letra de *Domingo sombrio*. Tipificado como suicídio, a identidade do indivíduo não foi determinada. Vide: Eu morrerei num domingo quando tiver sofrido muito. *Gazeta popular*. São Paulo, ed. 02012, p. 5, 24 de agosto de 1936.

<sup>85</sup> Como ressaltado pelo historiador francês Stéphane Audoin-Rouzeau, o luto vivido durante a guerra difere do experimentado em tempos pacíficos. A guerra não permite elaboração da perda, uma vez que não é possível cumprir os rituais simbólicos de elegia aos mortos. AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Apocalipses da guerra. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). *História das emoções*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020, p. 311-312.

e descanso pondo fim ao fardo da existência. O horror vivido parecia novamente prestes a se repetir.

Se no final do século XVIII, obras como *Os sofrimentos do jovem Werther*, do escritor alemão Goethe,<sup>86</sup> foi responsabilizada pela epidemia de suicídios registrada no Oitocentos, a diversificação e aprimoramento dos meios de comunicação nas décadas de 1930 e 1940, com o rádio e o cinema, que não demandavam o domínio da escrita, potencializou a difusão de imagens relativas ao suicídio. No Rio de Janeiro, não apenas a música, mas conteúdos apresentados em filmes e peças teatrais, com enredos que incluíam personagens suicidas, causavam preocupação nas autoridades. A crítica apontava a banalização das mortes voluntárias, presentes em melodramas corriqueiros e que poderiam transmitir aos espectadores o que se caracterizava como uma falsa sensação de liberdade diante das muitas adversidades existenciais.<sup>87</sup> Assim, alguns jornais chegavam a solicitar a intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para censurar produções que romantizavam o heroísmo da escolha de tirar a própria vida.

Na literatura, por sua vez, o romance de Erico Veríssimo, *O resto é silêncio*, publicado em 1943, também chamou a atenção para o tema. Obra de grande envergadura de um dos expoentes da literatura brasileira nos anos de 1930, foi traduzida posteriormente para o inglês, castelhano, italiano e húngaro. O título, emprestado da última fala de Hamlet, alude à despedida de uma suicida, que instaura o silêncio em sua plenitude, e para os que ficam, permanece a reticência enquanto única forma de comunicação com familiares e amigos.

A história parte de um fato verídico, testemunhado pelo autor nas ruas de Porto Alegre em 1941, que assistiu ao suicídio de uma mulher que se jogou do alto de um edifício. Transplantada para a criação literária, a suicida é Joana Karewska, jovem filha de imigrantes poloneses, cujo ato foi presenciado por outras sete personagens. A trama apoiou-se nos diferentes comportamentos humanos diante do impacto da morte, representativos da sociedade porto-alegrense daqueles anos. Instados a refletir sobre a fugacidade da vida em meio à repressão das liberdades individuais e do massacre da guerra na Europa, cada uma das personagens reagiu de acordo com suas prerrogativas ético-morais, o que remete para apreensões coletivas, evidenciadas em atitudes ora de comoção, ora de repúdio, ora de passividade diante da decisão de Joana. Destaca-se o

---

<sup>86</sup> GOETHE, Johann Wolfgang von. *Os sofrimentos do jovem Werther*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

<sup>87</sup> Estes suicidas... . *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 89, p. 3, 14 de abril de 1939; Epidemia de suicídios. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 97, p. 3, 26 de abril de 1940.

ponto de vista do escritor Tônio Santiago, alter ego de Veríssimo e narrador, que se posicionou solidariamente e manifestou compaixão por Joana, deslocando sua decisão a um contexto social mais amplo:

Agora o suicídio daquela criatura parecia vir dizer-lhe que o mundo estava cheio de dramas e sofrimentos, de violência, desgraça e loucura. (...) Veio-lhe então uma sensação de arrependimento...mas arrependimento de quê? Talvez de alguma atitude de irreverência diante da vida, de algum gesto menos amigo para com as outras criaturas. Fosse qual fosse a razão do suicídio – cabia a ele, Tônio, uma parcela de culpa. Que estava fazendo com suas palavras, os seus livros, a reputação que conquistara – que estava fazendo para melhorar aquela sociedade, a fim de evitar que situações, pessoas, incompreensões e misérias tornassem possíveis estados de espírito e atos como os daquela moça? .<sup>88</sup>

Ainda que a jovem fosse desconhecida, a responsabilidade do ato reclamava, portanto, a consciência social de Tônio e o estimulava a humanizar o problema, questionando o próprio engajamento para sua resolução. A autoanálise diluía a culpa da suicida, uma vez que uma série de fatores externos teriam levado a jovem ao último suspiro, passagem que atesta a abordagem crítica de Veríssimo com o tema, postura que deu margem a leituras controversas. Em uma delas, o padre jesuíta Leonardo Fritzen, redator da revista *O Eco*, do colégio Anchieta de Porto Alegre e pertencente à ala de intelectuais conservadores gaúchos, em artigo publicado no mesmo órgão, condenou a leitura do livro por perverter a dita moralidade virtuosa da nação e dirigiu severos ataques ao romance. No artigo intitulado *Getulinho Vargas*, o sacerdote homenageou o recém-falecido filho do presidente Vargas e enalteceu a importância da educação católica na formação da juventude brasileira. Condenou a obra de Veríssimo pelo suposto conteúdo contrário aos valores religiosos. Nas suas palavras: “(...) O livro contém veneno... o livro é vil... o livro mata.”.<sup>89</sup>

A celeuma atingiu o ápice quando Veríssimo, sob a justificativa de haver sido ferido no seu direito à liberdade de expressão, processou o sacerdote por calúnia. Formalizada a acusação, a opinião pública de Porto Alegre dividiu-se entre o apoio ao padre e ao escritor, o que deu margem a ferrenho debate entre os grupos alinhados a cada um deles: o primeiro, composto por indivíduos provenientes das Congregações Marianas jesuítas e das áreas do Direito e da Medicina, e o segundo, constituído por intelectuais de formação heterogênea, profissionais da imprensa e da editora Globo, que editara a obra.<sup>90</sup>

<sup>88</sup> VERÍSSIMO, Erico. *O resto é silêncio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 295-297.

<sup>89</sup> Um incidente literário no Sul, o escritor Erico Veríssimo e uma entrevista que nos fez quebrar o silêncio. *O Apóstolo: órgão do apostolado da oração*. Florianópolis, ed. 312, p. 2, 1 de julho de 1943.

<sup>90</sup> Lorena Madruga Monteiro recupera justamente o embate da intelectualidade sulista travado em face da publicação de *O resto é silêncio*, livro pivô das divergências que depois abriu brechas à emersão do campo de forças ideológicas da época. MONTEIRO, Lorena Madruga. *O resto não é silêncio: polêmica e*

Nessa disputa, houve publicação de manifestos na imprensa, que apresentaram seus pontos de vistas, com acusações de diferentes ordens, o que aumentou a intensidade do debate. Os argumentos extrapolaram o campo literário e apresentaram-se eivados de conotações ideológicas, tanto que os adeptos de Leonardo Fritzen culpavam Veríssimo por fazer apologia à democracia norte-americana, em detrimento da política centralizadora do governo brasileiro, enquanto os aliados do escritor acusavam os oponentes de defenderem preceitos da extrema direita, sem deixar de mencionar o caráter retrógrado que resultava do envolvimento da Igreja na produção cultural.

Ao final, Leonardo Fritzen obteve a absolvição e Veríssimo arcou com as custas do processo, mas a repercussão nacional do litígio, que acabou por expor a contraposição entre simpatizantes e opositores do regime Estado-novista, atraiu os holofotes da opinião pública para a questão do suicídio, mote inicial da disputa. Além de revelar a vigilância atenta da Igreja na difusão de conteúdos relativos ao suicídio, o episódio mostrou a força do fenômeno no imaginário social da época, uma vez que, nesse caso, conjugou a discussão de problemas que ultrapassavam as preocupações relativas à vida privada do indivíduo, aspecto tão reiteradamente citado pelos especialistas na matéria.

Isto é, a partir do imbróglio gerado pela recepção da obra de Veríssimo, evidencia-se que o suicídio suscitava questões políticas candentes do momento, sobretudo quando se considera o contexto da guerra em curso, que despertava medo e incertezas, pautados em nacionalismos extremados e na destruição. Até a França, tão admirada pelas elites brasileiras, sinônimo de civilização e refinamento, caíra diante dos tanques alemães. Num mundo de muitas instabilidades, o suicídio adquiria sentido escatológico, corolário de uma crise que se apresentava como sem precedentes na história.

No plano cultural, essa atmosfera era captada fosse pela música, teatro, cinema ou literatura e, no dia a dia, comparecia nos jornais, o que evidencia que o suicídio foi considerado por alguns como uma saída válida, tanto que cresceram os registros dando conta desse tipo de atitude, fenômeno que, em uma de suas facetas, foi retratado como sintoma do pânico coletivo causado pela guerra.

De fato, o cenário desfavorável recua à Crise de 1929, ao que se soma o crescente descrédito em relação às políticas liberais, o fortalecimento de regimes de extrema direita ao poder, os ataques às minorias, exemplificados na *Kristallnacht* em 1938, e, finalmente, em setembro de 1939, o início de um novo conflito conformam a conjuntura que

---

polarização do campo intelectual em Porto Alegre nos anos 1940. *Perspectivas*, São Paulo, v. 40, p. 121-143, 2011.

alimentou a onda de pessimismo que acabou por conferir sentido ao suicídio diante de uma humanidade que parecia fadada a autodestruir-se. As cartas estavam na mesa e, ao que parecia, cedo ou tarde o turbilhão de sucessivas crises selaria a decadência e até mesmo o fim dos tempos. Não se pense que a ideia da chegada do apocalipse acometia apenas os que se encontravam na outra margem do Atlântico. O jovem de 24 anos, Agostinho de Moura Assunção, natural do Piauí e residente na cidade do Rio de Janeiro, matou-se em um bar e justificou seu ato nos seguintes termos:

Senhores: sou partidário do suicídio da humanidade. O mundo se torna cada vez mais insuportável. Deixemos o mundo. (...) Quão bonita não seria essa retirada em massa para o outro mundo! Que espetáculo soberbo de bravura e de renúncia! (...) Procuo a morte não como solução de um problema, mas como a satisfação de um desejo. Que não me chamem os jornais de tresloucado; estou em são juízo.<sup>91</sup>

A ocorrência, que teve repercussão local, pode servir de indício do quanto o ânimo individual e, pelo menos em parte, o coletivo, estava abalado. Mesmo o Brasil não sendo palco da guerra, a marcha dos acontecimentos assombrava e tornava próxima a sensação de perigo. Tanto que, como salienta Roney Cytrynowicz, o Estado Novo mobilizou a população a planejar ações de defesa civil, sob o argumento de possíveis ataques militares no território brasileiro, mas que, segundo o historiador, não passava de estratégia política calcada no objetivo de uniformizar os interesses das diversas classes sociais em torno das orientações da ideologia oficial. No Rio de Janeiro, práticas culturais como o samba e o carnaval eram cerceadas nesse sentido, o que gerava resistências por parte dos populares, contrariados no direito de expressarem livremente suas visões sobre o conflito.<sup>92</sup> Some-se, ainda, a voz de personalidades internacionais que faziam coro à advertência da fase penosa atravessada pela humanidade. Posturas pacifistas, como a de Mahatma Gandhi que, em abril de 1939, três meses antes de enviar carta a Hitler, conclamando-o a evitar um conflito que, nos seus termos, desencadearia a morte da humanidade, não tiveram nenhum efeito prático, mas bem atestam o clima de apreensão diante de uma nova guerra industrial, que prometia ser ainda mais fatal que a anterior e alimentada por nacionalismos e xenofobias extremadas.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> Sou partidário do suicídio da humanidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ed. 117, p. 11, 20 de maio de 1939.

<sup>92</sup> Roney Cytrynowicz ainda explica: “Dezenas de sambas foram criados satirizando Getúlio Vargas, associando-o a Hitler e Mussolini, ironizando a mobilização e afirmando até que heróis da pátria eram os sambistas.”. CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 29.

<sup>93</sup> Gandhi afirmou: “(...) estou lutando pela paz e morrerei pela paz nos congressos, nos Estados, pela paz na terra, e pela boa vontade entre os homens. Para selar esta determinação, sou capaz de jejuar até a morte

A presumida ameaça do fim dos seres humanos, envolvidos numa espécie de suicídio coletivo, continuava a ocupar espaço na imprensa. Em janeiro de 1942, o Brasil abandonou a neutralidade e os acontecimentos que se sucediam no *front* fomentavam o temor da catástrofe. Hitler, após a derrocada da *Wehrmacht* na batalha de Stalingrado em 1943, parecia ainda mais determinado; ferozes batalhas eram travadas nos céus, mares e em terra firme, desde o Pacífico até o Atlântico; uma arma secreta era anunciada por alemães e americanos e as notícias sobre campos de extermínio pareciam indicar que o fim da guerra era incerto e que poderia incluir o continente americano, ainda poupado. A expectativa pelo fim da guerra vinha acompanhada por imagens de um mundo inóspito e de uma paz frágil. Em janeiro de 1944, o correspondente em Portugal do *Jornal do Comércio*, Augusto de Castro, constatou justamente esse receio e pontuou que:

A primeira barreira que a experiência trágica desta guerra terá de levantar - é a barreira moral contra o suicídio humano. A humanidade, diga-se o que se disser, está em caminho do suicídio. O fantasma do 'fim do mundo', tantas vezes anunciado como uma visão apocalíptica, pode estar, sob o ponto de vista da sobrevivência do Homem moderno e da sua realidade progressiva e social sobre a Terra, mais perto do que se pensa.<sup>94</sup>

A relação entre o momento histórico e o suicídio é referida pelo colunista ao discutir as consequências do caos proveniente da guerra, que, por haver se alastrado de maneira tão devastadora, teria colocado em risco a própria existência humana. Para dar conta do risco então enfrentado, o recurso à noção de suicídio coletivo, no sentido de uma aniquilação da experiência humana no planeta, tornou-se uma imagem poderosa, capaz de expressar o dilema então vivido. Cidades que detinham patrimônios históricos valiosos, acumulados ao longo de séculos e que guardavam valores que ultrapassavam o aspecto material, eram bombardeadas com armamentos pesados, o que também simbolizava o desaparecimento de preceitos ético-morais nos quais se ancorava a sociedade moderna. Nesse sentido, evidenciava-se o fim de uma era e, quando certo otimismo em relação à vitória dos Aliados começou a se desenhar, foi sintomático que, para os líderes prestes a serem derrotados, a imprensa sugeriu, como um dos caminhos possíveis, justamente o suicídio.<sup>95</sup>

---

para conter a humanidade ocidental, a qual está se preparando para cometer um suicídio em escala até agora desconhecida na história do mundo.”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, ed. 03632, p. 6, 28 de abril de 1939.

<sup>94</sup> CASTRO, Augusto de. Cartas sem data. O homem moderno suicida-se? *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ed. 96, p. 3, 23 de janeiro de 1944.

<sup>95</sup> Cabe destacar que, ao se aproximar o final da guerra e se desenhar a derrota nazista, a imprensa especulava se Hitler, Goebbels e Goering cometeriam suicídio. Suicídio, assassínio ou fuga? *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 211, p. 2, 7 de setembro de 1944.

Se é certo que o suicídio tem a indelével marca pessoal, a conjuntura motivava a redimensioná-lo enquanto uma opção coletiva, diante dos prognósticos acerca do decurso e do depois da guerra. Nessas projeções, o fenômeno serviu como parâmetro para indicar a gravidade da situação frente ao poder de destruição das armas, o que justificava as apreensões quanto ao destino dos seres humanos, angústia que não sairia de cena após a guerra, tendo em vista o início da tecnologia nuclear. A própria ideia de reconstruir o mundo quase convertia-se em miragem, uma vez reveladas as muitas cidades em escombros, ao que se somavam os efeitos traumáticos de milhares de vidas ceifadas, de ambos os lados, e que não cicatrizariam milagrosamente com a rendição do Eixo.

A mudança de atitude necessária para a saída da crise colocava no centro da cena a necessidade de reavaliação dos valores morais, éticos e políticos do Homem moderno, o que tocava em problemas de ordem humanitária irresolutos, a começar pela difusão das teorias de cunho racistas do século XIX. Assim, a força adquirida pelo suicídio, fosse enquanto metáfora para o fim da humanidade, fosse como ato praticado por indivíduos, aponta para a internalização das profundas contradições da modernidade, potencializadas pela Segunda Guerra, a evidenciar a vulnerabilidade humana em face da tão almejada busca e crença no progresso técnico-científico.

Nesse quadro matizado pelo encontro de forças ciclópicas que não poupavam nem o próprio “eu”, não à toa, predominava, nos jornais cariocas analisados, a preocupação com o suicídio, considerado capaz de afetar o desenvolvimento moral do país. Não raro, matérias endossavam o discurso aversivo de instituições públicas e religiosas, ao considerarem que a prática maculava a formação do espírito nacional, uno e sadio, a ser preservado para as gerações futuras. Apesar dos casos ganharem repercussão nas seções policiais, em outros espaços dos próprios impressos o tema era problematizado, oportunidades nas quais pontuava-se o papel maléfico da imprensa em noticiar livremente tais ocorrências, preconizando-se a necessidade de sérias campanhas em prol da erradicação do mal, associadas a explicações de naturezas científica e religiosa que propunham ações inibidoras do estado depressivo, encorajador da morte.

A espetacularização com fotos, detalhes da cena, antecedentes das personagens envolvidas, incomodava a certos grupos por supostamente incitar os leitores a imitarem o ato descrito. Tal enunciado não era recente, Émile Durkheim já enfatizava o perigo da publicação dos casos de suicídios pela imprensa e afirmou que as pessoas poderiam adotar a prática em vista do compartilhamento social que, nas entrelinhas, poderia dotá-la de

legitimidade e incitar imitações individuais irrefletidas.<sup>96</sup> A questão dava margem a longas discussões, principalmente quando envolvia o público jovem, geralmente rotulado de presa fácil de emoções, muitas vezes derivadas de amores não-correspondidos. Nessa perspectiva, o acesso aos conteúdos de tal natureza, cotidianamente presentes nos jornais, poderia incentivar imitações, ainda mais porque eventos com jovens recebiam considerável atenção. Note-se que as demandas encontraram apoio, tanto que, em novembro de 1944, o *Jornal do Brasil* assinalava a suposta mudança de tratamento do suicídio por parte do jornalismo brasileiro, em resposta às diretrizes emanadas da polícia, que teria acabado com abusos de tom sensacionalista.<sup>97</sup>

Dessa forma, além das narrativas enxutas, com vistas a inibir eventual persuasão ou incitar a imaginação dos leitores, a imprensa buscava também dividir a responsabilidade com outros agentes visando coibir a prática por meio de campanhas de prevenção. Convocavam-se educadores, médicos, psiquiatras e religiosos para integrarem o esforço de se manter os bons hábitos, em consonância com a higiene mental.<sup>98</sup> Nessa missão, os jornais teriam que evitar qualificativos do ato, tido como mácula inaceitável, para o que era permitido, inclusive, ridicularizar e ironizar o praticante. “Fútil”, “asneira”, “tolice”, “fraco” e “covarde”, eram alguns dos adjetivos utilizados ao se referirem tanto às causas alegadas como aos indivíduos que as levavam a termo. A título de exemplo, cabe citar o julgamento desaprovador, segundo o qual, em função dos altos preços dos paramentos do velório, não compensaria o investimento na ação autodestrutiva, e que se realizada, melhor seria se fosse logo na mesa do necrotério, onde pouparia os trabalhos de legistas, médicos e policiais no recolhimento do corpo e na investigação da cena:

Por isso eu sempre aconselho aos meus amigos, candidatos a morrer de morte voluntária, a cometerem o suicídio sobre uma das mesas de mármore do necrotério, tendo previamente o cuidado de se despirem para poupar trabalho

<sup>96</sup> DURKHEIM, Émile. *Op. Cit.*, 2000, p. 135.

<sup>97</sup> É curioso verificar que, apesar de os jornais posicionarem-se contrários à divulgação dos casos de suicídio em suas páginas, o registro continuava a ocorrer e ainda nos moldes da linguagem sensacionalista. Destarte, infere-se que, nos bastidores da publicação, poderia haver desacordos entre redatores, repórteres e agentes da segurança pública, principal fonte de coleta das informações, a ponto de nem sempre os jornais cumprirem obedientemente as normas decretadas e resultar em situações de mal-estar entre os profissionais envolvidos. De qualquer forma, como oportunidade de propagandear as benesses do regime, acreditava-se na mudança positiva do padrão das notícias orquestradas pelos ditames da censura policial em comparação com tempos anteriores: “O jornalismo brasileiro já usou e abusou de semelhantes processos. Abandonaram-nos, porém, quase de modo completo, respeitando, por um lado, prescrições das autoridades, e atendendo por outro, aos apelos de pessoas que haviam estudado a fundo as inconveniências de um noticiarismo intencionalmente, propositalmente escandaloso e terrificante. Desde muito limitam-se as nossas folhas à inserção do que, sobre crimes e suicídios, a polícia lhes comunicou.” A mania do suicídio no seio da mocidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ed. 279, p. 5, 25 de novembro de 1944.

<sup>98</sup> Lacuna da pesquisa, o suicídio analisado pelas instituições brasileiras de saúde poderá ser compreendido de forma mais detida por meio dos arquivos da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM).

aos empregados do estabelecimento. Experimentem e digam se eu não tenho razão.<sup>99</sup>

Contudo, na contramão do tom depreciativo, havia lugar também para justificativas elucidativas, como a de que o suicida, em meio ao ato, poderia se arrepender e não ter mais o tempo hábil de voltar atrás ou, de cunho motivacional, fazê-lo compreender a condição existencial das adversidades mundanas a fim de demovê-lo da severa melancolia.<sup>100</sup>

Ainda no âmbito da tarefa de dissuadir o potencial suicida, coube à religião advertir a respeito do destino no outro além-mundo, nada reconfortante para as almas que resolvessem partir antes da hora. Assinadas eventualmente por sacerdotes da Igreja Católica, as colunas no periodismo ressaltavam que esse direito pertencia única e exclusivamente a Deus, dono da justiça suprema e cujas leis se sobrepunham às dos seres vivos. O suicídio constituía-se em grave pecado por contrariar a vontade divina, uma das fontes do estereótipo que remete à fraqueza humana inscrita no ato, interpretado sob as lentes dos moralistas conservadores como forma de desertar das tribulações terrenas.<sup>101</sup> Apoiado nas leis sagradas, o Espiritismo também reivindicava pelos jornais a prevenção do fenômeno, apelando para narrativas de médiuns que, em contato com suicidas, psicografavam narrativas utilizadas como argumento para evitar tal caminho.<sup>102</sup>

A despeito do tom desaprovador imperante nos jornais, há que lembrar, entretanto, que a guerra poderia redefinir esse discurso. Dito de outra forma, seria possível identificar, na tessitura do cotidiano, alguma forma de legitimação social do suicídio? Haveria sinais expressos de compaixão para com os que cometessem o ato em razão das dificuldades advindas do conflito? Se a causa fosse os efeitos da Segunda Guerra Mundial, não seria uma maneira de evidenciar a intolerância étnico-cultural, transformada em drama pessoal dos que foram vítimas de políticas totalitárias? No Brasil, em 1942, tais questões começaram a ser respondidas, quando Stefan Zweig, ao tirar a própria vida, colocou em primeiro plano a relação entre o suicídio e o peso do contexto desolador.

Em matéria publicada no *Jornal do Comércio*, uma das muitas acerca da morte do escritor, evidencia-se a importância da causa a que se subordina a sua decisão:

<sup>99</sup> Modos de morrer. *A Noite*, Rio de Janeiro, ed. 10370, p. 2, 23 de dezembro de 1940.

<sup>100</sup> Exemplos eram utilizados para explicar a chance de suceder-se o arrependimento durante o ato: “Todos os suicidas, em geral, se acovardam, quando a morte chega. Ana Karenina, ao atirar-se, desvairada, diante do trem que avançava na escuridão da noite, ainda teve tempo de arrepender-se.” PINTO, Ricardo. Coragem de morrer. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 05466, p. 1, 21 de agosto de 1940.

<sup>101</sup> Guerra ao suicídio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ed. 142, p. 5, 18 de junho de 1939.

<sup>102</sup> FIGNER, Fred. Crônica espírita, a dor dos suicidas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 14304, p. 10, 22 de junho de 1941.

Quando ocorre um suicídio, é fatal que logo se pergunte: por que se matou? O repórter que noticia um caso de morte voluntária, se não tem a sorte de poder informar sobre a razão do suicídio, o que lhe garantiria assunto para mais algumas tiras, jamais deixará de acrescentar ao relato do acontecimento esta frase-chapa: 'ignoram-se os motivos deste ato de desespero'. Neste afã de o jornalista pesquisar e o público ansiar por saber a causa de um suicídio, há sem dúvida principalmente curiosidade, mas também um pouco de senso crítico e talvez de piedade também: deseja-se verificar se existia razão séria para o recurso à solução extrema.<sup>103</sup>

Nem sempre as notícias informavam a causa da decisão, seja pelo suicida realmente não haver deixado nenhuma declaração, seja pela escassez de dados obtidos junto às delegacias ou, ainda, simplesmente pelo acobertamento intencional por parte do jornal, hipótese especialmente considerada no período ditatorial do Estado Novo, quando os órgãos estavam sob o cerceamento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e que se tentava uniformizar o padrão de circulação desse tipo de notícia. Sabe-se que o suicídio gera reações díspares de curiosidade, surpresa e medo, que falam à imaginação dos leitores, atraídos por histórias que causam comoção, atributo valorizado na lógica sensacionalista. Nas notas jornalísticas, a causa motivadora pode adquirir importância e impactar na recepção da notícia, considerada o ponto central a partir do qual se desenrola a trama, apesar de implicar, por vezes, numa verdadeira investigação empreendida pelo repórter, que, se bem-sucedida, pode definir se o caso ocupará a primeira página ou as subsequentes, de menor destaque. No duplo suicídio de Stefan Zweig e de Lotte Altmann, em 1942, eram evidentes os elementos que garantiram sua ampla repercussão – o renome internacional do autor no mundo literário, aliado à dramática condição de refugiado das perseguições nazistas no Velho Continente, aliás, mencionada na carta em que explicou sua decisão. Não admira, portanto, que o fato tenha tomado grandes proporções, sobretudo, por associar a decisão à conjuntura momentânea da guerra. Evidencia-se como os registros sobre suicídios alteram-se em função da relevância de quem o praticou e em que circunstâncias.

O caso Zweig deu margem a suspeitas e controversas a respeito do que exatamente teria motivado a ação, com destaque para a perseguição pessoal que o vitimou, o rompimento dos laços com a terra natal e, inclusive, enquanto um protesto frente à situação humilhante da perseguição e deportação dos judeus. Na contramão de muitas dessas especulações, registre-se a obra do psiquiatra amazonense Cláudio de Araújo Lima, *Ascensão e queda de Stefan Zweig*, publicada em 1942 e segundo a qual a atitude

---

<sup>103</sup> Registros. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ed. 125, p. 4, 26 de fevereiro de 1942.

de Zweig não tinha caráter político, mas sim patológico, fundado na premissa de que o austríaco cultivava um estado melancólico originário da impotência diante da opressão do regime nazista. Retirar conotações políticas era importante, pois contribuía para não incentivar esse tipo de atitude frente à guerra, tal como preconizavam os cuidados de higiene mental prescritos pelas instituições brasileiras de saúde. Era uma forma de combater o perigo da imitação, o que também poderia ser interpretado como descrença na derrota das fileiras do Eixo.<sup>104</sup>

O caso Zweig e a repercussão que gerou indica que, no imaginário social, a questão do suicídio coletivo da humanidade, entendido, como se destacou, como um risco de autodestruição colocado pela guerra, se fazia presente. Diante dessa perspectiva sombria, compreende-se que alguns decidissem, fosse por desesperança, melancolia ou como ato de protesto, tomarem a decisão de se adiantar e partir antes do momento final. Tratar do suicídio na imprensa, portanto, era assunto sensível, acreditava-se que uma palavra ou frase mal colocada, poderia ser suficiente para potencializar o pessimismo, não somente nos campos em que ocorriam as batalhas, mas também nos lugares em que ecoavam as suas consequências. Os jornalistas encarregados das seções policiais tinham em vista tais aspectos, por vezes, contraditórios – atender aos interesses das folhas, que lucravam com notas sensacionalistas, ou contribuir para frear a propagação do estado de morbidez que se espriava. O suicídio de Zweig, enquanto divisor de águas no debate a respeito da legitimidade do ato em tempos de guerra, enseja investigar, em perspectiva comparativa, os demais suicídios motivados por circunstâncias similares, antes e depois dele, na medida em que pode ter contribuído para a difusão de novos olhares sobre o fenômeno. Tendo isso em vista, cabe, *a priori*, analisar o perfil dos suicidas submetidos a situações semelhantes às do escritor austríaco, mas que, sem desfrutarem da fama e da recepção do exilado, também se depararam com barreiras, tidas por intransponíveis, para sobreviver no Brasil.

---

<sup>104</sup> Sobre o livro, consultar: CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. *Cláudio de Araújo Lima e a divulgação de teorias médico-psicológicas no Rio de Janeiro (1940-1959)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz, 2019, p. 245-246.

## **Capítulo 2. Mapeando atentados contra a própria vida**

No presente capítulo são apresentados os resultados das compilações estatísticas acerca do suicídio, obtidas a partir da documentação oficial e dos jornais. O objetivo é o de reconstituir o pano de fundo do fenômeno, que esteve sob a mira de discursos institucionais e da imprensa, ao discernir as características sociais dos suicidas que praticaram o ato motivados pelos efeitos da guerra. Os dados fornecem pistas importantes, uma vez que as informações reunidas a partir de diferentes fontes permitem esquadriñar o fenômeno nas décadas de 1930 e 1940, momento em que os aparatos técnicos e de controle social receberam investimento significativos por parte do governo federal.

## 2.1. O suicídio segundo os órgãos oficiais

Noticiados com frequência em mais de um jornal carioca, os suicídios motivados pelos efeitos da guerra escancaravam tanto a dura conjuntura de violências levadas a cabo no Velho Continente, que obrigavam os indivíduos a emigrar, como também o contexto e as práticas vigentes nas esferas institucionais brasileiras. Para compreender o fenômeno em toda sua extensão no âmbito local, é preciso investigar como o poder público interveio no problema e se, inclusive, teve algum peso na decisão das pessoas de colocarem fim à própria vida.

Criado em 1934 e instalado em 1936, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), testemunha do referido esforço, reestruturou a produção estatística no país, tornando-se um divisor de águas na história da recolha de dados e da modernização da gestão pública.<sup>105</sup> Preocupado em aprimorar os métodos e profissionalizar o segmento, o órgão surgiu empenhado em refinar a análise crítica dos levantamentos numéricos de modo a aumentar a confiabilidade das amostras, feitas a partir da cooperação entre os vários níveis da burocracia administrativa do Estado. Voltado para apurar os quadros numéricos das atividades econômicas, dos movimentos demográficos, dos elementos da paisagem geográfica e das dinâmicas socioculturais, o IBGE buscou concretizar a missão, sobretudo, por meio da tentativa de aproximar os governos regionais e estaduais à União, esforço conjunto forjado na ideologia nacionalista de Getúlio Vargas. Submetido diretamente à jurisdição do presidente, o instituto tinha autonomia na incumbência de articular o comando entre as agências implantadas nos municípios do interior e nas

---

<sup>105</sup> O autor enaltece o impacto do IBGE na história da estatística brasileira na obra, num tom, entretanto, que beira, por vezes, discursos encomiásticos da instituição. SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras (1936-1972)*. Volume 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

capitais, vinculadas à sede, localizada no Distrito Federal. Em síntese: “Eis então, o IBGE da origem, uma instituição coordenadora; uma instituição moldada pelo esquema da cooperação interadministrativa, dando-se unidade às três esferas políticas brasileiras: a federal, a estadual e a municipal.”<sup>106</sup>

À medida que alcançou melhor efetividade a partir de 1942,<sup>107</sup> o órgão centralizou a coordenação da recolha de dados e assegurou papel importante à estatística durante o Estado Novo. Parte da suposta nova ordem defendida pela ideologia varguista, a busca por excelência na organização de quadros numéricos era mobilizada enquanto propaganda do regime,<sup>108</sup> com realce ao seu protagonismo na tarefa de compreender a nação, o que também atestaria os padrões de cientificidade atingidos na gestão da coisa pública, além se constituir em estratégia crucial para unificar um país de dimensões continentais, diminuindo a distância entre o chamado Brasil legal e o real. O Estado, ao traduzir os fenômenos coletivos em linguagem matemática, desvelaria a lógica por trás dos acontecimentos, ordenando a realidade, fosse por meio da repressão ou do assistencialismo social, segundo os valores cívicos fundados numa consciência nacional, idealizada como uniforme do ponto de vista político, cultural e racial de um povo brasileiro unido em torno de virtudes morais. A educação, nessa perspectiva, tornou-se engrenagem indispensável na disciplinarização do indivíduo, inclusive no que respeita à formação de uma classe trabalhadora qualificada e saudável.

A ideia era despertar nas massas os bons hábitos sob a égide dos princípios higienistas, que conformassem o modo de vida da nação aos discursos de engrandecimento do trabalho. Fruto da liderança paternalista de Getúlio Vargas, a noção de Homem Novo amparava-se no reconhecimento do sujeito trabalhador, figura essencial na condução do progresso nacional, imbuído de orgulho patriótico e considerado o provedor das riquezas do país, num esforço que, na propaganda do regime, constituía-se na chave para a superação do nosso atraso social. Em sintonia com a centralidade que o trabalho assumia no discurso oficial, a atenção dispensada à classe trabalhadora foi significativa, o que implicava dar conta de aspectos que ultrapassavam

---

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>107</sup> No ano de 1942, o IBGE conseguiu abranger a totalidade dos Estados federativos e seus respectivos municípios no país. *Ibidem*, p. 507.

<sup>108</sup> No Estado de São Paulo, por exemplo, em artigo de minha própria autoria, evidencia-se como o trabalho estatístico serviu como um dos pilares da propaganda da modernização do Estado Novo. SOUZA, Douglas Henrique de. A produção e os limites da estatística policial no Estado de São Paulo na década de 1930. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, Irati, v. 9, n.2, p.21-42, 2018.

as circunstâncias materiais. Ampliava-se o sentido do trabalho como filosofia singularmente humana:

O trabalho precisava ser visto como um ato de criação fundamentalmente humano; um ato de dignificação e espiritualização do homem, pelo qual ele se integrava à sociedade em que vivia. Uma política de organização científica do trabalho devia encontrar o equilíbrio entre os esforços de mecanização da produção (essenciais à industrialização dos países) e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador.<sup>109</sup>

O superdimensionamento dado ao trabalho como motor do progresso tão desejado pelo Estado brasileiro fazia com que não se poupassem esforços em destinar investimentos para além do aperfeiçoamento do maquinário industrial. Assentiu-se à intervenção da ciência no delineamento das políticas públicas relacionadas ao zelo do bem-estar dos assalariados que, sob os auspícios das autoridades sanitárias, teriam sua produtividade maximizada caso lhes fossem garantidas adequadas condições de salubridade. A melhoria dos indicadores de saúde, por meio da contenção das moléstias epidêmicas e a vigilância da dita sobriedade dos costumes e da moralidade, que deveriam imperar no dia-a-dia do indivíduo, se concretizadas atenderiam o conjunto de necessidades básicas, do que resultaria o aumento do seu rendimento enquanto força de trabalho.

Por isso, saudava-se iniciativas como da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM),<sup>110</sup> fundada no Rio de Janeiro pelo psiquiatra Gustavo Riedel em 1923 e atuante nas décadas de 1930 e 1940. Ao conferir pertinência às teorias deterministas propostas pela medicina brasileira na análise dos problemas sociais, sob influência do ideário eugênico corrente na Europa e nos Estados Unidos via reuniões, congressos e publicações, a entidade reforçava a necessidade de se contar com trabalhadores sãos física e mentalmente. Por meio da intervenção médica seria possível diagnosticar as psicopatologias nos distintos grupos populacionais e não apenas agir no processo de cura, mas também na profilaxia dos eventuais vícios degeneradores da ordem higienista pretendida, o que incluía o combate ao alcoolismo, aos fanatismos religiosos, aos estados de miséria, ao analfabetismo e às enfermidades psíquicas, problemas que a LBHM se propôs a enfrentar em suas campanhas.

---

<sup>109</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.156

<sup>110</sup> Para maiores detalhes da história da Liga Brasileira de Higiene Mental, vide: REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de 'regeneração nacional' da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 1994.

A ação médica, portanto, estava longe de se reduzir exclusivamente a métodos laboratoriais, antes buscava recobrir também aspectos valorativos do paciente, visto como membro que poderia comprometer a moral coletiva. O doente, submetido à perícia dos especialistas, deveria extirpar ou reprimir o mal, de tal modo que o tratamento o reabilitasse para o convívio saudável, reinserindo-o socialmente, o que atesta a crença no aperfeiçoamento das capacidades humanas graças à higiene mental. Fica evidente, então, nesse contexto, que a medicina era instrumentalizada para a detecção e tratamento de problemas ligados à ordem social, âmbito no qual também se encontrava o suicídio. Para a LBHM, por exemplo, uma das explicações para o fenômeno relacionava-se à crescente urbanização, fato que, intensificava a propagação de epidemias, a circulação de substâncias tóxicas e os desajustes psíquicos.<sup>111</sup>

Assim, ao se evidenciar a atuação do Estado varguista, empenhado na industrialização do país e na valorização da cultura do trabalho enquanto via para se alcançar o progresso, a ciência médica, norteadada pelos princípios higienistas, colaborava para a consecução desse objetivo, o que leva a pensar que o suicídio poderia ser controlado por meio da adoção de medidas profiláticas, ainda que não se desconsiderasse seu inerente caráter subjetivo.

Michel Foucault, ao sublinhar o protagonismo exercido pela medicina no século XIX, destacou como a administração pública mobilizou saberes enquanto meio de controle das classes pobres que, enquadradas nos cuidados prescritos pela avaliação médica, elevariam sua produtividade do trabalho, além de comporem o que se considerava como normal. O uso político dos conhecimentos médicos servia aos propósitos dos novos papéis assumidos pelo Estado na gestão da vida pública, sobretudo a partir do século XVIII. Colocada em lugar privilegiado no conjunto dos saberes da ciência moderna, supunha-se que as respostas médicas conduziram à organização dos espaços e da convivência humanas, além de servir à vigilância do Estado sobre os comportamentos e os corpos desviantes.

---

<sup>111</sup> No *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, publicação oficial da LBHM, dizia-se que: “(...) concluindo que o urbanismo sendo um produto da civilização, age como um processo na evolução psicológica, social e econômica da humanidade, em sentido degenerativo e regressivo através de alguns de seus produtos capazes de influir sobre as populações. Tais produtos que tanto interessam a Higiene Mental são principalmente, a neurosífilis, a toxicomania, o suicídio, as psicosepses em geral e mais as infecções epidêmicas de caráter neurotrópico (...)”. OLINTO, Plínio. Higiene Mental e suas relações com o urbanismo. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro: Liga Brasileira de Higiene Mental, julho de 1941, nº 1, ano XIII, p. 17.

No começo do século XX, em sintonia com os ideais de regulação do mundo urbano, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de mudanças importantes no quesito da saúde pública. Segundo Fábio Henrique Lopes, atravessada por princípios higienistas, a medicalização, tal como praticada pelo Estado, objetivou adequar o núcleo urbano aos moldes ditos civilizacionais. Nesse contexto, o suicídio constituía-se em fenômeno que contraditava os ideais professados, tanto que a redução dos índices passou a fazer parte das preocupações em termos sanitários e médicos, estratégias que integravam a nova organização vigente: a biopolítica.<sup>112</sup> Segundo Lopes:

Se a vida passa a ser o alvo; se novos esforços científicos, políticos e sociais são criados e articulados com o objetivo maior de fazê-la proliferar; se a preocupação é direcionada a tudo que possa, de alguma maneira, reforçar a espécie, a saúde e a vitalidade do corpo social - em oposição à morte -, o suicídio passa a ser visto, percebido, entendido, narrado e, muitas vezes, praticado como aniquilamento, como negação e como sabotagem da vida.<sup>113</sup>

Em polo diametralmente oposto, ou seja, na contramão do prolongamento da vida que se desejava com as medidas sanitárias, o suicídio figurava como mal a ser extirpado, pois colocar termo à existência afrontava seriamente os parâmetros éticos e morais dominantes. O ato perturbava o ditame coletivo de valorização da vida. Assim, se já no começo do século XX havia esforços no sentido de compreender o fenômeno, nas décadas de 1930 e 1940, o Estado operava num cenário marcado por uma rede de dispositivos sociais. O contexto descrito relativo à valorização da produtividade do trabalho e, mais especificamente, aos efeitos da guerra, renovaram o interesse pelo tema, que ganhou notoriedade nos meios de comunicação.

Dessa forma, ao contar com apoio das políticas de assistência à saúde pública, elaboradas pelo Ministério da Educação e da Saúde Pública, o tratamento das doenças psíquicas, o que incluía aquelas atuantes no risco da prática de suicídio, começava a se desvincular dos cuidados familiares. Além da atuação da LBHM, o crescimento do número de hospitais e clínicas públicas e privadas, especializadas em saúde mental,

---

<sup>112</sup> No ponto de vista de Michel Foucault, um dos desdobramentos de tal configuração se deu na chamada “biopolítica”, prática governamental de controle da biologia do indivíduo que faria parte das estratégias concebidas pelo Estado sobre a população. Nas palavras do autor: “(...) eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje.” FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 431.

<sup>113</sup> LOPES, Fábio Henrique. Reflexões históricas sobre os suicídios: saberes, biopolítica e subjetivação. *Artcultura*, Uberlândia: v. 14, n° 24, p. 185-203, 2012, p. 194.

atestava a contínua intervenção dos métodos tidos por científicos no diagnóstico e na tentativa de prevenção da morte voluntária. Na intimidade do lar, o sujeito combatido mentalmente e desassistido do olhar clínico, era considerado presa fácil da decisão aterradora,<sup>114</sup> consequência do desamparo de um profissional qualificado, capaz de tratar de instâncias psíquicas comprometidas. Assim, o acompanhamento de médicos e enfermeiros e, sobretudo, a internação em local adequado, forneceria as condições terapêuticas necessárias para a atuação do corpo médico. Sanatórios localizados no Distrito Federal, como Casa de Saúde São Lucas e Sanatório Santa Helena, ambos em Botafogo, São Geraldo, em Flamengo, Henrique Roxo, em Leme, e Santa Alexandrina, em Rio Comprido, ofereciam seus serviços em anúncios nos jornais cariocas,<sup>115</sup> com alguns voltados exclusivamente para mulheres e crianças, que destacavam o recurso à técnicas modernas.

Cercado por múltiplas iniciativas médicas, o suicídio, teorizado nos domínios da medicina pelo viés psicopatológico da higiene mental, concretizava-se, segundo se acreditava, em indivíduos que não conseguiam manter estabilidade entre os estados eufóricos e depressivos.<sup>116</sup> A alternância de extremos, ora radiantes de bem-estar e otimistas, ora afundados em pensamentos mórbidos e pessimistas, sintetizava a fragilidade anímica, que poderia tornar-se insustentável diante das adversidades da vida. Denominada de psicose maníaco-depressiva, a teoria foi empregada na investigação do suicídio de Stefan Zweig, como se verá oportunamente.

Elucidar a racionalidade médica do fenômeno não impedia que ele seguisse objeto de repulsa moral. Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estatística* no ano de 1942, assinado pelo padre Leonel Franca, reitor das Faculdades Católicas e consultor técnico do Conselho Nacional de Estatística, a relação entre suicídio e religião mereceu destaque. Sistematizado ao lado das taxas de divórcio e da criminalidade, nota-se que o suicídio era localizado nas fronteiras das práticas ilícitas, segundo os critérios utilizados

---

<sup>114</sup> Segundo texto de campanha publicado pelo *Correio da Manhã*, o sujeito quando afetado pela psicose no próprio domicílio, urgiria a necessidade de hospitalização: “As complicações atingem o máximo em se tratando de doença mental. Basta considerar a frequência notável de suicídios e crimes de indivíduos em plena evolução de um quadro psiconeurótico, em tratamento nos consultórios, para fazer-se um juízo aproximado das dificuldades que encontra o médico ao tratar com certos doentes dessa natureza, internados em estabelecimentos adequados onde os cuidados múltiplos oferecem certa garantia ao paciente.”. *Correio da Manhã*, edição 13629, p. 13, 13 de abril de 1939.

<sup>115</sup> CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. *Cláudio de Araújo Lima e a divulgação de teorias médico-psicológicas no Rio de Janeiro (1940-1959)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2019, p. 34-35.

<sup>116</sup> PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. Rudimentos de higiene mental. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro: Liga Brasileira de Higiene Mental, julho de 1939 a abril de 1940, ano XII, p. 57.

nas estatísticas, indicativo de que era entendido como grave ruptura dos laços comunitários. Assim, ao analisar a natureza moral do suicídio, o autor levantou dados numéricos de sua frequência, relativos a diferentes países europeus, e traçou quadros comparativos, argumentando o papel inibidor que o catolicismo exercia na sua difusão, tanto que, entre as médias anuais cotejadas, o aumento da prática ocorreu principalmente em países onde a maioria das comunidades não professavam a crença cristã, caso da Alemanha e Suíça, no intercurso dos anos de 1919 a 1935, o que se observava também para periodização mais ampla, que remontava ao advento da modernidade no século XVIII.

Nessa perspectiva, segundo o padre, a suposta escalada do fenômeno na época moderna resultava, por trás das motivações imediatas, da crise moral que minava os bons costumes da moralidade cristã. Curiosamente, a guerra não fez parte da avaliação e mesmo as privações econômicas eram tidas como secundárias frente ao grave abalo moral, interpretado como determinante para explicar o fenômeno. Os comportamentos desregrados originavam-se, sempre segundo o autor, no afastamento dos fiéis em relação aos ensinamentos cristãos, que vinha se aprofundando desde o Renascimento e a Reforma Protestante, até desaguar nas ondas modernas de suicídios.

Na visão do padre Leonel, o suicídio expressava fraqueza moral, vitória do mal sobre o bem, e a religião, em especial o cristianismo, detinha o poder em desestimulá-lo, munido da doutrina afirmadora da vida, capaz de consolar o indivíduo em meio às suas aflições. Na prática, um dos recursos que a Igreja considerava efetivo fundamentava-se no sacramento da confissão, procedimento terapêutico que motivaria o potencial suicida à autocompreensão do pecado, num exercício de conscientização da causa da angústia internalizada. Do contrário, segundo o padre:

Todos sabemos as devastações profundas que o pecado causa nas almas. O pesar de um grande mal-feito, o remorso com o travo de seu amargor insuportável, torturam indizivelmente as consciências dilaceradas pela culpa. Deixadas a si mesmas, o conflito interior agrava-se, o ‘mal secreto’ alastra o seu contágio, a vida como que perde as razões de ser vivida e a autodestruição aparece nos horizontes enegrecidos da existência como o termo desejado de um desespero sem remédio. ‘Na maioria dos casos’, observa Masaryk, ‘o suicídio é o desfecho violento de uma longa vida de erros e desordens morais’.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> FRANCA, Leonel. Estatística e moral: religião e suicídio. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, julho-setembro, ano III, nº 11, 1942, p. 415.

O sentimento de culpa tornou-se o alvo de inquirição do sacerdote, uma vez que nele se encontraria o núcleo que agravaria o peso da falta cometida contra as leis de Deus e que, gradualmente, faria germinar o desespero incontável. Sem a concessão da remissão, seria, segundo acreditava o religioso, difícil conservar a vontade de continuar a viver. A confissão remediria o mal:

(...) interrompe o mais das vezes a evolução deste processo de desagregação interior. Sua prática sincera e constante, mobilizando continuamente as forças de reação moral contra a ofensiva das tentações, tende a impedir que o pecado se instale na alma como um mal crônico.<sup>118</sup>

Nos termos religiosos, o penitente, ao confidenciar com retidão as falhas causadoras das amarguras que lhe afligiam e ao receber o perdão divino, a força vital seria regenerada e se expurgariam as máculas do pecado. Fase reativa de luta impulsionada graças à confissão, esta desarmaria a abominável armadilha que envolvia o ato de se matar. Por outro lado, tendo em mira a recuperação plena do indivíduo, o propósito religioso continuava com a assimilação do postulado moral da missão divina. Assentado na ideia da necessidade de se realizar boas ações no plano terreno, de acordo com a missão incumbida por Deus a cada ser humano, o indivíduo seria motivado a cumpri-la obstinadamente e esperar, ansiosamente, pela vida eterna. A lição aprendida nesse percurso consistiria no desapego das tentações mundanas e das ilusões, que aprisionavam as vontades nos prazeres carnis e que guardavam vícios sedutores, passíveis de culminar ao destino do suicídio.

Nota-se, então, que o desenvolvimento da espiritualidade coroa o processo e coloca fim no estado de morbidez, atenuado a princípio com a confissão, diferença decisiva do catolicismo em relação ao protestantismo, responsável pela proliferação do fenômeno entre os praticantes. Leonel manifestava o posicionamento da igreja católica, segundo o qual o viés moral sobrepunha-se à análise dos dados. A ausência de considerações acerca de outras linhas explicativas e/ou fatores singulares a determinados contextos,<sup>119</sup> a exemplo dos efeitos devastadores da guerra, indica que a responsabilidade ficava restrita ao âmbito individual. Tirar a própria vida resultava, nessa perspectiva, de tensões subjetivas que se avolumavam e que poderiam ser resolvidas caso o indivíduo se amparasse na religião. Era a incapacidade do indivíduo de seguir preceitos tidos por

---

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 415.

<sup>119</sup> Ainda que o autor tenha utilizado o estudo de Durkheim para embasar os argumentos apresentados, o objetivo constituiu-se na análise comparativa entre a quantidade de suicídios cometidos entre católicos e protestantes. FRANCA, 1942, p. 414.

apropriados que explicava o aumento do suicídio, estes que a própria modernidade colocava em xeque na medida em que se observava crescente afastamento dos valores religiosos em prol de uma leitura científica e racional da realidade. No limite, criticavam-se valores do projeto moderno.

Elucidadas as colocações de Leonel, há de se ressaltar sua presença no cargo de consultor técnico no conselho do IBGE, indício do peso da Igreja que também era representada no mesmo conselho pelo padre Helder Câmara e do reconhecido intelectual, defensor do catolicismo, Alceu de Amoroso Lima, além do secretário-geral e idealizador do órgão, Mário Augusto Teixeira de Freitas. Foi dele, inclusive, a introdução da ética religiosa nas diretrizes administrativas do instituto, que dentre uma das resoluções firmadas, incentivava o engajamento do povo brasileiro a beber da fonte das virtudes cristãs para se difundir o senso de comunidade una e solidária.<sup>120</sup>

Percebe-se, então, que o suicídio era apreendido em três diferentes chaves: a política, que insistia na ameaça infecta para o modelo de trabalhador brasileiro, imbuído do dever de honrar o compromisso patriótico de civilidade, em oposição ao caráter negativo da morte auto infligida; a médica-sanitária, que ao prescrever o tratamento científico pela via da higiene mental, ampliou os cuidados profiláticos e o reconhecimento da necessidade de profissionais especializados para diagnosticar o estado patológico do indivíduo melancólico, supostamente adoecido pelo desequilíbrio psíquico; e a moral, arquitetada pela Igreja, que julgava o fenômeno como decorrente da fraqueza da natureza humana, conspurcada pelo pecado, desencadeando seu caráter maligno, capaz de ser refreado com a ação terapêutica da confissão, e que tinha como inimigo a vida moderna e laica, afastada dos preceitos cristãos.

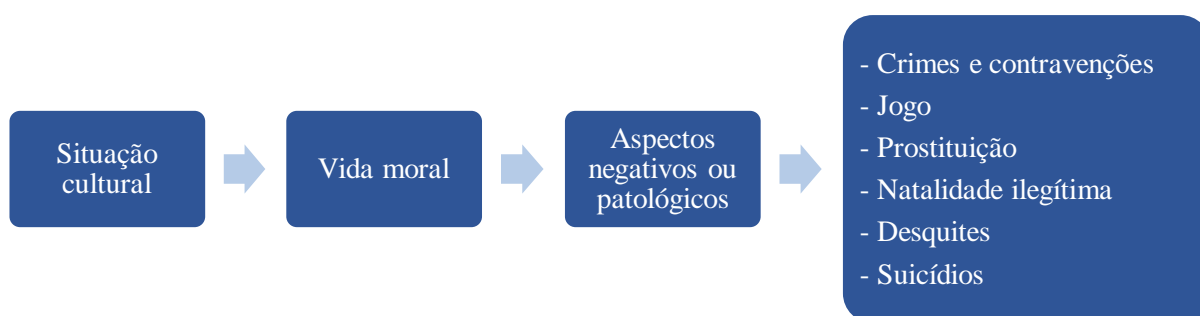
Interligadas entre si, tais percepções censuras e que evocavam a imagem perniciosa do suicídio, estiveram por trás da classificação dos dados estatísticos sistematizados pelo IBGE. Listado como um dos aspectos da moral negativa e patológica da vida em sociedade, o suicídio incluía-se no item “Situação Cultural”, ao lado de

---

<sup>120</sup> A doutrina cristã, associada ao espírito de justiça pregado pela Igreja em prol do bem comum, influenciava as pautas do IBGE voltadas a discutir os sentidos dos programas de assistência social. Em 1940, a iniciativa chegou até a ser reconhecida pelo Papa em resposta enviada ao instituto, após seu presidente, Macedo Soares, prestar-lhe homenagem em uma carta afirmando a importância das orientações de ordem moral no ideário cívico da entidade. Porém, para Nelson Senra, a simpatia nutrida pela Igreja serviu antes a fins propagandísticos para o IBGE à sociedade brasileira do que à real cooperação com a cristandade. No ponto de vista do autor: “No entanto, acreditamos que esta iniciativa seja, além de uma franca devoção pessoal aos princípios católicos, uma tentativa da parte de Macedo Soares e de Teixeira de Freitas de dar visibilidade ao IBGE e de mostrar por força de tão alta autoridade a sustentação e a justificação do ideário ibgeano para a sociedade civil e setores governistas. Prova disso foi a ampla divulgação do fato ocorrida na imprensa em geral.”. SENRA, 2008, p. 389.

ocorrências criminais e outras desabonadoras dos termos normativos da moralidade dominante em disputa na época, o que bem demonstra sua inserção num mundo de devassidões, como se pode ver no Gráfico 2. As estatísticas do fenômeno constituíram-se em termômetro da saúde moral dos nacionais e eventuais taxas com alta frequência atestariam a ineficiência da política pública e, ainda, da intervenção religiosa.<sup>121</sup>

Gráfico 2: Esquema acerca do suicídio, de acordo com o IBGE



Fonte: Figura elaborada pelo autor, a partir de: Caracterização sociográfica. *Boletim Estatístico*, Rio de Janeiro: IBGE, ano IV, nº 16, outubro-dezembro, 1946, p. 162.

Encarregada de coligir e sistematizar os dados sobre os suicídios, a Seção de Bioestatística do IBGE, coordenada por médicos sanitaristas, mensurava os vários tipos de doenças que acometiam a população, com o objetivo de fornecer elementos para facilitar o controle e a previsão de epidemias, além da formulação de políticas públicas para a melhoria das condições higiênicas da população. Braço auxiliar do trabalho médico, os dados informavam sobre os movimentos demográficos (nascimentos e mortes),<sup>122</sup> ocorridos em todo o país, a partir da coleta dos registros de hospitais e necrotérios, constituindo o que então se denominava de “estatística vital”. Conduzida por etapas rigorosamente divididas – a começar pelo planejamento do boletim de coleta, seguido do trabalho de recolha, apuração, análise, e, por fim, a divulgação dos dados - constituíam-se na espinha dorsal da seção, que primava pela confiabilidade das informações. O esforço na elaboração de saberes bioestatísticos, que dessem conta da dinâmica dos fatos em questão, acabou por também contemplar o suicídio.

<sup>121</sup> *A estatística policial-criminal do Estado de São Paulo de 1941*. Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Brasil, 1942, p. 269.

<sup>122</sup> FILHO, Lincoln de Freitas. *O clínico e a bioestatística*. Rio de Janeiro: Industria Tipográfica Italiana, 1940, p. 12.

Enquanto isso, em termos estruturais, a produção da bioestatística cresceu nas esferas regionais respaldada por dispositivos legislativos, como a partir da resolução nº 106 de 19 de julho de 1938, que a regularizou nas instâncias estaduais, e a reforma do Departamento Nacional de Saúde implementada em 1941, que substituiu a antiga seção da atividade na cidade do Rio de Janeiro pelo Serviço Federal de Bioestatística, o qual aumentou a capacidade produtiva do segmento e, em cooperação com o IBGE, o diálogo com os Departamentos Estaduais de Saúde. A interiorização do serviço, depois de estabelecido nas grandes cidades e capitais, aconteceu gradualmente, todavia sem cobrir todos os municípios do país. O pleno funcionamento do referido arranjo organizacional dependia da implantação de suporte técnico adequado, que atendessem desde as demandas de equipamentos ambulatoriais para a execução dos procedimentos médicos, até a formação qualificada dos profissionais. Tais limitações comprometiam a confecção das estatísticas, a exemplo do registro das causas dos óbitos:

É muito grande o número de óbitos cuja causa não é apurada. E isto se verifica até nas principais cidades. O número de óbitos de causa indeterminada e mal definida é tão avultado em certas capitais que chega a infirmar o cálculo de mortalidade por doenças especiais. Até bem pouco, somente Recife, Salvador, Rio e São Paulo dispunham de serviço de verificação, com autópsia sistemática, dos óbitos ocorridos sem assistência médica.<sup>123</sup>

Apesar dos avanços, nem todos os dados colhidos eram aproveitados. Devido às falhas de preenchimento dos formulários, causadas pelo próprio despreparo dos responsáveis, uma vez que nem sempre se contava com especialistas,<sup>124</sup> os resultados aferidos pelo órgão acabavam por conter não poucas imprecisões. Face ao desafio, o Ministério da Educação e Saúde insistiu com médicos acerca da importância de se contar com registros bioestatísticos precisos. A isso somavam-se as recomendações da Conferência Internacional da 5ª Revisão Decenal da Nomenclatura Internacional de Causas de Morte, realizada na França em 1938, consubstanciada no livro *O clínico e a bioestatística*, do médico Lincoln de Freitas Filho, publicado em 1940. Pautada na finalidade de intensificar a cooperação entre a Seção de Bioestatística e os agentes que lidavam diretamente com a saúde da população, a iniciativa seguia os passos dos grandes centros de bioestatística norte-americanos e europeus, que buscavam padronizar modelos

---

<sup>123</sup> MELO, Jansen de. A atuação do serviço federal de bioestatística nas esferas estatística e sanitária. *Revista Brasileira de Bioestatística*, Rio de Janeiro: IBGE, abril-junho, ano IV, nº 14, 1943, p. 234.

<sup>124</sup> Na falta de médico na unidade sanitária, apto a certificar oficialmente o óbito no registro civil, duas testemunhas do fato poderiam assinar o documento expedido, do que se conclui a precariedade do serviço em alguns lugares. FILHO, 1940, p. 16.

de formulários de arrolamento das informações periciais, de modo a torná-los úteis à tabulação dos fatos médicos.

Nesse sentido, Lincoln de Freitas Filho promoveu a uniformização da bioestatística na área clínica e deteve-se especificamente na caracterização do modelo de atestado de óbito em uso no departamento sanitário na cidade do Rio de Janeiro. Documento essencial para o cálculo dos movimentos demográficos, a declaração oficial de falecimento incluía dados pessoais fundamentais para a identificação das singularidades dos fenômenos estudados. A atenção dispensada pelo médico ao preenchimento detalhado justificava-se pelo objetivo de se garantir fidedignidade na sistematização a ser realizada pelo estatístico. Em relação à causa da morte, o item mereceu destaque na obra do sanitarista, pois contempla um aspecto decisivo na incumbência de tipificar a natureza da ocorrência: homicídio, suicídio ou morte natural. Feito o atestado após o término da autópsia ou a constatação da causa, o médico deve primar pela exatidão do preenchimento de cada campo, evitando termos evasivos como “ignorado”. O autor orienta:

No que diz respeito ao registro de óbitos, o médico pode e deve cooperar mais diretamente, por isso que lhe cabe preencher o atestado de morte. Deve, pois, fazê-lo com o máximo cuidado, envidando esforços no sentido de obter informações verdadeiras e exatas, não deixando de responder a todos os quesitos com as minúcias pedidas e vazando as respostas em termos claros e precisos. Relativamente à declaração da causa da morte, deve o atestante procurar atender as suas verdadeiras finalidades, que são do maior interesse para a ciência médica e, particularmente, para a saúde pública e que não constituem, absolutamente, mera formalidade legal.<sup>125</sup>

Central na descoberta da causa *mortis*, cabia (e ainda cabe) o médico legista fazer a correta anotação do relato e distinguir a razão da morte, de acordo com os métodos da Medicina Legal.<sup>126</sup> Sem descartar a colaboração da polícia, o olhar clínico, apto a precisar

---

<sup>125</sup> FILHO, 1940, p. 36-37.

<sup>126</sup> A Medicina Legal, especialidade médica que se consolidou no cenário político interessado na regeneração social do povo brasileiro, dialogou intimamente com a área do Direito. A inserção dos pareceres médico-legais nos incursos da Justiça desde o século XIX e início do XX, deu proeminência à atuação do perito que apresentava provas ditas científicas capazes de deslindar as ocorrências nos inquéritos policiais e nos autos. O *modus operandi* emprestado da Ciência condizia com a imagem do progresso idealizada pelo Estado que se empenhava na modernização do sistema policial e judiciário. Afrânio Peixoto (1876-1947), médico legista e intelectual que participou ativamente dessas discussões, obteve destaque no desenvolvimento do campo médico-legal no Brasil ao haver lecionado a disciplina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e contado com produção bibliográfica relevante sobre o tema. Atualmente, o Instituto Médico-Legal da Polícia Civil do Rio de Janeiro recebe o nome de Afrânio Peixoto, indicativo do prestígio da contribuição do mesmo no ramo citado. Vide: SILVA, Renata Prudêncio da. *As ciências de Afrânio Peixoto: higiene, psiquiatria e medicina legal (1892-1935)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, 2014.

os indícios singulares de cada um dos casos examinados, era a partir de um repertório científico que se realizava análise meticulosa do cadáver, seguindo os princípios da Tanatologia,<sup>127</sup> e o posterior registro cuidadoso das observações nas fichas de autópsia. Na prática, entretanto, nem sempre as prescrições eram seguidas no cotidiano das repartições nos anos de 1930 e 1940, como salientado anteriormente. Ressalte-se que, por outro lado, tal descompasso remontava ainda à Primeira República, quando o governo, em vista da precariedade do serviço do Gabinete Médico-Legal do Distrito Federal, denunciada por Afrânio Peixoto, reformou o Decreto nº 4.864, de 15 de junho de 1903, que normatizava os procedimentos das perícias médicas, incluindo as relacionadas ao suicídio. Contudo, a legislação não surtiu maiores efeitos e o cumprimento das normas, nos anos subsequentes, continuou frágil.<sup>128</sup>

Foi naquele contexto, então, cercado por tentativas de aperfeiçoamento da atividade científica-pericial, que Miguel Júlio Dantas Salles, médico legista, diretor do Instituto Médico Legal do Distrito Federal nos anos de 1930 e 1940 e responsável pela assinatura dos laudos cadavéricos pesquisados, escreveu um pequeno texto no *Boletim Policial* de 1912, denominado “Homicídio ou Suicídio?”.<sup>129</sup> O autor fez referências às diferenças técnicas a serem notadas na identificação dos casos de homicídio e suicídio quando do exame cadavérico,<sup>130</sup> apoiado nas tendências interpretativas dos teóricos alemães Puppe e H. Marx. Detalhes como a localização, o tamanho e a profundidade da lesão mortal no corpo, vestes alinhadas ou desalinhadas, a existência ou não de cicatrizes nos pulsos e da presença/ausência da ejaculação de sêmen poderiam corroborar a causa da morte. Advertia que fatores contingentes não poderiam ser tomados em definitivo, a exemplo da ausência do instrumento empregado na perpetração do ato, circunstância que nem sempre configurava homicídio, pois deveria se considerar a possibilidade do roubo por supersticiosos, que acreditavam no seu poder milagroso. As observações bem demonstram a tipificação metódica do suicídio no âmbito científico, para se chegar ao âmago do evento a partir de suas características fisiológicas, percebidas graças aos

---

<sup>127</sup> Área da Medicina Legal dedicada ao estudo forense da morte.

<sup>128</sup> COELHO, Bruna Fernandes. Histórico da Medicina Legal. *Revista da Faculdade Direito*, Universidade de São Paulo, v. 105, 2010, p. 361-362.

<sup>129</sup> SALLES, Miguel Júlio Dantas. *Homicídio ou suicídio?* Biblioteca do Boletim Policial. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1912.

<sup>130</sup> Em 1940, a escola de polícia do Estado do Rio de Janeiro informava a adoção de métodos técnico-científicos modernos nas aulas de formação dos futuros investigadores que tratavam de esclarecer os elementos determinantes na caracterização do homicídio, do suicídio e das mortes acidentais. Na escola de Polícia do Estado do Rio, as provas realizadas em Niterói. *Correio da Manhã*, edição 14041, p. 8, 13 de agosto de 1940.

avanços técnicos conhecidos pela Medicina Legal nas primeiras décadas do século XX.<sup>131</sup> Contudo, não se pode desprezar a influência do lugar político ocupado pela prática no tempo.

Figura de proa no campo da Medicina Legal durante o regime de Getúlio Vargas (1930-1945), Miguel Júlio Dantas Salles<sup>132</sup> levou sua experiência, aliás, dialogada com o pensamento médico alemão, à direção do instituto, e ao lado dos pares adeptos das ideias de Nina Rodrigues.<sup>133</sup> Só que diferente da Primeira República, no regime varguista, o médico legista, ao mesmo tempo que acatou os valores autoritários correntes, sua ascensão ao cargo de diretor do instituto oficializada em 1930 por indicação do Chefe de Polícia do Distrito Federal certamente não ocorreria se não comungasse minimamente dos ideais governistas, contou com a visibilidade crescente da repartição carioca, devido, entre outros fatores, à importância que esta adquiriu para a construção das estatísticas do período. Ainda que a produção desses saberes esbarrasse em obstáculos de ordem estrutural, no caso da estatística, o IBGE fazia propaganda do governo varguista pelo afincamento na continuidade ininterrupta do empreendimento no Estado fluminense de 1933 a 1942, considerado uma exceção na história da atividade no país, tendo em vista, as fragmentadas experiências de outrora, segundo o diretor do departamento do Distrito Federal, Francisco Steele.<sup>134</sup> Obviamente que, numa leitura crítica, o ponto de vista do autor reverenciava o protagonismo do líder da gestão estado-novista, conforme os ditames laudatórios impostos pela hierarquia, mas deixava entrever o poder do discurso ao evocar a singularidade da época fecunda ao desenvolvimento da estatística, realçando, ao final do artigo, a participação cooperativa do instituto com os demais órgãos públicos.

---

<sup>131</sup> Em relação às discussões sobre suicídio nos anos de 1930, outro caminho possível de análise, encontra-se na *Revista Arquivos de Medicina Legal e Identificação do Rio de Janeiro* (1931-1940), publicação que divulgou o andamento das atividades e os debates científicos pertinentes ao Instituto Médico Legal da cidade do Rio de Janeiro.

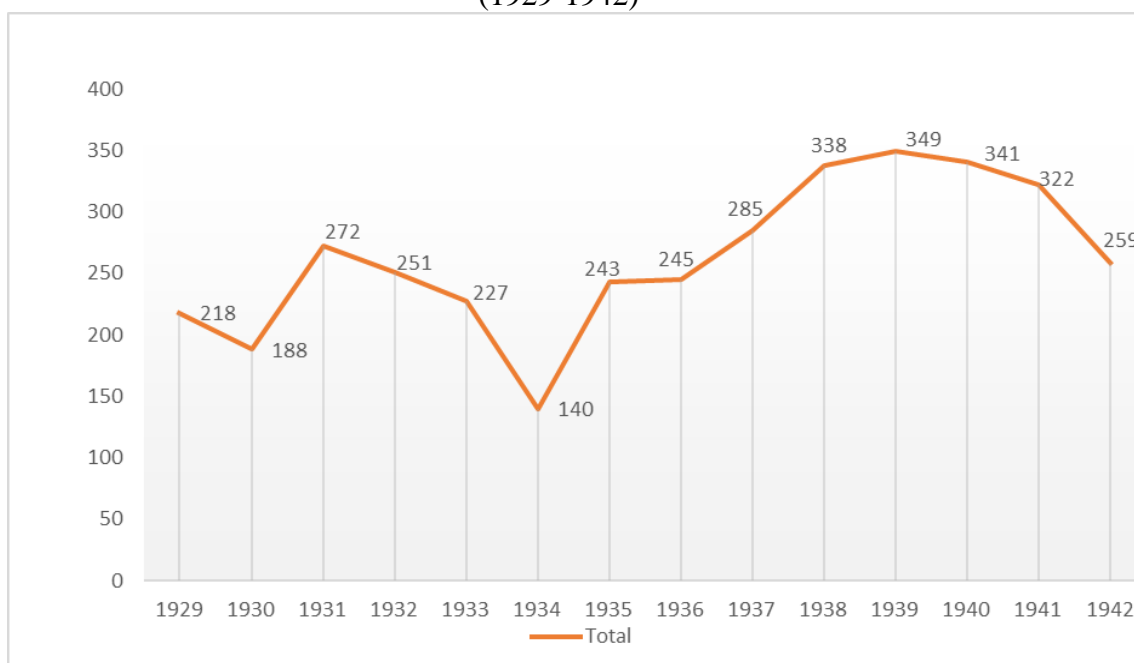
<sup>132</sup> Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1905, Miguel Júlio Dantas Salles, logo em 1907, entrou no Serviço Médico Legal da polícia carioca na função de médico legista e alcançou prestígio nos círculos da profissão ao longo dos anos. Das várias viagens realizadas à Europa, especialmente à Alemanha, obteve reconhecimento importante do professor de Medicina Legal da Universidade de Viena, Albin Haberda. Dessa notoriedade, quando em 1930 era um dos mais experientes médicos legistas na instituição, começou a ocupar o cargo de diretor do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. *O novo diretor interino do Instituto Médico Legal. O Jornal*, edição 3598 p. 5, 6 de agosto de 1930.

<sup>133</sup> Para Mariza Corrêa, a Medicina Legal brasileira na década de 1930 seguiu, pelo menos em parte, os ensinamentos de Nina Rodrigues por meio de adeptos como Afrânio Peixoto, Arthur Ramos e Leonídio Ribeiro. Vide: CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

<sup>134</sup> STEELE, Francisco. A estatística na terra fluminense. *Revista Brasileira de Estatística*, abril-junho, ano IV, nº 14, 1943, p. 362.

Componente fundamental para a produção das estatísticas organizadas pelo IBGE, o Instituto Médico Legal fornecia parte dos atestados de óbitos, que eram enviados para os cartórios de registro civil e, em seguida, à Seção de Bioestatística, que organizava os dados em Boletins Mensais, que davam conta dos resultados parciais. O total era publicado nos *Anuários Estatísticos*.<sup>135</sup> No entanto, após 22 de agosto de 1942, com o anúncio do estado de beligerância, passou-se a restringir a divulgação das estatísticas ao grande público, como decretou a Resolução nº 129, de 25 de agosto de 1942, ano limite da série, apresentada no Gráfico 3, que indica o número absoluto de suicídios na cidade do Rio de Janeiro entre 1929 e 1942, excluídas as tentativas.

Gráfico 3: Quantidade de suicídios por número absoluto cometidos no Distrito Federal (1929-1942)<sup>136</sup>



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir de: *Anuário de bioestatística, 1929-1932*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 2-255; *Anuário de bioestatística, 1933-1938*.

Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 2-43; *Anuário de bioestatística, 1939-1941*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 146-151; *Anuário estatístico do Brasil, 1941-1945*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, ano VI, 1946, p. 463.

<sup>135</sup> *Anuário de bioestatística, 1929-1932*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944; *Anuário de bioestatística, 1933-1938*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945; *Anuário de bioestatística, 1939-1941*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947; *Anuário estatístico do Brasil, 1941-1945*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, ano VI, 1946.

<sup>136</sup> Não foram incluídos os números de suicídios dos anos de 1943 (197) e 1944 (152), por não contabilizarem todos os meses e pela indefinição da origem do lugar das ocorrências coligidas. Em relação a 1945, por enquanto, as fontes são inexistentes.

Observa-se que, no lapso de treze anos, pode-se distinguir duas fases em que prevaleceram menor e maior frequências. Na primeira, delimitada entre 1929 e 1936, houve oscilação do pico de 272 suicídios em 1931 para 140 em 1934, o que revela, em três anos, uma queda significativa de quase 50%, num intervalo marcado pela deflagração da Revolução Constitucionalista de 1932 e da instauração da Assembleia Constituinte e da promulgação da Carta de 1934. Acontecimentos que, talvez, tenham impactado direta ou indiretamente nos números dos suicídios, não obstante, a Crise de 1929, por sua vez, também possa ter, em alguma medida, por efeito em cascata da desvalorização do café brasileiro durante os anos subsequentes, afetado o fornecimento e o poder de compra de bens de consumo básicos de boa parte da população, a ponto de acarretar duras privações socioeconômicas, tomadas como gatilhos na ação de tirar a própria vida. Situação que muda na segunda fase, entre 1937 e 1942. Nesta, a crescente quantidade de suicídios, sobretudo de 1936 a 1939, evidencia a disparidade numérica, pois se no primeiro momento foram registrados 245, em 1939 o montante aumentou 42,4%, com o registro de 349 suicídios! Ressalta-se, ainda, que a soma dos números relativos de 1929 a 1936, é de 1.784 casos em oito anos, com média anual de 223 suicídios, enquanto no período ulterior, de apenas seis anos, chega-se a 1.894, com média anual de 315,6, o que supera a primeira fase em 41,2%!

Mediante a nítida discrepância, percebe-se que a segunda fase ultrapassou o padrão da década de 1930, com índice na casa dos 300 casos a partir de 1938, o que se manteve até, pelo menos, o início dos anos de 1940. A amostra confirma o peso do contexto histórico repressivo e das instabilidades vivenciadas no Brasil e na Europa. A imposição da vigilância policial desde, pelo menos, a vigência da Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1935 e da criação do Tribunal de Segurança Nacional em 1936, que controlaram os movimentos de oposição à bancada getulista, contribuiu para a atmosfera de violência orquestrada pelo autoritarismo em voga, que não hesitava em se valer da violência para preservar os interesses do regime.<sup>137</sup> Nesse cotidiano social atravessado pelo entrelaço protagonizado por integralistas e comunistas, as perseguições

---

<sup>137</sup> A título de exemplo, na contramão da historiografia sobre o primeiro governo Vargas, que via a predominância da construção de uma unidade estável política-administrativa encabeçada pelo seu líder durante todo o período de 1930 a 1945, prova da concretização impreterível dos ideais da Revolução de 1930, Angela de Castro Gomes rebate tal asserção. Para a historiadora, encarar essa fase da história brasileira como simples esmagamento da oposição que sepultou os antigos valores da República Velha, destituiu o lugar ocupado pelas resistências e hesitações antagônicas aos projetos ali desdobrados nos embates. GOMES, Angela de Castro. O Estado Novo: política, história e os usos do passado. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 39.

gradativamente fechavam o cerco contra os que não comungavam dos ideais do governo e restringiam os direitos de cidadania em nome do funcionamento institucional.<sup>138</sup> Palco imediato dos desdobramentos coercitivos, a cidade do Rio de Janeiro, sede do poder federal, onde fiava-se a malha repressora que pavimentava o caminho para o golpe do Estado Novo, a escalada de suicídios acompanhou a difusão das políticas de intolerância, como se pode observar entre 1935 e 1939. Após a instalação da ditadura varguista, a iminente deflagração da guerra no Velho Continente despontava cada vez mais no horizonte e o fluxo migratório em direção ao Brasil colocou as autoridades brasileiras em estado de alerta. Como pontuou Jeffrey Lesser, coube à Polícia Marítima, no final de 1937, portanto logo após o golpe, cumprir a Circular n. 1.127, que barrou a entrada de judeus nos portos nacionais, independentemente da legitimidade da documentação apresentada.<sup>139</sup> Finalmente, em 1939, Francisco Campos, Ministro da Justiça, decretou a exigência da certidão de batismo para os judeus que solicitassem visto e extinguiu o direito de renovação dos vistos temporários, o que trouxe sérias dificuldades para a permanência do grupo em solo brasileiro, pois passaram a correr o risco de serem deportados caso não atendessem as determinações.<sup>140</sup> Ano em que ocorreu, justamente, o maior número de suicídios no Distrito Federal, como demonstrado no gráfico, com o total de 349, e que também coincidiu com o maior número de tentativas e de suicídios cometidos em razão dos efeitos da guerra e publicados na imprensa carioca (10).

Ressalva-se, entretanto, três contrapontos limitadores dessas conclusões que não podem ser desprezados. O primeiro, remonta à fundação do IBGE em 1936, fato que reestruturou a produção da estatística no país, de modo a propiciar maior regularidade e exatidão nos dados levantados, o que aumentou o registro nos anos seguintes. O segundo consiste na própria limitação dos números absolutos que, analisados separadamente do cálculo da densidade populacional, obliteram as particularidades da proporção do número

---

<sup>138</sup> Como Elizabeth Cancelli mostra, a polícia, sob o pretexto de desbaratar as supostas conspirações organizadas pelos comunistas, equipava seu aparato repressivo na década de 1930 para que, ao mínimo sinal de movimentos de contestação à ordem emanada pelo órgão, e que necessariamente nem sempre estavam de fato relacionados diretamente às causas ideológicas nocivas, sua ação contendorosa se fizesse presente severamente. CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: repressão e Estado policial na Era Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 1991, p. 222-225.

<sup>139</sup> LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1995, p. 177.

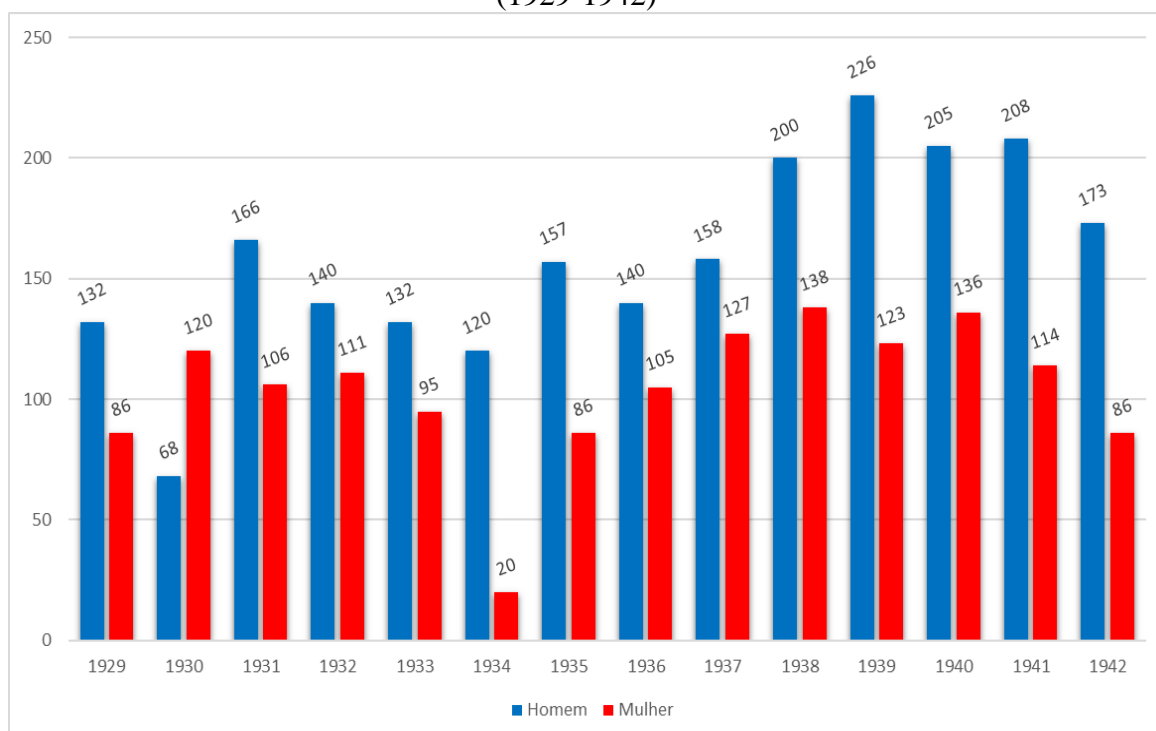
<sup>140</sup> Em relação ao número de judeus que passariam à ilegalidade a partir de 1 de janeiro de 1939, Lesser mensurou sua gravidade: “Dos 4.400 judeus alemães que haviam entrado com vistos de turista entre 1933 e 1937, dois mil iriam encontrar-se em situação ilegal no Brasil em 1938. Por volta de meados de novembro de 1937, entre seiscientos e mil e cem judeus alemães, talvez entre 10 a 15% dos que viviam no Brasil, haviam recebido notificações de que seriam deportados em 15 de dezembro.”. LESSER, 1995, p. 181.

de casos em relação ao conjunto de habitantes da localidade. O terceiro, por fim, alude à existência do tabu acerca do fenômeno, que implicava, por vezes, no silenciamento da prática, tema sensível para a reputação dos familiares, que poderiam não declarar a causa da morte para terceiros. Identificar o suicídio, portanto, envolve uma série de condições técnicas e culturais que mesmo quando há esforço para produzir estatísticas oficiais, não garantem a veracidade irrefutável destas.

Contudo, ainda que a validade dos dados mereça ser relativizada, cabe salientar que, naqueles anos, os jornais cariocas assentiam a gravidade da proporção tomada pelo suicídio no Distrito Federal, fato que chamou a atenção do poder público e dos leitores, sensação confirmada pelos dados oficiais coligidos. Nesse contexto, os suicídios ligados aos efeitos da guerra eram uma parte do fenômeno, que se agudizou frente às vitórias sucessivas dos nazistas na Europa. Alguns dos indivíduos apreensivos com o desmoronamento do mundo que haviam conhecido, e do qual tiveram que abandonar para se instalar na capital brasileira, acabaram por aumentar as estatísticas oficiais como suicidas. A finitude da vida humana, lembrada ostensivamente por outras violências em curso, levava-os a um profundo desespero. A alta da estatística de suicídios fornecia material para a imprensa, o que alarmava o público leitor.

Ao analisar o perfil das ocorrências indicadas, há lacunas intransponíveis até o momento. Se no Gráfico 3 a periodização recobriu o largo recorte temporal de 1929 a 1942, sendo os dados de natureza geral, no Gráfico 4 contém há a distinção por gênero. Elementos mais precisos só estão disponíveis para os anos de 1938-1939, relativos ao Distrito Federal, que discriminam gênero, meios empregados, natureza das motivações e faixa etária. Já para o triênio 1939-1941, o que se tem é a comparação, por 100 mil habitantes, dos índices de suicídio em diversas capitais brasileiras.

Gráfico 4: Suicídios em números absolutos registrados no Distrito Federal por gênero (1929-1942)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir de: *Anuário de bioestatística, 1929-1932*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 2-255; *Anuário de bioestatística, 1933-1938*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 2-43; *Anuário de bioestatística, 1939-1941*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 146-151; *Anuário estatístico do Brasil, 1941-1945*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, ano VI, 1946, p. 463.

Já no que respeita às tentativas de suicídio, os dados referem-se apenas aos anos de 1937 a 1939, com discriminação por gênero, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1: Suicídios e tentativas no Distrito Federal segundo gênero (1937-1939)

Especificação	Tentativas de suicídios								
	1937			1938			1939		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
<b>Total geral</b>	73	130	203	98	127	225	100	127	227

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir: *Anuário estatístico do Brasil, 1939-1940*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, p. 1.179-1.181.

Evidencia-se no Gráfico 4 que, majoritariamente, o sexo masculino liderou as estatísticas dos suicídios, com exceção do ano de 1930, no qual as mulheres foram predominantes (63,8%), fato incomum na interpretação durkheimiana, bem ao contrário de 1934, quando elas corresponderam a apenas 16,6% (20) do montante. De 1935 em diante, a média de participação feminina foi de 38,4%, o que bem reforça, ao se correlacionar ainda com os números de tentativas no recorte entre os anos de 1937 a 1939 constantes na Tabela 1, a participação maior de homens na concretização do ato e de

mulheres nas tentativas nos três anos especificados, com média de 58,7% de participação delas em suicídios frustrados, pistas que dão conta do perfil assinalado nas taxas de suicídio por gênero.

São correntes as teorias de cunho sociocultural que justificam essa constatação pelo fato de as mulheres, educadas desde cedo a reprimirem seus ímpetos agressivos sob rígido código de conduta, serem avessas às práticas de violência, aspecto que integra a construção da feminilidade. Enquanto os homens, incumbidos de responsabilidades fora do lar, seriam mais suscetíveis às crises e vícios que contribuiriam para a naturalização de atos violentos e para o acesso a instrumentos letais. No entanto, na década de 1930, circulavam explicações, em certa medida, generalizantes e reducionistas, como a do médico Florival Seraine, no seu livro *Considerações sobre o autocídio*, publicado em 1936.

Seraine, ao tratar da frequência de suicídios por gênero alegava a inferioridade do temperamento feminino para lidar com as exigências da vida moderna. O descontrole passional e as atitudes repentinas, nutridas por uma exasperação psicopatológica, justificaria sua vulnerabilidade a pensamentos atentatórios contra a própria existência. Mesmo em países onde as mulheres ocupavam posição de relativa igualdade no mundo do trabalho, segundo o médico, a marca da natureza impulsiva, tida por essencialmente feminina, afluía num processo irreflexivo, como frisou:

(...) são os fracassos no rude *struggle for life* e o intenso dinamismo da vida moderna que agem em primeiro plano. A organização feminina nesse ponto é bem mais débil que a nossa; acresce ainda o tributo que ao amor tem de pagar ordinariamente... Há quem atribua ao sexo frágil, devido à própria essência de seu caráter, uma faculdade de resignação, que o inibe muitas vezes desta passada para a morte. A verdade, é que embora elas façam mais tentativas, nós nos suicidamos com maior frequência. O fato parece ser devido a que nós, homens, quando em busca da morte voluntária, procuramos quase sempre agir com segurança. Por via de regra, após a reflexão. Ao passo que se elas procederem desta forma vão acabar desistindo. Suas tentativas, quando falhas, pouco se renovam. Se acaso forem repetidas será em outro momento, já distante, de irreflexão...<sup>141</sup>

Na imprensa, tais estereótipos associados à mulher, que insistiam em desregramentos sentimentais inatos, não encontravam consenso. Os suicídios motivados por causas passionais, frutos de desgostos amorosos, ganhavam destaque no periodismo

---

<sup>141</sup> SERAINE, Florival. *Considerações sobre o autocídio*. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1936, p. 14-15.

e<sup>142</sup> traziam à tona os juízos de valores atribuídos às diferenças operantes nos gêneros. Em vista desses casos, em 1934, o jornalista Raymundo Magalhães Junior, assinalava a humilhação pela qual o homem passava ao se matar por razões passionais.<sup>143</sup>

Por outro lado, a despeito dos casos de suicídio em estudo, isto é, aqueles ligados à guerra, estes acompanham o padrão da predominância do gênero masculino (63,6%), segundo as estatísticas oficiais, mas há de se ressaltar que com níveis distintos de visibilidade, como bem evidencia o suicídio do casal Stefan Zweig e Charlotte Elizabeth Altmann. Em que pese a fama do escritor austríaco, após a morte dos dois, sua mulher teve seu suicídio ofuscado por parte de algumas das menções ao caso, como do seu editor, Abraão Koogan, e do ilustre romancista da época, Thomas Mann.<sup>144</sup>

Permeados pela problemática de gênero exposta, os métodos de suicidar-se refletiam também escolhas construídas socialmente no tocante ao conjunto das normatizações morais destinadas a homens e mulheres. Enquanto, comumente, o uso de armas de fogo vinculava-se a eles, a ingestão de venenos era a preferida delas.<sup>145</sup> No Gráfico 5, sem especificar o sexo, distinguiram-se os métodos utilizados.

---

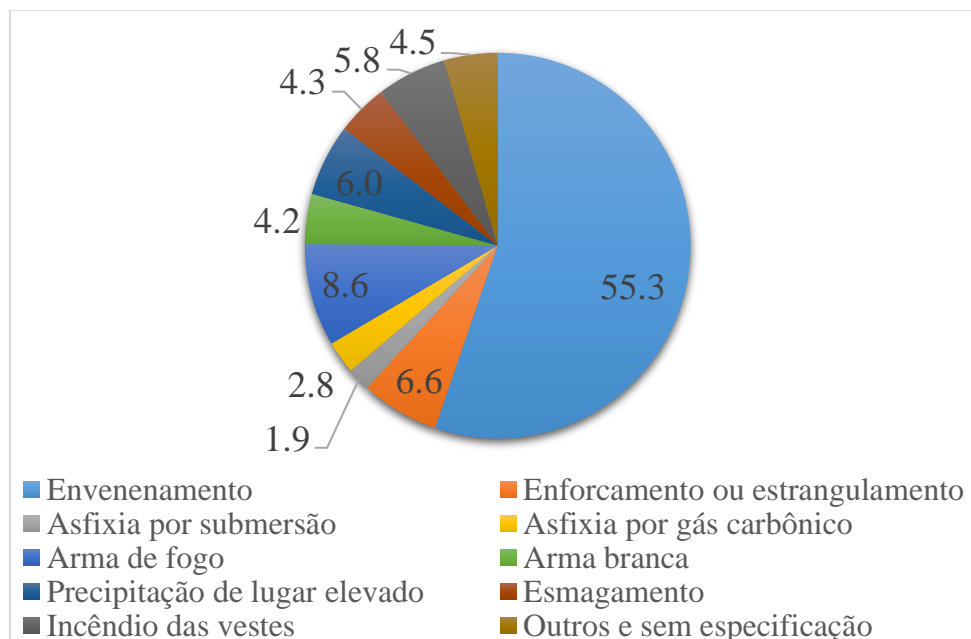
<sup>142</sup> Os suicídios passionais assumiam o primeiro lugar de maior frequência no Estado do Rio de Janeiro em 1939, segundo o jornalista Bastos Tigres. O uso de formicida aparecia como o principal meio empregado nesses tipos de casos, antecedidos em outros tempos pela popularidade da creolina e ácido fênico. *Suicídio e outros assuntos macabros. Correio da Manhã*, edição 13794, p. 4, 22 de outubro de 1939.

<sup>143</sup> Nos termos do jornalista: “O homem que se mata por amor se torna ainda mais ridículo do que o foi, quando desprezado. Porque, além de confessar abertamente a sua derrota, mostra que é um imbecil.”. *A mania do suicídio. A Noite*, edição 7984, p. 6, 19 de fevereiro de 1934.

<sup>144</sup> Maria das Graças Salgado argumenta que Abraão Koogan não citou o nome de Lotte em parte importante da introdução da enciclopédia escrita pelo editor, dedicada ao escritor e publicada em 1994, e Thomas Mann, em dúvida sobre a real motivação do suicídio de Zweig, questionou a suposta influência desfavorável da presença feminina de Lotte. Vide: SALGADO, Maria das Graças. Gender, memory and emotion in exile discourse: Stefan and Lotte Zweig’s everyday life in the tropics. *Entrelaces*, v.1, n 18, 2019, p. 118-119.

<sup>145</sup> A partir de análises epidemiológicas sobre o suicídio no Brasil durante a segunda metade do século XX, corrobora-se a tese de que homens se matam em grande parte por meio de armas de fogo e mulheres por envenenamento. Para maiores detalhes: MARÍN-LEÓN, Leticia; BARROS, Marilisa B. A.; Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico. *Saúde Pública*, São Paulo/USP, 2003, 37 (3): p. 357-363.

Gráfico 5: Instrumentos/métodos empregados nos suicídios e tentativas no DF no biênio de 1938-1939



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir de: *Anuário estatístico do Brasil, 1939-1940*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, p. 1.178.

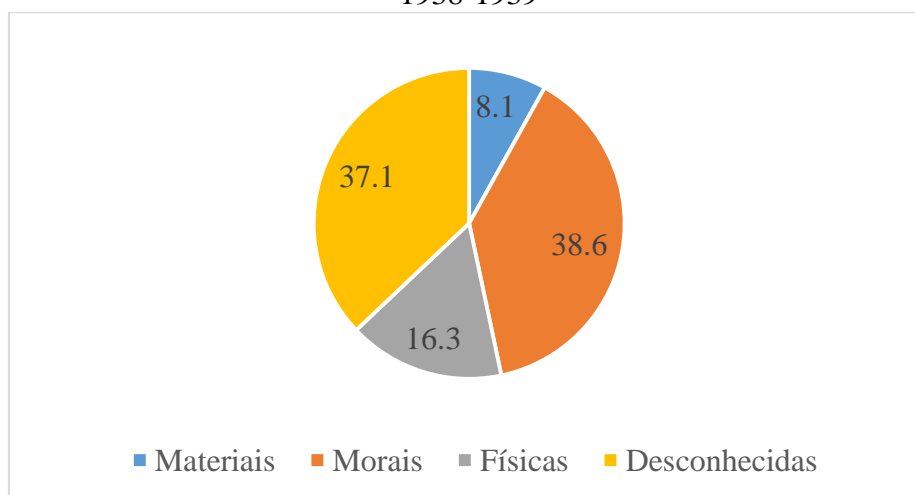
O envenenamento (55,3%) foi o método predominante no biênio de 1938-1939, seguido pela arma de fogo (8,6%), enforcamento ou estrangulamento (6,6%), precipitação de lugar elevado (6%), incêndio nas vestes (5,8%), sem especificação (4,5%), esmagamento (4,3%) e arma branca (4,2%). Compreende-se por que a imprensa defendeu maior rigor na fiscalização da venda dos tóxicos, respaldada em informações bioestatísticas.

Em comparação com os meios empregados nos casos em estudo, o envenenamento também predominou (32,4%), no entanto, o fato de não haver registro de arma de fogo chama a atenção, pois se constituiu na segunda causa no biênio (8,6%), o que destoa da tendência dos suicídios visados na pesquisa. Supõe-se que o acesso à arma de fogo não era fácil, fosse pelo alto valor de compra, pela dificuldade de contato com os vendedores clandestinos do instrumento, ou ainda, pela simples opção dos imigrantes que vindos da Europa, estavam cientes da efetividade segura das substâncias tóxicas. Christian Goeschel, ao analisar os suicídios ocorridos na Alemanha nazista, mostrou que a maioria dos judeus alemães em Berlim, durante a guerra, mataram-se com o uso de barbitúricos, como o Veronal, cuja eficácia garantia morte serena. O autor argumenta que o contexto extremamente opressivo disseminou a cultura do preparo para morrer a qualquer instante, o que levava esses indivíduos a portarem alguma dose de veneno

consigo.<sup>146</sup> Assim, pode-se imaginar que, ao aportarem na cidade do Rio de Janeiro continuassem a seguir a prática.

Eventualidades, como a deportação compulsória ou a restrição de liberdade, eram penas infligidas pelos órgãos policiais.<sup>147</sup> Ao deparar-se com a realidade brasileira, decisões extremas não eram descartadas e poderiam ser a única esperança em meio à insuportável conjuntura experimentada. No universo do suicídio, no início dos anos do regime estado-novista, pelo menos, justificativas de ordem moral desempenhavam papel preponderante nas motivações do ato, como demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6: Natureza das motivações das tentativas e de suicídios no DF no biênio de 1938-1939



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir de: *Anuário estatístico do Brasil, 1939-1940*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, p. 1.178.

Destaca-se a quase equivalência da porcentagem entre as motivações consideradas morais, que constituíam o cerne do problema, pelo menos segundo dos dados estatísticos, do que se subentende a relevância das disfunções do sistema de valores normativos levados em conta pelas autoridades. Infortúnios de ordem comportamental – fossem passionais, conflitos familiares, graus de integração social, questões de honra etc. – nem sempre discerníveis, apesar da modernização dos instrumentos investigativos, abrangiam as causas morais. Já as desconhecidas, que junto com as de ordem moral somam 75,7%,

<sup>146</sup> O historiador Christian Goeschel afirmava que os judeus alemães: “*Carrying potassium cyanide and barbiturates was a matter of everyday routine for many Jews by this time. Carrying poison gave Jews a strong sense of control over their fate, and made them feel prepared for the eventuality. This culture of being prepared to die by one’s own hand was an importante stage on the road to suicide.*”. GOESCHEL, Christian. *Suicide in Nazi Germany*. New York: Oxford University Press, 2009, p. 99.

<sup>147</sup> A exemplo do caso da escritora alemã Irma Hirschfeld, analisado na pesquisa. Na iminência da deportação por não conseguir legalizar a estadia no Brasil, suicidou-se por envenenamento.

merecem destaque, pois indica incapacidade dos que coletavam os dados de identificar mais de 1/4 das causas.

A estimativa etiológica, desse modo, expressa a minoria de causas materiais (8,1%) e físicas (16,3%), indicando menor impacto de fatores socioeconômico e de adoecimento enquanto atuantes da tomada de decisão. Ainda assim, embora os dados apontem para o peso secundário da capacidade de prover as necessidades básicas de sobrevivência do indivíduo, tendo em vista as flutuações da economia brasileira no primeiro governo Vargas,<sup>148</sup> ocasionadas, sobretudo, pelas consequências da crise de 1929 e, posteriormente, pela eclosão da guerra, é possível supor que nos números no biênio de 1938-1939 as condições materiais tenham influído, de algum modo, na decisão, ao que soma o fato de o país já estar recebendo imigrantes que poderiam enfrentar condições adversas para se manter.

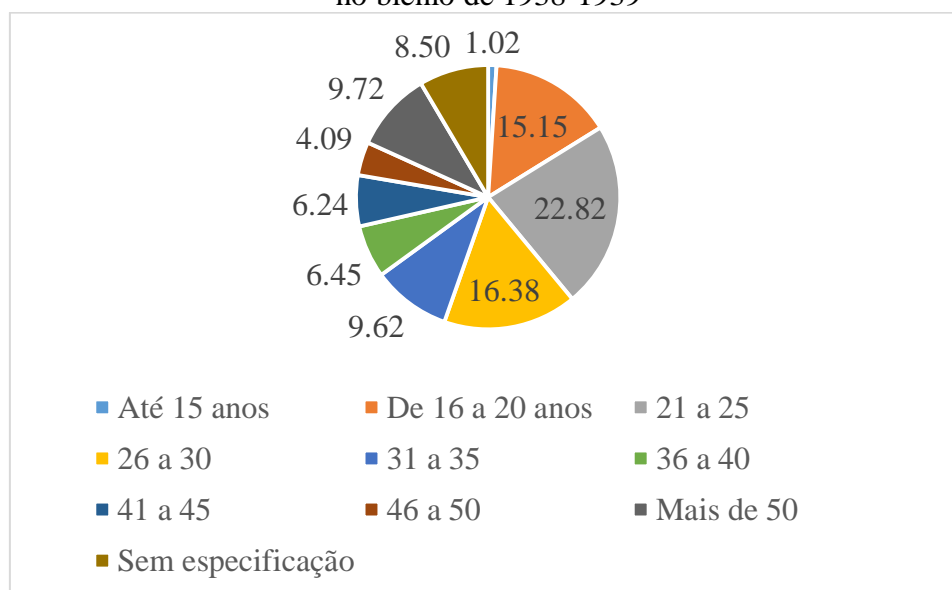
Os jovens, por seu turno, estavam entre o grupo que mais se matavam ou atentavam contra a vida, ou seja, indivíduos que, pelo menos em tese, gozavam de boas condições físicas e psíquicas, aptos a ingressarem no mercado de trabalho, o que certamente se afigurava como um problema para os ideais de construção do homem novo proposto pelo regime. No ponto de vista da polícia,<sup>149</sup> a considerada deficitária instrução familiar e escolar dos rapazes e das moças explicavam a tendência observada, uma vez que os tornavam vulneráveis em meio a práticas culturais consideradas desviantes dos bons costumes, o que lhes seduziam a reproduzirem padrões de comportamentos imorais à tradição dominante.

---

<sup>148</sup> Segundo Salomão L. Quadros da Silva, o PIB brasileiro, afetado pela situação econômica mundial, apresentou tanto quedas, como de 5,5% em 1942, como crescimento de 12,2% em 1936. SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 138.

<sup>149</sup> *A estatística policial-criminal do Estado de São Paulo de 1939*. Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Gabinete de Investigações, 1940, p. 410-411; *A estatística policial-criminal do Estado de São Paulo de 1940*. Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Gabinete de Investigações, 1941, p. 326; *A estatística policial-criminal do Estado de São Paulo de 1941, 1942*, p. 269-270.

Gráfico 7: Faixa etária dos envolvidos nas ocorrências de suicídios e tentativas no DF no biênio de 1938-1939



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir de: *Anuário estatístico do Brasil*, 1939-1940. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, p. 1.179.

As faixas etárias entre 21 e 25 anos (22,8%), de 26 a 30 anos (16,3%) e de 16 a 20 anos (15,1%) somavam 54,2% das ocorrências de suicídios e tentativas no Distrito Federal. Seguiam-se aqueles com mais de 50 anos (9,7%) e entre 31 a 35 anos (9,6%), completados, em ordem decrescente, pelos de idades desconhecidas (8,5%), os que tinham entre 36 e 40 anos (6,4%), de 41 a 45 (6,2%), de 46 a 50 (4%) e, com a menor taxa, os jovens de até 15 anos (1%). Uma das linhas explicativas para tal situação era, segundo então se acreditava, o consumo de literatura e matérias jornalísticas que acabariam por influenciar as mentes sugestionáveis e ainda em formação a optarem por suicidarem-se. Daí as muitas prescrições sobre o que se deveria ou não permitir que crianças e adolescentes lessem, aspecto sempre lembrado aos pais e responsáveis, aconselhados a estarem vigilantes.<sup>150</sup>

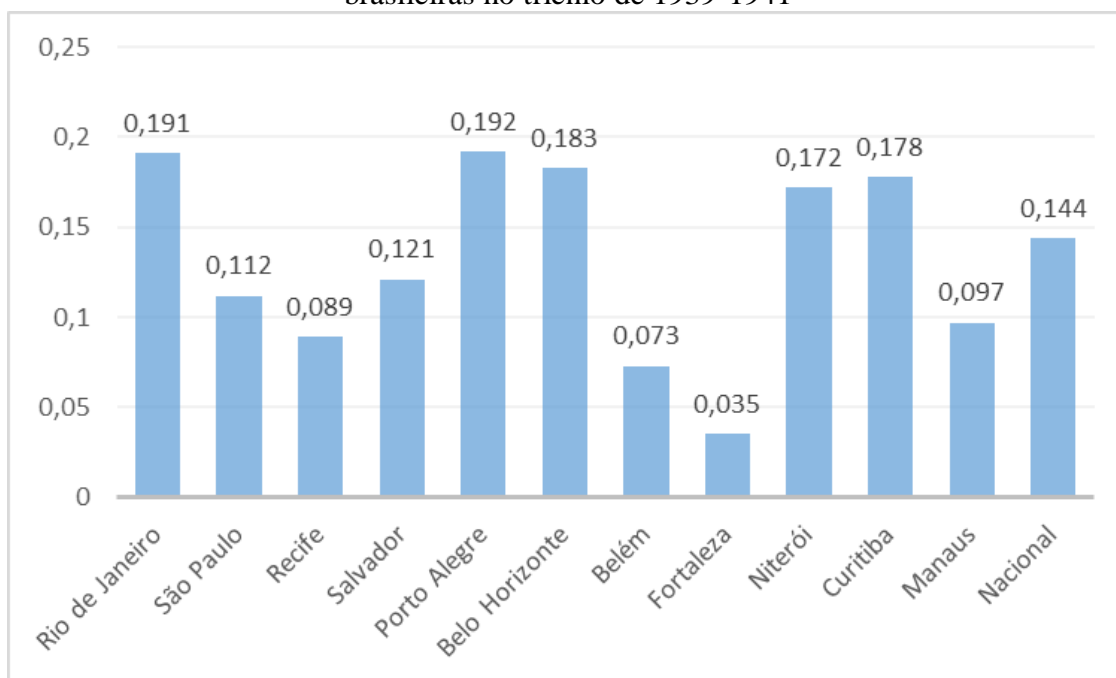
Entretanto, contrasta com tal quadro os dados relativos aos indivíduos motivados a cometerem o ato por conta dos efeitos da guerra, cuja média de idade era de 42,1 anos, incluídos ambos os gêneros. Diferença notória em relação ao perfil global do fenômeno no Distrito Federal, pois a faixa etária dos que tinham entre 41 e 45 anos somou apenas 6,2% do total geral, ao passo que jovens entre 16 e 30 anos de idade ultrapassavam a metade das ocorrências registradas.

<sup>150</sup> *Estatística Policial-criminal do Estado de São Paulo de 1941, 1942*, p. 271.

Ainda que o intervalo temporal seja limitado, a singularidade dos casos de suicídios justificados pela conjuntura bélica abrangeu pessoas que, há de se lembrar, eram, na sua maioria, imigrantes alemães, que viveram os traumas da Primeira Guerra Mundial e tinham, portanto, experiência dos efeitos de um conflito que se valia de armas modernas, produzidas em escala industrial. Passada a década de 1920, de tímida recuperação, atravessada por crises socioeconômicas, por disputas políticas e pela ascensão da extrema direita, tão logo os anos de 1930 trouxeram novamente a atmosfera de medo da deflagração de um novo confronto. Para quem havia sobrevivido às duras privações de 1914-1918, perdas de familiares e de bens materiais, aos sofrimentos mal cicatrizados somavam-se lembranças que ecoavam presságios de um tempo que se imaginava superado. Ledo engano. O fantasma da morte ressurgiu com o retumbar dos primeiros canhões, em 1 de setembro de 1939, originando uma nova conflagração que parecia ameaçar a própria humanidade.

Se na Europa o contexto não era nada animador, a capital do país registrou a segunda maior taxa relativa de suicídios entre as cidades brasileiras no triênio de 1939-1941, como se vê no Gráfico 8.

Gráfico 8: Taxa média de suicídios por 1.000 habitantes nas principais capitais brasileiras no triênio de 1939-1941



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir de: *Boletim estatístico*. Rio de Janeiro: IBGE, julho-setembro, ano III, nº 11, 1945, p. 22-23.

Atrás somente de Porto Alegre por um montante irrisório (0,001), o Rio de Janeiro ocupava posição relevante, tanto que a diferença em relação às outras localidades é nítida: Belo Horizonte (0,183), Curitiba (0,178) e Niterói (0,172), em terceiro, quarto e quinto lugares respectivamente. Ao lado justamente delas, o Distrito Federal ultrapassou a média nacional de frequência do suicídio no triênio indicado (0,144). Destaca-se a pontuação de Niterói, por se tratar da capital do Estado fluminense e fazer parte da análise, aparece com taxa significativa da prática quando contraposta às cidades de São Paulo, 0,112; Recife, 0,089; Salvador, 0,121; Belém, 0,073; Fortaleza, 0,035 e Manaus, 0,097, além de estar, reiterando, acima da média nacional. Em números absolutos, chama a atenção a disparidade de 1.011 suicídios registrados no triênio na cidade do Rio de Janeiro, mais que o dobro da cidade de São Paulo, 446, bem distante, em números absolutos, de Porto Alegre, 157, e se somado os números da cidade do Rio de Janeiro e de Niterói, ambas capitais incluídas na pesquisa, a margem aumenta e atinge-se a cifra de 1.084 ocorrências.

Tabela 2: Quantidade de suicídios em número absoluto nas principais capitais brasileiras no triênio de 1939-1941

RJ	SP	POR	BH	SAL	REC	CUR	NIT	BEL	MAN	FOR	Total
1.011	446	157	116	105	93	75	73	45	31	19	2.171

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir de: *Boletim estatístico*. Rio de Janeiro: IBGE, julho-setembro, ano III, nº 11, 1945, p. 22-23.

Nota-se, portanto, a centralidade da cidade do Rio de Janeiro na frequência estatística do suicídio em território nacional. Uma das principais portas de entrada de imigrantes no Brasil e onde parte acabavam por se fixar, a capital federal era o epicentro do fenômeno. Não obstante, a aridez da quantificação não deve comprometer os aspectos subjetivo e individual do ato, pois condições particulares separam cada um dos casos. Nesse sentido, em que pese a desmoralização social da prática matizada pelos discursos institucionais que tentavam frear sua difusão, os dados levantados indicam a alta das mortes voluntárias no centro do poder político decisório do país, numa conjuntura que lhe imprimiu estímulos, em especial, às pessoas cujas trajetórias foram atravessadas pelo entrechoque das tensões beligerantes na Europa.

## 2.2. Perfil dos suicidas segundo jornais cariocas e laudos cadavéricos

No que respeita aos suicídios, os que ocupavam espaços consideráveis nos jornais eram os cometidos em situações inusitadas e/ou por pessoas de altos estratos sociais,

como revelou o levantamento preliminar realizado no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional,<sup>151</sup> que permite identificar a quantidade de vezes que a palavra figurou entre 1939 e 1945. É obvio que os números encontrados atingiram cifras muito elevadas, mesmo a busca tendo se restringido aos oito principais jornais que circulavam na capital,<sup>152</sup> a saber: *A Noite* (1911-1964), *Diário da Noite* (1929-1961), *Gazeta de Notícias* (1875-?),<sup>153</sup> *O Jornal* (1919-1974), *Jornal do Comércio* (1827-2016), *Correio da Manhã* (1901-1964), *Jornal do Brasil* (1891-2010) e *Diário de Notícias* (1930-1974).<sup>154</sup>

Entretanto, é preciso observar que mesmo que a busca por palavra-chave tenha dado origem a dados bastante vagos e imprecisos, foi necessário verificar se a menção tinha ou não relação com o objeto pesquisado, daí a necessidade de acessar todas as menções, a maioria delas sem interesse para a temática que nos interessa. Assim, foram verificadas 11.793 ocorrências do termo, o que permitiu selecionar as ocorrências cuja motivação guardavam relação com situações decorrentes do contexto europeu e da Segunda Guerra Mundial. Em síntese: cada ocorrência foi verificada e, dentre as que efetivamente diziam respeito a indivíduos que se mataram, foram selecionadas as que, pelo menos segundo as notícias, tinham alguma vinculação, direta ou indiretamente, com o conflito.

Apesar de as notícias sobre suicídios poderem figurar em diferentes espaços dos jornais, a análise revelou a existência de detalhamento das informações, fotos e presença nas primeiras páginas dos exemplares quando se tratava de suicidas que justificaram a decisão em razão da guerra ou das circunstâncias vivenciadas em função do evento, o que corrobora a importância que a imprensa deu ao fato.

---

<sup>151</sup> O sistema de busca digital oferecido pela Fundação da Biblioteca Nacional no acervo de sua hemeroteca utiliza a tecnologia Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition-OCR*) que identifica textualmente no acervo a palavra-chave solicitada.

<sup>152</sup> Cabe salientar que os números indicados não se referem a casos de suicídios propriamente ditos, mas a toda e qualquer ocorrência da palavra, ou seja, tal como se apresentam, os dados apenas indicam a frequência do termo em cada periódico. Entre 1930 e 1949, o mesmo figurou 37.641 vezes, sendo que somente entre 1939 e 1945, o montante é de 11.793, o que indica que esses seis anos sozinhos representam 31% das ocorrências do termo. Apesar dos limites desse tipo de busca, seja em função da impressão e/ou da preservação dos jornais, e não sendo possível afirmar que todos as ocorrências do termo foram realmente localizadas pela ferramenta de busca, os dados são muito significativos em termos numéricos.

<sup>153</sup> Não foi possível precisar ainda a data exata do término da versão impressa do jornal. Quando da primeira edição do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC*, datado de 1984, a folha ainda circulava, ainda que tivesse perdido o seu antigo brilho. Na Hemeroteca Digital, constam exemplares até o ano de 1956.

<sup>154</sup> Exceto o jornal *O Radical*, o qual foi incorporado posteriormente no andamento da pesquisa.

Conforme observa-se abaixo na Tabela 3, o total de notícias sobre suicídios ou de tentativas divulgadas nos oitos jornais cariocas, entre 1939 e 1945 cometidos no Estado do Rio de Janeiro e motivados pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial, alcançaram a cifra de 33.<sup>155</sup> Desses, 9 não se efetivaram, ou seja, 27,2%, contra 72,7% que efetivamente chegaram à vias de fato.

Tabela 3  
Perfil das tentativas e dos suicídios motivados pela Segunda Guerra, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945)

Mês/Ano	Nacionalidade	Idade	Estado civil	Profissão	Local	Instrumento	Período/Dia	Religião/Etnia declarada
<b>1. Martha Beker (mulher)</b>								
fev/39	Alemã	67	Casada	X	Casa	Comprimido	Tarde domingo	Judia
<b>2. Hulth Beker (homem; tentativa)</b>								
fev/39	Alemão	21	Solteiro	X	Casa	Comprimido	Tarde domingo	Judeu
<b>3. Fred Scheip (homem; tentativa)</b>								
abr/39	Alemão	42	Solteiro	Desempregado	Casa	Arsênico	Noite quarta	Ariano
<b>4. Joseph Zolkowsky (homem; tentativa)</b>								
mai/39	Polonês	38	X	Desempregado	Mar	Afogamento	Noite sexta	X
<b>5. Lora Sarah Friedenreich (mulher)</b>								
jun/39	Alemã	58	Viúva	Desempregada	Casa	Enforcamento	Tarde domingo	Judia
<b>6. Irma Hirschfeld (mulher)</b>								
ago/39	Alemã	38	Divorciada	Escritora	Pensão	Droga soporífera	Noite terça	Judia
<b>7. Bela Sara Bluth (mulher)</b>								
ago/39	Alemã	66	Casada	X	Casa	Enforcamento	Tarde terça	Judia
<b>8. Henrique Stock (homem)</b>								
set/39	Alemão	46	Casado	Desempregado	Zona rural	Enforcamento	Manhã quinta	X
set/39	<b>9. Rosa Waginstok (mulher)</b>							

<sup>155</sup> A listagem dos casos suspeitos, totalizados em 41, organizada por nome completo e ano da ocorrência, pode ser conferida no Anexo I. Optou-se por incluir no corpo da análise apenas os casos confirmados, a partir dos quais foram calculados todos os dados estatísticos apresentados.

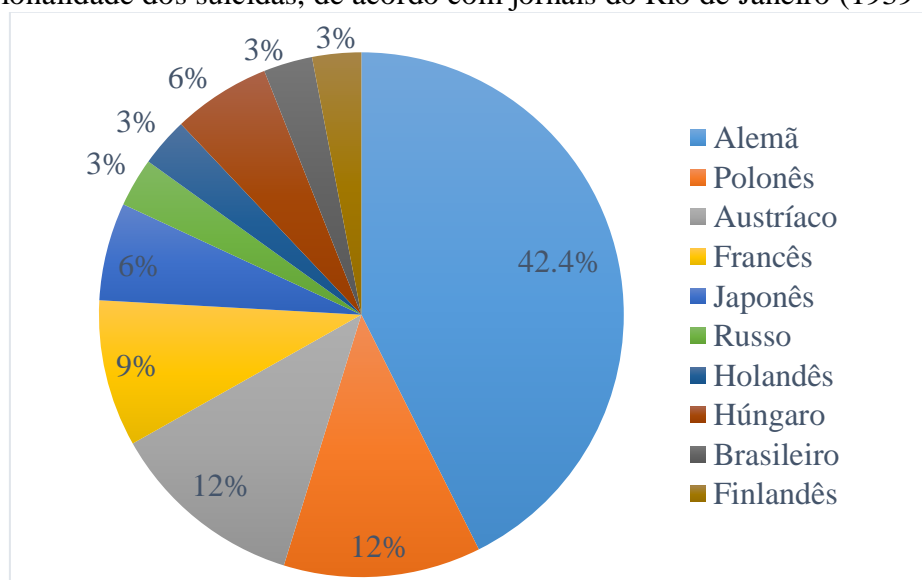
	Polonesa	39	Casada	X	Mar	Afogamento	X quinta	Judia
dez/39	<b>10. Luciani Ettienne (homem)</b>							
	Francês	56	solteiro	Operário	Hospital	Salto de altura	Noite quarta	X
mar/40	<b>11. Desiderio Egressi (homem)</b>							
	Húngaro	62	Casado	Comerciante	Delegacia	Enforcamento	Noite terça	Judeu
mar/40	<b>12. Melanie Egressi (mulher)</b>							
	Húngaro	55	Casada	Comerciante	Delegacia	Enforcamento	Noite terça	Judia
abr/40	<b>13. Kurt Reiter (homem)</b>							
	Austríaco	20	Solteiro	Desempregado	Casa	Comprimido	Tarde segunda	Judeu
abr/40	<b>14. Leopoldo Jonas (homem; tentativa)</b>							
	Alemão	37	Casado	Comerciante	Delegacia	Salto de altura	Tarde segunda	Judeu
jul/40	<b>15. Thereza Heller (mulher; tentativa)</b>							
	Austríaca	18	Solteira	Professora	Trem e hospital	Soporífero	Noite quarta	Judia
jul/40	<b>16. Salomão Spielmann (homem)</b>							
	Polonês	63	Viúvo	Comerciante	Via pública	Atropelamento	Tarde segunda	Judeu
ago/40	<b>17. Edith Heupp (mulher)</b>							
	Alemã	31	Casada	Doméstica	Casa	Gás	Noite sexta	X
dez/40	<b>18. Albert Philips Leeuw (homem)</b>							
	Holandês	42	Casado	Secretário da Câmara de Comércio Holandesa	Casa	Salto de altura	Manhã sexta	Judeu
mar/41	<b>19. Baronesa Cecy de Sugesser Brusegg Nioac (mulher)</b>							
	Francesa	58	Viúva	Baronesa	Casa	Gás	Manhã segunda	X
jun/41	<b>20. Olaf Hedlund (homem; tentativa)</b>							
	Finlandês	31	Noivo	Marujo	Edifício A Noite e porto	Salto de altura e afogamento	X segunda	X
fev/42	<b>21. Stefan Zweig (homem)</b>							
	Austríaco	60	Amasiado	Escritor	Casa	Formicida	Noite domingo	Judeu

fev/42	<b>22. Charlote Elizabeth Altmann (mulher)</b>							
	Polonesa	34	Amasiada	Secretária	Casa	Formicida	Noite domingo	Judia
mar/42	<b>23. Albert Hirschfeld (homem)</b>							
	Alemão	20	Solteiro	Comerciante	Casa	Sonífero	X domingo	Judeu
jul/42	<b>24. Antonio Carvalho Silva (homem)</b>							
	Brasileiro	36	Solteiro	Guarda-livros	Laje do local de trabalho	Canivete	Manhã sábado	X
ago/42	<b>25. Pedro Pollakoff (homem)</b>							
	Russo	44	Solteiro	Mordomo	Local de trabalho, casa de Oswaldo Furnst	Salto de altura	Noite sexta	X
set/42	<b>26. Frederico Meissel (homem)</b>							
	Alemão	41	Solteiro	Comerciante	Casa	Objeto cortante e salto de altura	Noite sexta	X
mai/43	<b>27. Hans Briller (homem)</b>							
	Alemão	37	Solteiro	Comerciante	Hotel	Substância tóxica	Manhã terça	Judeu
nov/43	<b>28. Roland Hasenoehrl (homem)</b>							
	Austríaco	33	Solteiro	Desempregado	Casa	Substância tóxica e salto de altura	Manhã sexta	Católico
mai/44	<b>29. George Bosch (homem)</b>							
	Alemão	X	Casado	X	Presídio	Objeto cortante	X	X
jun/44	<b>30. Marthe Perrin (mulher)</b>							
	Francesa	43	Solteira	X	Casa	Substância tóxica e gás	Noite sexta	X
jun/44	<b>31. Wilhem Koepff (homem; tentativa)</b>							
	Alemão	43	Casado	Comerciante	Delegacia	Objeto cortante	Manhã sábado	X
ago/45	<b>32. Tunezo Nagano (homem; tentativa)</b>							
	Japonês	38	Casado	Comerciante	Hotel	Objeto cortante	Noite segunda	Budista
ago/45	<b>33. Josika Nagano (mulher; tentativa)</b>							
	Japonesa	36	Casada	Comerciante	Hotel	Objeto cortante	Noite segunda	Budista

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

Os dados revelam que a maioria dos que optaram pelo suicídio, com ou sem sucesso, eram imigrantes provenientes do continente europeu, que se viram obrigados a deixar por força das circunstâncias e, na maioria das vezes, de forma apressada, o que tornava ainda mais doloroso o rompimento com raízes linguísticas, culturais, mas também afetivas e familiares. É curioso verificar a presença de apenas um brasileiro (caso nº 24, Antonio Carvalho da Silva) entre os que optaram a se matar por conta do confronto, o que coloca a imigração como elemento preponderante. No Gráfico 9, detalha-se a nacionalidade dos suicidas.

Gráfico 9  
Nacionalidade dos suicidas, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

Como indica a quantificação, o maior número era de alemães (42,4%; 14), o que corresponde a quase metade do montante, seguidos pelos poloneses (12,1%; 4), austríacos (12%; 4) e franceses (9%; 3), nacionalidades que, somadas, representam 75,4% das ocorrências e perfazem o primeiro grupo, enquanto que os japoneses (6%; 2), húngaros (6%; 2), russo (3%; 1), holandês (3%; 1), finlandês (3%; 1) e brasileiro (3%; 1) compõem o segundo, 24,6%. Com a óbvia exceção do brasileiro, os demais tiveram seus países de origem invadidos pelas forças do Eixo, principalmente os pertencentes ao primeiro grupo, a começar pelos austríacos com o *Anschluss*, em 12 de março de 1938, os poloneses, cuja invasão em 1 de setembro de 1939 foi o estopim para o início da guerra e os franceses,

com a ocupação de Paris em 14 de junho de 1940. O casal de japoneses dos casos nº 32 e 33, Tunezo Nagano e Josika Nagano, completam a lista dos indivíduos provenientes dos países do Eixo ou por ele ocupado, sem registro de italianos. Entretanto, os dados devem ser vistos com reservas pois não necessariamente os alemães foram, de fato, os que mais se suicidaram. Não se pode perder de vista que a amostra parte do que os jornais registraram e cada um seguia critérios estabelecidos segundo suas linhas editoriais, ou seja, selecionavam as ocorrências que julgavam importantes para os seus leitores. Além do mais, vivia-se sob o regime do Estado Novo, que exercia significativo controle sobre a imprensa. Sobretudo depois de haver declarado guerra à Alemanha, é possível que os periódicos se dedicassem, com particular afincamento a notificar casos que envolvessem os germânicos, pois se constituíam em uma das comunidades que mais despertavam a atenção da vigilância policial.<sup>156</sup> O temor do “perigo alemão” ganhou corpo na suposta existência de uma poderosa rede de espionagem maquinada pelo regime nazista. Medo, rumores e suspense eram frequentes em reportagens publicadas nos jornais, que traziam como mote a dúvida sobre as intenções conspiratórias dos alemães, a exemplo do caso de nº 31, de Wilhem Koepff, capturado pela polícia e acusado de espionagem em território brasileiro, que teria tentado suicidar-se numa delegacia carioca. A repressão exercida sobre os alemães foi significativa assim como em relação aos japoneses, sobre os quais ainda recaía a suposta dificuldade de assimilação da cultura brasileira.

Em 1943, Hannah Arendt, num texto publicado pela revista norte-americana judaica *The Menorah Journal*, referiu-se às dificuldades de adaptação dos refugiados, inclusive no Brasil, e destacou o suicídio como consequência do desânimo e das privações enfrentadas. Exilada nos Estados Unidos em decorrência das perseguições sofridas na Alemanha, a intelectual falava com propriedade, atenta aos infortúnios das pessoas expulsas de seus antigos lares pela implacável sanha persecutória instituída na Europa. Ela chamou atenção, ainda, para um falso otimismo dos refugiados no recomeço da vida, distante dos horrores nazifascistas. Por trás da aparente esperança por dias melhores, contando com o auxílio prestado pelos comitês de refugiados, estavam os obstáculos do idioma, desemprego, perda de contato com familiares e amigos, fatores que, combinados,

---

<sup>156</sup> Antes mesmo do início da guerra, os alemães já eram identificados como grupos inassimiláveis no padrão da cultura nacional, isso na visão do general José Meira de Vasconcelos em 1938 que advertia sobre o perigo da propaganda irradiada da célula do partido Nazista fixada no Brasil desde 1932 como aponta Maria Luiza Tucci Carneiro. TUCCI, Maria Luiza Tucci. Fascistas à brasileira – encontros e confrontos. In: TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza; CROCI, Federico. *Tempos de fascismos: ideologia, intolerância, imaginário*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010, p. 440.

esmigalhavam a crença na sorte conquistada com o visto e o carimbo de saída no passaporte. O suicídio, nessas circunstâncias, pode ser interpretado como o grito de desespero, num momento de solidão, que obscurecia as perspectivas de mudanças, enquanto a morte, interrupção da vida terrena, afigurava-se como possível salvação.<sup>157</sup>

Evidentemente, nem todos os imigrados desperdiçaram as oportunidades, ainda que tivessem que enfrentar o rol de dificuldades elencado por Hannah Arendt. Na cidade do Rio de Janeiro, a imprensa também se debruçava sobre a questão, como foi o caso da série de reportagens da *Gazeta de Notícias* intitulada “Como vivem no Rio os exilados da guerra?”. A matéria retratava alguns aspectos do cotidiano dos exilados por meio de entrevistas. Nenhuma semelhança com as considerações críticas Arendt e tampouco se mencionava o suicídio, pelo contrário, o foco recaiu no conforto oferecido a esses indivíduos, concluindo que:

É assim, amável leitora, é assim que vivem os pobrezinhos dos exilados da guerra. No Copacabana-Palace, banhando-se na piscina o dia inteiro, nos bares, nas praias, na boa vida, com boas mulheres, bons cigarros, boas bebidas, boa papa, etc. Resumindo, a vida desta gente, é a daquele famoso herói da modinha popular. ‘Boa casa e boa roupa e comida de colher...’<sup>158</sup>

A pretensa intimidade com que o articulista se dirigia à leitora, informando-a sobre o “real” cenário vivido pelos imigrantes, realçava os cotidianos regados a distrações, sem qualquer alusão ao trabalho, descrição que mascarava suas dificuldades de adaptação ao meio e colaborava, em larga medida, para acentuar a imagem do suposto bom acolhimento por parte dos nacionais, que lhes proporcionaria bem-estar além das necessidades básicas. A linguagem leve dava conta de um mundo repleto de amenidades, a ponto de o texto aguçar a curiosidade dos cariocas, retirando a questão da órbita conturbada e da atmosfera brutal da guerra. Não se tratava de exceção, comungando dessa visão positiva da vida dos exilados no país, várias outras reportagens figuravam nos jornais.

Em 1939, aliás, o ano que teve maior quantidade, em números absolutos, de suicídios motivados pela guerra, de acordo com os oito jornais em estudo: 1939 (10), 1940 (8), 1941 (2), 1942 (6), 1943 (2), 1944 (3) e 1945 (2), evidenciando a alta do fenômeno nos dois primeiros anos do conflito, o relato da bailarina tchecoslovaca, Juliette

<sup>157</sup> ARENDT, Hannah. *Nós, os refugiados*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013, p. 10.

<sup>158</sup> Como vivem no Rio os exilados da guerra? *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 9, p. 8, 11 de janeiro de 1941.

Bender, por sua vez, reforçava a ideia de um Brasil acolhedor. Ela chegou a cogitar o suicídio frente à ocupação nazista:

Foi um desastre para a minha pátria. Ninguém mais teve tranquilidade. Os alemães nunca nos deixaram um só instante. Às vezes pensei no suicídio, porque, mais valia morrer a ter que suportar as imposições dos que haviam tomado o meu país. Contudo, com todas as minhas forças, procurei reagir, ainda que humilhada em meu amor-próprio. (...) Nunca sabíamos quando chegávamos. Viajamos às escuras, com o máximo cuidado. (...) Uma viagem tormentosa. Toda atenção seria ainda pouco. Barcos, salva-vidas, tudo pronto para o primeiro grito de alarme. Alimentação reduzida. Tudo isso, porém, se dissipou quando alcançamos águas brasileiras. E o nosso entusiasmo cresceu, quando nos sentimos garantidos pela constelação do Cruzeiro do Sul ao entrarmos no Brasil. Foi um alívio para os nossos corações.<sup>159</sup>

Considerado porto seguro após travessia turbulenta no Oceano Atlântico, avistar as terras brasileiras significava alívio. À medida que os dias passavam em alto mar, o misto de apreensão e ansiedade tomava conta dos passageiros, ansiosos pela terra firme. As antigas angústias e ímpetos suicidas, frutos da desesperança, pareciam ter ficado para trás diante da possibilidade de se ver livre, pelo menos geograficamente, das agruras passadas. Nesse ponto, cabe evocar Hannah Arendt, a despeito do depoimento de positividade de Juliette Bender, que teria enfrentado o trauma vivido com a vitória do exército alemão e encontrado forças para chegar ao Brasil que, em tese, era sinônimo de proteção e acolhimento. Contudo, o otimismo nascente poderia não se sustentar à medida em que a estadia no país fosse vivenciada. Se a imprensa insistia no humanitarismo em tempos de hostilidades, nem a política imigratória era tão generosa na prática e tampouco as oportunidades concretas eram tão amplas como faziam crer as reportagens. Hannah Arendt referiu-se à falsa visão tranquilizadora segundo a qual os refugiados sobreviveriam sem traumas, o que não passaria, para muitos, de um mero paliativo momentâneo que poderia culminar na atitude suicida:

Não. Há algo de errado com o otimismo. Há aqueles estranhos otimistas entre nós que, tendo feito vários discursos otimistas, vão para casa e ligam o gás ou dão uso a um arranha-céus de um modo um pouco inesperado. Parecem provar que a nossa proclamada animação é baseada numa perigosa disposição para morte.<sup>160</sup>

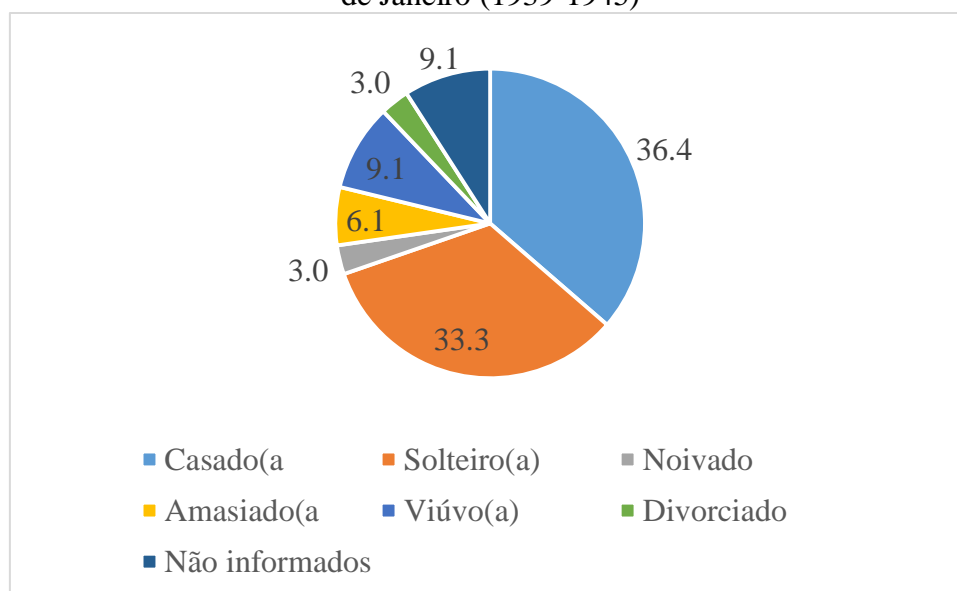
Por fim, não se sabe o destino de Juliette Bender, se conseguiu ou não viver no país ou se, por desventura, veio a suicidar-se. Tampouco se sabe se era casada, aspecto

<sup>159</sup> Triste odisséia da bailarina tchecoslovena. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ed. 278, p. 11, 24 de novembro de 1939.

<sup>160</sup> ARENDT, Hannah. *Op. Cit.*, 2013, p. 10.

importante, entretanto, que não se pode desprezar. O peso do estado civil na decisão de tirar a própria vida influi na existência de apoio mútuo e de laços afetivos fortes que podem ajudar a desestimular tal saída. Nos termos de Durkheim, a desintegração social do indivíduo intervém na configuração do fenômeno e, assim, a taxa de suicidas entre os solteiros mostra, em geral, tendências maiores. Entretanto, como vê-se no gráfico a seguir, não houve disparidade na porcentagem de casados e solteiros no âmbito dos casos em análise, conclui-se, portanto, que a guerra foi um fator que pesou mais do que as explicações de cunho sociológico para o suicídio.

Gráfico 10  
Estado civil dos indivíduos que tentaram/se suicidaram, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

Ainda que a maior parte dos indivíduos fosse casado (36,4%), cabe assinalar que nem sempre estavam na companhia do marido/esposa em território brasileiro, circunstância que se repetia em relação aos noivos, que representavam apenas 3% do total. A separação dos casais poderia ocorrer logo antes ou no momento do embarque. Na Alemanha, as leis de Nuremberg proibiam o casamento entre judeus e não-judeus desde 1935 e o caso de nº 6 de Irma Hirschfeld exemplifica esse fato, explorado nas notícias por ela supostamente ter desfeito a união com seu antigo marido, pois ele era de origem ariana, circunstância aventada pelos jornais que esteve entre as causas que a levaram ao suicídio. Já a ocorrência de nº 20, de Olaf Hedlund, revela que ele estava longe da noiva,

que permaneceu na Finlândia. A casa em que ela e a família de Olaf residiam foi bombardeada, circunstância que o impeliu a tentar suicídio.

No que respeita aos solteiros (33,3%) e viúvos (9,1%), respondem por parcela importante (39,4%) e compõem grupos mais suscetíveis ao suicídio, segundo a interpretação durkheimiana, que insiste no isolamento desses indivíduos, tal como ocorre com os considerados incapazes de constituírem núcleo familiar por inaptidões patológicas congênitas, morais e econômicas, perfazendo um largo espectro que vai dos doentes e criminosos aos pobres. Ocupar o posto de mantenedor de uma família credenciava o sujeito a ser visto como dotado de preceitos morais e imune à exclusão social, do contrário, é visto como propenso a subverter as leis de convívio e, abandonado na marginalidade, defrontar-se com o suicídio para a solução dos problemas.<sup>161</sup> Contudo, saliente-se que a conclusão de Durkheim refletia também os valores da época, que reverenciavam o casamento como instituição demarcadora de posições sociais e estigmatizava os demais, numa leitura de cunho determinista. A força dessa leitura é atestada no caso de nº 30, da francesa Marthe Perrin. No apartamento onde foi encontrada, a carta explicativa do ato fazia referência às perdas financeiras devido à ocupação alemã na França. É curioso notar que o fato de ser mulher e solteira recebeu grande atenção na notícia, enquanto os motivos que ela alegou, e que tem relação direta com a guerra, foram praticamente ignorados na notícia. A ênfase no gênero e no estado civil torna patente a visão dominante acerca da mulher e, de certa forma, dá sentido e naturaliza a sua decisão de pôr fim à vida.

Especificamente em relação ao gênero, 63,6% dos suicídios localizados referiam-se ao sexo masculino, e 36,6% ao feminino, o que corrobora a tese de que homens se matam mais que mulheres, por escolherem instrumentos/métodos de maior grau de letalidade, apesar de que das onze tentativas registradas, apenas quatro foram por elas empreendidas. Por outro lado, cabe apontar que isso não quer dizer que as mulheres fossem indiferentes diante das adversidades da Segunda Guerra Mundial. Nos casos de números 11 e 12, o casal de húngaros Desiderio Egressi e Melanie Egressi, acusados de facilitarem a entrada clandestina de estrangeiros no Brasil pelo porto carioca, foram capturados pela polícia marítima e, aflitos com a prisão, deram fim à própria existência na cela da repartição onde, após longas investigações, verificou-se que foi a mulher que encorajou o marido. O exemplo não se adequa ao estereótipo sexista segundo o qual a

---

<sup>161</sup> DURKHEIM, Émile. *Op. Cit.*, 2000, p. 218-219.

agressividade e o impulso em direção à morte diziam respeito apenas à virilidade inerente ao homem.

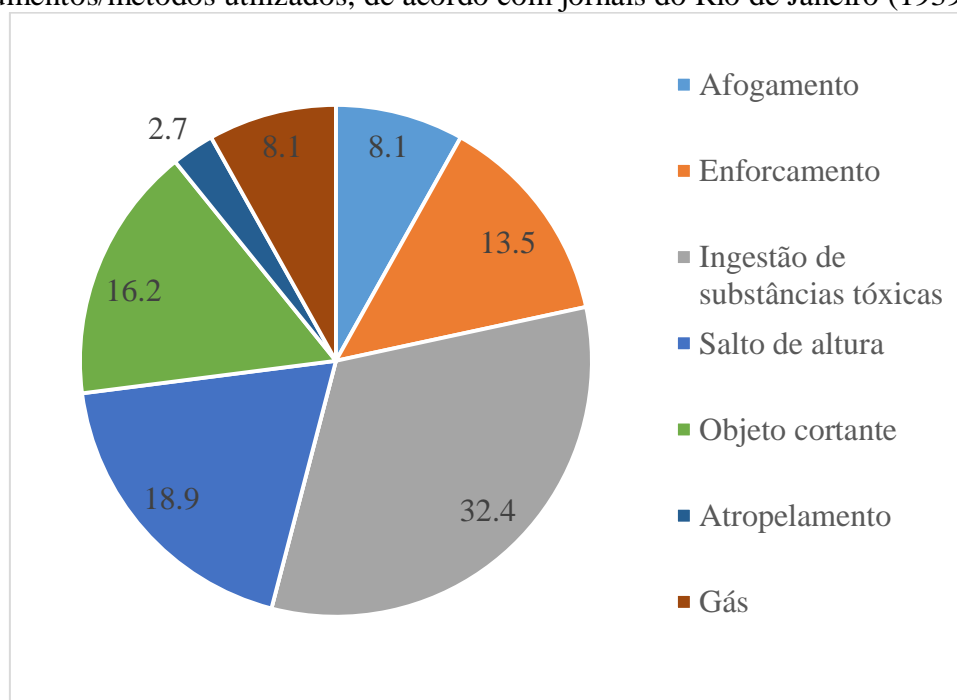
O ponto também coloca a questão da escolha do instrumento/método para a consumação do suicídio, igualmente vinculado à identidade de gênero. Das 12 mulheres, 7 utilizaram substâncias tóxicas como meio de praticar a morte voluntária, tais como comprimidos de veronal, formicidas e gás de cozinha. Entre os 21 casos que envolveram homens, apenas 7 lançaram mão das substâncias tóxicas, enquanto o restante preferiu métodos mais violentos, como enforcamento, objeto cortante, salto de altura e atropelamento. Em comparação às mulheres, portanto, os homens optaram majoritariamente por meios que desfiguravam radicalmente o próprio corpo, o que pode expressar um sadismo além do comum,<sup>162</sup> a ponto de desumanizá-lo e fazer prevalecer o instinto animalesco da violência, que faz evocar o contexto das batalhas sangrentas da guerra ou, ainda, um impulso de auto-eliminação. A escolha do método, nesse sentido, possui grande relevância, pois caso não se conhecesse a dosagem no caso dos venenos, aumentavam as chances de insucesso. No gráfico a seguir, detalham-se as porcentagens de cada um dos métodos escolhidos dos suicídios em análise.

---

<sup>162</sup> É exatamente o sadismo, na visão de Sigmund Freud, o elemento central da passagem da melancolia para o suicídio. Vide: BRUNHARI, Marcos Vinicius; DARRIBA, Vinicius Anciães. O suicídio como questão: melancolia e passagem ao ato. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 26, n° 1, p. 197-213, 2014.

Gráfico 11

Instrumentos/métodos utilizados, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

A ingestão de substâncias tóxicas (32,4%) detém fatia significativa dos meios empregados, seguido pelo salto de edifícios (18,9%), objeto cortante (16,2%), enforcamento (13,5%), afogamento (8,1%), gás (8,1%) e, por último, atropelamento (2,7%). Chama a atenção a ausência das armas de fogo, o que talvez se explique pela dificuldade de acesso. Sabe-se que a escolha do modo de tirar a própria vida responde a um contexto sociocultural, que facilita alguns meios e dificulta outros. Durante a Segunda Guerra, a questão ocupava espaço importante na imprensa carioca, com diversas discussões sobre o perigo da circulação indiscriminada de produtos mortíferos que, entretanto, não eram alvos de controle rígido, como se depreende da leitura das matérias selecionadas. Assim, havia críticas ao afrouxamento dos órgãos fiscalizadores no controle da venda de medicações e venenos que pudessem facilitar a prática das mortes voluntárias. Antes de 1940, por exemplo, havia a proibição das farmácias venderem produtos tóxicos sem receita médica, no entanto, os jornais denunciavam o descumprimento sistemático das normas, isso em função do alegado grande volume de suicídios cometidos com o uso dessas substâncias.<sup>163</sup>

<sup>163</sup> Estímulo ao suicídio. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 05333, p. 4, 16 de março de 1940.

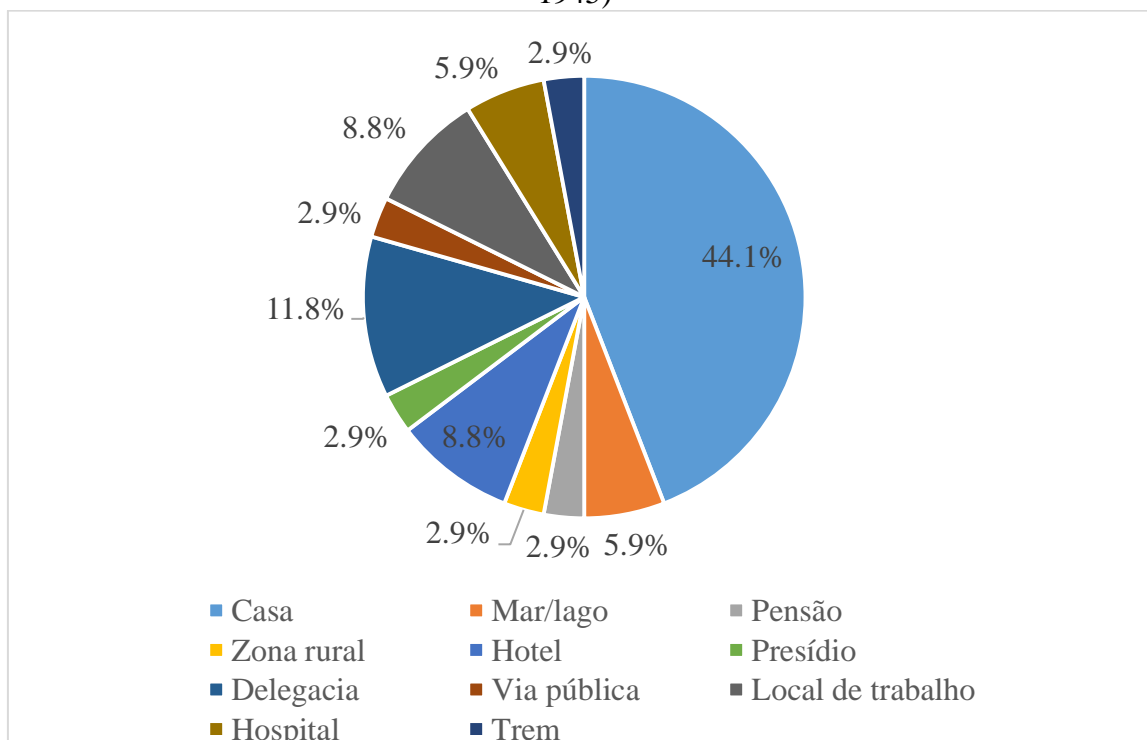
Em vista desse cenário, numa conferência realizada em 1940, o farmacêutico Virgílio Lucas, pertencente à Academia Nacional de Medicina, expôs publicamente a necessidade de o governo em regulamentar a venda desses químicos,<sup>164</sup> o que comprova a preocupação com a difusão dos mesmos. Em meio às reivindicações, o Ministro da Agricultura criou, em 1941, uma comissão para regulamentar o comércio dos venenos, dentre eles o formicida, que seria vendido apenas mediante a licença de comércio expedida pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal. Denominava-se de “vendedores da morte”<sup>165</sup> os comerciantes que disponibilizavam o formicida nas prateleiras, a exemplo das casas de ferragens, produtos de agricultura e inseticidas, que incorreriam em multa e sanções no seu direito de comercializar, medidas consideradas urgentes, uma vez que o produto tinha baixo preço e efeito fulminante. Uma das soluções apontadas consistia na substituição do veneno contra as formigas por outro composto de eficiência similar, mas cuja a efetividade em humanos fosse menos danosa. Os dados acerca dos instrumentos utilizados também se correlacionavam com os locais em que ocorreram os suicídios. Não por acaso, predominou o ambiente privado da casa (44%), como atesta o Gráfico 12.

---

<sup>164</sup> LEMOS, Floriano. Crônica científica, morte por formicida, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 14257, p. 8, 27 de abril de 1941.

<sup>165</sup> PINTO, Ricardo. Vendedores da morte. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 5601, p. 1, 29 de janeiro de 1941.

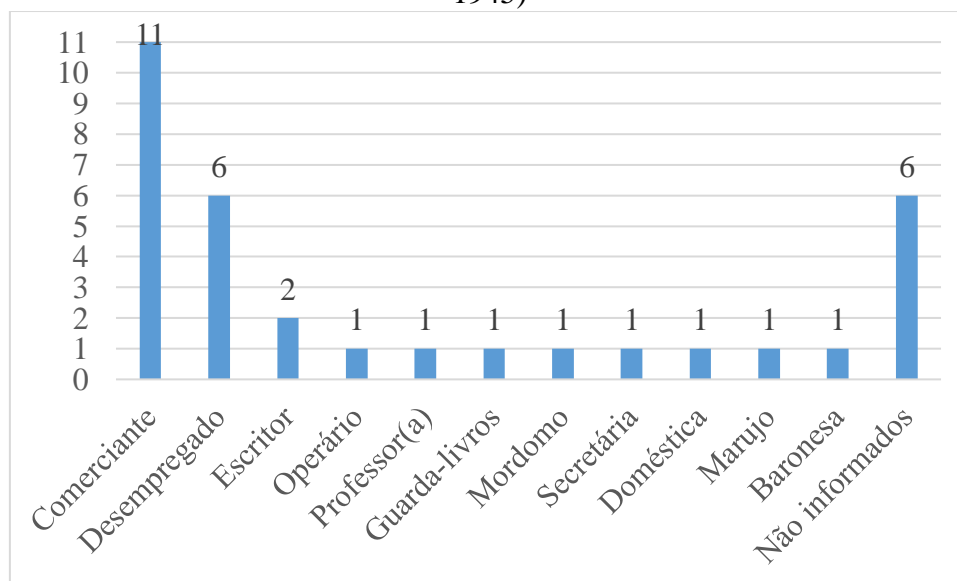
Gráfico 12  
Locais em que ocorreram os suicídios, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

Às residências, concentradas no núcleo urbano, seguiram-se delegacia (11,8%), local de trabalho e hotel (8,8%), mar/lago e hospital (5,9%) e, por fim, pensão, zona rural, presídio, via pública e trem nos mesmos percentuais (2,9%). No que respeita à distribuição espacial, a soma dos locais públicos (mar/lago; zona rural; presídio; delegacia; via pública; hospital; trem e local de trabalho) chega a 44%, já os espaços privados (casa; pensão e hotel) é de 55,8%. O uso de substâncias tóxicas, associadas ao ambiente privado, indica tendência desses suicidas de serem discretos, sem intenção de serem objetos de olhares curiosos, o que contribuía para o sucesso da prática por evitar intervenções inesperadas. Somente 2,9% das ocorrências ocorreram fora da área urbana, onde o acesso à informação e às notícias do que se passava no mundo integravam o cotidiano. As profissões, por sua vez, remetem para atividades citadinas, como se observa no Gráfico 13.

Gráfico 13  
Profissões exercidas pelos suicidas, de acordo com jornais do Rio de Janeiro (1939-1945)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

Referente às ocupações profissionais dos suicidas, poucos estavam desempregados (18,1%), apesar de, para exatamente o mesmo montante (18,1%), não se dispor dessa informação. Dentre os que tinham meios de subsistência, destacam-se os comerciantes, 11 (33,3%), sendo o restante distribuído por funções variadas, de intelectuais a trabalhadores domésticos, de ofícios técnicos a manuais. Evidencia-se a natureza tipicamente urbana das profissões, o que atesta a capacidade que esses indivíduos tinham para concorrer a vagas ou abrir um negócio autônomo, oportunidades propiciadas pelo processo de diversificação do mercado de trabalho subjacente ao crescimento urbano brasileiro, que requeria certo nível de formação letrada. Além disso, no que respeita às idades, observa-se que a média era relativamente alta, alcançando 40,5 anos para os homens e 48,8 anos para as mulheres, o que demonstra que tinham significativa experiência, fosse para continuar a exercer atividades que já desempenhavam em seus países de origem, fosse para iniciar uma nova carreira. Contudo, é possível afirmar que a média relativamente elevada poderia ser um obstáculo para profissões que exigissem vigor físico significativo.

Assim, se no aspecto socioeconômico uma parte dos suicidas talvez dispusesse do mínimo de estabilidade e qualificação profissional, em termos étnicos e religiosos teriam

que lidar com os estereótipos negativos arraigados na cultura política do período. Dos 33 indivíduos que se suicidaram ou pelo menos tentaram, 17 (51,5%) eram declarados judeus, quantia significativa pois não foi possível precisar a religião de todos. É interessante sublinhar que, além dos judeus, há um identificado como ariano, o de nº 3, Fred Scheip, declaradamente contrário à ideologia nazista e que alegava perseguições por parte dos compatriotas residentes no Brasil. O caso leva a refletir sobre a complexidade da dinâmica das políticas de intolerâncias, cujos alvos não eram apenas os grupos excluídos. Por outro lado, o caso é um indício de que não haviam apenas opositores, mas que o regime nazista dispunha de um rol de simpatizantes, a crer nas razões alegadas por Scheip.

Ao atentar para a nacionalidade dos 16 judeus identificados, nota-se que quase metade deles eram de origem alemã, 7, além de 4 poloneses, 3 austríacos e 2 húngaros, todos países que sofreram com a decretação das leis antissemitas infligidas da alta cúpula nazista e que foram tornando-se cada vez mais severas ao perfazerem o caminho da denominada morte social, com a retirada dos direitos de ir e vir, boicotes econômicos, depredação de patrimônio, até às fases da deportação, do trabalho forçado, e enfim, do extermínio. Como explica Robert Gellately, os judeus estavam fixados na Alemanha há vários séculos na história, convivendo com normas segregacionistas que não lhes permitiam plena inclusão na comunidade. No entanto, a situação durante o século XIX mudou com a adoção de regramentos favoráveis ao grupo, que deixaram de excluir a identidade judaica do pertencimento à sociedade alemã. A flexibilidade das leis desagradou alguns segmentos e, ao longo das primeiras décadas do século XX, as crises advindas da Primeira Guerra Mundial, da República de Weimar e da Grande Depressão, fizeram exacerbar os movimentos nacionalistas e, com a ascensão dos nazistas, extinguiu-se de vez a possibilidade de integração judaica no que se considerava como a genuína cultura alemã.<sup>166</sup>

O consentimento, por meio do voto, da vitória do partido nacional-socialista revelou-se um trunfo importante para a institucionalização do antissemitismo. Engrenagem fundamental para angariar o apoio da sociedade civil, as propagandas veiculadas nos jornais, no cinema, no teatro e na literatura, desqualificavam racialmente

---

<sup>166</sup> GELLATELY, Robert. Os marginais sociais e a consolidação da ditadura de Hitler, 1933-1939. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Europa. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 209-210.

o povo judeu como subumanos e parasitas infiltrados nas atividades socioeconômicas, buscavam convencer acerca do perigo que representavam para a preservação do sangue ariano e conjurar os verdadeiros defensores da nação a extirpá-los da “comunidade do povo” (*Volksgemeinschaft*). Os prenúncios da inviabilidade de se continuar a viver nessa atmosfera eram dados, como ressalta Christian Goeschel, com a onda do terror espalhada a partir do *Anschluss*, em 1938. O evento foi marcante no aumento do suicídio entre os judeus,<sup>167</sup> considerado pelo autor como uma das primeiras expressões da violência do regime que impactou na taxa do fenômeno. A brutalidade das perseguições foi tamanha que deu margem a certa tolerância diante do suicídio, isto apesar dos mandamentos proibitivos inscritos no judaísmo, mas que ganharam traços de compreensibilidade.<sup>168</sup> Contudo, mesmo quando a fuga se mostrou possível, a travessia pelo Oceano Atlântico ainda reservaria percalços que fariam hesitar entre a escolha de viver ou morrer.

Nem todos os navios procedentes da Europa conseguiam aportar no destino, não havia a garantia de permissão para o desembarque dos passageiros que se submetiam à triagem burocrática organizada pelos funcionários dos órgãos imigratórios. Caso fosse constatado algum tipo de irregularidade, os vapores poderiam voltar aos mares à procura de outro porto disposto a recebê-los. Instantes envoltos em dúvidas, o medo de retornar estava à espreita e o tempo da resolução do impasse sobre a entrada dos viajantes poderia arrastá-los a longas esperas.<sup>169</sup> Nesse contexto, o suicídio aparecia como alternativa à solução do imbróglio para os recém-chegados, afinal, era este o último resquício de autonomia do indivíduo para decidir sobre o próprio destino, sem ter que pedir aval de autoridades, que os conduziam e os reconduziam arbitrariamente, mantendo-os em estado de suspensão, segundo critérios ambíguos, situação ocorrida com os judeus embarcados no Navio Saint Louis. Durante a primeira metade do ano de 1939, com a possibilidade de

---

<sup>167</sup> GOESCHEL, Christian, *Op. Cit.*, 2009, p. 90-91.

<sup>168</sup> No final do século XIX, a análise de Émile Durkheim afirmava que os judeus se constituíam em grupo com baixa frequência de suicídio devido aos estreitos laços de solidariedade resultantes da necessidade de unirem-se contra as hostilidades que os acometiam historicamente. DURKHEIM, Émile. *Op. Cit.*, 2000, p. 188-189. Entretanto, observa-se que dos eventos que engendraram o Holocausto na Segunda Guerra Mundial, a constatação do sociólogo perdeu força à medida que o suicídio do povo judeu nesse contexto passou a ser considerado uma real possibilidade aceita entre os pares.

<sup>169</sup> Chamados de “territórios de espera” pelo historiador Laurent Vidal em artigo escrito em parceria com o geógrafo Alain Musset e o sociólogo Dominique Vidal, os lugares em que os refugiados ficavam antes de receberem o deferimento ou a recusa da entrada no país são interpretados na perspectiva dos autores como ilhas onde as pessoas submetem-se a jurisdições específicas de transição, a experiências sociais imprevisíveis e corporais de reclusão, a aculturações, além de resignificarem a noção de tempo em meio à imobilidade obrigada e movimentarem a economia local. Vide: VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain; VIDAL, Dominique. Tradução: Carina Sartori. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). *Confins, Revista franco-brasileira de Geografia*, Projeto de pesquisa, nº 13, 2011.

regressarem à Hamburgo após haverem sido rejeitados em Cuba e nos Estados Unidos, 917 judeus fizeram um pacto de suicídio coletivo e expuseram o problema da ordem humanitária no mundo.<sup>170</sup> De volta à Europa, muitos deles foram vitimados na solução final. Outro caso semelhante ocorreu com o navio Cabo de Hornos, em 1941 no porto da cidade do Rio de Janeiro, e, a despeito da disposição anunciada em relação ao suicídio dos passageiros, da tentativa do suborno às autoridades marítimas e do envio de um telegrama à primeira-dama Darcy Vargas, com pedido para interceder pelos que ali estavam, a não autorização para desembarque em terras brasileiras permaneceu e o navio partiu com os refugiados a bordo. O fato gerou comoção na imprensa acerca da situação aflitiva que: “Para eles, trata-se de uma questão de vida ou de morte. Desembarcar significa a volta à liberdade e paz de espírito. Voltar representa uma sequência tristíssima de tragédias, de dor e de desespero. O campo de concentração os espera.”<sup>171</sup>

Em que pese o clima hostil em face aos judeus, o jornal *Diário da Noite* fugiu do convencional e, numa demonstração de empatia, insistiu no sofrimento advindo pela recusa do governo brasileiro em acolher os imigrantes. Em ambos os casos, a possibilidade de um suicídio coletivo foi aventada talvez como forma de pressão, uma última cartada na negociação, o que aponta a gravidade da situação e o grau de desespero daquelas pessoas, o que não foi suficiente para sensibilizar o estado brasileiro. Por mais que o suicídio individual tivesse seu peso, como no caso de Stefan Zweig, poucos alcançavam a repercussão do autor austríaco. Aliás, como pode-se ver na Tabela 4, bem menos da metade dos casos foram publicados em todos os jornais.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> “Pacto de suicídio em massa! A polícia do porto de Havana vigia atentamente o navio em que 917 judeus devem regressar à Alemanha. *A Noite*, Rio de Janeiro, ed. B09808, p. 1, 1 de junho de 1939.

<sup>171</sup> Dispostos ao suicídio os passageiros do Cabo de Hornos, porque o navio não partiu. *Diário da Noite*, ed. 03410, p. 14, 8 de novembro de 1941.

<sup>172</sup> O fato de um caso não haver saído em um dos jornais pode ser explicado também pela sua não circulação do número no dia da ocorrência ou pela oficina encontrar-se fechada.

Tabela 4  
Os casos selecionados e sua frequência em jornais do Rio de Janeiro (1939-1945)<sup>173</sup>

Casos	<i>A Noite</i>	<i>Diário da Noite</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Gazeta de Notícias</i>	<i>Jornal do Comércio</i>	<i>Jornal do Brasil</i>	<i>O Jornal</i>
<b>1. Martha Beker (J)</b>	X (p. 1)	-	-	X(p.13)	X(p.9)	X(p.4)	-	-
<b>2. Hulth Beker (J)</b>	X (p. 1)	-	-	X(p.13)	X(p.9)	X(p.4)	-	-
<b>3. Fred Scheip</b>	X(p.1-3-21)	X (p. 2)	-	X(p.7)	X(p.16)	X(p.5)	-	-
<b>4. Joseph Zolkowsky</b>	X(p.1-3)	X(p.1-2)	X(p.7)	X(p.7)	X(p.9)	-	X(p.11)	X(p.10)
<b>5. Lora Sarah Friedenreich (J)</b>	X(p.2)	X (p. 3)	-	X(p.15)	X(p.9)	X(p.5)	X(p.12)	X(p.8)
<b>6. Irma Hirschfeld (J)</b>	-	X (p. 1-2)	-	X(p.7)	X(p.25)	X(p.5)	X(p.10)	X(p.7)
<b>7. Bela Sara Bluth (J)</b>	X (p. 2)	X(p.17)	X(p.6)	X(p.13)	X(p.9)	X(p.6)	X(p.11)	X(p.7)
<b>8. Henrique Stock</b>	X (p.6)	X (p. 8)	X(p.7)	X(p.9)	-	X(p.5)	X(p.11)	-
<b>9. Rosa Waginstok (J)</b>	X (p. 2)	X (p. 4)	-	X(p.7)	X(p.9)	X(p.4)	X(p.11)	X(p.7)
<b>10. Luciani Ettienne</b>	-	-	X(p.7)	X(p.7)	-	X(p.4)	X(p.9)	-
<b>11. Desiderio Egressi (J)</b>	X (p. 1)	X (p. 1-2)	X(p.1)	X(p.6)	X(p.9)	X(p.3)	X(p.10)	X(p.1)
<b>12. Melanie Egressi (J)</b>	X (p. 1)	X (p. 1-2)	X(p.1)	X(p.6)	X(p.9)	X(p.3)	X(p.10)	X(p.1)
<b>13. Curt Reitaz (J)</b>	-	X (p. 2)	X(p.7)	-	X(p.7)	-	-	X(p.8)
<b>14. Leopoldo Jonas (J)</b>	X (p. 2)	X(p.8)	X(p.1)	X(p.6)	X(p.9)	X(p.5)	X(p.10)	-
<b>15. Thereza Heller (J)</b>	X (p.1-2)	X (p. 2)	X (p.1)	X(p.6)	X(p.9)	X(p.4)	X(p.10)	X(p.6)

<sup>173</sup> Em relação aos judeus, acrescentou-se a letra J em maiúsculo e parênteses ao lado do nome de cada um dos indivíduos. No campo em que se lê as marcações especificadas a cada jornal, a letra X indica que o caso foi estampado no periódico, já a informação em parênteses refere-se à página da publicação.

<b>16. Salomão Spielmann (J)</b>	-	X (p. 3)	-	-	-	-	-	-
<b>17. Edith Heupp</b>	X (p.12)	X (p. 2)	X(p.7)	-	X(p.13)	X(p.3)	X(p.9)	-
<b>18. Albert Philips Leeuw</b>	X (p. 3)	X (p. 1)	X(p.1)	X(p.5)	X(p.6)	X(p.3)	X(p.10)	X(p.7)
<b>19. Baronesa Cecy de Sugesser Brusegg Nioac</b>	X (p. 1)	X (p. 1)	X(p.1)	X(p.11)	X(p.6)	X(p.5)	X(p.9)	X(p.6)
<b>20. Olaf Hedlund</b>	X (p. 3)	-	-	-	-	-	-	-
<b>21. Stefan Zweig (J)</b>	X (p.1)	X(p. 1)	X(p.1)	X(p.1)	X(p.5)	X(p.4)	X(p.6)	X(p.5)
<b>22. Charlotte Elizabeth Altmann (J)</b>	X (p.1)	X(p. 1)	X(p.1)	X(p.1)	X(p.5)	X(p.4)	X(p.6)	X(p.5)
<b>23. Albert Hirschfeld (J)</b>	X(p.3)	X(p. 7)	-	X(p.3)	-	-	X(p.10)	X(p.6)
<b>24. Antonio Carvalho Silva</b>	X(p.1-3)	X (p. 16)	X(p.2)	-	-	-	X(p.7)	-
<b>25. Pedro Pollakoff</b>	-	X(p.3)	-	-	X(p.5)	-	X(p.7)	X(p.6)
<b>26. Frederico Meissel</b>	X(p.3)	X(p.2)	X(p.2)	X(p.5)	X(p.5)	X(p.5)	X(p.9)	X(p.10)
<b>27. Hans Briller (J)</b>	X(p.3/11)	X(p.3/11)	X(p.2)	X(p.4)	X(p.5)	X(p.3)	X(p.8)	X(p.6)
<b>28. Rolando Hasenohrl</b>	X (p. 1-2)	X(p.8)	X(p.2)	X(p.6)	X(p.4)	X(p.5)	X(p.9)	X(p.2)
<b>29. George Bosch</b>	-	X(p.4)	X(p.1)	-	-	-	-	-
<b>30. Marthe Perrin</b>	X (p. 3)	X (p. 1-2)	X(p.2)	X(p.7)	X(p.10)	X(p.5)	X(p.8)	-
<b>31. Wilhem Koepff</b>	X(p.1)	X(p.1-2-8-9-16)	X(p.7)	X(p.8)	X(p.1-10)	X(p.5)	X(p.6)	X(p.1-3-14)
<b>32. Tunezo Nagano</b>	X (p. 1-2)	X(p.15)	X(p.1)	X(p.6)	-	X(p.4)	X(p.10)	X(p.5)
<b>33. Josika Nagano</b>	X (p. 1-2)	X(p.15)	X(p.1)	X(p.6)	-	X(p.4)	X(p.10)	X(p.5)
<b>Total</b>	27	29	23	26	24	25	26	22

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

Dos 33 casos elencados, 11 (33,3%) foram publicados em todos os oito jornais cariocas, (7. Bela Sara Bluth; 8. Desiderio Egressi; 9. Melanie Egressi; 15. Thereza Heller; 18. Albert Philips Leeuw; 19. Baronesa Cecy de Sugesser Brusegg Nioac; 21. Stefan Zweig; 22. Charlote Elizabeth Altmann; 26. Frederico Meissel; 27. Hans Briller; 28. Roland Hasenoehrl; 31. Wilhem Koepff). Dentre estes, mais da metade eram de suicidas judeus (7), o que revela, novamente, quantidade significativa da influência da religião no perfil dos suicidas em estudo, ou seja, a associação do suicida ao judaísmo foi frequente nos casos de grande circulação nos jornais. No que se refere ao montante total dos suicídios publicados por cada um dos periódicos, verifica-se, em ordem decrescente, o *Diário da Noite* (29), seguido por *A Noite* (27), *Correio da Manhã* (26), *Jornal do Brasil* (26), *Jornal do Comércio* (25), *Gazeta de Notícias* (24), *Diário de Notícias* (23) e *O Jornal* (22). Em relação à quantidade dos casos apurados, evidencia-se similaridade entre os jornais, com o *Diário da Noite* e *A Noite* discretamente superiores aos demais, enquanto o *Diário de Notícias* e *O Jornal* ocupam as duas últimas posições. Com relação ao espaço destinado às ocorrências, novamente *A Noite* garantia destaque e segue na dianteira, com o maior número de suicídios publicados na primeira página (15), *Diário de Notícias* (11), *Diário da Noite* (10), *O Jornal* (3), *Correio da Manhã* (2); *Gazeta de Notícias* (1); *Jornal do Comércio* (0) e *Jornal do Brasil* (0). Na segunda página, o *Diário da Noite* toma a primeira posição, com 11 casos registrados, *A Noite* cai para 8, o *Diário de Notícias* para 5, e *O Jornal* mantém pouca participação com apenas um, depois, perfilam-se aqueles que não tiveram nenhuma ocorrência, a saber *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil*.

Os dados indicam a proeminência dos judeus, o que talvez deva ser remetido ao momento trágico, de intenso antissemitismo, o que pode ter pesado no fato de as folhas noticiarem casos relativos a judeus, entre os quais se incluía o de Stefan Zweig. A frequência dos suicídios confirma, sobretudo, o espaço relevante adquirido pelas notícias, apesar do tabu que as cercava, o que levou os redatores das seções policiais a distanciarem-se dos discursos cerceadores da prática. Dentre as publicações que deram maior ênfase à matéria estavam o *Diário da Noite*, *A Noite* e *Diário de Notícias* em primeiro plano, cujas linhas editoriais fizeram do suicídio um tema presente, com pormenores das investigações policiais, enquanto o restante das publicações preferiu dar

pouco destaque ao assunto. Tais dados são tomados como pistas fundamentais, pois podem indicar posteriores singularidades nos critérios de filtragem utilizados por cada um dos jornais.

Em suma, o suicídio dividia opiniões na imprensa e, acerca dos associados aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, o perfil, segundo as estatísticas reunidas, era de estrangeiros, empregados que utilizaram substâncias tóxicas e praticaram o ato em ambientes privados, localizados, sobretudo, no espaço urbano. A renúncia ao fardo existencial, impulsionada pelos acontecimentos na Europa e praticada no Estado do Rio de Janeiro, foi bem mais amplo do que o sempre citado caso Stefan Zweig. Nem mesmo a suposta condição socioeconômica e integração na vida econômica da cidade parece ter sido capaz de dar o suporte necessário ao enfrentamento da crise existencial, emoldurada pelo imaginário coletivo acerca do risco do esfacelamento da humanidade. As consequências nocivas dos rastros de destruição na esfera subjetiva desses indivíduos iam muito além da perda material dos bens, encarados a partir da lógica do sistema capitalista, como fonte indispensável da felicidade humana. A guerra esvaziava o sentido e o desejo de se reerguerem e seguir vivendo.

Sendo assim, o ofício do historiador, pautado em fiar e desemaranhar os novelos dos fatos e contextos imbricados ao seu objeto de estudo, pressupõe faro detetivesco, que lhe permite captar o elo, por vezes tênue, mas decisivo, das múltiplas narrativas dispostas em suas fontes. Carlo Ginzburg, nesse sentido, bem contempla a operação historiográfica aqui pretendida, ao propor o conceito de “paradigma indiciário”.<sup>174</sup> Articulando os métodos investigativos da História da Arte, de Giovanni Morelli, da Psicanálise, de Sigmund Freud e da literatura policial, de Arthur Conan Doyle, o autor indicou variáveis em comum no modo de se interrogar as evidências apuradas em cada uma das respectivas áreas. Independentemente das distintas matrizes epistemológicas dessas produções, o desvendamento da resolução dos problemas examinados residia na busca do detalhe negligenciado, o traço involuntário expresso pelo objeto, entrevisto nas minúcias que escapam de suas finalidades previamente engendradas.

O olhar treinado do crítico de artes identificaria as características inerentes e genuínas da pintura a partir dos sutis tons de cores e formas do desenho pertencentes unicamente ao gênio criativo do artista, o do psiquiatra, as lacunas do desequilíbrio mental por trás dos sintomas manifestados ostensivamente, e o do detetive, os vestígios deixados

---

<sup>174</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

acidentalmente pelo infrator na cena do crime. Na visão de Ginzburg, o conhecimento da Medicina serviria de pilar na sustentação dos três métodos, pois ao serem entrelaçados pela habilidade indiciária do médico, colocaria à prova, na feitura do diagnóstico, os elementos ocultos contidos nas raízes da moléstia aferida. Os sintomas da doença tendem a acobertar as causas do seu aparecimento que não se encontram apenas na biologia do paciente, mas no meio social de onde ele vive.

Nesse entrelugar do visível empiricamente e do compreendido abstratamente, localizam-se os sinais indiciários do objeto, que rastreados na Medicina, os são também na História, segundo Ginzburg. Mobilizado para a produção do conhecimento histórico, o exercício investigativo proposto encoraja o historiador, por seu turno, a ir além das pistas aparentemente explícitas no documento e a extrair aquelas subjacentes, relativas ao espírito político e sociocultural da época, cabendo a decifração das entrelinhas dos discursos em jogo por meio da correlação entre fontes diversas. O “paradigma indiciário”, então, define-se pelo uso de critérios que flexibilizam o tato historiográfico, ao pautá-lo na expansão de olhares não exatamente fincados no terreno do ponderável, isto é, formalizados teórica e metodologicamente, e, sim, sobretudo, na habilidade criativa em tornar inteligível os fragmentos de um passado em construção.<sup>175</sup>

A par dessa sensibilidade aguçada da percepção intuitiva do historiador, incorporou-se no trabalho os laudos cadavéricos provenientes do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, cuja análise, a partir dos exíguos dados conservados em razão das dificuldades impostas pelo APERJ, buscou estabelecer as conexões indiciárias com os discursos do suicídio presentes na imprensa. Documentos que continham o parecer do médico legista, responsável pela autópsia e assinados pelo diretor do instituto, logo na primeira página, abaixo do registro da data do exame e dos nomes de cada um dos profissionais incumbidos da função, constava o formulário modelo de sete quesitos a serem respondidos. Era preciso confirmar a morte, informar o método empregado, o tipo de substância tóxica e/ou por meio de asfixia, a lesão causal do óbito, se alguma condição de saúde do indivíduo contribuiu para a gravidade da lesão, se houve atuação de fatores particulares que antecederam o óbito e se este veio a consumir-se por omissão de cuidados preventivos do próprio indivíduo. A segunda página trazia informações pessoais

---

<sup>175</sup> Nas palavras de Ginzburg, o paradigma: “Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição. GINZBURG, 1989, p. 178-179.

do suicida - nome, sexo, cor, idade, estado civil, profissão, endereço de residência e onde e quando se deu o óbito, seguido de sua tipificação. Em seguida, registrava-se a análise médica dividida em duas partes, a inspeção externa e interna do corpo, nas quais se descrevia, detalhadamente e por meio de linguagem rigorosamente técnica, o ferimento mortal e o estado do organismo, levando em conta colorações, presença de fluxo sanguíneo, obstruções e tamanhos irregulares dos órgãos, e, se fosse constatada a ingestão de substância tóxica, a solicitação de exame toxicológico do estômago em laboratório especializado. Dentre alguns dos laudos, encontravam-se anexadas as guias policiais usadas para dar entrada no instituto, além de declarações de testemunhas e/ou parentes exigidas na identificação do defunto. Na Tabela 5, listam-se os laudos cadavéricos consultados no APERJ, tanto os relativos aos suicídios, sejam os comprovadamente ocorridos em função da guerra em curso, como os que não demandam confirmação quanto às causas.

Tabela 5: Casos de suicídios motivados pelos efeitos da guerra e os de motivações suspeitas, provenientes do Instituto Médico Legal, depositados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Casos de motivação confirmada		Casos de motivações suspeitas	
Anonimato	Número do laudo cadavérico	Anonimato	Número do laudo cadavérico
A	15418	AA	31698
B	16448	BB	16456
C	18456	CC	18871
D	19184	DD	40563
E	11324	EE	51207
F	13485	FF	51190
G	54770	GG	3626
H	18391	HH	30667
I	14645	II	28644
J	9013	JJ	28482
L	28598	LL	26336
M	28643	MM	26255
-	-	NN	26229
-	-	OO	26305

Fonte: Levantamento elaborado pelo doutorando a partir do sistema de busca do acervo do Instituto Médico Legal disponibilizado pelo APERJ.

Dentre os 12 casos de suicídios identificados que foram motivados pelos efeitos da guerra, 10 (83,3%) indivíduos apresentaram boa compleição física e estavam bem nutridos, o que assinala a condição saudável de grande parte do grupo. Apenas dois deles tiveram o parecer médico-legista abaixo do padrão observado, um com compleição física regular e outro medianamente nutrido. No entanto, isso não quer dizer que os indivíduos considerados sadios não tivessem contraído alguma moléstia que os acompanharam até

os últimos suspiros. Dois apresentaram tamanho aumentado do coração e com sobrecarga gordurosa, o que pode indicar hipertensão. Já em relação aos casos de motivação suspeita, dos 14 laudos analisados, sete (50%) gozavam de compleição física boa, três (21,4%) de compleição física robusta,<sup>176</sup> aliás, um deles caracterizado como “muito gordo”, um tido como regular. Já no critério nutrição, cinco (35,7%) eram bem nutridos e um (7,1%) malnutrido, o restante não foi informado.

Assim, em termos comparativos, o grupo dos casos de suicídios que foram motivados pelos efeitos da guerra teve maior quantidade de pessoas consideradas saudáveis fisicamente, segundo os resultados da necropsia, com diferença razoável em relação ao grupo de motivações suspeitas, principalmente no quesito da nutrição. Pode-se afirmar, então, que os problemas de saúde, em sua maioria, não concorreram para a decisão de suicidar-se. Mesmo levando-se em conta a limitação estatística da amostra, ao que parece, foi, sobretudo, a extenuante sobrecarga mental, a instância propulsora fundamental na deflagração das mortes voluntárias. Acrescente-se que, ao retomar os dados do primeiro relatório sobre as profissões exercidas pelos referidos suicidas, apenas 28,5% eram formados por desempregados, o que revela que a maioria desfrutava de segurança socioeconômica mínima para garantir a sobrevivência. Isto é, se as necessidades básicas como a alimentar, a higiênica e a de moradia, viabilizadoras da manutenção da condição física imediata, estavam atendidas por meio dos rendimentos, supõe-se que o mesmo não poderia ser dito da saúde mental.

Sabe-se que, como aponta Stéphane Audoin-Rouzeau, os períodos demarcados por guerras na história instauram novos regimes nas emoções humanas. O ímpeto belicista destrutivo, ao invadir o mundo civil, semeia o germen do medo e aprofunda o abismo das marcas do luto insolúvel, nascido dos traumas sofridos por toda sorte de perdas.<sup>177</sup> Na psique, o efeito é avassalador, pois o indivíduo tem que lidar com o esfacelamento da identidade do próprio eu, anteriormente uno no seio familiar, nos hábitos e práticas culturais de outrora que lhe preenchem o sentido existencial da vida. A pedra de toque, fundante do edifício da vitalidade psíquica, fende-se e desencadeiam-se ruínas praticamente irreparáveis. Processo, contudo, que naqueles anos teve início,

---

<sup>176</sup> Entende-se por compleição física robusta aqueles indivíduos que tinham sobrepeso corporal.

<sup>177</sup> Para o autor: “Pensamos também em uma outra forma de morte – esta invisível -, quando feridas de uma outra ordem (as da psique, muitas vezes irremediáveis...) permanecem incompreensíveis aos outros e a si mesmo: sendo assim, o luto, sob todas suas formas, constitui uma das grandes emoções da economia moral dos tempos de guerra contemporâneos.”. AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Apocalipses da guerra. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). *História das emoções*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020, p. 292.

precisamente, com a subida de Hitler ao poder em 1933, evento que, como retratou a jornalista Charlotte Beradt, que coletou em torno de 300 sonhos de pessoas estabelecidas na Alemanha entre 1933 e 1939, não somente representou a vitória política do Nacional-Socialismo, mas também demarcou a exploração do terror em outras esferas persecutórias, como antes, talvez, jamais visto na história e nos sonhos.<sup>178</sup>

Há de se ressaltar, por outro lado, que para além dos dados indicativos da boa condição física dos indivíduos, os documentos produzidos pelo IML apresentam uma alteração, no mínimo, intrigante em relação à estrutura dos campos requisitados no formulário. A partir de 1942, as sete questões descritivas da autópsia foram reformuladas e subtraídas para quatro, com destaque para a inclusão do item referente se a morte foi ocasionada por “(...) tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel.”<sup>179</sup>

No âmbito dessa mudança, é importante salientar que os relatos testemunhais e as causas inferidas do suicídio, partes substanciais para a sua elucidação, remetem à ampla conjuntura histórica, que envolve as ações da polícia e do perito.<sup>180</sup> Surpreende, portanto, que a incorporação do quesito referente à tortura e práticas similares, cuja finalidade da violência, se acaso perpetrada por um terceiro, é, *a priori*, obter alguma vantagem do supliciado ao invés de levá-lo diretamente à morte, tenha ocorrido justamente no ano do suicídio de repercussão mundial de Stefan Zweig e Charlotte Elizabeth Altmann. As autópsias não foram autorizadas, o que revela a complexidade do caso, que suscitou reflexões e as mais variadas teorias.<sup>181</sup> Acrescente-se, ainda, que a medida foi tomada no ano seguinte à conclusão do inquérito do suicídio do casal Egressi, encontrados mortos na sede da Polícia Marítima da cidade do Rio de Janeiro, circunstância que colocou em dúvida a ação dos policiais e a própria hipótese formulada pelos peritos do IML para explicar o fato. Na imprensa cogitou-se acerca do papel de investigadores e/ou médicos-legistas no seu deslindamento. Não foram poucos os desdobramentos destes suicídios emblemáticos, que só não tiveram maior repercussão em face daquele de Zweig e de

---

<sup>178</sup> BERADT, Charlotte. *Sonhos no Terceiro Reich*. São Paulo: Três estrelas, 2017.

<sup>179</sup> *Auto de exame cadavérico nº 28598*. Instituto Médico Legal. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1942, p. 1.

<sup>180</sup> Além do diretor do IML no Distrito Federal, Miguel Julio Dantas Salles, que merece maiores investigações, listei os nomes dos médicos legistas que realizaram os exames cadavéricos analisados. Em ordem decrescente, apareceram em maior número: Nilton Salles, Floriano Bittencourt Bourguoy de Mendonça, Antenor Otávio de Araújo Costa, Nuno de Souza Santos Lisboa, Rubens P. de Araújo, Joel Ruthenio Carvalho de Paiva e Mário Martins Rodrigues.

<sup>181</sup> Inclusive teorias de que foram assassinados por nazistas persistem no imaginário em torno do fato. Tal imaginário foi tema no romance literário de: SILVA, Deonísio da. *Lotte e Zweig*. São Paulo: Leya, 2012.

Lotte, e que se inseriram no contexto da tentativa de Leopoldo Jonas em tirar a própria vida, outro caso analisado.

### **Capítulo 3. Sob o signo do medo**

O presente capítulo trata de seis casos cuja motivação apresentada foi o medo da deportação, situação limite que colocava em risco a vida do indivíduo, uma vez que, se de fato o retorno ao país de origem se concretizasse, o destino à espera seria o inferno das perseguições e, muito possivelmente, a morte. Não por acaso, todos eram imigrantes e com exceção de Joseph Zolkowski, que não teve sua religião declarada, cinco deles, Desiderio Egressi, Melanie Egressi, Leopoldo Jonas, Irma Hirschfeld e Albert Hirschfeld, eram judeus.

A outra motivação diz respeito, sobretudo, à conjuntura política vigente a partir do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo e a declaração do estado de guerra feito pelo Brasil em 28 de janeiro e 22 de agosto de 1942, respectivamente, que estiveram na origem de alguns dos suicídios registrados no período, pelo menos segundo as notícias divulgadas na imprensa. A maioria dos cinco casos de suicídios, a saber, foram cometidos por imigrantes: Fred Scheip, Frederik Meissl, William Koepff e Roland Hasenoehrl, com apenas um brasileiro, Antonio Carvalho da Silva.

### 3.1. A sombra da deportação

Dos seis indivíduos que compõem esse subgrupo, três eram alemães, dois húngaros e um polonês, proveniente, portanto, de países que estavam diretamente envolvidos na guerra. De quatro foi possível localizar a data de chegada ao país, o casal Desiderio e Melanie, já estabelecidos há mais de uma década, e Irma e Albert, mãe e filho, a primeira tendo se suicidado somente quatro meses após a chegada, Albert três anos depois. A média de idade era de 41 anos, com o mais novo, Albert, que contava 20 anos e Desiderio, 62.

Tabela 6: Suicídios motivados por deportação

Nome	Data de chegada	Data de suicídio/tentativa	Nacionalidade/etnia/religião	Idade
Desiderio Egressi	1920 ou 1925	27 de março de 1940	Húngaro/judeu	62
Melanie Egressi	1920 ou 1925	27 de março de 1940	Húngara/judia	55
Leopoldo Jonas	Não consta	22 de abril de 1940	Alemão/judeu	37

Irma Hirschfeld	16 de abril de 1939	3 de agosto de 1939	Alemã/judia	38
Albert Hirschfeld	16 de abril de 1939	15 de março de 1942	Alemão/judeu	20
Joseph Zolkowski	Não consta	12 de maio de 1939	Polonês/não consta	38

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital Brasileira, da base de dados do *FamilySearch* e do Arquivo Nacional.

A sorte do casal Egressi começou a ser selada em 23 de fevereiro de 1940, momento de escasso trânsito de navios no porto do Rio de Janeiro, fosse pelo controle imposto à entrada de imigrantes no país e pelas dificuldades que a guerra na Europa impunha aos transportes. Naquela data, a Polícia Marítima foi informada pelo comandante do navio italiano, Oceania, de passagem pelo Rio de Janeiro e que tinha por destino Buenos Aires, que três passageiros não se encontravam no navio: Heirinch Grunfeld, o pai, Wilma Grunfeld, a mãe, e Hans Grunfeld, o filho. Um inquérito foi aberto e testemunhas declararam que Desiderio Egressi, parente dos recém-chegados, teria relação com o caso. Ele e a esposa, Melanie Egressi, foram intimados a depor na polícia, tendo sido interrogados por dias, sempre alegando inocência. Contra eles pesava a acusação de colaborarem para a entrada ilegal de estrangeiros, para o que se esperava contar com informações de agências policiais europeias. Por isso, enquanto se desenrolava a inquirição acerca do caso do Oceania, outras diligências foram realizadas, a exemplo das revistas no apartamento de Desiderio e Melanie, em Copacabana, e no seu escritório, onde foram encontradas cartas em alemão, apreendidas como provas, e que levou à descoberta do refúgio dos Grunfeld. No intervalo de pouco mais de um mês do início das investigações, no dia 27 de março de 1940, o casal enforcou-se na cela.

A partir daí a imprensa se ocuparia do caso ao longo de quase dois anos, com investigações que resultaram em sérias consequências para as instituições encarregadas de controlar a estadia de estrangeiros no país, conduzidas pelo chefe de polícia, Filinto Müller, e acompanhada de perto por Getúlio Vargas. O suicídio do casal Egressi, identificado na foto abaixo, revelou intrincada rede migratória que, no contexto das perseguições em curso no continente europeu, tinha organização sofisticada e contava com envolvimento de funcionários da própria administração pública brasileira. Tanto os suicidas como os acusados de entrar ilegalmente no país eram judeus, que enfrentavam o

dilema de entrar ilegalmente em território nacional e a necessidade de fugir do terror nazista.

Figura 2: Foto de identificação do casal Egressi.



Fonte: *Enforcaram-se ambos, apreendido dois bilhetes deixados pelos suicidas. A Noite*, edição 10102, p. 1, 27 de março de 1940.

*A Noite* e o *Diário da Noite* foram os jornais que mais noticiaram o ocorrido, os leitores acompanharam os desdobramentos do caso em narrativas de estilo quase romanesco, ilustradas com fotos que enchiam as páginas dos impressos e potencializavam o choque do drama retratado.<sup>182</sup> A linguagem sensacionalista, largamente recorrente, enriqueceu-se com o uso das fotografias que enquadravam os cadáveres, as testemunhas e o local da ocorrência. A grande imprensa carioca, da qual fazia parte os jornais citados, fundados, respectivamente por Irineu Marinho e Assis Chateaubriand, não hesitou em explorar a fundo o duplo suicídio nas reportagens, com o apoio de todo recurso disponível. *A Noite* destacava-se pela promoção do “carioca-repórter”, espaço concedido pela folha aos leitores dispostos a relatar qualquer evento que merecesse ser estampado na edição do dia, bastando telefonar para que o jornal enviasse um repórter ao local. Este, por seu turno, ao traduzir o fato na lide jornalística, buscava o furo de reportagem, com entrevistas dos comerciantes que travaram relações diretas com os Egressi, e/ou com a busca de hipóteses que explicassem o ocorrido.

<sup>182</sup> A naturalidade pressuposta nas fotos não subtrai os padrões culturais ali velados, que dialogam com as escolhas do fotógrafo de acordo com os aparatos técnicos disponíveis e as noções estéticas difundidas de seu tempo, e, sem esquecer, consoantes aos gostos do público a quem se dirige. Conceito trabalhado pelo historiador Raphael Samuel, a “necrofilia” pode ser útil na compreensão da representatividade da morte na fotografia. Definida fundamentalmente por uma psicopatologia desenvolvida em indivíduos que apreciam o contato direto com cadáveres, a “necrofilia” no contexto da produção de imagens traz à tona a exposição do imponderável fim da vida ao grande público. Segundo o autor: “Em sua versão mais forte ela versa sobre ‘a beleza do horrível; na mais suave poderia se aplicar ao apetite mórbido pelo espetáculo da decadência. A fotografia há muito tem sido o fator constituinte natural da necrofilia.”. SAMUEL, Raphael. Escopofilia. *Projeto História*, São Paulo, n° 21, nov. 2000, p. 36.

Aliás, todos os periódicos estudados trataram do tema, fosse sem referir-se à ação policial ou elogiando-a. A exceção ficou por conta de *O Radical*,<sup>183</sup> que criticou veementemente a ação das forças da ordem.<sup>184</sup> Em *A Noite*, ainda que tenha havido uma crítica sutil dirigida à suposta brecha de vigilância sobre o casal, prevaleceu o tom lisonjeiro à polícia, diferente do observado no *O Jornal* e no *Jornal do Comércio*, que evitaram pronunciar-se sobre o assunto, enquanto o *Diário da Noite*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil* expressaram concordância laudatória a favor da instituição. Argumentava-se que a repartição ficara de mãos atadas e que nada pôde fazer para evitar o duplo suicídio,<sup>185</sup> além de elogiar o sucesso em impedir a entrada ilegal de estrangeiros no Brasil.<sup>186</sup> Evidencia-se a intenção, repetida várias vezes, de construir uma imagem patriótica da instituição, em luta contra a admissão de elementos perniciosos aos valores nacionais.<sup>187</sup> Quanto ao contexto que motivava a fuga dos judeus da Europa, nos quatro últimos jornais referidos, houve poucas menções acerca da trajetória desses indivíduos, o que acabava por sugerir a generalização da prática do suicídio entre os imigrantes, sem considerar a singularidade conjuntural em marcha.

De outro modo, é importante lembrar que, sob o controle do DIP, a imprensa brasileira estava submetida ao crivo ideológico imposto pelo Estado Novo, e a polícia, engrenagem central na manutenção do regime, não era indiferente ao abalo de credibilidade da instituição, especialmente, em casos de grande repercussão como o dos Egressi. Ainda assim, cabe notar que os impressos não deixaram de atribuir ao fato a áurea sinistra da morte, como mostra a publicação das fotografias na Figura 3.

---

<sup>183</sup> O jornal não integrou o conjunto de periódicos selecionado inicialmente para a pesquisa. Entretanto, a análise do caso Egressi revelou que foi o único a assumir postura diversa, daí haver sido complementado na análise.

<sup>184</sup> A demora da notificação da ocorrência à imprensa, o tempo decorrido e a precariedade da prisão do casal de judeus, fundamentavam alguns dos argumentos da publicação. *Amanheceram mortos numa sala da Polícia Marítima, o casal de judeus se encontrava detido há vários dias. O Radical*, edição 2937, p. 3, 27 de março de 1940.

<sup>185</sup> *Preferiram morrer a denunciar a quadrilha, impressionante duplo suicídio, ontem, na sede da polícia marítima. Diário de Notícias*, edição 05341, p. 1, 27 de março de 1940.

<sup>186</sup> *Correio da Manhã*, edição 13923, p. 9, 27 de março de 1940.

<sup>187</sup> *Gazeta de Notícias*, edição 89, p. 9, 17 de abril de 1940.

Figura 3: Foto dos cadáveres de Desiderio e Melanie Egressi



Fonte: *Em torno da morte do casal de judeus, presos na Polícia Marítima. O Radical*, edição 2938 p. 5, 28 de março de 1940; *Morreram para não denunciar o segredo da quadrilha. Diário da Noite*, edição 3912, p. 8, 27 de março de 1940.

Os corpos, captados pelas lentes fotográficas, explicitavam a violência da morte, enquadrada nos moldes da espetacularização popularizada pela imprensa, apelando para o assombro dos leitores convidados a escrutinarem o acontecimento. A existência de grande quantidade de sangue na cabeça de Desiderio, como se pode notar, num balde encontrado na cena, geraram dúvidas quanto aos acontecimentos, uma vez que o enforcamento não causaria o ferimento. Segundo a versão apresentada pelo Instituto Médico Legal, que ajudou a corroborar a tese de suicídio defendida pela polícia, as ações não ocorreram de maneira simultânea. Enviado à perícia, o balde foi analisado e concluiu-se que Melanie, antes de suicidar-se, utilizou-o para bofetear a cabeça do marido, vacilante no crucial momento de tirar a própria vida. Desacordado possivelmente em razão da pancada, e com a toalha amarrada em torno do pescoço junto ao lavatório, o enforcamento provocou o óbito, método repetido pela mulher, em ato contínuo, numa prateleira.

Reproduzidas na imprensa, as hipóteses oficiais receberam críticas por parte de alguns jornais: em relação à polícia, pela falha na vigilância dos encarcerados e por ter disponibilizado, acidentalmente ou não, meios que possibilitaram a ação suicida e, em relação ao IML, pela discutível suposição de que Melanie golpeou Desiderio. A desaprovação da opinião pública era fundamentada pelo relato de um dos agentes policiais, que assentiu a desatenção na vigilância dos prisioneiros. Declarou que, a certa altura daquela fatídica noite, em cumprimento à obrigação de vigiar o casal, ouviu um

grito angustioso, provavelmente de Desiderio, o que o levou a bater na porta fechada e a perguntar aos prisioneiros se precisavam de algo. Uma voz feminina respondeu, afirmativamente, que estavam bem. Tal situação, motivou o posicionamento do jornal *A Noite*, argumentando sobre a necessidade de o agente abrir a porta: “Se a porta tivesse sido aberta, então, evitava-se a consumação do suicídio de Melanie, que minutos depois acompanhava o esposo na viagem à eternidade.”<sup>188</sup> Observação crítica sutil, foi a única a sugerir erro no trabalho policial, postura bem diversa de *O Radical*. Nele, a reprimenda soou de maneira mais contundente. Além da publicação haver colocado em dúvida a lisura do processo investigativo conduzido pela polícia, registrou indignação com o acesso aos objetos empregados no suicídio que deveria ser proibido, medida habitualmente adotada no meio institucional da segurança pública, mas descumprida ali:

Coisa que reputamos graves, gravíssima mesmo, é a circunstância de encontrarem detidos esses judeus, há vários dias, numa dependência da Polícia Marítima. Pergunta-se se isso é um fato regular, visto que a pequena repartição da polícia do porto não é provida de lugares apropriados para prisão de pessoas. Em último caso justificar-se-ia uma detenção, no máximo por 72 horas. Seja como for, porém, o que se nos afigura irregular é o fato daqueles judeus haverem sido retirados de sua residência e ali trancafiados, durante vários dias. (...) Como é que uma autoridade consente que pessoas presas, sob sua guarda, tenham à mão objetos que lhe favoreçam promover a própria morte?...Estamos, assim, diante de uma ocorrência bastante delicada que compromete a atuação do Inspetor da Polícia Marítima.<sup>189</sup>

Em comunicados da polícia, expressos tanto em notas publicadas nos jornais como em coletivas de imprensa,<sup>190</sup> dizia-se que o casal confessou peremptoriamente a infração e que se aproveitou de um descuido da guarda, minimizando a suposta irregularidade do tempo de seu aprisionamento. Porém, outra aresta em discussão no caso, não foi devidamente esclarecida. Trata-se da tese defendida pelos peritos do Instituto Médico Legal, de que Melanie causara a lesão no marido antes de consumir a própria morte, apenas citada pelo inspetor de polícia, como se ela, por sua natureza cientificamente comprovada, não demandasse reavaliações técnicas quanto a sua veracidade. A suposta agressão de Melanie, no jornal *O Radical*, foi posta em questão e atribuída à capacidade imaginativa dos peritos:

---

<sup>188</sup> *A maldição de Ashaverus, como o casal começou a auxiliar a entrada de refugiados no Brasil. A Noite*, edição 10106, p. 6, 31 de março de 1940.

<sup>189</sup> *Amanheceram mortos numa sala da Polícia Marítima, o casal de judeus se encontrava detido há vários dias. O Radical*, edição 2937, p. 3, 27 de março de 1940.

<sup>190</sup> *O suicídio do casal Egressi, pormenores sobre a trágica ocorrência que se verificou na Polícia Marítima. Jornal do Brasil*, edição 72, p. 10, 28 de março de 1940.

Tal explicação nos parece incrível que partisse de peritos. Não queremos insinuar que os nossos colegas hajam deturpado o que ouviram daqueles técnicos. Mas o que se depreende dessa hipótese é que os seus autores são incontestavelmente, possuidores de excelente imaginação. Ótimo enredo para uma trama de romance policial... . (...) O que desejamos é que se esclareça, amplamente, essa estranha ocorrência, pois que o suicídio de pessoas presas, postas incomunicáveis, sob a responsabilidade de alguma autoridade, é sempre uma ocorrência que precisa ficar esclarecida em seus mínimos detalhes.<sup>191</sup>

De fato, a atitude da esposa de Desiderio foi considerada pouco verossímil, bastando lembrar que suicidar-se impõe um esforço tanto físico como mental, extremamente conflitivo. No caso, havia o laço familiar e parece improvável que ela teria a energia suficiente para convencer, à força o marido. O método, escolhido por ele, era considerado mais difícil, segundo a literatura médico-legal da época, devido à suspensão incompleta do corpo encontrado parcialmente no solo, que amarrado no pescoço junto ao objeto fixo próximo ao chão, o manteria inclinado e parte do fluxo sanguíneo para cabeça ainda circularia, tornando lenta a asfixia e a perda da consciência, bem como afirmava Afrânio Peixoto.<sup>192</sup> Nas versões da polícia e do Instituto Médico Legal divulgadas na imprensa, que compõem grande parte da narrativa aqui apresentada, talvez esse tenha sido o mote das questões levantadas, sem esquecer a atmosfera repressora do Estado Novo, num momento em que Vargas ainda não havia assumido um dos lados da guerra em curso, e um duplo suicídio como esse, no centro administrativo do país e nas dependências do Estado, poderia ter implicações políticas em âmbito internacional. Portanto, o sangue na cabeça e as vestimentas desalinhas de Desiderio, os meios rudimentares da execução do ato (toalha e cadarço), o corpo de Melanie ainda pendurado e com a língua para fora da boca, expostos nas fotografias publicadas nos jornais, bem denotam a atitude de extrema agressividade da cena, cujo significado, naquele contexto, acrescia-lhe de nuances trágicas.

---

<sup>191</sup> *Em torno da morte do casal de judeus, presos na Polícia Marítima – a explicação da inspetoria não satisfaz – o romance dos peritos... – uma série de perguntas que ficam sem resposta – como a mulher teria podido matar o marido – Desiderio teria morrido pelo ferimento feito à base do crânio? – muita coisa interessante que precisa ser esclarecida. O Radical*, edição 2938, p. 5, 28 de março de 1940.

<sup>192</sup> Além do enforcamento por suspensão incompleta ter tido sua efetividade contestada pelos médicos legistas até pelo menos em 1830, com o suicídio do Príncipe de Condé, nas palavras de Afrânio Peixoto, a dificuldade explicava-se por: “Na suspensão incompleta, quando o nó é unilateral, sendo possível a continuação da circulação para a face e o encéfalo, em um dos lados, a perda de consciência pode não ser rápida, e por consequência mais dolorosa ainda a morte. Nestes casos a asfixia, que é mais tarda, mas que começou com a obstrução também primitiva das vias aéreas, pode chegar a tempo.”. PEIXOTO, Afrânio. *Elementos de medicina legal*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910, p. 350.

Judeus de nacionalidade húngara, Desiderio e Melanie, na altura dos seus sessenta e poucos anos de idade, carregavam as duras experiências da condição de imigrados e sabiam dos riscos das políticas de intolerâncias de que eram alvos no Velho Continente. Apesar disso, estavam instalados no Brasil, com moradia estabelecida há pelo menos dez anos. Melanie estava devidamente registrada no Serviço de Estrangeiros sob a carteira de nº 40.770 e Desiderio esperava a resposta de naturalização do Ministério da Justiça. Donos da sucursal de uma rede de ótica suíça na capital, segundo os jornais, apesar dos altos e baixos enfrentados financeiramente, desfrutavam de significativo conforto material. Em títulos como “Diligências em apartamentos luxuosos de Copacabana...”<sup>193</sup> e “Residia em Copacabana e levava vida faustosa (...)”<sup>194</sup> enfatizavam o gosto do casal pela vida abastada, beirando excessos considerados reprováveis nas reportagens. No apartamento em Copacabana onde residiam, móveis, tapetes e objetos decorativos, fartamente descritos pelos repórteres, provavam, aos olhos do senso comum, o requinte dos finos artigos domésticos possuídos pelo casal húngaro.

Daí residia a dúvida, instigada nas notícias, acerca da compatibilidade entre os rendimentos do trabalho formal exercido na ótica e o *status* ostentado por eles, circunstância que embasou a conclusão de culpa no decurso do processo investigativo. Acusados, de início, por prestarem auxílio aos seus sobrinhos, ou seja, à família Grunfeld, para permanecer ilegalmente no Distrito Federal, o inquérito reuniu provas de participação em organização clandestina voltada à entrada ilegal de imigrantes judeus no Brasil. No ponto de vista da polícia, logo endossado pelos jornais, o empreendimento geraria ganhos exorbitantes, atrativo sedutor o suficiente para que se arriscassem na empreitada.

Indo mais longe, a ideia de que os Egressi prezavam pelas comodidades materiais, mesmo às custas de atividade ilícita, ensejou-lhes a imagem de sujeitos avarentos e individualistas, dispostos a se aproveitarem da oportunidade de se enriquecerem e explorarem os dramas vividos pelos judeus no continente europeu. No jornal *A Noite*, a rotulação negativa foi ampliada, com a insistência na condição errante, de longa data, do povo de origem semita, evocando o mito de Ahasverus, segundo o qual Jesus Cristo condenara um judeu a caminhar sem rumo até o fim dos tempos da humanidade na

---

<sup>193</sup> *Diligências em apartamentos luxuosos de Copacabana e revelações impressionantes. Diário da Noite*, edição 03914, p. 3, 29 de março de 1940.

<sup>194</sup> *Descoberto pelas autoridades, o casal húngaro suicidou-se: residia em Copacabana e levava vida faustosa. Diário Carioca*, edição 3615, p. 8, 27 de março de 1940.

Terra.<sup>195</sup> Outro estereótipo, o de que os judeus tinham cega atração pela busca do lucro, foi mobilizado para explicar o comportamento de Melanie. Segundo a imprensa, sua postura gananciosa destoaria da adotada por Desiderio, que se pautaria por princípios morais mais rígidos. Note-se que a personalidade dos envolvidos é construída de forma a corroborar o laudo do IML. A suposta agressão perpetrada pela esposa no momento do suicídio conformar-se-ia, então, à sua personalidade dominadora apontada:

Melanie Egressi, a esposa de Desiderio, esqueceu-se então dos seus companheiros. Lembrou-se apenas que, para eles os Egressi, se não soara a hora de uma perseguição, despertara o momento de dificuldades financeiras. Pesou bem as responsabilidades que cabiam aos membros do bando que agiam para a entrada de judeus no Brasil e verificou que havia nesse ingresso fácil e ilegal, uma margem de lucro. Iniciou-se assim um trabalho perfeito, cobrando-se alto preço aos judeus que demandavam a América do Sul. Desiderio, homem aferrado aos princípios de sua religião, procurava esquivar-se. Mas a esposa insistia e já não lhe era mais possível recuar.<sup>196</sup>

Os vultuosos custos cobrados na operação clandestina de deslocamento e fixação dos imigrantes no Brasil, evidenciariam a gana dos acusados pelos dividendos, que se sobrepunham às convicções religiosas ou às condutas de solidariedade e preocupação com o próximo. Não se trataria, portanto, de uma ação altruísta, pelo contrário, a caracterização afincava-se na ganância e insensibilidade diante do sofrimento alheio. Não bastasse o julgamento moral condenatório do perfil do casal, no suplemento *A Noite Ilustrada*, seu envolvimento na sociedade criminosa foi tomado como má retribuição à hospitalidade brasileira sem omitir, porém, as dificuldades encontradas pelos judeus no período:

Fogem os israelitas sem destino certo, caminhos e mares em fora, com o pensamento preso por vezes a um El-Dourado sonhado, última esperança que se abre em alguns países do novo continente – a Bolívia e o Paraguai. Essa peregrinação é sempre marcada por imprevistos fatais, dramas e misérias, e poucos chegam ao fim sem deixar nas suas pegadas um rastro de angústia e tragédias. Ainda agora são os semitas que se fazem aqui nas paragens liberais e tranquilas da nossa terra personagens de um episódio tristíssimo. É que, mesmo entre eles, há os que se valem da angústia de sua gente para a exploração ignóbil do tráfico humano dos párias. Há mesmo fundadas desconfianças de que se organizara uma quadrilha internacional com esses propósitos.

<sup>195</sup> A lenda de Ahasverus circulou frequentemente no imaginário judaico-cristão desde a Idade Média e serviu de justificativa para a segregação dos judeus. Esteve presente em produções históricas, literárias e artísticas e adquiriu importância em representações folclóricas de teor antissemita. Vide: SILVA, Jiuvan Tadeu da. *O mito do judeu errante em Machado de Assis: entre a errância e a redenção – a reinvenção do imaginário e a subversão da cultura*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

<sup>196</sup> *A maldição de Ahasverus, como o casal começou a auxiliar a entrada de refugiados no Brasil. A Noite*, edição 10106, p. 6, 31 de março de 1940.

Argutos, inteligentes, confiantes nos seus hábeis ardis, não se arreceiam eles dos mais escusos negócios e os ‘profiteurs’ da situação estão em toda a parte à espera da primeira oportunidade. (...) descobrindo ao mesmo tempo a vida aventureira dessa família de judeus, um passado ainda pouco conhecido, mas o bastante para imaginar-se o que foram para eles estes 10 ou 15 anos de hospitalidade em terras brasileiras, tão mal retribuída.<sup>197</sup>

Ainda que não houvesse, de maneira explícita, associação entre falta de valores morais e a condição de judeu, tal relação acaba por ser indiretamente estabelecida uma vez que o jornal acusava Desiderio e Melanie pelo gênio individualista e parasitário, representativo da sede insaciável por riquezas e da exploração das dolorosas circunstâncias vivenciadas pelos imigrantes. A sutileza da narrativa consistia na estratégia de reforçar a construção de um perfil desabonador do casal, em claro diálogo com as ideias discriminatórias derivadas da farta literatura antissemita em circulação, a exemplo do clássico argumento de apego exacerbado ao dinheiro,<sup>198</sup> mas sem fundamentá-lo na noção de inferioridade incitada pelo nazismo. Cabia ao leitor concluir a partir do pano de fundo criado que dialogava com o apócrifo *Os Protocolos dos Sábios de Sião*,<sup>199</sup> disponível em português desde 1936, sem a necessidade de que tivesse lido o livro, uma vez que os ideais aí professados eram difundidos de várias formas, inclusive pelas reportagens sobre o caso em estudo.

Em outros termos, a leitura da matéria remete à naturalização do duplo suicídio, resultado das faltas cometidas pelo casal. Destarte, nada mais legítimo do que o empenho da polícia, cujo papel era justamente de coibir a entrada ilegal de pessoas no país. A morte dos Egressi decorreria, portanto, de seus próprios desvios morais, uma vez que não enfrentavam mazelas, pelo contrário, na visão da maioria dos jornais, eles subvertiam egoisticamente a ordem a seu favor e exploravam os que se achavam em dificuldades e sonhavam em encontrar um lugar acolhedor no Brasil.

Só que, ao invés da suposta vida cercada de prazeres e comodidades aportadas por bens materiais, o casal vivia em relativo isolamento familiar, distantes das duas filhas. A primogênita, Maria Macy Egressi, de 28 anos quando da morte dos pais, casou-se com o

<sup>197</sup> *Duplo suicídio – quadrilha de traficantes – vida de grandeza e de miséria*. Suplemento *A Noite Ilustrada*, edição 671, p. 9, 2 de abril de 1940.

<sup>198</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro bem sintetiza o conjunto de traços perversos elaborados pelas práticas antissemitas. O judeu: “(...) é apresentado sempre como um indivíduo hostil à civilização, explorador dos mais fracos, desrespeitador da fé cristã, imoral, antissocial, depredador e de espírito revolucionário: uma anomalia social e racial. O judeu, do ponto de vista econômico, é visto sempre como um homem rico e poderoso, detentor do capital.”. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 40-41.

<sup>199</sup> *Os protocolos dos sábios de Sião*. Traduzido por Gustavo Barroso. São Paulo: Agência Minerva, 1936.

industrial George Kennedy em 3 de maio de 1933, na cidade do Rio de Janeiro,<sup>200</sup> e desquitou-se seis anos depois, em 26 de abril de 1939 e foi morar no México. Já a irmã, teve o fatídico destino dos genitores. Leonora Egressi, de apenas 18 anos, cometeu suicídio em torno de 1938, proibida de contrair matrimônio, por motivos raciais, com indivíduo de origem ariana,<sup>201</sup> acontecimento que infligiu importante revés na trajetória da família. Como se pode verificar em matéria do suplemento do jornal *A Noite*, o título sintetizava as histórias dos suicídios de mãe e filha, vinculados à condição de judias, o que as levou a dois destinos trágicos: um por amor (a filha) e outro por ganância (a mãe).

Figura 4: Melanie, em retrato de dez anos antes da morte, e Leonora, sua filha.



Fonte: *A Noite Ilustrada*, edição 671, p. 8, 2 de abril de 1940.

A trajetória da irmã foi diversa. Na ficha consular de Maria Macy Egressi, constata-se que, quando estava prestes a se separar do marido, ela obteve passaporte brasileiro, expedido em 10 de março de 1939, momento em que talvez já tivesse planejada a transferência para o México. Voltou ao Brasil após a morte dos pais e foi admitida em

<sup>200</sup> Certidão de casamento de Maria Macy Egressi. Cartório de Registro Civil da cidade do Rio de Janeiro. Database *FamilySearch*. Número de entrada 2.940, Corregedor Geral da Justiça, microfilm 1,848,030, 1829-2012, p. 171.

<sup>201</sup> No confronto de informações apresentadas pelos jornais com um atestado de óbito, localizado no cartório de registro civil da cidade do Rio de Janeiro, há contradições. No documento consta que, em nome de Helena Egressi, 25 anos de idade, filha de Desiderio Egressi e Maria Egressi, a mesma faleceu em 12 de fevereiro de 1932 de envenenamento por ingestão de substância tóxica, segundo o atestado assinado pelo médico Borgy de Mendonça. O corpo que estava no necrotério da polícia carioca, seria sepultado no cemitério São João Batista. Os dados destoam consideravelmente do tempo em que ocorreu o suicídio e o próprio nome de uma das filhas dos Egressi noticiado pelos jornais. Das duas uma: ou Helena Egressi seria a terceira filha do casal omitida pelas notícias, ou seria ainda filha de Desiderio com outra companheira, visto que Macy Egressi registrava em sua ficha consular o nome de solteira da mãe, Melanie Frey Berger, ou a imprecisão das informações prestadas na imprensa incorreram em erro crasso levado ao grande público. De qualquer forma, pode-se afirmar que, de fato, os Egressi tiveram uma filha que cometeu suicídio antes deles. Registro civil de morte de Helena Egressi. Número do certificado, 6612. Database *FamilySearch*. Cartório de Registro Civil da cidade do Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1932.

caráter permanente em 9 de abril de 1941, provavelmente com a intenção de resolver as últimas pendências burocráticas relativas aos bens deixados pelos falecidos. Apesar de separada do marido, ainda exibia o sobrenome Kennedy no documento, segundo a lei então vigente.<sup>202</sup>

Figura 5: Ficha consular emitida pelo Serviço de Registros de Estrangeiros do Brasil sob nome de Maria Macy Egressi

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO  
Expedida em duas vias, sendo uma remetida à Imigração.

Nome por extenso: MARY KENNEDY MARIA MACY EGRESSI  
Admissão em território nacional em caráter: PERMANENTE (Emprego ou residência) do sec. n. 3.210, de 1938  
Nos termos do art. 10 do sec. n. 3.210, de 1938  
Lugar e data do nascimento: Budapest 18/11/1912  
Nacionalidade: Hungara Estado civil: Casada  
Filiação (nome do Pai e da Mãe): Desiderio Agressi e Melanie Frey Berger Profissão: doméstica  
Residência no país de origem: Budapest. NOME: IDADE: SEXO:

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporto n. 27703 expedido pelas autoridades de brasileiras - Polícia Civil Dist. Fed. na data 30 de março de 1941  
Visto sob n. 27703

ASSINATURA DO PORTADOR: Maria Macy Kennedy  
ASSINATURA DO SERVIDOR: Maria Angelina Novak

Data do desembarque: 4/4/1941 Embarcação: "Brasil"  
Permanência em território nacional até:  
Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades de: registro n.  
Foi residir à Rua Ronald de Carvalho - Edifício Petronio - apt. 1  
Vai trabalhar:  
Prefere deixar o Brasil pelo porto de:  
Observações: Induzida a viajar com passaporte brasileiro, em virtude de ser casada com cidadão brasileiro (naturalizado) - Sr. Desiderio Agressi. Ofício n. 1.112, de Polícia Marítima, de 2/5/1941 - prot. D.S. n. 2.788 - prot. G.M. n. 2371.

Fonte: Ficha consular de Maria Macy Egressi. Database FamilySearch. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=macy&q.surname=kenedy>. Acessado em 15 de agosto de 2023.

Pode-se supor que o casal, tios dos Grunfeld, desejasse, de fato, ajudar os parentes a se fixarem no Brasil, uma forma de reatar laços familiares. Entretanto, essa possibilidade foi mencionada sem ser levada a fundo, pela imprensa. Segundo se apurou, Desiderio teria insistido na vinda deles, persuadindo-os que o projeto seria simples, desde que tivessem dinheiro para subornar os “grandes”. Tal conselho estava expresso em trecho de carta encontrada pela polícia no escritório do húngaro e publicado nos jornais. A ideia aventada de pagar razoáveis cifras aos agentes de fiscalização responsáveis pelo trânsito de estrangeiros no país, para que permitissem a entrada e a permanência do grupo fora dos padrões normativos impostos pela lei, foi tomada como sinal de esperteza do casal e uma provocação ao expor indevidamente servidores públicos brasileiros.

À procura de paragens distantes da sanha exterminadora nazista, os Grunfeld, austríacos e judeus, afinal, estavam dispostos a desembolsarem o que fosse preciso. Em fuga da Áustria após o *Anschluss*, a família migrou para a Tchecoslováquia, mas diante da subsequente vitória de Hitler, viram-se na contingência de abandonar de vez o Velho Continente. A partir da sugestão do tio, sempre segundo os depoimentos publicados na

<sup>202</sup> O divórcio, no Brasil, data de 1977 por meio da Lei 6.515/1977. Nos anos 1930, o mecanismo de dissolução do matrimônio consistia no desquite, ação em que o casal oficializava a divisão de bens e corpos, mas deveriam manter formalmente o estado civil de casados, o que os impediria de contrair nova união.

imprensa, arquitetaram o plano de ir para a Bolívia, pois uma carta de chamada viabilizaria a fixação naquele país. Assim, embarcaram no Oceania, com o destino final à capital da Argentina, de onde seguiriam por trem rumo ao território boliviano.

Decididos, então, a permanecerem no Brasil, resolveram se hospedar provisoriamente na residência do casal Kaiser, amigos dos Egressi, lugar de confiança e com condições mínimas de habitação, mas não tardou para que a polícia os encontrassem. Levados à delegacia e fotografados (ver Figura 6, da esquerda à direita, Hans, Wilma e Heirinch), prestaram os esclarecimentos, segundo os quais foi em meio à viagem, quando da parada na cidade do Rio de Janeiro, decidiram não prosseguir em função da vontade do filho de ser contratado como jogador de futebol pelo Botafogo, esporte que já praticava em Viena. Entretanto, tal versão possivelmente visava não envolver os tios na empreitada. Foram liberados, mas tiveram que sair do Brasil pela situação irregular da documentação. A decisão foi cumprida, não sem antes Wilma solicitar ao inspetor de polícia, como na fotografia da cena na Figura 6, autorização para levar consigo um tapete do apartamento dos Egressi, então já falecidos, a fim de custear, com sua venda, o restante da viagem à Argentina. Subentende-se o estado de penúria da família, cujos os recursos esgotaram-se com o deslocamento da Europa ao continente sul-americano. A solicitação foi atendida.

Figura 6: A família Grunfeld



Fonte: *Descoberto pelas autoridades, o casal húngaro suicidou-se: residia em Copacabana e levava vida faustosa. Diário Carioca*, edição B03615, p. 8, 27 de março de 1940; *Quadrilha perfeita para burlar a lei!, como a polícia veio a descobrir toda a trama que culminou no dramático suicídio do casal Egressi. A Noite*, edição 10104, p. 1-2, 29 de março de 1940.

Há de se notar, por outro lado, que ao longo dos interrogatórios, as informações a respeito da ajuda recebida dos tios foram contraditórias: ora implicavam os parentes, ora mantinham-se em silêncio. Em contrapartida, num bilhete deixado pelo casal, Melanie

escreveu: “Querida Bela – no último momento comunico-lhe que Wilma nos levou ambos à prisão. Cumprimento todos. *Maczi* pela última vez. “Melanie””.<sup>203</sup> Há notícias de que haveria outro, não divulgado na imprensa, o que também levanta uma série de questões sobre as razões dessa interdição.

*Maczi*, espécie de saudação judaica em húngaro, família em português, dirigia-se à Bela, pessoa não identificada. Em meio à inquietação que Melanie, junto com o marido, decidiu pelo suicídio, o bilhete sem maiores justificativas, coloca a responsabilidade em Wilma, que os teria entregado. Diante disso, a mensagem simboliza a renúncia à continuidade da alegação de inocência frente às acusações que se avolumavam. Em nota oficial, a polícia explicou que o suicídio transcorreu precisamente no final do inquérito, quando já se teria reunido provas suficientes para a condenação e consequente expulsão do casal do território nacional. O gesto consumou-se na iminência do dismantelamento da considerada “quadrilha” integrada pelos Egressi, confabulados com outros judeus.

A partir de depoimentos de testemunhas, cartas e documentos apreendidos, a trama, aos olhos dos investigadores, estava deslindada. Desiderio e Melanie, segundo a narrativa policial, participavam de um esquema clandestino internacional visando possibilitar a entrada de imigrantes ilegais no Brasil, principalmente judeus. Primeiro os interessados, provenientes do continente europeu, por meio de carta enviada aos Egressi, informavam-se acerca do tipo de documentação necessária, a quantidade de pessoas, se homens, mulheres ou crianças, e definiam a quantia a ser paga. Na segunda etapa, finalmente embarcavam no Oceania, cujo porto de origem poderia variar, mas deveria impreterivelmente parar na cidade italiana de Trieste, quando as etiquetas de identificação das malas dos passageiros eram trocadas pelo tripulante chamado Zucchi e substituídas pelo nome de Kate Bohn, outra integrante da dita quadrilha, que viajava constantemente à Europa para oferecer o serviço a novos imigrantes. Judia de nacionalidade austríaca, Kate morava na cidade do Rio de Janeiro e era encarregada de retirar as bagagens despachadas no porto carioca. Dali em diante, independentemente do país sul-americano de destino formalizado nas passagens dos viajantes, aqueles que tivessem o acordo firmado com os Egressi seriam por eles recepcionados e levados ao apartamento do casal Kaiser, que funcionava como hospedaria temporária da organização clandestina. Desvendada a maquinação, ainda existiam lacunas quanto às ramificações da atividade em solo europeu, para o que a polícia carioca dependia da colaboração das congêneres

---

<sup>203</sup> Era uma quadrilha! *A Noite*, edição 10103, p. 2, 28 de março de 1940.

europeias a enviarem informações. As diligências prosseguiram no Brasil e novos envolvidos surgiam, desta vez na cidade de São Paulo.

Passadas em torno de três semanas do suicídio dos Egressi, o empenho e a aplicação policial continuavam. Segundo os jornais, no dia 17 de abril de 1940, o chefe do grupo foi descoberto na capital paulista e escoltado ao Rio de Janeiro. Seu nome era Manfred Kruger, judeu alemão, nascido em Berlim no ano de 1907 e residente no Brasil desde 1936.<sup>204</sup> Aparentemente bem integrado na sociedade brasileira, a obtenção do visto permanente em 1939 legalizou sua estadia em território nacional. Constantemente se deslocava pelo país, sobretudo entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Feitas as inquirições, concluiu-se que o alemão não agia sozinho, contava com a parceria de Vicente Giosa, que já tinha antecedentes criminais por fraudes, e Bruno Zeidel, também morador na capital paulista. Os imigrantes que se instalavam no país, a exemplo dos poloneses Victor Dzialvink e Skurt Weiss, e do alemão Max Schlesinger, indicavam outros interessados no serviço, como no caso deste último. Estabelecido primeiramente no Uruguai em torno de 1939, Schlesinger entrou em contato com Kruger para introduzi-lo no Brasil via fronteira do Rio Grande do Sul, o que foi feito. Coube a Schlesinger intermediar, sob o pretexto de visita turística, a vinda das famílias de Karl Israel Abraham e de Georg Israel Ruschin, que se encontravam na Bolívia. Acordados os valores da contratação, o deslocamento clandestino foi posto em prática. De avião entre Cochabamba e Puerto Juarez, Vicente Giosa, dali em diante, os acompanharam de carro à Corumbá no Mato Grosso, de onde pegaram trem para São Paulo. Tais rotas revelam o mapeamento cuidadoso feito pelo grupo, prova do razoável conhecimento que tinham da geografia e dos transportes na América do Sul, indicando que a estratégia dos Egressi no porto do Rio de Janeiro não era a única, era possível chegar pelo Rio Grande do Sul a partir do Uruguai e da Argentina, e pelo Mato Grosso, se o indivíduo estivesse na Bolívia.

As longas distâncias não impediam o sucesso da empreitada, porém, a imprensa explorava os casos malsucedidos,<sup>205</sup> seja referindo-se às injustiças sofridas pelos

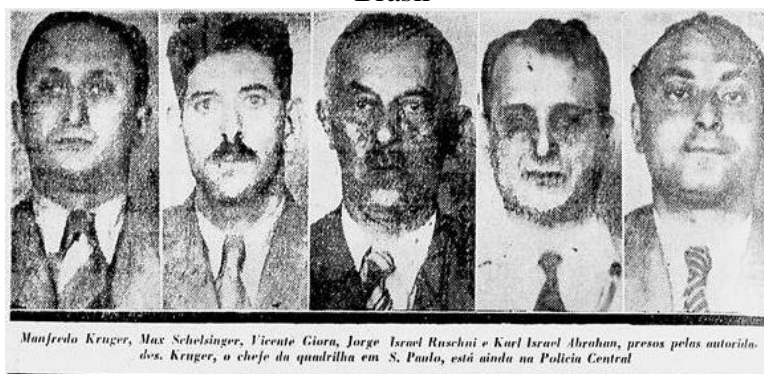
---

<sup>204</sup> Ficha de registro de estrangeiros. Delegacia de fiscalização de entrada, permanência e saída de estrangeiros. São Paulo. 23 de maio de 1939, ficha nº1. Cartões de imigração, Cx-K28 Krueger-Kruteno, 1938-1980. Na Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo encontrou-se o prontuário de Manfred, no qual consta que foi absolvido da acusação de intermediar entrada de estrangeiros clandestinos no país, em 21 de agosto de 1945. Prontuário 0720 de Manfred Kruger. Caixa nº 62. Delegacia de Ordem Política e Social da polícia do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>205</sup> Obviamente, tratava-se de correr riscos. Veja-se o caso de Olga Steiner, que solicitou carta de chamada para seu sobrinho, pagando cinco contos de réis, mas que, descoberta a fraude, perdeu o que pagara. *O suicídio do casal Egressi, apontou à polícia os traficantes de clandestinos no Brasil. Diário Carioca*, edição 3633, p. 8, 17 de abril de 1940.

imigrantes, seja explorando a ousadia dos intermediários desse tráfico humano. Lesados, pois pagavam adiantado e por nem sempre obterem os vistos de turistas, os passaportes ou as cartas de chamada, seus desejos frustrados amplificavam o caráter maléfico da quadrilha, tal como retratada na imprensa. Kruger e Giosa cobravam caro pelas solicitações e, tal como os Egressi, prometiam facilidades, argumento útil na persuasão dos que desejavam fugir da Europa: “Kruger e seus parceiros, na correspondência que trocavam com os clandestinos, afirmavam sempre que no Brasil era tudo muito fácil, desde que houvesse com que recompensar os trabalhos.”<sup>206</sup> Em resposta a essa postura que desabonava as autoridades brasileiras, os jornais insistiam em afirmar que a polícia teria derrotado os inimigos do Estado brasileiro ao lhes impor a força da lei. A punição exemplar era tida como capaz de desencorajar iniciativas semelhantes. Assim, à medida que se conheciam as identidades dos clandestinos que entraram em solo nacional por meio de Krueger, eles foram intimados a comparecer na delegacia para prestar esclarecimentos. Um dos esforços policiais constituía-se em distinguir quem participava do esquema criminoso e quem apenas se valeu dele para ingressar no Brasil. Lembrada recorrentemente nas notícias, valorizava-se a eficiência dos investigadores por “multiplicarem” as provas ditas “robustas”, que ratificavam a inescapável culpa dos acusados. A Figura 7 estampa identificação fotográfica de alguns deles, da esquerda à direita: Manfred Kruger, Max Schlesinger, Vicente Giosa, Georg Israel Ruschin e Karl Israel Abraham.

Figura 7: Os integrantes da organização e os imigrantes envolvidos na entrada ilegal no Brasil



Fonte: *Presa toda a quadrilha de traficantes de clandestinos. Diário da Noite*, edição 3929, p. 4, 16 de abril de 1940.

<sup>206</sup> *Traficantes de clandestinos! Descobertos e presos pela polícia membros da audaciosa quadrilha. A Noite*, edição 10122, p. 1, 16 de abril de 1940.

Contudo, dentre os indivíduos fotografados não está Leopoldo Jonas,<sup>207</sup> judeu alemão de 37 anos, casado, morador de São Paulo, preso e transferido para a cadeia da delegacia do Rio de Janeiro junto com os demais acusados. Ele tentou suicidar-se em vista da possibilidade de ser mandado de volta à Alemanha. Não há acordo nas notícias em relação a sua participação no esquema, ora era apontado como colaborador direto, ora apenas um clandestino que recorreu ao serviço. Independente da tipificação criminal, os jornais reportavam que sofreria a punição cabível: deportação compulsória. Contudo, o término da jornada de Jonas no Brasil adquiriu tom de comoção no jornal *A Noite*, que enfatizou a delicada situação enfrentada pelos judeus em face dos duros reveses migratórios:

Inúmeros casos dolorosíssimos vão se registrando, de famílias inteiras que assim vieram para a nossa terra, depois de longa peregrinação (...) no afã de se localizarem em algum país que as acolhesse. A ideia, agora, de expulsão do território nacional, como determina a lei, obrigando-a a uma nova peregrinação pelo mundo aterroriza essa gente e traça episódios tristíssimos, como o que ainda ontem ocorreu. É o drama pungente dos semitas marcados por tão trágico destino, enxotados do Velho Continente, que revive, hoje, com a guerra.<sup>208</sup>

Errantes pelo mundo, além de os judeus alemães haverem sido impelidos a saírem do país, especialmente, nos primeiros cinco anos do governo de Hitler, pressão, aliás, que tornou alarmante a quantidade de suicídios cometido por aqueles que não conseguiam partir da Viena anexada em 1938, fato visto com regozijo pelos nazistas,<sup>209</sup> enfrentavam inúmeras dificuldades para obterem a documentação requisitada pelos consulados para a emissão dos vistos. Às crescentes filas por novas demandas, prazos alongados na conclusão das solicitações e altos custos das taxas, somavam-se as políticas imigratórias restritivas adotadas por diversos países,<sup>210</sup> como o Brasil que, por meio das circulares

---

<sup>207</sup> Das poucas informações colhidas para além dos jornais sobre a vida de Leopoldo Jonas, foi encontrado sua possível ficha de registro de estrangeiro preenchida apenas com o número da carteira modelo 19, 34, expedida em 28 de abril de 1936 e com registro geral nº 418.930. Além desse material, descobriu-se o registro de estrangeiro de seu suposto filho, chamado Herbert Jonas, nascido na Alemanha em 29 de abril de 1928, cuja filiação consta o nome do pai, Leopoldo Jonas, e da mãe, Hildegard Jonas. Admitido em caráter permanente no Brasil, Herbert era morador também de São Paulo, aonde chegou pelo porto de Santos em 30 de maio de 1936, com o passaporte de nº 128 R/58/33. Os dados assinalados entre os alemães levantam fortes suspeitas do laço de parentesco. Cartões de Imigração (1902-1980), Leopoldo Jonas. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia especializada de estrangeiros. São Paulo; Cartões de Imigração (1902-1980), Herbert Jonas. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia especializada de estrangeiros. São Paulo.

<sup>208</sup> *Atirou-se da janela à rua, estava envolvido no caso dos imigrantes clandestinos. A Noite*, edição 10129, p. 7, 23 de abril de 1940.

<sup>209</sup> GILBERT, Martin. *O Holocausto: história dos judeus na Europa na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 60.

<sup>210</sup> SCHPUN, Mônica Raisa. *Justa, Aracy de Carvalho e o resgate de judeus: trocando a Alemanha Nazista pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 66.

secretas, afunilavam as possibilidades de grande parte destes indivíduos conquistarem o direito legal de emigrarem. Exceções existiam, a exemplo da ação de figuras como Aracy de Carvalho<sup>211</sup> e de Souza Dantas,<sup>212</sup> que colaboravam na concessão do tão esperado visto, respaldados nos limites dos dispositivos legislativos brasileiros, obviamente sem haverem sido capazes de atender o volumoso número de requerimentos.<sup>213</sup> Ressalta-se, entretanto, que no trecho indicado, representativo das demais matérias publicadas em torno do caso de Jonas, com exceção do jornal *O Radical*, a causa apontada para a fuga dos judeus da Europa era sempre a guerra. Não houve referências diretas às políticas nazistas que impulsionaram o ódio contra os israelitas, prevaleceu a discrição da maioria dos jornais para contornar a raiz do problema, como se tudo se resumisse aos desafios colocados pelo conflito.

Compreende-se, então, que pessoas como Jonas, na condição de vítima do antissemitismo e portador das experiências amargas da Primeira Guerra Mundial, sabia que, pelo fato de se encontrar no Brasil, mesmo de forma clandestina, poderia se considerar parte do grupo seletivo de imigrantes que concretizava o anseio de escapar do jugo nazista e tentar recomeçar a vida em relativa paz. Por isso, quando preso pelas autoridades policiais, a simples possibilidade de retornar à Alemanha deve tê-lo abalado profundamente. Assim, no dia 22 de abril de 1940, quase uma semana depois da prisão de Kruger, por volta das três e meia da tarde, enquanto esperava outro acusado depor, segundo os relatos noticiados, Jonas aproveitou-se da distração dos policiais, correu em direção à sacada do prédio e saltou do segundo andar.

A queda não foi fatal, mas o deixou inconsciente e com múltiplas fraturas pelo corpo, principalmente nos ossos da bacia. Lesões graves minimizadas pelo *Diário de Notícias*,<sup>214</sup> o que não condiz com o tempo de sua recuperação, pois ele recebeu alta hospitalar apenas no dia 12 de junho de 1940, decorrido em torno de um mês e meio da

---

<sup>211</sup> *Ibidem*.

<sup>212</sup> KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

<sup>213</sup> Sobre o suposto auxílio informal prestado por Aracy de Carvalho, relativo à obtenção de vistos para judeus no consulado brasileiro de Hamburgo, os historiadores Fábio Koifman e Rui Afonso contra-argumentam a tese defendida por Mônica Schpun. Para ambos, as evidências documentais levantadas que sustentam o ponto de vista do papel heroico cumprido por Aracy naquela repartição são inconsistentes. Argumentam que os passaportes de judeus ainda continuavam com o “J” impresso no documento e que o governo alemão incentivava a partida dos semitas do *Reich* até pelo menos 1939. In: MILGRAM, Avraham; KOIFMAN, Fábio; FALBEL, Anat (orgs). *Judeus no Brasil: história e historiografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2021, p. 123-156.

<sup>214</sup> *Atirou-se de uma sacada da polícia central à rua – o tresloucado penetrara clandestinamente no país e se achava preso na 2ª delegacia auxiliar*. *Diário de Notícias*, edição 05364, p. 1, 23 de abril de 1940.

tentativa de suicídio frustrada.<sup>215</sup> Semelhante posição do *Correio da Manhã* que, em pequena nota dedicada ao ocorrido, não mencionou o envolvimento de Jonas com o grupo clandestino. Sua presença na delegacia deveu-se ao fato de ser alemão,<sup>216</sup> condição considerada suficiente para ser intimado. É digno de nota a tenacidade com que se clamava nos jornais pelo cumprimento da lei, possível graças do trabalho policial. A imprensa fazia coro à necessidade de expulsar os acusados de permanência ilegal no território nacional, apesar do pungente contexto enfrentado pelos imigrantes. Todavia, novamente na contramão da leitura hegemônica presente nos oito jornais inicialmente estudados, *O Radical* pontuou a necessidade de melhorar a vigilância policial sobre os judeus presos por entrarem clandestinamente no Brasil, devido justamente ao desespero vivenciado:

A polícia sabe que essa gente entra, clandestinamente, em nosso país precisamente porque, foragida da Alemanha, onde o Sr. Adolf Hitler declarou guerra de morte aos judeus, não pode permanecer, legalmente, em nenhuma parte do mundo. O seu regresso à Alemanha representa, apenas, campo de concentração, trabalhos forçados e outras torturas, de modo que os desgraçados preferem a morte a voltarem às garras de seus algozes.<sup>217</sup>

Diferente de *A Noite*, percebe-se aqui que não se aponta a guerra de maneira generalizada como a causa da situação incerta dos semitas, mas a própria intenção de Hitler de caçá-los por onde quer que estivessem. Mais incisivo em sua avaliação, *O Radical* advertia que a polícia tinha conhecimento da singularidade conjuntural que cercava a presença ilegal dos judeus no país, mas a tentativa de suicídio de Jonas, evidencia o despreparo da instituição para lidar com esses casos, fosse por não terem a dimensão da profunda complexidade do problema no qual esses indivíduos estavam implicados, ou talvez expressasse a displicência e a brutalidade que compunham a cultura da instituição. A suposta inépcia policial ganhava relevância, e não à toa, gerava desconfiças na opinião pública quanto à lisura dos procedimentos investigativos levados a cabo com os denunciados. Se os órgãos de repressão estavam convencidos que tanto Jonas como os Egressi faziam parte de uma organização com largo raio de atuação, mesmo que não considerassem o fator de se tratar de produto direto dos efeitos da crise humanitária que colocava os judeus na categoria de indesejáveis por questões raciais e,

---

<sup>215</sup> *Movimento no hospital de Pronto Socorro. Diário da Noite*, edição 3977, p. 7, 12 de junho de 1940.

<sup>216</sup> *Atirou-se da 2ª delegacia auxiliar. Correio da Manhã*, edição 13946, p. 6, 23 de abril de 1940.

<sup>217</sup> *Mais cuidado com os detentos. O Radical*, edição 2961, p. 5, 24 de abril de 1940.

portanto, não tivessem compreensão global dos eventos, os suspeitos estavam sob custódia do Estado brasileiro, que tinha obrigação de garantir sua integridade física.

Nesse sentido, destaca-se a eficiência da organização, estruturada internacionalmente e que obteve algum êxito em contexto absolutamente desfavorável. Entretanto, fica a pergunta: como foi possível manter em funcionamento uma rede ilegal tão complexa quanto esta, justamente num período em que as fronteiras eram visadas pelas guardas policiais? A resposta encontrava-se na participação dos próprios funcionários públicos do governo. Depois que Dulcídio Gonçalves, 2º delegado auxiliar, conduziu as investigações dos suicídios dos Egressi e de Jonas e apresentou relatório minucioso sobre a suspeita, coube ao chefe de polícia, Filinto Müller, providenciar a abertura de inquérito administrativo a fim de apurá-la. A pedido de Getúlio Vargas, que fazia questão de estar a par do andamento do processo, Müller solicitou ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) a instauração de sindicância, cujos trabalhos ficaram a cargo do promotor, Carlos Sussekind Mendonça e estenderam-se durante cerca de nove meses. Com os vereditos publicados em janeiro de 1941, assinados por Getúlio Vargas, o relatório de doze volumes, composto por 2.442 folhas e dividido em oito capítulos,<sup>218</sup> extensão que dá a medida da profundidade dos desdobramentos do caso, declarou culpados um rol de funcionários (ver Tabela 7), pertencentes às Polícias Cíveis, ao Ministério do Trabalho e às prefeituras, tanto do Distrito Federal como de São Paulo.

Tabela 7: Quadro de funcionários públicos punidos por acusação de envolvimento na entrada de clandestinos no Brasil

<b>Funcionários</b>	<b>Cargo e instituição</b>
Elias Norat (demitido)	Motorista do Departamento de Transporte da Prefeitura do Distrito Federal
José Lucas de Souza Rangel (demitido)	Agente da Inspeção de Polícia Marítima
Braz Zacanini (demitido)	Investigador da Polícia de São Paulo
João Hygino de Miranda Amaral (demitido)	Delegado Adjunto da Delegacia de Fiscalização de Entrada e Permanência e Saída de Estrangeiros do Estado de São Paulo
Victor Midosi Chermont (demitido)	Oficial administrativo classe L da extinta secretaria do Senado Federal
Manoel Gomes da Silva (demitido)	Escriturário classe F da Polícia Civil do Distrito Federal, servindo como Chefe da

<sup>218</sup> I) as irregularidades a apurar; II) As sindicâncias e o processo; III) O desembarque dos Grunfeld e o suicídio dos Egressi; IV) Atividade ilícita de funcionários do Serviço de Registro de Estrangeiros; V) Entrada clandestina e permanência ilegal de estrangeiros no país; VI) Irregularidades suspeitadas no desembarque da senhora Tenenbaum; VII) Outras irregularidades que poderão ser apuradas; VIII) Conclusão.

	Seção de Controle de Serviço de Registro de Estrangeiros
Waldemiro Viriato de Miranda Carvalho (demitido)	Delegado da Polícia do Distrito Federal
Lauro Portella (demitido)	Oficial Administrativo da extinta Secretaria do Senado Federal servindo como auxiliar do Gabinete do Ministro do Trabalho
Perminio Justiniano dos Santos (demitido)	Conferente de Armazém de bagagens da administração do cais do porto
Alfredo de Assis (demitido)	Delegado do quadro suplementar da Polícia do Estado de São Paulo
Theophilo da Silva Graça (demitido)	Agente da Inspetoria da Polícia Marítima
Angelo Spinardi (suspensão por 90 dias)	Escrivão da Delegacia de Estrangeiro de São Paulo
João Augusto Vieira (suspensão por 60 dias)	Agente da Polícia Marítima do Rio de Janeiro
Ary Pereira Guimarães (suspensão por 60 dias)	Datiloscopista do Instituto de Identificação
Renato de Andrade (repreendido)	Agente da Polícia Marítima do Rio de Janeiro
Raphael Archanjo da Silva Caldas (repreendido)	Agente da Polícia Marítima do Rio de Janeiro

Fonte: O DASP conclui e propõe a demissão a bem do serviço público de vários funcionários federais e municipais. *Diário da Noite*, edição 4161, p. 2, 18 de janeiro de 1941.

Enquanto onze servidores foram demitidos, três suspensos e dois repreendidos, a lista de absolvidos incluiu grande quantidade de pessoas, algumas ocupantes de cargos importantes, como a cônsul e o vice-cônsul do Brasil em Buenos Aires, Beata Vettori Esteves e Heraldo Pederneiras respectivamente, além de Roberto da Costa, funcionário do Ministério das Relações Exteriores. As investigações concluíram que Kruger contava com cúmplices nas repartições encarregadas da fiscalização da estadia de estrangeiros em solo brasileiro, de funcionários desde o topo até a base da hierarquia, que facilitavam a aquisição dos documentos no Serviço de Registro de Estrangeiros – cortavam filas nos atendimentos, agentes policiais e tripulantes que permitiam o acesso de indivíduos aos navios, como no caso dos Egressi, e fechavam os olhos para o desembarque dos imigrantes clandestinos, tudo por meio de subornos.

O desmonte do corpo de funcionários dos aparatos institucionais, a atenção dada por Getúlio Vargas e o amplo trabalho investigativo da polícia carioca, realizado em conjunto com outras repartições, inclusive agências europeias, bem demonstram as proporções inesperadas que os suicídios dos Egressi e a tentativa de Jonas tomaram naquele contexto. Por terem ocorrido nas delegacias, suas mortes, num primeiro momento, provocaram dúvidas a respeito das ações policiais e do IML, do que se supõe, a partir dali, terem influenciado em mudanças dos instrumentos normativos das

instituições em fornecerem explicações mais plausíveis acerca de acontecimentos dessa natureza. A inclusão do quesito de tortura nos laudos cadavéricos pode sugerir a preocupação com transparência, pelo menos na formalidade do documento. Assunto delicado, indicar diretamente a constatação de ferimentos por tortura, em casos de óbitos ocorridos nas prisões, sob a atmosfera ditatorial do Estado Novo, poderia evidenciar práticas destoantes da imagem ilibada que se tentava construir do país em tempos de guerra.

Em outra perspectiva, o tratamento dado pela imprensa acerca da presença de imigrantes ilegais no Brasil, sobretudo judeus, revelou juízos de valores negativos associados ao perfil dos indivíduos que pertenciam à rede clandestina, tidos como ambiciosos e individualistas avarentos, tónicas que, mesmo sem menção explícita, obviamente remetiam aos discursos antisemitas propagandeados na época. Prevaleceu a ideia de que os suicídios, ou as tentativas, eram naturais mediante o cerco que se fechava contra aqueles que colocavam em risco a ordem e as leis brasileiras. Mal se aludiu a situação enfrentada na Europa, o que impulsionava os indivíduos a imigrarem e as restrições encontradas no país para recebê-los.

No polo extremo, o medo da deportação para os domínios nazistas, visto como uma condenação à morte, explica a atitude dos que eram pegos. Pode-se perguntar se o que impulsionou a organização da rede era a ganância, como fez crer a imprensa. Essa resposta era certamente mais fácil, pois evitava encarar os problemas enfrentados pelos que desejavam entrar no país, talvez a última chance destes indivíduos sobreviverem. As somas, ao que parece, ficavam menos para os que se arriscavam do que para o pagamento dos agentes públicos envolvidos, o que colocava em questão a credibilidade das instituições encarregadas pela segurança nacional.

Os suicídios do casal Egressi e a tentativa frustrada de Leopoldo Jonas bem demonstram o quão aterrorizante era o medo da deportação. Do início da guerra até o ano de 1942, o sucesso da dominação alemã, sobretudo nos territórios localizados na frente Ocidental, parecia indicar que as tropas dos Aliados não seriam capazes de conter a força militar nazista. O clima de desesperança imposto pela derrota às populações dos países conquistados, disseminava uma sensação de impotência, como se o desmoronamento da antiga ordem liberal fosse inevitável diante da nova configuração política, que prometia reverter os males do suposto estado de decadência da sociedade. Evidentemente, o efetivo funcionamento da nova ordem dependia da cooperação dos governos locais derrotados, que se viam compelidos a ajustarem-se aos ditames da ideologia nazista, agora que

integravam o espaço vital (*Lebensraum*). O alinhamento entre as instâncias administrativas passava fundamentalmente não apenas pelo controle das atividades econômicas, destinadas a prover recursos à máquina de guerra dos invasores, mas também pelo empenho na aplicação dos princípios sociais segregacionistas. A tentativa de instaurar a supremacia da raça ariana caminhou a passos largos ao lado da expansão territorial alemã.

À medida que a *Wehrmacht* saía vitoriosa nos campos de batalhas, os grupos classificados como indesejados nas áreas absorvidas pelo *Reich* eram alvos de ações cada vez mais violentas. O montante avolumava-se nas fronteiras em constante expansão, o que demandava planos de maior envergadura, capazes de extirpá-los de vez das diversas esferas sociais e acelerar o processo de germanização no continente europeu.

Em face do alargamento das zonas de ocupação nazistas, a anterior política que permitia a emigração, não era mais uma possibilidade, inclusive em função das restrições de mobilidade impostas pela guerra, que se espalhou pelo continente e recrudescer a intolerância contra as etnias perseguidas. Aos poucos, a Solução Final tomou forma, com o estabelecimento dos primeiros guetos na Polônia, em 1939, os assassinatos em massa executados durante o ataque à União Soviética, em 22 de junho de 1941, e o impulso das ondas de deportações para o Leste entre 1942 e 1944. O ápice do processo foi atingido na conferência de *Wansee*, realizada em 20 de janeiro de 1942, na qual Reinhard Heydrich, chefe do gabinete de segurança do regime, informou às autoridades do segundo escalão, as decisões tomadas a portas fechadas, alguns meses antes, que levaram à morte milhares de indivíduos, sobretudo, mas não exclusivamente, judeus.

Em meio a este cenário profundamente ameaçador, notícias e relatos sobre o emprego de uma série de métodos que passavam por trabalhos forçados, confinamentos em guetos onde proliferavam doenças e fome, fuzilamentos e, por fim, as câmaras de gás, começaram a vir a público. O desespero sufocante da possibilidade de não escapar do destino mortal, acentuava-se. Não bastasse o caos europeu, parte dos judeus que venciam as dificuldades e conseguiam fugir do continente, quando aportavam em terras brasileiras, esbarravam nas rígidas exigências burocráticas para legalizarem suas estadias, como demonstram os casos de Irma Hirschfeld, Albert Hirschfeld e Joseph Zolkowski, que compartilharam o risco da deportação e que culminaram nos atentados contra a própria vida. No lugar onde acreditavam encontrar segurança, continuaram a lidar com a vulnerabilidade da condição de expatriados, insegurança já enfrentada em seus países de origens. Irma e Albert eram alemães e tiraram a própria vida, tentativa que se revelou

frustrada no caso do polonês Joseph. A seguir será analisado o primeiro caso, que guarda uma íntima relação com o segundo.

Irma residia há pouco mais de três meses no Brasil quando faleceu, numa pensão em Copacabana, em 3 de agosto de 1939, por haver ingerido, dois dias antes, setenta comprimidos de substância medicamentosa. Escritora de 38 anos de idade e moradora da cidade de Resende, foi ao Distrito Federal a fim de legalizar sua permanência no país. Durante o tempo que permaneceu na capital, saía pela manhã da hospedagem, empenhada em reunir a documentação requerida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros. No entanto, a empreitada burocrática mostrou-se mais complexa do que ela imaginava. Na fatídica terça-feira de 1º de agosto, a camareira, sem obter resposta da hóspede, chamou o gerente que, ao abrir a porta, encontrou a mulher desfalecida no aposento, tendo ao lado, um frasco vazio de droga soporífera. Levada à Assistência Médica, Irma chegou a recobrar a consciência, mas acabou por falecer.

Nos jornais, noticiou-se o suicídio desde a descoberta do corpo. Enquanto sua saúde inspirava cuidados, os repórteres desdobravam-se nas investigações sobre as circunstâncias da ocorrência, sem que se abordasse, contudo, as motivações, ponto chave para o esclarecimento do drama. Sem deixar nada por escrito, a explicação dependia do seu restabelecimento ou da busca de pistas elucidativas.

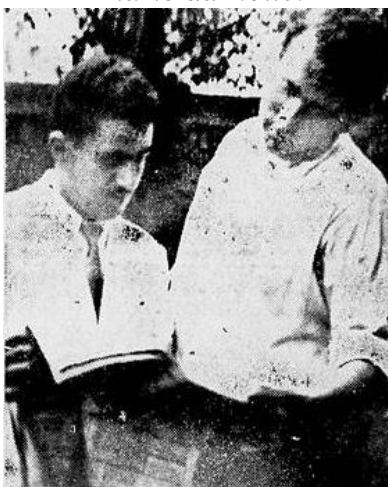
Os repórteres, principalmente os do *Diário da Noite*, folha que dedicou maior espaço ao caso, lançaram-se com afinco na missão e logo na edição das onze horas da manhã do dia seguinte à ocorrência atualizavam as novidades nas páginas do jornal. Uma das notícias referia-se à mudança de endereço da pensão, o que inquieta pela aparente pressa dos alemães em saírem da localidade, deixada inteiramente vazia em tão pouco tempo, rumo a um paradeiro descoberto apenas após inquirições feitas pelos repórteres na vizinhança. A obstinação dos profissionais lhes permitiu surpreender o proprietário quando já se encontrava no novo endereço. Porém, Bruno Muskat nada declarou, enquanto o seu empregado, Henrique Schlesinger (Figura 8), perguntado se a mudança dos imóveis aconteceu por conta do ocorrido com Irma, apenas respondeu que não e justificou-a pelo espaço pequeno da propriedade anterior, o que foi enfatizado no diálogo reproduzido no jornal: “Só por isso...”<sup>219</sup>. Depois da insistência dos repórteres, Henrique, que inclusive conversou com Irma na noite anterior, atribuiu-lhe traços de uma personalidade alegre e sociável, sem demonstrar que enfrentava algum tipo de problema.

---

<sup>219</sup> A alemã continua desacordada. *Diário da Noite*, edição 3713, p. 2, 2 de agosto de 1939.

Ainda segundo seu depoimento, o marido chamava-se Hugo Hirschfeld, com quem Irma vivia em harmonia. A folha atribuiu a Henrique a afirmação de que “(...) ele sempre viveu em harmonia com d. Irma.”<sup>220</sup>, tinha posses, pois era dono de vários terrenos, casas e sítios em Resende, o que lhes assegurava boa condição socioeconômica. Ao final, disse que não sabia explicar as razões do ato, sugerindo que até poderia ter sido um engano a ingestão da alta dosagem do medicamento.

Figura 8: Henrique Schlesinger, empregado da pensão, conversando com o repórter do *Diário da Noite*.



Fonte: A alemã continua desacordada. *Diário da Noite*, edição 3713, p. 1, 2 de agosto de 1939.

Vê-se que as declarações de Henrique amenizavam as tensas circunstâncias que atuaram na atitude radical de Irma, ao mesmo tempo em que indicavam conhecimento significativo sobre a vida pessoal da hóspede. As declarações talvez tivessem a intenção de minimizar o ocorrido, acobertar detalhes que poderiam aumentar o rebuliço junto à opinião pública ou que, de alguma forma, afetasse a vida da família de Irma ou do dono da pensão. Ainda naquele dia, em nova edição do jornal, informou-se que a motivação de Irma foi o medo de ser deportada. O fato veio a público quando ela recobrou os sentidos no hospital.

A narrativa jornalística destacava que, para permanecer no país, ela precisaria legalizar sua condição e o temor de ver seu pedido negado abateu-a profundamente, a ponto de haver decidido tirar a própria vida. O caso ganhou contornos dramáticos quando se soube que ela era judia e que estaria oficialmente divorciada de seu marido, em função das leis antissemitas instauradas na Alemanha em 1935. Testemunha e vítima da

---

<sup>220</sup> *Ibidem*.

progressiva segregação dos judeus, Irma carregaria consigo as marcas das violências sofridas no país de nascimento e que lhe remeteria às lembranças familiares. A chegada ao Brasil simbolizaria, nessa construção narrativa, a tentativa de recomeço e, não por acaso, logo se propôs a escrever um livro sobre a Amazônia, para onde planejava viajar e realizar trabalho de campo. Reconhecida como escritora de prestígio no cenário europeu, segundo afirmava o jornal, estaria clara sua intenção de inserir-se profissionalmente e retomar a experiência pregressa. É possível que tivesse a expectativa de estabelecer contatos com o mundo letrado brasileiro e a escolha da região norte parecia indicar o gosto pela aventura, já que se tratava de região ainda de difícil acesso.

Em meio à instabilidade própria do recomeço, sempre segundo o discurso do jornal, ela buscou ajuda de um advogado para auxiliá-la no processo de regularização dos papéis. Porém, os obstáculos a vencer não eram poucos, como o jornal noticiou, reproduzindo as palavras do advogado, que informou sobre seu estado civil:

Com as recentes leis que regulam o estabelecimento de estrangeiros no Brasil, Irma tratou de regularizar a sua situação. Dirigiu-se a um advogado a fim de tratar dos papéis para o registro. Sendo divorciada, sozinha, não podia permanecer no país. Disse-lhe isso o advogado. A polonesa compreendeu logo que seria deportada. Pensou no suicídio. Seria melhor a morte do que o regresso ao inferno europeu – pensava a infeliz.<sup>221</sup>

O trecho referia-se ao Decreto-lei nº 3.010, de 20 agosto de 1938, que normatizou o controle de estrangeiros no país via Serviço de Registro de Estrangeiros, inaugurado em abril de 1939 e que aumentou a fiscalização sobre os imigrantes, inclusive com a ajuda das polícias locais. Instrumental orquestrado por Francisco Luís da Silva Campos, Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores entre 1937 e 1942, distinguia-se pela pouca simpatia em relação à entrada de estrangeiros no país. A legislação tendeu a ser cada vez mais detalhada, com um primeiro momento entre 1915 e 1932, no qual foram promulgadas seis leis a respeito da questão; de 1933 a 1937, com outras seis; e, finalmente, o biênio de 1938 e 1939, quando mais de vinte normativas regraram a entrada e permanência no país de imigrantes.<sup>222</sup> O tema ganhou especial atenção durante o primeiro governo Vargas, marcado pelo endurecimento nas leis para a entrada de indivíduos não afeitos ao trabalho agrícola. Os judeus, nessa perspectiva, vistos nas políticas imigratórias brasileiras como elementos indesejáveis desde pelo menos o final

<sup>221</sup> Melhor a morte do que a vida na Europa!. *Diário da Noite*, edição 3713, p. 2, 2 de agosto de 1939.

<sup>222</sup> KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: O ministério da justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 158.

do século XIX, eram tidos por inassimiláveis. O estereótipo racista identificava o judeu enquanto residente nas cidades e exercendo ofícios ligados às atividades financeiras e especulativas. Um ano antes de Irma aportar em território brasileiro, entraram em vigência códigos mais rigorosos e aplicados com maior efetividade.

Em face deste quadro, infelizmente os esforços teriam sido em vão e as notícias sugerem que ela não tivesse contado com a boa vontade do advogado e das autoridades para resolver os trâmites da legalização. As circulares secretas atestavam que a mudança de uma categoria para outra (de temporário para permanente) aconteceria apenas se fosse previamente planejada quando da chegada ao Brasil. A decisão, tomada internamente no Itamaraty era informada aos cônsules, mas é difícil saber se ela sabia do procedimento.

Por outro lado, não deixa de ser estranha a resposta simplista fornecida pelo advogado, que justificou a recusa da solicitação pelo fato dela ser divorciada. Ao ter sua estadia no Brasil ameaçada, com base em premissa que sequer existia na legislação vigente, fica patente a falta de critério para a recusa, o que coloca em questão o próprio advogado que, pelo menos em tese, deveria ajudá-la. Sabe-se que os parâmetros na seleção dos imigrantes aptos a obterem o visto de permanência não seguiam fielmente os critérios legais que regulavam o assunto, e os motivos para a negativa nem sempre também eram revelados para os solicitantes.<sup>223</sup> Noutros termos, as normatizações produzidas pelos órgãos imigratórios, como do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), e o conhecimento dos advogados, que mediavam a interpretação do *modus operandi* dos códigos, poderia resultar em orientações duvidosas, fruto da circulação de interpretações particulares das normas, que acabavam por barrar indivíduos a partir de critérios pouco transparentes. Prevalencia a (in)disposição das autoridades em conceder o visto, ainda mais para certos grupos, como era o caso dos judeus.

No dia seguinte à morte de Irma,<sup>224</sup> os jornais continuaram a dar novos detalhes do caso e, justamente nesse momento, trouxeram novamente à baila a declaração do advogado Pereira Franco, em entrevista concedida ao repórter do *Diário da Noite*. Ele descreveu o segundo encontro que teve com Irma, no final do mês de julho e, desta feita, mudou a versão para a negativa do visto, agora sob o argumento de Irma não possuir

---

<sup>223</sup> SCHPUN, 2011, p. 79.

<sup>224</sup> No atestado de óbito, expedido em 4 de agosto de 1939, consta que Irma faleceu no dia anterior, às oito e meia da manhã na casa de Saúde Arnaldo de Moraes, sob agravante de pneumonia consequente do efeito da substância tóxica, a qual seria ainda determinada com exatidão por posterior exame toxicológico. Milton Sallles. Registros civis, 5ª circunscrição, óbitos L. 129-136, *Corregedor Geral da Justicia* 1938-1940, p. 76, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Database *FamilySearch*.

nenhum documento, fosse passaporte e/ou qualquer cédula de identidade. Note-se que a justificativa reforçava o caráter clandestino imputado pelo jornal à Irma, ao que se somava informes contraditórios sobre sua nacionalidade. Segundo o advogado, no encontro seguinte que teve com Irma, ela teria dito que era polonesa e não alemã, como dissera anteriormente. Prevaleceu, então, o tom de reprova contra a solicitante, o que fazia recair sobre ela – e não nas autoridades locais – a culpa pela negativa da sua demanda:

Essa segunda visita de Irma ao escritório do advogado Pereira Franco revestiu-se de cores impressionantes. O encarregado de tratar dos papéis para o registro não estava presente. Irma teria de esperá-lo. Estava, porém, extremamente nervosa. Em certo momento, dirigindo-se ao advogado Pereira Franco, exclamou:

- Doutor, eu não quero voltar para a Europa! Aquilo é um inferno! Lá só se trata de guerra e perseguições! Eu preciso ficar no Brasil!

O advogado, após relatar-nos a cena patética, conclui:

- Depois, sem mesmo esperar a chegada do meu auxiliar, que deveria atendê-la, Irma retirou-se para não mais voltar. Passados alguns dias li no *Diário da Noite* a notícia do suicídio. E isto é só o que sei.<sup>225</sup>

Mediante o entrave, Irma, tomada por forte desespero, disse que não voltaria à Europa devido ao acirrado clima da iminente conflagração da guerra e das ameaçadoras perseguições correntes. A mera projeção do suposto retorno, a fazia reviver o tormento que pensara ter se livrado ao pisar no Brasil. O nervosismo deixava-a impaciente e não passou despercebido pelo causídico. Ela tentava solucionar o problema pelas vias legais e a negativa minou suas energias.

Ainda assim, sem reconhecer a dimensão da gravidade do episódio, como indicado no trecho, o jornal considerou patética sua reação ao saber da negativa, postura cuja indiferença salta os olhos, uma vez que, logo em seguida, ela pôs termo a sua própria vida. A tônica despreocupada da mensagem, como se dissolvesse a tragédia na rotina do escritório do advogado, deslegitimava a sensação de impotência de Irma frente ao que aguardava no outro lado do oceano. Em 30 de janeiro de 1939, enquanto as ocupações militares alemãs seguiam a todo vapor, prestes a anexar os últimos territórios antes da guerra efetivamente começar, como a Tchecoslováquia, Hitler discursava em Berlim e assinalava que se um confronto viesse a se concretizar, a aniquilação total dos judeus da Europa seria um dos desfechos esperados.<sup>226</sup> Simbólicas da tenacidade do poder nazista

<sup>225</sup> Não tinha passaporte, nem outros documentos de identidade! *Diário da Noite*, edição 03715, p. 4, 4 de agosto de 1939.

<sup>226</sup> Na data, Hitler afirmou: “*Today I will once more be a prophet: if the international Jewish financiers in and outside Europe should succeed in plunging the nations once more into a world war, then the result will not be the bolshevization of the earth, and thus the victory of Jewry, but the annihilation of the Jewish race*”

em lidar com a questão judaica de maneira radical, as palavras do *führer* soavam como prognóstico de uma realidade que vinha se desenhando desde 1933. Para Irma, o Brasil representava o lugar de salvação, uma vez que o inferno citado estava a ponto de engolir a Europa e as perspectivas de escapar novamente de lá, caso fosse deportada, seriam mínimas. Situação complexa que, no *Diário da Noite*, foi apresentada como conduta temperamental e descontrole emocional. Entretanto, em outra reportagem saída no mesmo dia, o diário enfatizou a comoção de sua morte, resultado do contexto de extrema violência da guerra prestes a começar. Na chamada da notícia, além da referência à condição de judia, o marido era apresentado como nazista:

Irma Hirschfeld é uma dessas milhões de vítimas das guerras que não são computadas nas estatísticas das grandes carnificinas e também das novas concepções que desconhecem o indivíduo em si para só ver os interesses particulares de um país obrigado a defender-se dos estrangeiros perniciosos. O seu sentimento patriótico e fanatismo político do seu marido, trouxeram para o lar toda a tragédia que desvaira a Europa e acirra o ódio entre alemães e poloneses, bons vizinhos até há pouco tempo. (...) Quando soube que seria deportada, preferiu morrer, como declarou na prisão. Vítima da guerra antes de começar. (...) Daí o gesto tresloucado.<sup>227</sup>

Vale ressaltar a estratégia narrativa do jornal em explicar o suicídio de Irma a partir da generalização da ruína fatal que as guerras são capazes de trazer, mesmo antes de se iniciarem, e por trás delas, na época em questão, movidas pelos interesses particulares das nações em manter longe os estrangeiros, condição interpretada como inevitável. Inserido neste quadro excludente, conturbado por engajamentos políticos extremistas, o jornal não só faz recair sobre o casal a responsabilidade por deixarem-se levar pelas rivalidades externas impulsionadas pelo ódio, como também ignorou o peso do antissemitismo a impulsionar o medo de Irma e a óbvia relação entre as dificuldades de legalização de estadia no Brasil como a motivação do suicídio, resultado das leis migratórias restritivas adotadas pelo país. A matéria esquivava-se ao elencar argumentos que não comprometessem a imagem dos órgãos migratórios brasileiros, à medida que a contextualização do problema de Irma localizava-se para fora das fronteiras nacionais. Note-se, ainda, a informação um tanto deslocada, ou talvez errônea, de que Irma estava na prisão. Nenhum outro jornal chegou a reportar o dado, o que não permite maiores

---

*in Europe.*”. BAYNES, Norman H. *The speeches of Adolf Hitler*, April 1922 – August 1939, vol. I. Londres, 1942, p. 741.

<sup>227</sup> Preferiu morrer a voltar para a Europa. *Diário da Noite*, edição 03715, p. 8, 4 de agosto de 1939.

deduções. Já referente à orientação política de seu marido, esta teve maior repercussão nas publicações.

Encabeçada pelo paratexto no título “(...) casada com um alemão nazista (...)” a notícia revelava que Hugo seria partidário do nacional-socialismo, o que teria causado o rompimento com a esposa, agora tida como dotada de senso patriótico, ainda que sua condição de judia não seja mencionada. Ao limitar-se a esse aspecto, o discurso faz crer que foi a dissolução do casamento (e não a perseguição aos judeus) o móvel de sua vinda e possível posterior expulsão do Brasil, “(...) dada sua situação de mulher sem lar (...)”, como alude o jornal. Saem de cena as motivações de ordens segregacionista do regime nazista na Alemanha e o rigor das leis brasileiras concernentes à entrada de imigrantes. Denotou-se, por assim dizer, o fardo do estigma social feminino da perda do vínculo matrimonial como decisivo na avaliação para deportá-la. Sem pertencer a um lar, ser mulher e, ainda, judia, imigrante clandestina e divorciada, não por acaso, haveria motivos para chamar o gesto suicida de Irma de “tresloucado”.

Contudo, se o marido de Irma também estava no Brasil, surge a pergunta: como se pode explicar a ausência de Hugo nas reportagens? Nesse ponto reside um dos mistérios do caso. Uma hipótese é que ele preferiu manter-se longe do assédio da imprensa, em vista do risco que a exposição pública poderia lhe trazer. Tido por nazista ou não,<sup>228</sup> preferiu a discrição diante da repercussão do suicídio da esposa, ao passo que, por ser alemão e supostamente adepto das ideias de Hitler, bem provavelmente teria, no mínimo, alguma vigilância policial no seu encalço. Isso é o que se pode imaginar se o leitor se fiasse apenas nos jornais. Resta inexplicável a postura dos repórteres, afinal, por que não foram interrogar o marido? Tão hábeis em encontrar o dono da pensão, não seriam capazes de achar Hugo em Resende, ainda mais sabendo que era proprietário de terras na cidade? Se o próprio funcionário da pensão afirmava que eram casados, como o dado some das páginas dos jornais quando a questão do divórcio entra em cena? Muitas perguntas, poucas respostas.

É intrigante observar que, quando o cadáver de Irma foi levado para o necrotério do Instituto Médico Legal (IML), nenhum indivíduo do sexo masculino tratou dos funerais, uma mulher, não identificada nos jornais, se encarregou de pagar pelo sepultamento no cemitério São João Batista, onde o enterro realizou-se sem a presença de nenhum conhecido da finada. Circunstâncias enigmáticas que fornecem indícios do

---

<sup>228</sup> No *Jornal do Brasil*, afirmava-se de maneira vaga que Hugo era semita ao invés de nazista. O fim de uma senhora expatriada. *Jornal do Brasil*, edição 183, p. 10, 5 de agosto de 1939 p.10.

receio de associação com o ocorrido. Na imprensa, o desfecho das notícias do suicídio deu-se com a foto do cadáver, como que se os pontos obscuros e mal resolvidos da impressão da imagem remetessem para os aspectos não resolvidos do caso.

Figura 9: Cadáver de Irma Hirschfeld no Instituto Médico Legal (IML)



Fonte: O mistério da escritora polonesa. *Diário da Noite*, edição 03716, p. 7, 5 de agosto de 1939.

Contudo, a curiosidade dos leitores era alimentada pelos jornais, não raro também com a publicação de informações contraditórias, sem indicar as fontes. Os argumentos do advogado, Pereira Franco, ao desmentir o suposto impedimento de proceder à legalização de sua estadia, o divórcio de Irma, a identificação do seu marido como nazista ou semita, a clandestinidade e a nacionalidade dela, e a condição socioeconômica do casal, apontam para contradições identificadas tanto internamente nas narrativas jornalísticas como no confronto com outras fontes. De fato, os dados dos jornais precisam ser contrapostos a outros documentos, a exemplo de fichas consulares, atestados de óbito e certidões de casamento, e não apenas nesse caso, mas em vários outros, o que permite evidenciar o processo de seleção e divulgação de certas informações em detrimento de outras. O que parece assente é a causa do suicídio de Irma: o medo da deportação.

Nesse contexto, ela enfrentou uma série de exigências burocráticas, não com o objetivo de legalizar sua estadia, como divulgado no jornal, mas sim para prorrogá-la, tal como revela a ficha consular (Figura 10). Os jornais a tratavam como clandestina, circunstância que, além de elevar a dramaticidade do episódio, deslegitimava, em certo grau, a reivindicação da imigrante, apresentada como ilegal. Em nenhum momento houve questionamento quanto às leis imigratórias, pelo contrário, o discurso dos jornais insistia em responsabilizar Irma pela situação na qual se encontrava. Na ficha consular, documento obrigatório a ser apresentado às autoridades policiais, imigratórias e sanitárias no momento do desembarque em solo brasileiro, Irma foi admitida com visto temporário

de turista, datado de 7 de março de 1939 e expedido no consulado brasileiro da cidade portuária de Antuérpia, Bélgica. A partir da data do desembarque no Rio de Janeiro, 16 de abril de 1939, Irma tinha o prazo de seis meses para deixar o território nacional. Assim, pouco mais de dois meses de expirar o visto, em 16 de outubro, apreensiva com o destino incerto e prevendo as dificuldades que encontraria para transformar o caráter temporário da concessão em permanente, decidiu tentar regularizar a situação, munida da ajuda do advogado.

Figura 10: Ficha consular de Irma Hirschfeld emitida pelo consulado-geral do Brasil em Antuérpia, 1939

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
 FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO  
 MODELO 84-189

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino.

Nome por extenso: **IRMA HIRSCHFELD**  
 Admitido em território nacional em caráter: **TEMPORÁRIO**  
 Nos termos do art. 51, letra \_\_\_\_\_ do dec. n. 3010 de 1938  
 Lugar e data de nascimento: **Schenberg, 14 de 2 1898**  
 Nacionalidade: **Alema** Estado civil: **casada**  
 Filiação (nome do Pai e da Mãe): **Adolf Joel e Herta Ghirki**  
 Digo: **Cecilie Zollner** Profissão: \_\_\_\_\_  
 Residência no país de origem: **Berlin**

FILHOS MENORES DE 18 ANOS: \_\_\_\_\_

Passaporte n. **7533** expedido pelas autoridades de **Berlin** na data **29/12/1938**  
 Visto sob n. **299**

Consulado: **Geral** do Brasil em **Antuérpia** de **7** de **Março** de **1939**  
 O CONSUL: **Geral**

Observações: \_\_\_\_\_  
 Data do desembarque: **16-4-1939** Embarcação: **"GENERAL DSGRI O"**  
 Permanência em território nacional até: **16-10-1939**  
 Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades de \_\_\_\_\_ registro n. \_\_\_\_\_  
 Foi residir a: **Hotel Atlântico**  
 Vai trabalhar: \_\_\_\_\_  
 Pretende deixar o Brasil pelo porto de: \_\_\_\_\_  
 Observações: \_\_\_\_\_

Fonte: Ficha consular de Irma Hirschfeld. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=irma%20&q.surname=hirschfeld>. Acessado em 15 de julho de 2023.

Nos jornais, a separação do marido recebeu destaque, uma vez que essa teria sido a causa da sua vinda para o Brasil, entendida como passagem crítica de sua trajetória. O duro golpe sofrido, efeito direto do processo de arianização da sociedade alemã, que se acelerava com a institucionalização das violências infligidas contra as raças ditas inferiores, nesse caso, pela promulgação da Lei de Proteção do Sangue e da Honra,<sup>229</sup> lhe retiraram o direito formal da convivência familiar em solo alemão. Falta afetiva insuportável para Irma tentar coexistir em meio ao esfacelamento da vida familiar, veio para o Brasil, segundo a narrativa dramática tecida pela imprensa.

Entretanto, na ficha consular, Irma figurava como casada, estado civil divergente do afirmado pelo advogado. O caso se complica ainda mais quando ele afirma que ela teria confessado ser polonesa, o que levanta dúvidas quanto à veracidade da ficha

<sup>229</sup> Nos termos da lei, proibiam-se casamentos mistos entre arianos e judeus a fim de se evitar a considerada poluição racial (*Rassenschande*). A categorização das pessoas levava-as obrigatoriamente a terem que comprovar, por meio de uma série de documentos pessoais, a ausência de sangue judeu na família para contraírem o matrimônio.

consular, pela possibilidade de conter informação imprecisa, cabendo questionar por quais razões ela agiria dessa forma e que documentos teria apresentado ao consulado para que o mesmo expedisse documento confirmando-a como alemã. A premissa do advogado parece improvável, pois a ficha consular informa que Irma obteve o passaporte de nº 7.533, na cidade de Berlim, em 29 de dezembro de 1938, ou seja, ela desembarcou em território nacional munida do documento obrigatório para sua entrada, como fixava o Decreto nº 3.010 de 20 de agosto de 1938.<sup>230</sup> A alegada ausência de documento é pouco convincente, pois se assim fosse ela não teria podido desembarcar. Afinal, como alguém, na circunstância em que ela estava, não teria nenhum documento? Foram perdidos? Como o infortúnio veio a acontecer? Se houvesse alguma justificativa, caberia à própria Irma esclarecer. Parece pouco provável que alguém, sem nenhum documento, entrasse com solicitação de mudança do visto.

De outro modo, ela não estava sozinha, como o advogado afirmara, o que, cabe lembrar ainda uma vez, não se coadunava com as informações precisas do empregado da pensão. Abaixo, pode-se observar a ficha consular de seu marido que, curiosamente, também trouxe a assinatura de sua mulher ao lado da sua.

Figura 11: Ficha consular de Hugo Hirschfeld emitida pelo consulado-geral do Brasil em Antuérpia, 1939

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso: **HUGO HIRSCHFELD**

Admitido em território nacional em caráter: **TEMPORARIO**

Nos termos do art. 31, letra **B**, do dec. n.º **3010**, de 1938

Lugar e data de nascimento: **Gartz, 6 / 4 / 1897**

Nacionalidade: **Alemã** Estado civil: **casado**

Filiação (nome do Pai e da Mãe): **Albert Hirschfeld e (Irma Ird)**

Irma Isaac Profissão: **Banqueiro**

Residência no país de origem: **Berlim**

IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n.º **7532** expedido pelas autoridades de **Berlim** visado sob n.º **298** na data **29/12/38**

Assinatura do portador: *Hugo Hirschfeld geb. Feil*

Consulado Geral do Brasil em **Antuérpia** 7 de **Março** de 1939 O CONSUL. Geral

OBSERVAÇÃO—As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque: **16-4-1939** Embarcação: **"GENERAL OSORIO"**

Permanência em território nacional até: **16-10-1939**

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d. registro n.º **457.505**

Foi residir a: **Hotel Atlântico**

Vai trabalhar

Pretende deixar o Brasil pelo porto de:

OBSERVAÇÕES

Fonte: Ficha consular de Hugo Hirschfeld. *Database Familysearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givnName=hugo&q.surname=hirschfeld>. Acessado em 13 de julho de 2023.

Com datas de desembarque idênticas, 18 de abril de 1939, e de residência, Hotel Atlântico, Hugo e Irma viajaram e se hospedaram juntos. As obtenções dos documentos também se deram no consulado-geral brasileiro de Antuérpia para ambos, o que prova o

<sup>230</sup> O art. 93 do Decreto-Lei nº 3010 de 20 de agosto de 1938, obrigava que: “Nenhum estrangeiro poderá desembarcar sem que o seu passaporte tenha recebido o visto das autoridades policiais e imigratórias em serviço a bordo.”

esforço de não se separarem. Residentes em Berlim, distantes, portanto, da cidade de Antuérpia, tinham condições financeiras para se deslocar até a Bélgica para obter o visto e fazer a travessia do Atlântico, pois Hugo se apresentava como banqueiro. Já no Brasil, segundo dados dos jornais, Hugo tinha diversas propriedades em Resende, o que levanta outra hipótese a ser investigada. Em vista da data de desembarque e fixação no país, iniciada em abril de 1939, há de se considerar o pequeno lapso de tempo para tornar-se proprietário de grandes quantidades de terras. Dificuldade facilmente vencida se ele estivesse envolvido em algum tipo de negócio prévio a sua chegada.

Pode ser mera coincidência, mas é intrigante o fato de ter havido tentativa de implantação de projeto de colonização judaica coordenado pela *Jewish Colonization Association* (ICA), entre 1935 e 1939, exatamente na cidade de Resende.<sup>231</sup> É certo que o empreendimento facilitaria o estabelecimento de imigrantes na cidade e, naquele momento, 1939, não haveria como saber que ele não vingaria. A situação sugere que o casal não deve ter escolhido fixar residência em Resende por acaso, estaria Hugo envolvido no projeto? Distanto pouco menos de 190 km da capital do Rio de Janeiro, a cidade exibia ritmo de vida pacato, com 37.907 habitantes em 1937,<sup>232</sup> em que pesasse sua posição geográfica assentada na linha de ferro que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro. A cidade, por certo, tinha ritmo bem diverso da atmosfera respirada na capital brasileira e mais ainda distante estava de Berlim, antigo lugar de residência do casal. A mudança radical, do coração da Alemanha, onde em outras épocas concentrava uma infinidade de atividades técnico-científicas e culturais, palco efervescente das transformações cosmopolitas da modernidade, para o interior fluminense, implicava em adaptação drástica numa paisagem urbana afastada da agitação dos grandes centros. Ao que parece, houve um motivo, para além das posses do marido, na escolha desta cidade em particular. Teria sido o projeto de colonização? Outra pergunta sem resposta.

Nessa perspectiva, a figura de Hugo pode ser chave para se compreender as informações desencontradas. A separação teria se dado no Brasil e em apenas alguns meses? É curioso que o atestado de óbito informe que ela trabalhou como empregada doméstica, o que contradiz o empregado da pensão e o advogado. Ademais, quem foi a

---

<sup>231</sup> A ideia era atrair os refugiados judeus alemães à cidade de Resende, onde o povoamento seria voltado ao desenvolvimento de um modelo de trabalho agrícola autônomo. No entanto, o programa fracassou. Ver: MILGRAM, Avraham. Resende e outras tentativas de colonização agrícola a refugiados judeus no Brasil (1936-1939). *Judaica latinoamericana II, estudos histórico-sociais*. Asociación Israelí de Investigadores del judaísmo latinoamericano, Jerusalén, 1993, p. 57-69.

<sup>232</sup> Anuário estatístico do Brasil de 1938. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística. Ano IV, Rio de Janeiro, s/d, p. 131.

misteriosa mulher que forneceu a informação às autoridades brasileiras? Ela teria mentido ou houve dificuldades de comunicação e a situação de “do lar ou doméstica”, como era então praxe para se referir a mulheres casadas que não trabalhavam, tenha-se entendido empregada doméstica, o que é muito diverso. E mais: fica a dúvida das razões de Hugo, que entrou no país junto com ela, não se preocupou em resolver a sua situação, já que também tinha visto temporário.

O que se pode apurar foi que, depois de pouco mais de um ano da morte de Irma, Hugo, então viúvo, casou-se novamente.<sup>233</sup> No dia 14 de setembro de 1940, na cidade de Resende, celebraram-se as núpcias com Anna Leminsky, filha de Simon Flaton e Bertha Flaton, 54 anos de idade, doméstica, também alemã e viúva, casada anteriormente com Walter Leminsky, falecido na cidade de Bad Homburg na Alemanha, em 1926. A união atesta que continuou a viver no país, pelo menos durante os anos da guerra. Ao que tudo indica, as afinidades com Anna – a nacionalidade, a faixa etária e a viuvez – contribuíram para o laço afetivo entre os dois. Distantes da terra natal, as relações com os compatriotas permitiam-lhes nutrir as memórias da cultura germânica, salutar artifício para ressignificar a dor em meio a tantas intempéries entremeadas na condição de refugiados. Estas, no entanto, não cessariam ali para Hugo. Na última linha do atestado de óbito de Irma, registrava-se que a finada não deixou bens, mas um filho menor, fruto do casamento com Hugo, outro dado nunca mencionado nos jornais.

Ao longo da pesquisa, verificou-se, de maneira surpreendente, que o filho de Hugo e Irma também fez parte da listagem de casos dos suicídios. Seu nome, que não fora identificado na certidão de morte da mãe, era Albert Hirschfeld. Graças ao cruzamento dos dados obtidos nas fichas consulares, concluiu-se que o nome do filho era homônimo do pai de Hugo, também Albert Hirschfeld, próximo caso a ser estudado na sequência do capítulo, acrescentado o de Joseph Zolkowski.

Nunca mencionado nas reportagens que noticiaram o suicídio de sua mãe, Albert Hirschfeld, alemão, 19 anos de idade, manteve-se em completo anonimato nas páginas dos impressos durante a repercussão do episódio. Mesmo com o afincado investigativo dos repórteres em desvelar a tortuosa trajetória de Irma, em nenhum momento o filho apareceu nas narrativas do caso. Fosse pela intenção das testemunhas de acobertar ou por simplesmente desconhecerem sua existência, é certo que, ao final, ele se preservou do assédio da imprensa, à semelhança do pai, e em que pese a identidade do último haver

---

<sup>233</sup> Certidão de casamento de Hugo Hirschfeld,, Corregedor Geral da Justiça, Rio de Janeiro, 1933-1941, Arquivo Nacional, *Database Familysearch*, Rio de Janeiro, p. 159-160.

sido revelada, não se conta com depoimento de nenhum deles sobre o ocorrido. Há de se lembrar, ainda, da estranha circunstância relativa à presença de apenas algumas mulheres no sepultamento de Irma, no qual os dois também estiveram ausentes, segundo afirmação da imprensa, como se o impacto gerado na opinião pública tivesse pesado na decisão de não darem o último adeus à falecida, talvez por temerem inquirições de jornalistas.

Não se pode esquecer que eles tinham apenas o visto temporário, o que comprometia sua permanência no Brasil e que explicaria a decisão de ficarem à margem do olhar do público, num contexto em que os aparatos burocráticos nacionais, a partir de 1938, afinavam o controle sobre a entrada de estrangeiros e a fiscalização sobre quem já se encontrava em solo nacional. A polícia incumbia-se de descobrir e fornecerem os endereços dos indivíduos em situação ilegal aos órgãos fiscalizadores, como a Comissão de Permanência de Estrangeiros, dirigida pelo promotor de Justiça e secretário do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ernani Reis, a fim de que cobrassem a regularização de suas permanências no país.<sup>234</sup>

A imprensa, por sua vez, também atuou como instrumento de vigilância. Ao reproduzirem as listas de estrangeiros irregulares no país, organizadas pela comissão e publicadas inicialmente no *Diário Oficial*, os jornais alertavam os leitores sobre a questão, a exemplo do que se sucedeu com Albert, que teve seu nome e a determinação de, em trinta dias, procurar as autoridades, prova de que ele continuou no Brasil de maneira clandestina após a morte da mãe. Não bastassem os percalços de sua condição irregular e o processo de luto, assistiu ao novo casamento do pai e, caso prestasse atenção à situação europeia, certamente ficaria inquieto com as sucessivas vitórias do exército alemão. Não é possível saber quando deixou Resende e se instalou na cidade do Rio de Janeiro, mas o certo é que se suicidou na capital num momento em que seu pai já havia falecido.

Em 15 de março de 1942, Albert foi encontrado desacordado no quarto de sua casa, em função da ingestão de grande quantidade de substâncias soporíferas, vindo a falecer após dois dias no hospital. A semelhança com o roteiro seguido pela mãe, o método e o lugar do óbito chamam a atenção, uma vez que é evidente que se tratou de ato planejado. É possível que Albert soubesse dos detalhes do suicídio de Irma e, talvez para certificar-se de que teria êxito, valeu-se dos mesmos tipos de medicamentos ingeridos pela progenitora, em doses maiores, estratégia que, ainda uma vez, não apresentou a

---

<sup>234</sup> KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 110.

eficácia desejada. Sob o aspecto psicológico, pode-se supor que a imitação do ato, talvez, apontasse para lembranças dolorosas do jovem pela perda da mãe, em agosto de 1939, seguida do casamento do pai, em setembro do ano de 1940, e do seu falecimento, que ocorreu antes de março de 1942.<sup>235</sup>

O suicídio de Albert, no entanto, foi noticiado, mas sem que fossem feitas relações com o que já ocorrera com sua mãe, exceção feita ao *Correio da Manhã* que de forma breve referiu-se ao tema.<sup>236</sup> A nota incluída na seção “Desiludidos da vida”, em meio a tantos outros casos, informava que, sem citar nomes e datas, a mãe se suicidara e que o pai, pouco depois, falecera por insuficiência cardíaca, sem que se fizesse relação entre a orfandade e o ato consumado, recaindo a ênfase nas privações materiais que passou no Brasil. A narrativa destacava a vinda da Alemanha e a perseguição sofrida. Albert foi apresentado como vítima da política nazista, que confiscou os bens da família, o que, aliás, fora apontado como motivo para o suicídio da mãe. Sem aludir à tentativa frustrada de Irma regularizar sua situação, tão presente nos jornais que noticiaram o fato na época, desta feita o tema saiu completamente de cena. Para o leitor do caso de Albert, a causa da morte voluntária da mãe residia na baixa condição socioeconômica imposta pelo *Reich*.

A tônica da narrativa no *Correio da Manhã* foi seguida pelos outros jornais, a exemplo de *O Jornal*, que não se referiu ao destino da mãe, limitando-se a lamentar que as circunstâncias favoráveis oferecidas pelo Brasil não teriam sido suficientes para demovê-lo da decisão de tirar a própria vida, postura que colaborava para reforçar a imagem otimista do país, em contraposição ao nazismo:

Judeu alemão, o jovem viu-se envolvido pelas garras da intolerância nazista. Humilhações, perseguições, e, por fim, todos os seus bens e de sua família rolaram para as mãos famintas de seus perseguidores. Aqui, o enlevo da terra jovem não conseguiu lhe arrancar do pensamento as sombrias imagens que o sobressaltavam. E o jovem refugiado resolveu acabar com aquilo logo de uma vez, pondo fim à vida.<sup>237</sup>

---

<sup>235</sup> Do ponto de vista da Psicanálise, como ressalta Roosevelt Moises Smeke Cassorla, as motivações do suicídio, ao se revestirem por camadas do inconsciente, não permite que o indivíduo, por vezes, saiba do que realmente se trata o mal-estar sentido que o leva a cometê-lo. Isso pode acontecer em processos de lutos que se prolongam e se desdobram em vicissitudes depressivas graves, capazes de potencializarem as fantasias que justificam a ação autodestrutiva. No caso de Albert, por exemplo, se observássemos a repetição do método utilizado pela mãe, pelo qual ele escolheu para se matar, através dessa ótica interpretativa, poder-se-ia entendê-lo como uma forma de tentar se reaproximar da progenitora. CASSORLA, Roosevelt S. M. . *Suicídio: fatores inconscientes e aspectos socioculturais*. São Paulo: Blucher, 2017, p. 54.

<sup>236</sup> Desiludidos da vida. *Correio da Manhã*, ed.14530, p. 3, 17 de março de 1942.

<sup>237</sup> O drama de um refugiado do *Reich*, tentou matar-se, ingerindo um entorpecente. *O Jornal*, ed. 6985, p.6, 17 de março de 1942.

O silêncio em relação à situação familiar deu margem a uma série de outras causas acerca dos traumas vivenciados no continente europeu, como exemplificado no trecho acima. Destacada sua nacionalidade e a condição de judeu, a referência às humilhações e perseguições sofridas em território alemão figuravam como causas explicativas. Já para o *Jornal do Brasil*, às dificuldades financeiras foram acrescentadas as saudades da pátria, enquanto *A Noite* apontou apenas as perseguições sofridas no país natal como móvel do suicídio de Albert.

Foi no *Diário da Noite*, por seu turno, que o caso mereceu maior repercussão. De início, a folha atribuiu o suicídio à questões políticas, tese justificada por ter sido encontrada, em meio aos escritos e documentos deixados pelo suicida, uma foto de corpo inteiro do rei Jorge V da Inglaterra, embrulhada em papel de seda, o que, segundo a notícia, corroborava o posicionamento contrário de Albert à ideologia nazista.<sup>238</sup>

Junto à foto, cartas em alemão explicavam as razões do seu ato. Havia uma destinada às autoridades, outra endereçada ao amigo Ernesto, para quem destinou seus bens, e a terceira para a família Hutter, traduzida e publicada parcialmente no *Diário da Noite*, na qual o jovem salientava que, cercado pela dura conjuntura de sofrimentos e adversidades, a consumação de sua morte era uma forma de buscar a paz em outra vida. O peso dos acontecimentos na Alemanha foi claramente expresso:

Eu me despeço de livre vontade desta vida pois não vejo outra saída. Sempre tive em volta de mim luto, miséria, fuga e perseguição. Espero ter finalmente, lá para onde vou, um lugar onde possa viver em paz. (...) Vejo claro que perdi minha pátria por Hitler. Sou judeu. E com isto, perdi o meu ideal, o único conteúdo da vida que tive. Deixo sem remorsos este vale de lágrimas.  
(...) Não comunique nada a ninguém. Você tem que receber tudo que é meu. Você conhece parcialmente os motivos por que fujo a vida.<sup>239</sup>

---

<sup>238</sup> Cabe lembrar que o monarca ocupou o trono entre 1911 e 1936 e renomeou em 1917 a Casa Real a que pertencia, *Saxe-Coburgo-Gota*, para *Windsor*, distanciando-se da Alemanha. A mudança ocorreu em resposta às desconfianças surgidas publicamente sobre a linhagem parental alemã da família, que remontava ao ducado localizado no atual Estado da Turíngia, na Alemanha, famoso por estabelecer diversas relações matrimoniais com as dinastias europeias desde, pelo menos, o século XVIII, como a inglesa. Manobra política que fortaleceu as correntes nacionais anti-germânicas, Jorge V, destituiu os membros da corte de títulos alemães, o que se articulava ao contexto da Primeira Guerra Mundial. Considerado um rei que destoava do perfil carismático e intelectual, a exemplo de quem seu pai era, Eduardo VII,<sup>238</sup> o fato de Jorge V haver conduzido o Reino Unido com relativa habilidade num período repleto de crises espalhadas em curto espaço de tempo, como na citada fundação estratégica da Casa Real *Windsor*, concedeu-lhe certo prestígio no palco das monarquias europeias modernas. RIDLEY, Jane. *George V: never a dull moment*. New York: Random House, 2021, p. 7-8.

<sup>239</sup> O drama do alemão no Pronto Socorro – perdi minha pátria por causa de Hitler. *Diário da Noite*, ed. A3518, p. 2, 18 março de 1942.

A publicação do registro pessoal do suicida no *Diário da Noite*, por sua vez, sugere caminhos para interpretar os dados, que se fragmentaram nas narrativas publicadas em diferentes órgãos de imprensa. Em outras palavras, ao se observar quais informações os jornais priorizaram em suas páginas, constata-se que estes praticamente suprimiram duas consideradas fundamentais para explicá-lo: o suicídio de sua mãe, noticiado brevemente apenas na pequena nota publicada no *Correio da Manhã*, e a perda de sua pátria por conta de sua condição de judeu, revelada justamente na própria carta de Albert.

Em meio aos severos reveses, que contribuíram para recrudescer seu estado melancólico, o tom acusatório dirigido a Hitler, atesta a gravidade que a ausência do lar de origem também desempenhou no móvel suicida. A vida deixada para trás na Alemanha havia se transformado em lacuna difícil de ser superada. O processo de desenraizamento foi traumático para Albert, cabendo destacar que seguia se valendo do alemão para expressar-se por escrito, ainda que morasse no Brasil há três anos. A língua alemã estruturava seu repertório simbólico e que permitia não somente se expressar com maior segurança e liberdade, mas também acessar o universo cultural em que vivera a maior parte de sua vida e rememorar os laços familiares de outrora. Porém, a partir do instante que lhe sobreveio a desesperança, ao reconhecer claramente a impossibilidade de retornar à Alemanha que conhecera antes da abrupta interrupção ocasionada pelo exílio, compreende-se que a culpa fosse atribuída a Hitler. Albert, como indicado no trecho da carta, tinha consciência de que perdera motivação para seguir seu caminho. Não tinha mais em que se agarrar. Vítima do antissemitismo, fez questão de declarar ser judeu, explicitando o fardo do determinismo racial que o obrigou a fugir de sua terra de origem, fratura intersubjetiva que lhe destruiu o sentido existencial, alicerçado na identidade germânica. Esmigalhado o último fio de esperança que depositava num futuro em que pudesse realizar seus sonhos, matar-se se afigurou como a saída possível. Daí a convicção de não ter razão para continuar num mundo com o qual não se identificava e até mesmo com o passado recente que lhe era doloroso. Sua mãe havia escolhido o mesmo caminho diante da descrença num porvir otimista.

Todavia, o peso do antissemitismo, declarado no trecho da carta que deixou, recebeu pouca atenção dos jornais, a começar pelo próprio *Diário da Noite*. Ainda que tenha divulgado partes do texto, o periódico restringiu-se a apenas citá-las, encimadas por três subtítulos que apelavam à comoção dos leitores: “Luto, miséria, fuga e perseguição em volta de mim”, “Perdi a minha pátria por Hitler” e “Não comunique nada a ninguém”. Objetivou-se, sobretudo, noticiar o ocorrido dissociado de qualquer comentário de

natureza política que explicasse a conjuntura vigente de violências e/ou de exclusão social enfrentada pelo grupo de indesejados a que Albert pertencia. Caberia ao leitor, portanto, o esforço de conectar os pontos. Apesar da questão da opressão sofrida na Alemanha ter sido abordada no *O Jornal* e no *Correio da Manhã*, no primeiro, a ênfase recaiu nas humilhações e na perda dos bens da família, enquanto no segundo a atenção recaiu na emigração compulsória diante do cerco persecutório que se fechava, ainda assim, os periódicos limitaram-se a mencionar rapidamente tais aspectos e destinaram pouco espaço ao caso, registrado em pequenas notas e apenas na página seis. Tratado de maneira superficial, o caso Albert diluía-se num conjunto de fatores não hierarquizados e como se os infortúnios não fossem decorrentes diretamente da circulação dos princípios antisemitas vigentes na época, uma vez que o uso de expressões sensacionalistas como “garras da intolerância”, “mãos famintas” e “sombrias imagens”, insinuasse o absurdo dos ataques sofridos por ele, que chegava a isolá-los em um mundo à parte. Identificá-lo como judeu e/ou correlacionarem a perseguição empreendida contra o grupo na Alemanha à decisão suicida tomada no Brasil, como ambas as folhas o fizeram, abria margem para naturalizar a realidade discriminatória, como se não tivesse sido construída intencional e metodicamente, um problema localizado em paragens distantes, sem ecos fora do regime nazista.

A postura dos jornais ficou ainda mais patente ao se acrescentar o fato de que, mesmo com a referência e culpabilização explícita de Hitler, o *Diário da Noite* restringiu-se a adjetivar a declaração de dramática, sem tecer qualquer crítica à responsabilidade do líder nazista pela saída conturbada do jovem de seu país.<sup>240</sup> No restante dos periódicos que notificaram o fato, *A Noite*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*, tampouco se referiram ao fato dele ser judeu.

Assim, além da experiência de viver num mundo que lhe era hostil em razão de sua condição étnica, é preciso acrescer as dificuldades que enfrentou no Brasil, o que tornava sua existência particularmente árdua. Como se pode verificar em sua ficha consular (Figura 12), diferente do seu primo, Hans, que exercia ocupação no campo, Albert era estudante, informação discrepante daquela fornecida na lista de desembarque do navio que o trouxe para o Rio de Janeiro junto com os pais, na qual constava que era mecânico, enquanto nos jornais foi descrito como comerciante, todas elas atividades de natureza urbana. Albert acompanhava o estilo de vida citadino dos pais, moradores de

---

<sup>240</sup> O drama do alemão no Pronto Socorro – perdi minha pátria por causa de Hitler. *Diário da Noite*, ed. A3518, p. 2, 18 março de 1942.

Berlim que eram, indício que reforça a hipótese de sua difícil estadia em Resende e permite supor que a adaptação ao novo país deve ter sido difícil, pois é provável que tenha se dedicado à atividades agrícolas.<sup>241</sup>

Figura 12: Ficha consular de Albert Hirschfeld, emitida pelo consulado-geral do Brasil em Antuérpia, 1939.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso: **Albert HIRSCHFELD**

Admitido em território nacional em caráter: **TEMPORÁRIO**

Nos termos do art. **31** letra **3** do Dec. n. **3010** de 1938

Lugar e data de nascimento: **Berlim 29/9/1922**

Nacionalidade: **Alema** Estado civil: **solteiro**

Filiação (nome do Pai e da Mãe): **Hugo Hirschfeld e Irma Joel**

Profissão: **estudante**

Residência no país de origem: **Berlim**

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. **6155** expedida pelas autoridades de **Berlim**

visado sob n. **314** na data **14/12/1938**

ASSINATURA DO PORTADOR: *Albert Hirschfeld*

Consulado **Geral** do Brasil em **Antuérpia**

7 de **Março** de 19**39**

O CONSUL **Geral**

NOTA—Esta ficha deve ser apresentada à imigração pelo embarcador, sendo se deve tirar em original.

EMBARCAÇÃO—As embarcações destinadas não farão lançamento nesta ficha

Data do desembarque: **16-4-1939** Embarcação: **"GENERAL OSORIO"**

Permanência em território nacional até: **16-10-1939**

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d. \_\_\_\_\_ regist. n. \_\_\_\_\_

Foi residir a: **Hotel Atlantico**

Vai trabalhar \_\_\_\_\_

Pretende deixar o Brasil pelo porto de: \_\_\_\_\_

Observações \_\_\_\_\_

Fonte: Ficha consular de Albert Hirschfeld. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givEnName=albert&q.surname=hirschfeld>. Acessado em 15 de agosto de 2023.

Como se depreende do documento acima, os dados apresentados por Albert revelam que ele acompanhou os pais em grande parte do processo burocrático a que todos os imigrantes estavam submetidos, exceto quando da expedição do passaporte em Berlim, registrada quinze dias antes dos progenitores, em 14 de dezembro de 1938. De resto, viajaram na mesma embarcação, General Osório e, obviamente, tiveram datas idênticas de saída e de entrada, respectivamente, 16 de abril e 16 de outubro de 1939; hospedaram-se no Hotel Atlântico, além de terem sido admitidos também em caráter temporário, graças ao visto obtido no consulado brasileiro de Antuérpia, na Bélgica, em 7 de março de 1939, vistos estes que não tardariam a expirar.

O clima apreensivo instaurado no meio familiar tomou proporção fatal com o suicídio da mãe, que deve ter causado pesar profundo, cabendo lembrar que tinha apenas 16 anos, certamente o que tornava ainda mais grave a situação na qual se encontrava. Após o falecimento do pai, o amigo Ernesto e a família Hutter foram apoios importantes

<sup>241</sup> Em 1943, Hannah Arendt salientou que, dentre as perdas que os imigrantes precisavam lidar estava a mudança em termos da profissão exercida no país de origem. A urgente procura por um novo meio de subsistência implicava em aceitar ocupações que estivessem disponíveis, não necessariamente aquelas que correspondessem à suas formações ou experiências pregressas. A impossibilidade de trabalhar com o antigo ofício afetava a confiança do imigrante de se enxergar como indivíduo útil no mundo recém-chegado: “Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo.”. ARENDT, Hannah. *Nós, os refugiados*. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013, p. 8.

nos momentos em que Albert era um imigrante ilegal. No entanto, o que se pode afirmar é que continuou em situação irregular no país, embora a possibilidade de revertê-la tenha sido oportunizada pela portaria 4.941 de 24 de julho de 1941, editada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Francisco Campos.<sup>242</sup> O dispositivo trazia a novidade do direito de o estrangeiro, detentor do visto temporário expirado e não enquadrado em sanções legais, obter a denominada “permanência a título precário”. Reconhecida nos termos da lei como uma categoria de estadia provisória, tal condição não implicava, de forma imediata, na deportação de estrangeiros a seus países de origem, tendo em vista que a guerra estava em curso. Para Fábio Koifman, a determinação acabou por ser instrumentalizada como forma de evitar a concessão do visto permanente, uma vez que estes indivíduos poderiam ser deportados após o fim do confronto.<sup>243</sup>

Assim, munido do passaporte e demais documentos de identificação, Albert teria noventa dias, contados a partir da data da publicação do termo, para regularizar sua situação e ficava sujeito a penalidades caso extrapolasse o prazo e não desse entrada nos trâmites junto ao Serviço de Registro de Estrangeiros. Porém, não foi o que sucedeu. A negativa do jovem em atender a demanda ficou evidenciada no comunicado do próprio Serviço de Registro de Estrangeiros, publicado em 6 de abril de 1942 no *Diário Oficial da União*, vinte dias após sua morte.<sup>244</sup> Seu nome constava entre outros 147 estrangeiros intimados a regularizar a situação, agora com novo prazo de trinta dias, segundo estipulado pela Portaria 4.941. Se novamente descumprissem a ordem, teriam o *status* temporário anulado definitivamente, sem chance de reavê-lo.

O aviso ainda trazia os números de registros e endereços residenciais dos intimados. Chama a atenção que, em relação ao último quesito, os indivíduos ora tinham a localização completa publicada, com a discriminação da cidade, rua e número da casa, ora incompleta, parcial ou totalmente. A falta de dados pode ser interpretada como indício da dificuldade enfrentada pelo serviço para mapear e controlar a estadia do grupo.

---

<sup>242</sup> Portaria 4.941 de 24 de julho de 1941. *Diário Oficial da União*. Seção I. Secretarias de Estado. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: 2 de agosto de 1941, p. 16.

<sup>243</sup> KOIFMAN, Fábio. Individual datiloscópica: Bruno Wiczer, a trajetória de um imigrante. In: LEWIN, H. (org.). *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 342.

<sup>244</sup> O fato do nome de Albert aparecer na mencionada lista, mesmo depois de morto, pode ser explicado por uma provável demora na atualização dos registros do órgão. O documento deve ter sido produzido antes ou logo em seguida ao seu óbito, o que explica a manutenção do seu nome. Mesmo nove dias após o suicídio, a imprensa ainda divulgava a lista: Intimados a comparecer ao registro de estrangeiros, sob pena de serem considerados em situação irregular no país. *Gazeta de Notícias*, ed. 86, p. 4, 15 de abril de 1942; Intimados a comparecer ao registro de estrangeiros, sob pena de serem considerados em situação irregular no país. *Diário de Notícias*, ed. 5972, p. 5, 15 de abril de 1942.

Hipótese reforçada pelo fato de que, desde, pelo menos, a promulgação do Decreto nº 3.082, de 28 de fevereiro de 1941, que os obrigavam a se registrarem, os prazos findavam-se e, seguidamente eram prorrogados, daí o recurso de publicar listas a fim de avisá-los do dever, além de se estender o horário de atendimento, medidas que, no entanto, não surtiam os efeitos desejados, como incidam os prazos da Portaria 4941.<sup>245</sup>

Apesar dos investimentos no aparelhamento do serviço, como em 1941, quando foi criada a subseção do Instituto de Identificação, subordinada à delegacia de Estrangeiros, alguns óbices persistiam. Além dos dados incompletos, grandes filas se formavam na porta, compostas pelos chamados “perus”, pessoas que vendiam o lugar ocupado e causavam tumultos, atrasando o andamento dos pedidos, ao que se deve acrescer a morosidade para se concluir o processo de permanência.<sup>246</sup> Pode-se afirmar que, em meio a estas incongruências, o não atendimento dos imigrantes aos chamados oficiais se devesse, pelo menos em parte, à desconfiança em relação aos órgãos oficiais. O medo instilado frente à atuação enérgica do poder policial contribuía para a formação de uma atmosfera pesada, frente aos termos, sempre presente, da deportação. Em entrevista concedida à imprensa, o delegado de estrangeiros, Ives de Araújo, preocupou-se em difundir imagem apaziguadora da vigilância, sob o argumento de que se tratava de preservar a nação:

Essa delegacia não é, como pode parecer, um instrumento de hostilidade aos estrangeiros em geral, mas um aparelho de fiscalização da entrada e permanência dos alienígenas (...). Destarte nada têm a recear os que não estiverem fora da lei, e estes encontrarão da nossa parte toda a boa vontade da regularização de sua estadia no país. Por sua parte, devem eles procurar cumprir a lei. (...) Como se vê, o estrangeiro bem-intencionado, que queira cumprir de fato a lei não encontrará nenhuma dificuldade em satisfazer as suas obrigações para com o nosso país que os acolhe hospitaleiramente. Os que fogem aos seus deveres legais, os que se ocultam às intimações da D.E., os que aqui chegam já com o espírito preconcebido de burlar a legislação imigratória, os que trazem ocultas na bagagem intenções outras que não seja a concorrer para a grandeza e a prosperidade do Brasil, estes sim,

<sup>245</sup> O chefe de Polícia, Filinto Muller, chegou a reportar ao Ministro da Justiça a necessidade de aprimorar os registros de estrangeiros, evocando o rigor da lei a quem ignorasse a convocação: “(...) sobre a necessidade de ser prorrogado o prazo para o registro de estrangeiros, tendo em vista o grande número de interessados que não puderam ser registrados durante o tempo previsto pela última prorrogação. (...) Deste modo, dentro do prazo que for decretado, todos os estrangeiros deverão estar perfeitamente registrados de conformidade com a lei, ficando então os faltosos sujeitos às penalidades legais, as quais serão aplicadas oportunamente com o máximo rigor.”. Registro de estrangeiros. *A Noite*, ed. 10558, p.5, 4 de julho de 1941.

<sup>246</sup> Para Mônica Raisa Schpun, o tempo de espera para a conclusão dos processos de regularização de estadia dos imigrantes também se configurava em uma forma de poder exercida pelas autoridades: “A temporalidade da ação burocrática não é jamais neutra nos processos de aquisição do direito de residência por imigrantes. Trata-se, bem ao contrário, de uma variável central de controle e de sujeição dos atores interessados. A demora mais ou menos longa de uma decisão é um meio de manter o requerente numa situação de incerteza e de testar sua determinação em obter um estatuto estável.”. SCHPUN, 2011, p. 318.

merecem todo rigor na aplicação da lei e devem ser excluídos do nosso convívio.<sup>247</sup>

No caso de Albert, no comunicado de sua intimação constava apenas o número de registro, 8.169, e o nome da cidade de residência, Resende, o que corrobora a ausência das demais informações e a desatualização de seu endereço, já que estava morando na capital federal, mudança que já se constituía em infração por não ter informado a mudança de residência, o que era obrigatório para os temporários e implicava em punição relativamente severa. Segundo artigo 5º da Portaria 4.941, a quem detinha o visto temporário, era proibido mudar de residência sem o consentimento prévio do Serviço de Registro de Estrangeiros, incorrendo em alta taxa de multa e prisão.<sup>248</sup>

Posto isso, percebe-se que após quase três anos do suicídio da mãe, Albert, tomou a mesma decisão quando seu nome estava em vias de figurar nas listas que obrigavam a apresentação no órgão oficial. Neste ínterim, lidou com adversidades que ultrapassaram aquelas usualmente conhecidas pelos que enfrentam o processo migratório. Além do desafio em relação à aprendizagem de uma nova língua, costumes, laços sociais e hábitos cotidianos, o que atinge todos os que deixam seu país, sobreveio o luto em função da perda dos pais, num momento de intensas mudanças em sua trajetória, quando justamente o apoio familiar constituía-se em pilar fundamental para enfrentá-las.

O esforço consistia em recuperar sua capacidade intersubjetiva, desestabilizada por diversas experiências traumáticas, de forma a enfrentar o abandono de vivências pretéritas na Alemanha, alicerçadas no passado familiar, para construir novos vínculos com o presente que se abria em terras brasileiras. Como ressalta Lisette Weissmann, do ponto de vista psicanalítico, a relativa flexibilidade interna em reelaborar essas discontinuidades atreladas à condição do imigrante, decorre de uma dinâmica psíquica que se dá como na ação de um pêndulo, em que o sujeito deve, a partir do movimento de um ir e vir, entre as memórias do passado da terra natal e as apropriações das práticas culturais no presente do lugar de chegada, produzir outro modo de ser.<sup>249</sup>

---

<sup>247</sup> Um ato de previsão e salvaguarda da nacionalidade. *O Imparcial*, ed. 1895, p. 7, 31 de julho de 1941.

<sup>248</sup> Nos termos da portaria, regulamentava-se: “O ‘temporário’ com prazo esgotado não poderá mudar de residência sem autorização prévia do Serviço de Registro de Estrangeiros da jurisdição onde estiver residindo, sob pena de multa de 200\$0 a 500\$0 e prisão à ordem do ministro da Justiça. Parágrafo único. Para a autorização de mudança de residência, nos termos do presente artigo, será cobrada a taxa de 50\$0 em selo de imigração.”. Portaria 4.941 de 24 de julho de 1941. Diário Oficial da União. Seção I. Secretarias de Estado. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: 2 de agosto de 1941, p. 16.

<sup>249</sup> WEISSMANN, Lisette. Migração/exílio e a perda da língua materna. *Cad. Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 37, 2017, p. 189.

É evidente que a efetiva adaptação do imigrante compreendia uma série de fatores que não diziam respeito somente ao exercício desta operação mental. Suicida mais jovem dentre os casos analisados, apesar de haver nascido depois do término da Primeira Guerra Mundial, ressalta-se o contexto de extrema violência que Albert conheceu desde cedo, o que, muito provavelmente, o fez experimentar a sensação de impotência, como ele mesmo destacou em uma das cartas que deixou e que, infelizmente, foi transcrita apenas parcialmente no jornal, sem que se saiba se houve edição do texto por parte dos que a traduziram e divulgaram. Enquanto judeu, vivenciou o antissemitismo arraigado na sociedade alemã onde cresceu e que se acentuou a partir da subida de Hitler, quando ele tinha onze anos de idade. O jovem, prestes a entrar na adolescência, fase de formação do indivíduo marcada pela construção de sua independência reflexiva e na qual se multiplicam os questionamentos e descobertas sobre si e o mundo ao redor, vivenciou o cerceamento das liberdades individuais e a dura realidade da exclusão.

No breve trecho a que se teve acesso da carta que deixou, Albert expressou, tal como Anne Frank, outra jovem alemã vítima das perseguições então em curso, a importância do vínculo estabelecido com os pais em conjuntura tão adversa. Se, em termos formativos, *a priori*, o suporte dos tutores é decisivo na etapa do crescimento juvenil, independentemente dos níveis de vulnerabilidade das circunstâncias em jogo, naqueles anos, o impacto da ideologia antissemita no cotidiano e os percalços da fuga rumo ao desconhecido, redobram seu significado, uma vez que se constituíam, em vários casos, na única fonte de proteção e pertencimento, aspecto vital para suportarem a atmosfera segregacionista e o exílio. Veja-se que, a título de comparação, guardadas as devidas diferenças entre as histórias protagonizadas por Anne Frank e Albert, houve tentativas, de cada uma de suas famílias, de manterem-se unidas a qualquer custo frente a tantas dificuldades, cabendo lembrar que toda a família Hirschfeld residia em Resende.

Frente à política do Terceiro *Reich*, os que podiam fugir e viam-se na contingência de se adaptarem a outros países e culturas, o que nem sempre era sinônimo de segurança. Na Holanda, para onde Anne Frank e sua família migraram, a invasão alemã obrigou-os a se esconderem, a partir de 1942, no chamado Anexo Secreto, até serem capturados em 1944 e mandados para campos de concentração. Já a família de Albert tomou outra direção que os protegia das perseguições antissemitas, mas a não obtenção do visto permanente colocava no horizonte a possibilidade da deportação.

Anne e Albert, dois jovens judeus alemães que cresceram submetidos à opressão do Estado nacional-socialista, compartilharam a necessidade de se ajustarem

constantemente a um universo social excludente, o que os impossibilitou de vivenciarem as experiências habituais à idade, resultantes da interação com o meio sociocultural no qual estavam inseridos.<sup>250</sup> Ainda que, durante a República de Weimar, a participação dos judeus no campo da política e da vida pública, em sentido mais amplo, parecesse assegurada, foi justamente essa ilusão que intensificou as manifestações racistas que se seguiram a partir de 1933.<sup>251</sup> O crescente incômodo dos segmentos conservadores alemães fundava-se na premissa de que os judeus, ao final, saíram em vantagem com a derrota do país na Primeira Guerra Mundial. A capacidade de mobilização dos nazistas evidencia-se quando se considera que a *Juventude Hitlerista*, criada em 1926, reuniu em 1933, 2,3 milhões de meninos e meninas entre dez e dezoito anos, cifra que chegou a quase 4 milhões em 1935 e 8,7 milhões em 1939!<sup>252</sup> Considerados os baluartes do futuro glorioso prometido pelo *Reich*, a partir de 1939 foi imposto o alistamento obrigatório, passível de multa ou prisão aos pais que desobedecessem a ordem, ao que se soma a proibição de todas as organizações juvenis não-arianas.<sup>253</sup> Nas escolas, os professores de origem judaica foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, enquanto estudantes da etnia foram impedidos de frequentarem as aulas por força do Decreto-lei de 25 de abril de 1933, que limitava o percentual de suas matrículas no ensino secundário a apenas 1,5%, incluídos os demais grupos considerados inferiores. Em alguns casos, os educandos

---

<sup>250</sup> Como frisou o psicólogo judeu alemão, Kurt Lewin, que viveu durante o período e emigrou em 1933, em texto publicado no calor dos acontecimentos da guerra, no ano de 1940, a educação da criança judia, ante a rejeição étnica, reveste-se de um caráter singular em relação às demais. Esta deveria se pautar na busca do estreitamento dos laços de pertencimento do indivíduo ao grupo, os quais cultivados desde a infância, contribuiriam no fortalecimento de sua saúde emocional. Assegurada a estabilidade do vínculo, que lhe concede um *status* social dentro da dinâmica coletiva na qual é aceita, a criança judia, ao atingir a fase adulta, não seria presa fácil do sentimento de frustração e/ou da angústia resultantes das manifestações antissemitas. Ao invés disso, o edifício de sua identidade étnica, fundado na rede comunal estabelecida com seus pares desde tenra idade, serviria de escudo para manterem firmes as convicções profícuas aos ideais que lhes movem a perseverarem pela realização das aspirações individuais, o que, por efeito, suscitaria um sentimento de orgulho por fazerem parte do grupo. Em outras palavras, nessa perspectiva, fica patente o quanto a família representava um alicerce social relevante para os judeus identificarem a interdependência positiva com seu povo. LEWIN, Kurt. Bringing up the Jewish child. In: LEWIN, Gertrud Weiss (ed.). *Resolving social conflicts: selected papers on group dynamics*. New York: Harper & Row, 1948, p. 169-185.

<sup>251</sup> Nas palavras do autor: “Esta rápida irrupção na sociedade e na vida política constitui, para os judeus, uma verdadeira catástrofe. Eles surgem como os beneficiários da vitória dos Aliados. Se a Alemanha não tivesse perdido a guerra, os judeus teriam permanecido na penumbra. Sendo assim, cria-se um ambiente propício à pergunta: não teriam os judeus provocado a derrota, não se teriam aliado ao inimigo?”. SORLIN, Pierre. *O antissemitismo alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 73.

<sup>252</sup> EVANS, Richard J. *O Terceiro Reich no Poder*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011, p. 316.

<sup>253</sup> Entre os grupos de resistência juvenis alemães, que se opuseram aos princípios da *Juventude Hitlerista*, como os *Piratas de Edelweiss* e *Rosa Branca*, eram formados por jovens contestadores da ordem vigente, conhecidos por panfletarem mensagens críticas ao regime, retirarem bandeiras da suástica de lugares públicos e entrarem em confronto contra os adeptos da associação nazista. Punidos severamente pelo Estado policial do *Reich*, os rebeldes quando capturados tinham chances mínimas de sobrevivência.

eram segregados das turmas, sentados em bancos separados ou transferidos para unidades subsidiadas pela comunidade judaica alemã e instituídas a fim de oferecerem alternativas para continuarem os estudos, até que grande parte delas acabassem fechadas.

Evidentemente, em face da incessante doutrinação nazista de crianças e adolescentes levada a cabo pela *Juventude Hitlerista*, que, aliás, neste quesito acabou por se constituir em braço mais importante para o regime do que o sistema tradicional de educação, é evidente que jovens como Anne e Albert não tinham lugar naquela sociedade.

Apesar dos diferentes caminhos trilhados, ambos estiveram ligados por um revés comum, que implicou num duro golpe emocional: o enfraquecimento do círculo familiar, pela morte dos pais para Albert, enquanto Anne, em seguida à perda da irmã, morreu sozinha no campo de concentração de *Bergen-Belsen*, debilitada pelo tifo, sem esperança de reencontrar os pais, fator que lhe abateu severamente o já combalido ânimo e estado de saúde, como observado nas memórias de uma das últimas pessoas que a encontrou viva, sua melhor amiga, Hanneli Goslar.<sup>254</sup>

Pouco antes de três semanas do suicídio de Albert, Stefan Zweig tomou a mesma decisão. A morte do escritor permaneceu em discussão na arena da opinião pública durante meses a fio, impacto muito distante do causado pela de Albert. Se, no suicídio do tão famoso homem de letras, os jornais não pouparam discursos que pudessem justificá-lo à luz do contexto desagregador da guerra, no de Albert não houve a mesma preocupação, pois não se foi além da exploração sensacionalista. Certamente, se as informações do suicídio do jovem fossem tratadas de outra forma, é possível que os leitores dos periódicos pudessem correlacionarem as semelhanças entre os casos, tendo em vista a proximidade das ocorrências. É certo que a situação de Zweig, do ponto de vista administrativo, era muito diversa da de Albert, ao passo que o escritor não temia pela deportação, mas a presença de ambos no país, a desesperança, ainda que não exatamente por motivos idênticos, eram compartilhadas. Para ambos, a sensação de desenraizamento era um fardo, que talvez fosse ainda mais pesado para um jovem órfão como Albert. Dividiam, ainda, as saudades da pátria e, quiçá tenham sido tomados por uma melancolia que parecia não ter fim.

Vê-se, portanto, que Albert se encontrava em posição muito delicada e instável. Para se regularizar perante as autoridades brasileiras, teria que dispor de certa quantia, o que não deveria, pelo menos em princípio, ser um problema, já que foi descrito como

---

<sup>254</sup> PICK-GOSLAR, Hannah. *Minha amiga Anne Frank*. São Paulo: Buzz Editora, 2023, p. 153-154.

comerciante, e esperar pela conclusão favorável do pedido. Não há dados sobre sua relação com o restante da família: a madrasta, os tios e o primo que, até onde se sabe, continuaram em Resende. Na lista de convocação, constava como residente na referida cidade, será que desejava voltar para lá? Teria que mentir para as autoridades, uma vez que não solicitou autorização para a mudança de endereço? Temia a prisão? Poderia pagar a multa estipulada para esses casos? A atitude comprometeria sua estada no país? Muitas perguntas e poucas respostas. O suicídio da mãe certamente o fazia lembrar-se das dificuldades, por vezes, intransponíveis, enfrentadas por quem buscava um novo lar, no caso, longe da sanha nazista. Após perder a mãe, sobreveio a morte do pai e deve ter feito algumas amizades, tanto que se referiu ao amigo Ernesto e a família Hutter, destinatários de suas cartas de despedidas, mas a respeito dos quais nada se sabe. Tal como no caso de Irma e do seu pai, Hugo, faltam peças para completar o quebra-cabeças. A situação é diversa no último caso que fecha o presente relatório, o de Joseph Zolkowski.

Em débito com as instâncias brasileiras de controle imigratório, a instável situação de Joseph Zolkowski foi explicitada logo de saída na imprensa. Polonês de 38 anos e serralheiro, Joseph tentou se suicidar na madrugada de 12 de maio de 1939. Encontrado tentando sair do mar, agarrando-se a uma corrente que conseguiu alcançar e que estava presa a uma pedra, perto do cais do Morro da Viúva, Joseph foi visto por Gilberto Paranhos, advogado do Ministério da Educação que transitava de carro pela avenida ao lado, quando ouviu gritos de socorro. Ao estacionar o veículo para averiguar o fato, deparou-se com o homem quase se afogando, que foi resgatado com ajuda de populares. Foi levado ao Posto Central da Assistência Municipal, de onde seguiu para o Hospital do Pronto Socorro.

Não demorou para que repórteres fossem à unidade de saúde em busca de esclarecimentos e encontraram Joseph em estado de choque, sem conseguir esclarecer o ocorrido, como se lê no jornal *A Noite*, que colocou em dúvida que se tratasse de tentativa de suicídio, em vista do pedido de socorro e do fato de Joseph haver se agarrado na corrente. O caso tinha, portanto, aspectos nebulosos, o que aguçava a curiosidade do leitor, afinal, se tratava de tentativa de suicídio de alguém que se arrependeu na última hora? A reportagem trazia foto tirada no hospital, com enquadramento do rosto (Figura 13), o que realçava o olhar assustado, sugerindo que Joseph não estava em pleno domínio de suas faculdades mentais.

Figura 13: Joseph Zolkowski na Assistência Municipal



Fonte: Dentro do mar, agarrado a uma corrente! *A Noite*, ed. 9789, p.1-3, 12 de maio de 1939.

A *Gazeta de Notícias*, com mais cautela, insistiu no estado mental confuso do polonês, o que não permitia afirmações seguras. No entanto, as narrativas publicadas nos demais jornais insistiram na versão da tentativa de suicídio. Para *O Jornal*, ao mesmo tempo que Joseph contava histórias fantasiosas, como a de que cometeu o ato em função de sonambulismo, no periódico se adotou a tese do suicídio. Por algum motivo desconhecido, abateu-lhe o arrependimento no último momento, mesma linha argumentativa do *Diário de Notícias*, que deu pouco crédito ao sonambulismo, que o teria levado ao mar. O evento, um *fait-divers* com todos os ingredientes para prender a atenção dos leitores, justificava uma pesquisa mais cuidadosa, fosse por parte da polícia ou dos jornais. Logo se descobriu que Joseph morava numa hospedaria cujo gerente, José Hernandez, revelou que ele tinha fixações por ideias suicidas.

Novos elementos foram divulgados, a exemplo do *Correio da Manhã*, que informou sobre o seu estado de penúria. Fora despedido da serraria há dois meses, não teria como se sustentar, circunstâncias que explicariam a decisão, versão que foi reiterada no *Jornal do Brasil*, que, contudo, mencionou sua situação imigratória irregular. Na pequena nota intitulada “Projetou-se no mar, por não haver regularizado a estadia legal no país”,<sup>255</sup> o periódico enfatizou esse argumento, e o desespero frente às dificuldades econômicas foi substituído por desgosto, o que não justificaria a atitude. A mesma perspectiva prevaleceu no *Diário da Noite*, que dedicou maior atenção ao caso e trouxe à baila o enunciado do gerente da hospedaria, segundo o qual Joseph já tivera grandes recursos, mas que exercia o ofício de serralheiro, aprendido na Polônia. Porém, ainda

<sup>255</sup> “Projetou-se no mar”, por não haver regularizado a estadia legal no país. *Jornal do Brasil*, ed. 111, p.11, 13 de Maio de 1939.

segundo a testemunha: “Há pouco, devido à exigência de documentos para permanência de estrangeiros no país, ele, sem recursos, pois desempregara-se, ficou desesperado. Desde segunda-feira ele não pernoitava na hospedaria da rua São Pedro.”<sup>256</sup> Outra lacuna na história, Joseph ausentou-se da hospedaria desde a segunda-feira, segundo informou o gerente, enquanto a tentativa de suicídio ocorreu na sexta, não se sabe onde permaneceu nesse período.

A partir do quadro revelado na imprensa, fatores como pobreza e medo da ilegalidade se entrelaçavam. Por força do Decreto-lei 3.010, de 20 de agosto de 1938, considerado um marco na postura rigorosa do governo brasileiro tomada em relação a questão dos estrangeiros, estipulava-se que o grupo deveria obrigatoriamente se registrar no Serviço de Registro de Estrangeiros, a fim de obterem a denominada Carteira Modelo 19, sem o que estavam proibidos de trabalhar, e ainda ficavam sujeitos à multa e expulsão do território nacional.<sup>257</sup> O prazo de um ano imposto pela lei estava se esgotando e, por outro lado, a escalada da iminente guerra no continente europeu tornava a ideia de voltar para lá ainda mais aterradora.

Prestes a ficar sob a mira dos órgãos repressores, há de se salientar que Joseph, sem que se saiba se era judeu, já tinha sido detido pela polícia. Em dezembro de 1934, foi preso e no seu prontuário consta seu nome completo, a nacionalidade polonesa, a cidade de nascimento, Zoekwi, filiação, do pai de nome homônimo, Joseph Zolkowski, e a mãe, Paulina Zolkowski, solteiro, profissão de mecânico e foto (ver Figura 14), sem que outros campos do formulário tenham sido preenchidos.<sup>258</sup> É surpreendente que nada mais tenha sido anotado, portanto, não se sabe porque era investigado, se houve alguma denúncia contra ele, enfim, consta somente, como conclusão que: “Preso, para averiguações, pela Seção de Segurança Social, sendo recolhido à Casa de Detenção. Posto em liberdade,

<sup>256</sup> Gemia alta madrugada à beira do abismo. *Diário da Noite*, ed. 3643, p. 1, 12 de maio de 1939.

<sup>257</sup> O artigo 266 estipulava: “Os estrangeiros atualmente residentes no Brasil que não se registrarem dentro do prazo de um (1) ano da vigência deste regulamento ficam sujeitos à multa de quinhentos mil réis (500\$), ou expulsão, havendo dolo.”. Decreto-lei nº 3010 de 20 de agosto de 1938. Rio de Janeiro, Distrito Federal. Legislação informatizada da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados.

<sup>258</sup> Acerca de suas características físicas constavam-se descrições a respeito das cores da pele, cabelos, olhos, bigodes, barba, e como usados; altura, medidas do rosto, identificação datiloscópica e se tinha cicatrizes e tatuagens. Já referente a sua vida civil, as informações se distribuía por data de chegada ao Brasil, número de passaporte, dados da esposa e filhos, endereço de residência, instrução, religião, divertimento preferido, lugares que frequenta, se bebe, fuma, joga, local de trabalho, documentos que possuía, empregos anteriores e motivos da dispensa. Prontuário de Joseph Zolkowski, nº 15.563. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, 1934, p. 1-4. Cabe lembrar que o estado policial varguista se valia de um instrumental minucioso e sistemático no levantamento de informações dos investigados, método influenciado por tradições criminológicas como de Cesare Lombroso, baseada em preceitos de identificação empírica dos infratores.

visto nada haver ficado apurado de comprometedor contra sua pessoa”. Permaneceu detido entre 22 e 24, portanto é claro que esteve sob vigilância da polícia política varguista por supostas atividades ilegais que não foram comprovadas.

Figura 14: A fins de comparação, Joseph, à esquerda, em 1934, quando detido, e à direita, em foto publicada no *Diário da Noite* na ocasião de sua tentativa de suicídio, bem diferente da publicada no *A Noite*



Fonte: Prontuário nº 15.563. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, 1934, p. 1; *Diário da Noite*, “Gemia alta madrugada à beira do abismo” - sem forças para sair do precipício, salvo a muito custo – delirando no Posto Central de Assistência” 12 de maio de 1939, edição 3643, p. 1.

Acrescenta-se ainda que em 28 de março de 1936, na nota assinada por Bartholomeu Maurício Wanderley, presidente do sindicato dos Metalúrgicos, publicada em *O Imparcial*, comunicava que Joseph havia sido expulso do sindicato União dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio de Janeiro sem maiores esclarecimentos acerca dos motivos, pois citavam-se artigos dos estatutos da entidade, sem especificar o que estipulavam. O presidente complementava que a medida fora tomada pelo “(...) bem da moral, por ser de baixo caráter e se tornar inconveniente na seção de datilografia. Não podemos ter em nosso meio indivíduos desta natureza.”<sup>259</sup> Observe-se que a nota parece referir-se ao setor administrativo do sindicato e a menção à datilografia pode ser uma alusão à trabalhadoras do sexo feminino, o que é reforçado pela menção à moralidade, entretanto, nada de conclusivo se pode afirmar.

Em suma, nos quase três anos entre a expulsão do sindicato e a tentativa de suicídio sabe-se que exercia a profissão de serralheiro antes de tentar colocar fim à própria vida, atividade essa diversa da declarada no prontuário da Delegacia Especial de

<sup>259</sup> Aos metalúrgicos. *O Imparcial*, ed. 257, p. 9, 28 de março de 1936.

Segurança Política e Social (DESPS), único documento oficial que se tem sobre sua presença no Brasil. É certo que estava desempregado, morava precariamente num quarto de hospedaria, encontrava-se sem recursos financeiros e em situação irregular junto às autoridades imigratórias. Esteve sob vigilância dos órgãos de repressão e, apesar de inocentado, passou alguns dias preso, além de haver sido expulso, por motivos não esclarecidos, do Sindicato dos Metalúrgicos. Não se sabe quando entrou no país, em qual consulado obteve o visto e qual era a sua natureza. Em vista da necessidade de se apresentar às autoridades para obter a carteira Modelo 19, talvez temesse não conseguir permanecer no país, por conta dos problemas enfrentados junto ao DEOPS e com o sindicato, ao que se somam as dificuldades financeiras, situação que pode explicar, pelo menos em parte, seu ato. Não se tem notícias do destino posterior de Joseph.

### 3.2 Vigilância policial e social

Com exceção da tentativa de suicídio de Fred Scheip em 1939, que alegou perseguição política de seus compatriotas por ser ariano e antinazista, dos cinco casos que compõem esse subgrupo, quatro ocorreram após 1942, sendo dois cometidos por alemães, um por indivíduo austríaco e um brasileiro, o único localizado no decorrer da pesquisa.

Em todos os registros, é preciso levar em conta o peso da repressão política vigente naquele contexto, permeado por acirradas disputas ideológicas, a fim de recuperar possíveis fatores que teriam contribuído para a decisão destes indivíduos. Como pode-se ver na tabela abaixo, entre a data de chegada no país e o suicídio, nenhum dos indivíduos era recém-chegado, três já residiam no país há em torno de três anos, enquanto Fred Scheip, se encontrava em território nacional há mais de uma década. A média de idade, por sua vez, era de 39 anos.

Tabela 8: Suicídios e tentativas por motivação política

Nome	Data de chegada	Data de suicídio/tentativa	Nacionalidade/etnia/religião	Idade
Fred Scheip	26 de setembro de 1926	26 de abril de 1939	Alemão/ariano	42
Antonio Carvalho da Silva	Nacional	27 de julho de 1942	Brasileira	36
Frederico Meissel	1940	4 de setembro de 1942	Alemão/não consta	41

William Koepff	10 de agosto de 1943	4 de setembro de 1943	Alemão/ariano	43
Roland Hasenohrl	16 de junho de 1940	11 de outubro de 1940 (tentativa) e 19 de novembro de 1943 (consumado)	Austríaca/Católico	33

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital Brasileira, da base de dados do *FamilySearch* e do Arquivo Nacional.

Alemão veterano da Primeira Guerra Mundial, Fred Scheip veio para o Brasil em 26 de setembro de 1926, sob a justificativa de se distanciar das duras experiências vividas no confronto. Piloto e mecânico de avião, foi feito prisioneiro pelos franceses, mas acabou repatriado, circunstância que, segundo os jornais, qualificava-o como soldado exemplar e patriota. Recebia pensão do *Reich* e na sua residência havia várias medalhas, inclusive uma hélice de aeronave, lembranças do passado militar, do qual deveria se orgulhar. A foto publicada na imprensa, com uniforme militar, foi utilizada para corroborar a imagem de combatente respeitado.

Figura 15: Foto de Fred Scheip publicada na imprensa



Fonte: Tentou suicidar-se um mecânico aviador alemão. *Diário da Noite*, edição 3631, p.1, 27 de abril de 1939.

As notícias ressaltavam seu histórico, com o intuito de destacar que a decisão de vir para o Brasil fora motivada pela procura de paz e segurança: “Escolheu um país onde a vida lhe fosse mais suave, longe do teatro da catástrofe cujos episódios dantescos ainda se conservavam com todo o colorido nas suas retinas.”<sup>260</sup> A notícia prosseguiu afirmando que Fred conseguiu concretizar tal anseio e que se adaptou ao país, tanto que obteve emprego e criou laços que o tornava estimado entre os brasileiros.

<sup>260</sup> Procurou na morte um refúgio contra as perseguições políticas. *Diário da Noite*, edição 03631, p. 2, 27 de abril de 1939.

Foi a subida de Hitler ao poder que, segundo a imprensa, mudou o cenário. Fred, que era ariano, foi pressionado a alistar-se no Partido Nazista fundado no Brasil, mas não se dobrou, por discordar dos ideais defendidos pela agremiação. Como resultado, teve sua pensão suspensa pelo governo alemão e, em 1936, perdeu o emprego na Companhia Construtora Nacional, onde era apontador almoxarife em 1936, mesma sorte junto à Siemens Schukert, que o demitiu em 1938. Sempre segundo os jornais, por conta de sua postura política não conseguiu se recolocar, pois os patrões alemães negavam-lhe trabalho. O *Diário da Noite* complementava que a perseguição era extremamente perversa, e não economizou adjetivos, caracterizando-a de infernal, atroz, surda e impiedosa.<sup>261</sup> Segundo se informa, alguns lhe davam dinheiro, mas não emprego, o que se constituía numa forma de humilhação e de lhe ferir a dignidade.

Fica evidente o quanto a construção da narrativa tinha em vista fazer de Fred um injustiçado, alvo de perseguição por parte dos adeptos do nacional-socialismo em solo brasileiro, isso num momento em que Brasil e Alemanha ainda não haviam rompido relações e que a guerra sequer tinha começado. Segundo Ana Maria Dietrich, a célula do partido nazista no Brasil tornou-se clandestina a partir do decreto nº 383 de 18 de abril de 1938, que proibiu organizações políticas estrangeiras no país.<sup>262</sup> A partir de então, a entidade, cujo maior número de adeptos concentrava-se nos estados de São Paulo, seguido por Santa Catarina e Rio de Janeiro, sofreram perseguições e a entidade enfraqueceu-se.<sup>263</sup>

Frente às dificuldades enfrentadas, em 26 de abril de 1939, Fred ingeriu arsênico. Escrevera duas cartas, uma para Oscar Francisco de Freitas, juiz e advogado, seu amigo, e outra para o delegado, sem que os jornais tenham dado qualquer informação a respeito do seu conteúdo. Os leitores igualmente ficaram sem saber se ele conseguiu realizar o seu intento, somente se sabe que foi internado em estado gravíssimo, sem que se saiba o seu destino.

É interessante perceber que as notícias fazem de Fred uma vítima dos nazistas em solo brasileiro, a despeito de as agremiações políticas estrangeiras estarem proibidas. O caso servia como alerta, pois nem mesmo os alemães eram poupados, tanto que o ato de Fred é apresentado como resultado da ação de uma entidade ilegal. De um lado, o exemplo

---

<sup>261</sup> Tentou suicidar-se um mecânico aviador alemão. *Diário da Noite*, edição 3631, p. 1, 27 de abril de 1939.

<sup>262</sup> DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2007, p. 181.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 251.

indicava o acerto da medida do governo em adotar a proibição, mas ainda assim o perigo continuava a rondar, pois mesmo na ilegalidade, os nazistas continuavam a agir.

É digno de nota o fato de a narrativa construída para Fred haver sido reproduzida para o austríaco de 33 anos, Roland Hasenoehrl, que também compartilharia aversão pelos ideais defendidos pelos países do Eixo. Segundo as reportagens, ele foi companheiro próximo do chanceler Egelbert Dolfuss da Áustria, assassinado por nazistas em 1934, e ele próprio teria sido vítima de um atentado, o que o motivou a fugir do país naquele mesmo ano. De volta à Áustria, integrou as fileiras do movimento socialista e fugiu novamente do país por conta do *Anschluss*. Cabe destacar que as informações do jornal são vagas, sem especificar o tipo de relação que ele teria mantido com a mais alta autoridade do país.

Ao lado da trajetória política de Roland, o jornal *A Noite* informou que ele<sup>264</sup> vivenciava dificuldades financeiras, que teriam, inclusive, desempenhado papel de relevo a sua tentativa de suicídio, ocorrida em 11 de outubro de 1940, por ingestão de entorpecente em casa, sem, contudo, obter o resultado esperado.<sup>265</sup>

Três anos depois, ele retornou ao noticiário pois, em 19 de novembro de 1943, novamente repetiu o ato e, apesar de socorrido pelos vizinhos, conseguiu se desvencilhar e atirou-se do terceiro andar, vindo a falecer por fratura no crânio.<sup>266</sup> Desta feita, ao lado da situação financeira, os jornais ressaltaram sua militância política, anterior à imigração.

Foi somente graças à consulta ao requerimento junto ao Ministro das Relações Exteriores, então dirigido a Oswaldo Aranha, datado de 2 de julho de 1940, no qual Roland solicitava que um casal de amigos austríacos e sua filha, que se encontravam no Chile, recebessem visto permanente para se fixar no Brasil, que foi possível descobrir que ele se apresentou como chefe da organização de milícia patriótica e de sua polícia secreta de Viena, antes do *Anschluss*.<sup>267</sup> Essas credenciais o identificavam como ocupante de cargos relevantes na Áustria, que deve ter perdido em função da nova situação do país. Anexado ao pedido, o solicitante apresentou carta do Arcebispo de Santiago do Chile, na qual informa que o portador lhe havia sido recomendado como “membro de mui

---

<sup>264</sup> Suicídio impressionante. *A Noite*, edição 11413, p. 1-2, 19 de novembro de 1943.

<sup>265</sup> Trancou-se no quarto para acabar com a vida. *O Jornal*, edição 6548, p. 7, 12 de outubro de 1940.

<sup>266</sup> Atestado de óbito de Roland Hasenoehrl. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6MH7-RN3?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A7M1X-SBMM&action=view>. Acessado em 23 de junho de 2024.

<sup>267</sup> Comunicações com pessoas físicas no país. Requerimentos particulares letra G/H de 1940. Estante 116, prateleira 3, volume/maço 14. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty.

honorável família, refugiado político”. A despeito dos elementos que o qualificavam e o levaram a interceder em nome de terceiros, em 1943 ele próprio estava em condição ilegal no Brasil, como revela sua ficha consular. Ele desembarcou no país em 16 de junho de 1940 e, portanto, tinha direito a seis meses de estadia.

Figura 16: Ficha consular de Roland Hasenoehrl Schekulin emitida pelo consulado brasileiro do Chile

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, exposta em duas vias, será entregue à Polícia Marítima à imigração no porto de destino

Nome por extenso: **Rolando Hasenoehrl Schekulin**  
Admitido em território nacional em caráter: **temporário**

Nos termos doutr. **25** letra **A** do dec. n. **2010** de 1938  
Lugar e data de nascimento: **Viena 10.5.1910**

Nacionalidade: **austriaca** Estado civil: **solteiro**  
Filiação (nome do Pai e da Mãe): **Juan Hasenoehrl e Gisela Schekulin** Profissão: **comerciante**  
Residência no país de origem: **Passaje Matte 81 - Depto. 815 Santiago**

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. **97** Expedido pelas autoridades de **Cherfature Serv. de Valparaíso** na data **19.4.1940**  
visto sob n. **53**

Consulado Geral do Brasil em **Valparaíso**  
20 de **Abril** de **1940**  
O CONSULADO

Observação: **Em embarque no vapor "PUNTA ARENAS"**  
Data do desembarque: **16-6-40** Embarcação: **"PUNTA ARENAS"**  
Permanência em território nacional até: **16-12-40**  
Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d...  
Foi residir a: **Rua Republica do Peru 39**  
Vai trabalhar  
Deseja deixar o Brasil pelo resto da vida  
Observações

1.1.

Fonte: Ficha consular de Roland Hasenoehrl Schekulin. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Brasil&q.givenName=roland&q.surname=hasenoehr>. Acessado em 23 de junho de 2024.

Procedente do Chile, onde morava na capital Santiago, talvez o destino de sua primeira fuga da Áustria, Roland obteve o visto brasileiro na cidade de Valparaíso em 20 de abril de 1940, e viajou pelo vapor Punta Arenas, cuja a lista de passageiros indicava-o como católico e detentor de instrução educacional de nível superior, o que é confirmado pela carta do Arcebispo chileno.<sup>268</sup> Vê-se que, apesar do perfil estar em consonância com as exigências brasileiras, conseguiu apenas o visto temporário, o que talvez possa ser explicado pela sua atuação política. Não bastasse a angústia resultante da sua condição de ilegal, sabe-se que, em 28 de abril de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, havia perdido uma filha recém-nascida. A certidão de óbito permitiu estabelecer que ele teve relação com Gertrude Eisenberg Schwartz, a respeito da qual não se tem informação.<sup>269</sup>

Os percalços, portanto, acumularam-se na passagem de Roland no Brasil, atribuídos principalmente a questões políticas interligadas às financeiras.<sup>270</sup> Tal como no

<sup>268</sup> Lista de passageiros do vapor Punta Arenas de 16 de junho de 1940. Procedência de Arica, Chile. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Notação 32.902. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

<sup>269</sup> Atestado de óbito de Rolanda Michelle Eisenberg Hasenoehrl. Database FamilySearch. Disponível: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Brasil&q.givenName=roland&q.surname=hasenoehr>. Acessado em 23 de junho de 2024. Rolanda Michelle Eisenberg Hasenoehrl morreu logo após nascer.

<sup>270</sup> Injetou um tóxico no corpo. *Diário da Noite*, edição 3933, p. 8, 19 de novembro de 1943.

caso de Fred Sheip, o noticiário sugeria que os problemas se originavam de fora do país, carregados dos tortuosos descaminhos imigratórios.

O único brasileiro a compor a amostra foi Antonio Carvalho da Silva, de 36 anos, solteiro, que trabalhava como guarda-livros numa empresa de tecidos. Em 27 de julho de 1942, segundo os jornais, os funcionários de limpeza notaram que alguém havia subido no forro e, pensando se tratar de um ladrão, logo comunicaram à polícia. O agente se deparou com indivíduo decapitado com o qual foram encontrados dois bilhetes, não reproduzidos nos jornais, mas nos quais Antonio se dizia adepto da ideologia do Eixo. O caso chamou a atenção e logo os repórteres descobriram que o suicida pertencia a família distinta e dotada de recursos, que ele recebera uma casa de herança e a perdera em razão de descomedidos gastos. Foi descrito como excêntrico, alcóolatra, e por não pagar o aluguel dormia num quarto improvisado e sujo, além de haver rompido compromisso de noivado, ao que se soma o desprezo dos colegas, justamente pelos ideais que professava:

Dera, então, para comentar a situação política, sendo estremado adepto do eixo. Ultimamente suas ideias, externadas com demasiado fervor, granjearam-lhe o desprezo dos colegas, o que o abalou muito. Todos, a fim de cortar discussões, com ele falavam apenas sobre questões de serviço. E o álcool, então, foi o paliativo para o pobre rapaz. (...) Acreditam todos que Antonio tivesse resolvido suicidar-se devido a desgostos pessoais e a situação moral a que chegara com suas tendências eixistas.<sup>271</sup>

A situação aponta para um conjunto de fatores, mas é digno de nota que a posição política ganhe protagonismo na notícia, que sugere, inclusive, falta de sanidade mental. Cabe salientar, que em casos como de Antonio, do ponto de vista dos preceitos da Higiene Mental em voga na época, alcoolismo assumia contornos de flagelo social, que comprometia a capacidade de julgamento,<sup>272</sup> justificativa utilizada para dar conta de suas atitudes e da defesa exasperada de ideais defendidos por aqueles que estavam do lado oposto do Brasil.

Nos dois últimos casos que compõem esse subconjunto, a acusação de envolvimento com atividades que colocavam em risco a segurança nacional foi apresentada como mote para a atitude dos indivíduos, temerosos da ação do estado

---

<sup>271</sup> Era adepto do eixo e fora desprezado pelos colegas. *Diário da Noite*, edição B03528, p. 16, 27 de Julho de 1942.

<sup>272</sup> Nos termos do psiquiatra Flávio Souza, sobre os chamados bebedores: “(...) apresenta-se com bastante frequência, antes que se observem acentuadas alterações do juízo, uma característica perturbação da memória, que nunca falta nos casos adiantados. Os doentes precisam tomar nota dos nomes, datas e encargos, porque seu cérebro se acha incapacitado para adquirir, fixar e conservar novos materiais mnêmicos.”. SOUZA, Flávio. Alcool, flagelo social. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Órgão oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental. Ano XII, nº 1 e 2. Rio de Janeiro, janeiro a junho de 1939, p. 17.

brasileiro. Sobre o alemão de 41 anos, Frederik Meissl, conta-se com poucas informações. Sabe-se que era representante da empresa de automóveis Adler e que estava no país há cerca de dois anos, pois seu passaporte fora expedido na Alemanha em 1940. Matou-se na madrugada de 4 de setembro de 1942,<sup>273</sup> no apartamento onde morava. Após seccionar os pulsos e o pescoço, atirou-se da janela do quinto andar, sem deixar nenhuma declaração. Pouco antes do ato, a polícia esteve no seu apartamento, pois os vizinhos reclamaram do barulho. Segunda consta, a repreensão dos agentes surtiu efeito, mas pouco depois colocou termo à vida.

A motivação para o ato, segundo os jornais, teria relação com o estado de guerra entre Brasil e Alemanha. Informa-se que ele havia sido preso e permaneceu incomunicável por alguns dias, sem que o motivo fosse informado, o que permite supor que ele deveria estar sendo acusado de espionagem. Posto em liberdade, passou a ser vigiado não só pelas autoridades policiais, mas também pela própria vizinhança, proibido de se encontrar com seus compatriotas. O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) guarda ficha em seu nome, produzida pela Delegacia de Ordem Política e Social, que contém apenas a sua foto.

Figura 17: Foto de Frederik Meissl na Delegacia de Ordem Política e Social



Fonte: Ficha de Frederico Meissl. SDE fotográfico. Notação F.1 e F.2, Dossiê G.6 e G.3, folhas C.1. Delegacia de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Nessa esteira, as narrativas interpretaram a reação suicida de Frederik como natural, uma vez que era comprovadamente, na visão dos jornais, súdito do Eixo e perigoso quinta coluna: “Frederik vivia sob as vistas da polícia e da vizinhança como

---

<sup>273</sup> Atestado de óbito de Frederico Meissl. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.giv enName=frederico&q.surname=meissl>. Acessado em 21 de junho de 2024.

perigoso quinta coluna que era.”<sup>274</sup> O caso serviu para corroborar o discurso sobre o papel da vigilância que se incumbia à polícia, que cumpria mais uma averiguação rotineira acerca da estadia de estrangeiros no país, sem haver por parte dos jornais, qualquer questionamento ou maiores detalhes a respeito da ação efetuada.

A legitimação do trabalho policial na defesa da segurança do país, ganhou ainda mais protagonismo ao tratar da tentativa de suicídio do alemão de 43 anos, Wilhem Heinrinch Koepff,<sup>275</sup> acusado de espionagem juntamente com holandês, William Baar. Ambos foram presos em 10 de agosto de 1943, nas proximidades de São João da Barra, cidade do norte do estado. A dupla tinha pretensão de se infiltrar na capital federal, instalar estação clandestina de rádio para comunicarem-se diretamente com o alto comando do exército alemão, e, a partir da espionagem no porto carioca, informar a movimentação dos navios dos Aliados no Atlântico.<sup>276</sup>

O caso, que atingiu repercussão nacional, foi divulgado quando do julgamento dos implicados pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 29 de junho de 1944. A partir de então, as diligências policiais, desde a prisão, foram sendo divulgadas de forma que o leitor se inteirasse do andamento do processo investigativo, que durou meses e contou com a cooperação da agência de inteligência dos Estados Unidos. Ao final, os supostos espiões foram condenados em 23 de maio de 1945 a cumprirem 27 anos de prisão, em oposição ao pedido do Ministério Público que exigia pena de morte para ambos.<sup>277</sup> Nas notas jornalísticas é patente a diferença de tratamento, pois Koepff era ariano e Baar negro, aspecto evidenciado nas fotografias publicadas.

---

<sup>274</sup> Jogou-se de grande altura ao solo. *Correio da Manhã*, edição 14676, p. 5, 5 de setembro de 1942.

<sup>275</sup> Caso estudado detidamente pelo historiador brasileiro Stanley Hilton, mas que não se aprofundou na problematização do discurso difundido na imprensa em torno do mesmo, objetivo em mira na presente pesquisa. HILTON, Stanley E. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contraespionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

<sup>276</sup> De Hamburgo à Copacabana. *A Noite*, edição 11630, p. 1, 29 de junho de 1944.

<sup>277</sup> Condenados a 27 anos de prisão dois espiões a serviço da Alemanha. *Diário de Notícias*, edição 6925, p. 9, 23 de maio de 1945.

Figura 18: Fotos de Wilhem Heinrinch Koepff e William Baar publicadas na imprensa



Fonte: De Hamburgo à Copacabana. *A Noite*, edição 11630, p. 1, 29 de junho de 1944.

Identificado repetidamente pela sua cor,<sup>278</sup> a abordagem depreciativa substituiu explicitamente o nome, para realçar, de maneira discriminatória, o fenótipo de William Baar em oposição ao de Wilhem Koepff. Enquanto o alemão contou com advogado contratado pela embaixada da Espanha no Rio de Janeiro, Lauro Fontoura, Baar, por não ser alemão não contou com o mesmo tratamento, tanto que foi defendido pelo advogado do estado, José Julio Parise Iglesias.

A Koepff, por sua vez, era lhe atribuído o desagrado por haver falhado na missão com pessoa da estirpe dita racial de William Baar, fato explorado como resultante da confiança da cúpula nazista, que imaginava debilmente que pudessem fazer frente à capacidade abrilhantada da polícia carioca de dismantelar o plano de espionagem.<sup>279</sup> As narrativas insistiam em elogiar o sucesso da ação policial, isso a despeito de Koepff, que estava preso há quase um mês na cela da Delegacia de Ordem Política e Social, “(...) onde lhe foi proporcionado relativo conforto e boa alimentação (...)”,<sup>280</sup> ter tentado suicídio em 4 de setembro de 1943. Ele teria se aproveitado de fragmento de vidro retirado de uma ampola de injeção para tentar perfurar o pescoço. Chegou a explicar o gesto em carta ao delegado, reproduzida na imprensa:

Sou agente do Reich e tinha a intenção de trabalhar no Rio de Janeiro com a minha estação de rádio. Ao ser preso, em companhia de Baar, em São João da Barra, declarando aquele que eu era espião nazista, eu contestei. Também na cidade de Campos, no quartel de infantaria, sustentei a negativa. Mas, ao chegar à delegacia, disse a verdade. A

<sup>278</sup> Espiões nazistas presos no litoral fluminense. *Diário de Notícias*, edição 6651, p.7-8, 29 de junho de 1944.

<sup>279</sup> No lusco-fusco da penitenciária de Niterói: falam o preto e o capitão nazista. *Diário da Noite*, edição 3509, p.1-2-3-8-9-16, 29 de junho de 1944.

<sup>280</sup> No lusco-fusco da penitenciária de Niterói: falam o preto e o capitão nazista. *Diário da Noite*, edição 3509, p.1-2-3-8-9-16, 29 de junho de 1944.

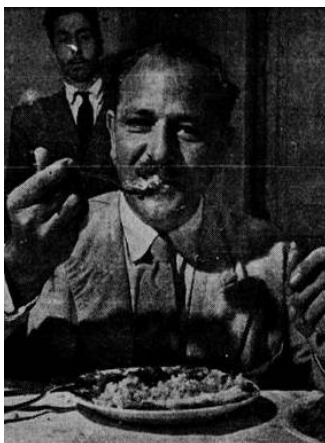
confissão foi em ordem, só buscava alcançar um plano para livrar-me da prisão. Então inventei a história da viagem que fazia ao Peru. Exagerei a respeito da situação da Alemanha, a fim de tornar a confissão mais plausível. (...) Sou Nacional-Socialista desde o ano de 1932. Suplico ao delegado, dr. Ari Sucena avisar à minha esposa de minha morte. Se tivesse tido sorte com a minha história da viagem ao Peru, teria trabalhado sempre pela Alemanha, também ao seu serviço. Wilhem Koepff.<sup>281</sup>

Tratava-se de confissão que expressava incondicional fidelidade à Alemanha. A recapitulação de sua trajetória, desde o confinamento em Campos, serviu de argumento para justificar o ato, único caminho aceitável em vista do fracasso.

Em 13 de julho de 1944, David Nasser e Jean Manzon publicaram reportagem em *O Jornal*, na qual louvavam os métodos investigativos da polícia brasileira em comparação com os utilizados pelos nazistas. Não por acaso, foi estampada foto de Koepff, comendo tranquilamente na prisão. A mensagem era clara: o aparato policial brasileiro orgulhava-se por não se desviar de práticas legais, mesmo diante das ameaças internas que o aparato policial tinha que combater. Tratava-se de apresentar a tentativa de suicídio de Koepff como não tendo qualquer relação com o tratamento que recebera do Estado brasileiro:

(...) O espião nazista Wilhem Koepff faz a sua primeira refeição com um prato ‘que jamais veria na sua desidratada Alemanha’. Esta reportagem feita com os sabotadores desembarcados nas costas do Brasil, além de seu objetivo jornalístico, leva outro: o de mostrar que as autoridades brasileiras de repressão à espionagem na América, ao contrário dos métodos bárbaros usados pelos nazistas, tratam decente e humanamente todos os agentes inimigos capturados.<sup>282</sup>

Figura 19: Foto de Wilhem Koepff, na prisão



Fonte: Os dois espiões temem a morte. *O Jornal*, edição 7426, p. 16, 13 de julho de 1944.

<sup>281</sup> No lusco-fusco da penitenciária de Niterói: falam o preto e o capitão nazista. *Diário da Noite*, edição 3509, p.1-2-3-8-9-16, 29 de junho de 1944. Trata-se de tradução, o original foi escrito em espanhol.

<sup>282</sup> Os dois espiões temem a morte. *O Jornal*, edição 7426, p. 16, 13 de Julho de 1944.

Evidencia-se que os suicídios apresentados como tendo por causa motivações políticas de diferentes ordens, a imprensa tratou de preservar a imagem do aparato policial do país que, após 1942, atuou na vigilância de estrangeiros pertencentes aos países do Eixo. Em meio à violência da guerra, que se espalhara por diferentes continentes, era importante retratar o Brasil como refúgio seguro e pacificado, para o que contribuía a ação vigilante, mas dentro dos marcos legais, da polícia. Os suicídios foram, portanto, enquadrados num itinerário segundo o qual as razões das decisões dos indivíduos não tinham relação com as condições vigentes no país. E mesmo quando um brasileiro se dizia adepto de outros ideais, só restava caracterizá-lo como despossuído de sanidade mental.

## **Capítulo 4. O peso das perdas**

Nesse capítulo o desafio é tratar de outras duas causas apresentadas na imprensa como motivações principais para a decisão de suicidar-se. Em uma delas, a explicação recai na ruptura familiar que incorre, por vezes, em episódio traumático e sujeitam os indivíduos a severo processo de desenraizamento diante da perda de um tipo de vida que, por motivos diversos, desmoronou, distanciando-os da realidade imediata, que ganha contornos insuportáveis. Dentre os indivíduos nesse grupo encontram-se: Martha Becker, Hulth Becker, Lora Sara Friedenreich, Luciano Ettiene, Bella Sara Bluth, Henrique Stock, Rosa Waginstock, Theresa Heller, Salomon Spielmann, Edith Heupp, Olaf Hedlund, Pedro Pollakoff, Hans Briller, George Bosch, Tunezo Nagano e Yosika Nagano. Outra refere-se à perda de recursos, que reuniu três casos, Kurt Reiter, Albert Philips Leeuw e Cecy de Sugesser. A partida da Europa dos perseguidos pelo regime nazista acontecia em meio ao processo de expropriação de suas posses e da arianização dos postos de trabalho, sujeitando-os a espaços cada vez mais inseguros e limitados do ponto de vista da sobrevivência econômica, o que levou a fuga e a conseqüente adaptação forçada nos lugares chegada. Porém, até para quem já estava no Brasil há certo tempo, não deixou de sofrer os efeitos da crise econômica.

#### 4.1 Ruptura familiar

Dos casos reunidos, 16, ou seja, 48% do total, foram atribuídos pela imprensa à ruptura familiar, quantitativamente o montante mais significativo. Desses, oito suicídios foram cometidos por alemães, dois por poloneses, dois por japoneses e um por indivíduos de nacionalidade francesa, austríaca, finlandesa e russa. Em relação à etnia declarada, oito eram judeus, e gênero, sete do sexo feminino e nove homens. No que concerne à faixa etária, a média de idade geral era de 43 anos, sendo que o mais jovem contava 21 anos e o mais velho 67. Somente foi possível localizar a data de entrada no Brasil para dez indivíduos, que não tardaram a colocar termo à vida ou tentar fazê-lo, como se verifica na tabela abaixo.

Tabela 9: Suicídios e tentativas por ruptura familiar

Nome	Data de chegada	Data de suicídio/tentativa	Nacionalidade/etnia	Idade
Martha Becker	1938	13 de fevereiro de 1939	Alemã/judia	67
Hulth Becker	1938	13 de fevereiro de 1939	Alemão/judeu	21

Lora Sara Friendenreich	6 de junho de 1939	26 de junho de 1939	Alemã/judia	58
Luciano Ettiene	-	21 de dezembro de 1939	Francês/não consta	56
Bella Sara Bluth	Fevereiro de 1939	29 de agosto de 1939	Alemã/judia	66
Henrique Stock	-	8 de setembro de 1939	Alemão/não consta	46
Rosa Waginstock	-	22 de setembro de 1939	Polonesa/judia	39
Thereza Heller	1937?	12 de julho e 30 de agosto de 1940	Austríaca/judia	18
Salomon Spielmann	15 de agosto de 1939	29 de julho de 1940	Polonês/judeu	63
Edith Heupp	-	2 de agosto de 1940	Alemã/não consta	31
Olaf Hedlund	-	17 de junho de 1941	Finlandês/não consta	31
Pedro Pollakoff	21 de abril de 1942	15 de agosto de 1942	Russo/não consta	44
Hans Briller	1939?	25 de maio de 1943	Alemão/judeu	37
George Bosch	-	20 de fevereiro de 1944	Alemão/não consta	40
Tunezo Nagano	21 de agosto de 1940	12 de agosto de 1945	Japonesa/Budista	38
Josika Nagano	21 de agosto de 1940	12 de agosto de 1945	Japonesa/Budista	36

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital Brasileira, da base de dados do *FamilySearch* e do Arquivo Nacional.

A começar por Bella Sara Bluth, ela consumou o suicídio após seis meses residente no Brasil. Judia alemã de 66 anos, enforcou-se no seu apartamento em Copacabana em 29 de agosto de 1939, por conta da apreensão em relação aos filhos, que permaneceram na Alemanha. Não se explica como veio para o Brasil, com quem e porque os filhos não a acompanharam, mas há menção da perda de dois deles durante a Primeira Guerra Mundial. O tema foi explorado por *O Radical*, logo no título da matéria, que destacou o sofrimento materno:

Mas antes dessa mobilização já uma classe foi chamada ao front do tormento, e está vigilante nas trincheiras, por entre preces, para pedir a Deus misericórdia para alguém que ela estremece. São as mães! Ela é que primeiro se mobiliza, entoando não os cânticos militares vibrantes, mas as doces preces que alçam aos céus para que Deus se compadeça da humanidade, para que Deus proteja os seus filhos. São elas as primeiras vítimas não ainda da guerra, mas já de seus prenúncios, das perspectivas de luta. (...) O suicídio de Bella Sara Bluth, alemã de nascimento, só teve essa causa. Não quis sentir mais uma vez a

sequência dos dias terríveis, as notícias alarmantes ou alarmante falta de notícias.<sup>283</sup>

A referência à religião bem denota o tom apelativo da narrativa para aumentar o impacto da dor sentida por Bluth e, ao mesmo tempo, silenciar sobre outros fatores e circunstâncias de sua presença no país. A notícia extrapolou o caso individual para tratar de todas as mães, independentemente dos lados em luta. O fato de se tratar de uma mãe judia perde força e é bem pouco provável que os seus filhos estivessem no *front*, como aconteceu na guerra anterior. Desta feita, como judeus seu destino era outro.

A *Gazeta de Notícias* criticou a forma de a imprensa tratar a guerra, pois, na perspectiva do matutino, Bluth matou-se influenciada também pelo tom sensacionalista nas notícias, considerado maléfico por abusar da linguagem para comunicar revesses dos Aliados no conflito, o que desestabilizava emocionalmente a população a ponto de comprometer o clima pacífico que reinava no país:

Ninguém nega a gravidade da situação europeia. Ela é de molde a causar as mais sérias apreensões em todos os espíritos. Agora, o que também ninguém pode negar é que entre nós começa-se a abusar como nunca do sensacionalismo, através de títulos mais do que berrantes e de edições mais do que espetaculosas. Isto faz com que a ‘guerra de nervos’ também se faça sentir de uma maneira condenável entre nós. Não só os ânimos se exaltam inutilmente; não só criam-se brechas de ódio entre nós, como não falta quem já se tenha suicidado vencido pelos letreiros trágicos que por aqui andam rolando. É da crônica policial o suicídio dessa infeliz e idosa senhora de nacionalidade alemã aterrorizada com o que possa vir a acontecer aos seus filhos que se encontram no Reich. Positivamente isto está errado, lamentavelmente errado e ridículo. Não se explica que no Brasil neutro a gente perca o controle a ponto de criar tragédias e animosidades. Se as coisas continuarem como até aqui, seremos forçados a elogiar a ordem do delegado de polícia da cidade do Rio Grande, que ‘tout court’, proibiu toda e qualquer conversa sobre a ‘guerra’ nos cafés pelas esquinas...<sup>284</sup>

É significativo que o próprio jornal demandasse o controle da informação, em sintonia com o discurso estado-novista. O suicídio de Bluth, ocorrido ainda nos momentos iniciais do conflito, exemplificava como a guerra poderia estimular emoções exageradas semeadas pelas notícias sensacionalistas, alerta que, como se viu, não foi seguido nem pelo próprio periódico.

Por outro lado, indica-se que nem a companhia dos filhos poderia amenizar de vez a angústia na situação das mães refugiadas. Lora Sara Friendenreich, por sua vez, viúva de 58 anos e que aqui chegou em 16 de junho de 1939, atravessou o Atlântico

<sup>283</sup> Mães, as primeiras vítimas da guerra. *O Radical*, edição 2263, p. 3, 30 de agosto de 1939.

<sup>284</sup> Não é possível! *Gazeta de Notícias*, edição 208, p. 3, 1 de setembro de 1939.

acompanhada de uma das filhas, Théa Friendenreich, para juntarem-se à mais velha, Gesfila Friendenreich, que já morava no Rio de Janeiro. No entanto, passadas três semanas da entrada, em 27 de junho de 1939, Gesfila deparou-se com a mãe enforcada na maçaneta de uma porta. Na carta que deixou, dispôs dos bens que trouxera da Europa entre as filhas, mas não especificou a motivação do ato, segundo a notícia. No entanto, a reportagem alegou que Lora estava amargurada:

Entretanto, o cenário risonho da ‘cidade maravilhosa’ pouco a impressionara. Sofreu forte e fundamente a nostalgia da pátria distante. Não sentia como sua filha o encantamento da terra moça. Bem ao contrário, um acabrunhamento ia-lhe minando, pouco a pouco, o ânimo. Daí a deserção voluntária da vida como derradeira solução de seu drama interior.<sup>285</sup>

A tônica consistiu em situar o suicídio de Lora como resultante de processo de desenraizamento, ainda que confortada pela presença das filhas.<sup>286</sup> Nessa lógica argumentativa, que chama a atenção para a imagem positiva do país, suas belezas e oportunidades, que acolhera a família, a culpa recaía unicamente em Lora, tida como incapaz de enfrentar o desafio de se adaptar ao novo.

Em meio a esta dificuldade, a pesquisa registrou mais um suicídio de mãe judia e alemã que vivia com a prole, mas que recebera pouca atenção. Martha Becker, 68 anos, residia há poucos meses no Brasil, com o marido e dois filhos em apartamento descrito como luxuoso, no bairro de Copacabana, pertencente a Max Krauser, parente da família. Identificados como judeus refugiados da perseguição nazista, Martha é descrita como abalada emocionalmente. Na noite de 12 de fevereiro de 1939, após discussão com outro um dos filhos, a mulher ingeriu comprimidos de barbitúrico e foi encontrada pelo outro filho, Hulth, que, ao vê-la prostrada em seu aposento, repetiu o gesto. Martha veio a

---

<sup>285</sup> Não se adaptara na nova terra, enforcou-se com um barbante, a senhora germânica. *O Jornal*, edição 6148, p. 8, 27 de junho de 1939.

<sup>286</sup> A nostalgia caracteriza-se por emoção que envolve desejo de retorno a experiências passadas irrecuperáveis, associadas a relações de afetos por lugares e pessoas cujas perdas causam profundo sentimento de saudade. Vide: ARNOLD-FOSTER, Agnes. *Nostalgia: a history of a dangerous emotion*. London: Pan Macmillan, 2024.

falecer no hospital, a 16 de fevereiro, dado não informado nos jornais,<sup>287</sup> enquanto o filho sobreviveu<sup>288</sup> e continuou a residir no país.<sup>289</sup>

No outro caso, a figura familiar muda para a paterna, e o suicida polonês e judeu, Salomão Spielmann, cumpre o mesmo roteiro. Chegou ao Brasil acompanhado de uma de suas filhas, Sara Berger,<sup>290</sup> no vapor Chrobry, em 15 de agosto de 1939.<sup>291</sup> Dois filhos, Hermann Spielmann e Moysés Spielmann, já estavam estabelecidos em Petrópolis e, segundo as notícias, desfrutavam de boa reputação na cidade. Entretanto, duas filhas e netos permaneceram na terra natal. Em 29 de julho de 1940, com 63 anos, morreu atropelado na cidade serrana, ficando estabelecido que se atirara propositadamente na frente do veículo. Nas declarações fornecidas pelos filhos, o pai mencionava a intenção de se suicidar, motivado pela falta de notícias dos parentes na Polônia e a perspectiva de não mais revê-los. Tal como para Bella Sara Bluth, Salomão também passara pelo trauma da Primeira Guerra Mundial, pois perdera a esposa em ataque russo, tendo permanecido viúvo, como indica sua ficha consular, que informa ainda sua condição de residente permanente.

---

<sup>287</sup> Atestado de óbito de Martha Becker. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=martha&q.surname=becker>. Acessado em 19 de junho de 2024.

<sup>288</sup> Hulth Becker deixou uma filha, Evelyn Marcia Becker, nascida em 28 de julho de 1949. Certidão de nascimento de Evelyn Marcia Becker. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=evelyn%20marcia%20&q.surname=becker>. Acessado em 19 de junho de 2024.

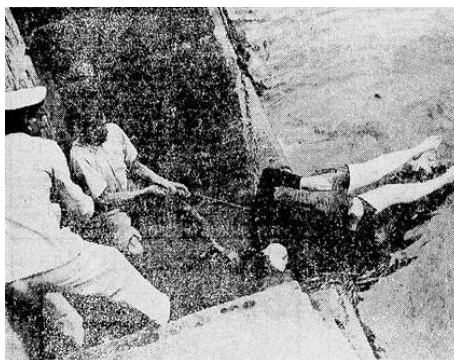
<sup>289</sup> Ele morreu com 75 anos, em 20 de setembro de 1993, no Rio de Janeiro, por “Fratura do crânio com hemorragia das meninges e do tecido encefálico – ação contundente”, sem que se tenha maiores informações. Atestado de óbito de Horst Becker. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=Horst&q.surname=becker>. Acessado em 19 de junho de 2024.

<sup>290</sup> Sara morreu em 31 de agosto de 1994 por insuficiência cardíaca. Viúva de Meier Berger, não deixou filhos. Certidão de óbito de Sara Berger. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%20C%20Brasil&q.givenName=salom%C3%A3o&q.surname=spielman>. Acessado em 5 de junho de 2024.

<sup>291</sup> Lista de passageiros do vapor Chrobry de 15 de agosto de 1939. Notação: 32469. Procedência: Gdynia. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.



Figura 21: Foto do recolhimento do cadáver de Rosa



Fonte: Mulher desconhecida afogada na Ponta do Galeão. *Diário da Noite*, edição 03756, p. 11, 21 de Setembro de 1939.

Não tardou para que o corpo fosse identificado pelo marido, Majer Waginstock, que viu a foto da esposa. Majer declarou à polícia que há alguns dias ela demonstrava profundo desânimo pelas notícias do avanço alemão em território polonês, argumento que bastou para a imprensa dar o caso por esclarecido, sem que se procurasse outros detalhes sobre a vida e a trajetória do casal.

Ademais, o medo da perda familiar também motivou a tentativa de suicídio do casal de japoneses Tunezo Nagano, 38 anos, e Yosika Nagano, 36, já no final da guerra. Em 13 de agosto de 1945, ambos tentaram tirar a própria vida cortando os pulsos num quarto do Pax Hotel, na cidade do Rio de Janeiro, em meio a dificuldades financeiras, pessimismo que culminou em função da filha, que estava em território japonês e corria risco de ser vítima das bombas atômicas, lançadas em 6 e 9 de agosto, o que evidencia correlação entre os dois acontecimentos:

(...) sem dispor de dinheiro suficiente para fazer face às suas próprias despesas, e, ainda, bastante preocupado com a sorte de uma filha que tem no Japão, principalmente agora, com as notícias alarmantes da bomba atômica, resolvera acabar com a vida. Mas não queria morrer sozinho e propôs a sua esposa um pacto. (...)

- Eu me levantei correndo, e, depois de atar os meus pulsos e os de Yosko com lenços, chamei o gerente e pedi que providenciasse o socorro médico. E aqui estamos renascidos.”<sup>294</sup>

Na entrevista dada ao jornal, além do fator familiar, Tunezo informou que havia chegado há oito dias na capital federal a fim de vender produtos químicos e que estava indignado pela iminente assinatura da rendição do Japão.<sup>295</sup> O duplo suicídio, apesar de frustrado, foi tomado por Tunezo como uma espécie de renascimento, em contraposição

<sup>294</sup> Repúdio ao ‘hara-kiri’: o casal de japoneses cortou os pulsos e ficou à espera da morte. *O Jornal*, edição 7759, p. 5, 14 de agosto de 1945.

<sup>295</sup> Para não assistir à derrota do Japão. *A Noite*, edição 12030, p.1-2, 13 de agosto de 1945.

ao título da nota jornalística, que ironizou o método escolhido. Por serem japoneses, a notícia sublinhou que eles se recusaram a praticar o *haraquiri*, suicídio considerado honroso entre os antigos samurais, o que deslegitimava o ato e atribuía caráter insólito à ideia de renascimento. No entanto, Tunezo e Yosika, a julgar pela imprensa, estavam decididos, pois o ato teria sido planejado, tanto que redigiram três cartas, uma dirigida à polícia, outra para o hotel em que solicitavam que os trâmites funerários ficassem sob a responsabilidade de Kintaro Fuju, morador de São Paulo, e destinatário da terceira missiva.

A ficha consular de Tunezo e a lista de passageiros de desembarque do navio M. S. Argentina Maru,<sup>296</sup> no qual o casal chegou ao país, deu-se em Santos, a 21 de agosto de 1940. A primeira residência foi no município de Álvares Machado, região de Presidente Prudente, o que permite imaginar que a amizade com Fuju poderia ter sido travada nessa oportunidade.

Figura 22: Ficha consular de Tunezo Nagano emitida pelo consulado brasileiro do Japão

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Tunezo Nagano Permanente

Admitido em território nacional em caráter: Permanente

Nos termos do art. 24 letra 1 do dec. n. 5.010, de 1938

Local e data de nascimento Osaka-hu, 1 / 10 / 1906

Nacionalidade Japonês Estado civil Casado

Filiação (nome do Pai e Mãe) Tunenato Nagano (pai)

Sute Nagano (mãe) Profissão Agricultor

Residência no país de origem Osaka-hu TRADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 369081 expedido pelas autoridades de Ministério do Exterior do Japão na data 11 de Julho de 1940 visado sob n. 495

Consulado Geral do Brasil em Kobe, 14 de Julho de 1940

O CONSUL: S. de M. Ogasakura

NOTA - Esta ficha deve ser apresentada a qualquer autoridade consular, sendo se deve visar em original.

OBSERVAÇÃO - As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque Santos-21-8-1940 Embarcação M.S. "ARGENTINA MARU"

Permanência em território nacional até:

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d. registro n.

Foi residir à Álvares Machado, S. Paulo.

Vai trabalhar:

Protege deixar o Brasil pelo porto de:

Observações:

649/940 Imprensa Federal de Imprensa PORTO DE SANTOS VISTO DE DESMARCAR 21 ABR 1940

Fonte: Ficha consular de Tunezo Nagano. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=Tunezo&q.surname=Nagano>. Acessado em 22 de junho de 2023.

O documento esclarece que ele provinha da cidade de Osaka, obteve visto permanente e declarou-se agricultor. De fato, o registro de estrangeiro que remeteu à delegacia paulista de estrangeiros em 8 de janeiro de 1945, indicava que trabalhava em Álvares Machado, no sítio denominado Yokoo.<sup>297</sup> Incluía, ainda, pedido para assumir o emprego de comerciante em 10 de janeiro daquele ano no mesmo núcleo urbano. Sabe-

<sup>296</sup> Lista de passageiros do vapor Argentina Maru de 21 de agosto de 1940. Notação: 36228. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

<sup>297</sup> Registro de estrangeiro de Tunezo Nagano. Delegacia especializada de estrangeiros. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Brasil&q.givenName=Tunezo&q.surname=Nagano>. Acessado em 23 de junho de 2024.

se que, por fim, Tunezo morreu viúvo em 26 de agosto de 1970 na cidade de Santos.<sup>298</sup> É perceptível, então, que o casal enfrentou instabilidades socioeconômicas, que tiveram trajetória conturbada sobretudo pelo medo pela situação da filha, cujo nome não foi citado nos jornais.

Dessa forma, ao lado do caso do casal de japoneses, Bella Sara Bluth, Rosa Waginstock e Salomão Spielmann, vê-se que nas narrativas dos jornais, a atitude radical tinha raízes, principalmente, não em possíveis dificuldades enfrentadas no país de acolhimento, mas nos efeitos causados pela guerra em outros continentes. O conflito chegava aos leitores a partir de dramas pessoais, casos que se apresentavam de modo isolado e cujo percurso já era conhecido, distinguindo-se por detalhes acerca dos nomes, nacionalidades, idades e circunstâncias do ocorrido. Não apenas nesses casos os jornais centraram as atenções no impacto causado pela perda dos familiares, o roteiro se repetiu para todos os demais, a saber: de Edith Heupp, Henrique Stock, George Bosch, Luciano Ettiene e Pedro Pollakof

Assim, sabe-se que Luciano Ettiene, 56 anos, era francês, e que George Bosch, de 40, era alemão. O primeiro, internado por grave moléstia, atirou-se da janela da enfermaria e morreu em 20 de dezembro de 1939,<sup>299</sup> enquanto o segundo, detido no presídio da Ilha das Flores por conta do estado de guerra no país, cortou o pescoço em sua cela em 20 de fevereiro de 1944,<sup>300</sup> conforme inquérito policial. No que respeita à motivação, Luciano, antigo soldado na Primeira Guerra Mundial, sentia saudades de familiares,<sup>301</sup> e George não acreditava que reencontraria os seus, como esclareceram companheiros de cárcere.<sup>302</sup> A mesma estrutura explicativa: o pessimismo em relação à guerra e a perda de familiares.

Outras circunstâncias, mesmo *script*. Henrique Stock, alemão de 46 anos, enforcou-se na zona rural de Niterói, em 8 de setembro de 1939, por conta da ofensiva

---

<sup>298</sup> Atestado de óbito de Tunezo Nagano. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Brasil&q.givenName=Tunezo&q.surname=Nagano>. Acessado em 23 de junho de 2024.

<sup>299</sup> Atestado de óbito de Luciene Ettiene. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=luciano&q.surname=etiene>. Acessado em: 14 de junho de 2024.

<sup>300</sup> Atestado de óbito de Georg Bosch. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=george&q.surname=bosch>. Acessado em 9 de junho de 2023.

<sup>301</sup> Tentativa de suicídio. *Jornal do Comércio*, edição 69, p. 4, 21 de dezembro de 1939.

<sup>302</sup> Está provado que foi suicídio. *Diário da Noite*, edição 3477, p. 4, 12 de maio de 1944.

dos franceses no Sarre, região onde havia deixado parentes,<sup>303</sup> a indicar que nenhum dos lados estava livre das consequências do conflito. Pedro Pollakof, por sua vez, era um russo de 44 anos, mordomo na casa de importante funcionário do Itamaraty, Oswaldo Fursi, e que residia há menos de quatro meses na capital federal. Chegou ao Brasil procedente de Montevidéu, em 21 de abril de 1942<sup>304</sup> e lançou-se do 7º andar do apartamento de Francisco Louzada, secretário de embaixada brasileira, em 15 de agosto de 1942, em função da falta de notícias da família, como relataram as notas sobre o caso. Pelo menos segundo os jornais, a instabilidade emocional, a ruptura familiar e a solidão causada pelo desenraizamento pesavam no cotidiano dos imigrados a ponto de tomarem a decisão de não continuarem a viver. Sem que se possam estabelecer causas e circunstâncias precisas e mesmo levando em conta o formato padronizado adotado na construção das notícias, não é possível negar os efeitos psicológicos de tantas privações e infortúnios.

Note-se que o tom muda no caso da alemã de 31 anos, Edith Heuppe, que se matou com gás carbônico na cozinha de sua casa, em 2 de agosto de 1940. A causa apontada teria sido a partida do marido para a guerra, argumento contestado pelo *Correio da Manhã*, segundo o qual ela era alcoólatra, como alegou o vizinho, que a repreendeu.<sup>305</sup> Não houve por parte do jornal nenhum comentário que sensibilizasse o leitor pela delicada condição de Edith, diferente dos suicídios de Luciano, Pedro, George e Henrique. Nestes, adjetivações como “pobre homem”, “inimigo de boêmias” e “acabrunhadíssimo”, foram predicados morais e expressão de pesar utilizados para que se compreendesse o ato cometido por eles. Tampouco se explica como ela chegou ao Brasil, porque fugiu da Alemanha, quando se deu o engajamento do marido no conflito, elementos que poderiam dar outro sentido ao ato.

Diferente do suicídio de João Hans Brilles,<sup>306</sup> cujos os pormenores foram fornecidos com maior afincio pelas reportagens. Impossibilitado de dar o último adeus aos pais, judeu proveniente da Alemanha e vendedor na Companhia Industrial de Minérios, matou-se com 37 anos em 25 de maio de 1943 na cidade do Rio de Janeiro por meio da

---

<sup>303</sup> Enforcou-se quando soube do avanço francês no Sarre. *Diário da Noite*, edição 03745, p. 8, 8 de setembro de 1939.

<sup>304</sup> Lista de passageiros do vapor Baependy de 21 de abril de 1942. Notação: 33481. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

<sup>305</sup> Desiludidos da vida. *Correio da Manhã*, edição 14033, p. 8, 3 de agosto de 1940.

<sup>306</sup> João não é nome de alemão. De fato, em alemão, o nome é Johannes (João), que deriva do hebraico Yochanan e significa "Deus é gracioso". A abreviatura de Johannes é Hans. Os jornais traduziram o nome e usaram a tradução com o nome em alemão, sinal de extremo descuido.

ingestão de produto tóxico, num quarto do Hotel Primavera, onde morava há quatro anos. Deixou duas cartas: uma dirigida à polícia e outra ao seu chefe, reproduzidas pelo *Correio da Manhã* no dia seguinte, sem informar se as foram integralmente ou se eram apenas de excertos. Trata-se de mensagens curtas e que não especificaram com detalhes as suas motivações. Na primeira, escreveu: “Ninguém é culpado deste meu ato. Deixo este mundo voluntariamente porque estou cansadíssimo e doente.”. Os termos foram reafirmados na segunda: “Sr. Lourival, peço-lhes desculpas por meu ato, mas estou cansadíssimo. Receba o último abraço do – Hans.”.<sup>307</sup>

O enterro de Hans deu margens a evento insólito que o *Correio da Manhã* fez questão de registrar.<sup>308</sup> Tendo em vista que o seu corpo seria maior do que o caixão, o funcionário responsável pela tarefa, Abelar Cunha, sugeriu que se cortasse as pernas do cadáver. A denúncia foi feita por Florentina da Silva, cuja relação com Hans não foi dada a conhecer no jornal, o que causa estranheza mediante o espaço que lhe foi concedido na narrativa. Ela afirmou que o alemão se matou em função de dinheiro que desviou da empresa onde trabalhava e por haver sido viciado em jogos de aposta. Ao que parece, os motivos presentes nas cartas interessavam menos do que a conduta moral do suicida, identificado como judeu. No entanto, a história ganhou outros elementos no *A Noite* e no *Diário da Noite*.<sup>309</sup> Sem citar as cartas, os jornais esclareceram que na endereçada à polícia, o autor acrescentava que seu combalido estado físico se agravou ao saber, por intermédio da Cruz Vermelha, que os pais haviam sido assassinados pela Gestapo num campo de concentração na Alemanha, como relatou o gerente do hotel, José Costa Fernandes. A tristeza derivada da morte dos progenitores piorou significativamente a saúde já debilitada. A *Gazeta de Notícias*, que subscreveu esta versão, a exemplo do *Diário de Notícias* e de *O Jornal*, informou os nomes de seus pais, Richard Brilles e Hedwiges Brilles.

A partir deles, foi possível confirmar a veracidade da informação no sistema de busca do Yad Vashem.<sup>310</sup> Richard Brilles, alemão nascido em 28 de novembro de 1871, na cidade de Greifenberg, morava em Berlim antes da Segunda Guerra Mundial e foi deportado, em 27 ou 29 de outubro de 1941, para o gueto de Litzmannstadt, na Polônia,

<sup>307</sup> Os desiludidos da vida. *Correio da Manhã*, edição 14895, p.3, 26 de maio de 1943.

<sup>308</sup> O suicídio de Hans Briller. *Correio da Manhã*, edição 14896, p. 4, 27 de maio de 1943.

<sup>309</sup> A gestapo matou-lhe os pais. *A Noite*, edição 11236, p. 3, 25 de maio de 1943; Vítima do nazismo, o judeu suicidou-se. *Diário da Noite*, edição 3781, p.3, 25 de maio de 1943.

<sup>310</sup> Yad Vashem. The world holocaust remembrance center. List of deportation from Berlin and list of murdered Jews from Germany. Richard Brilles and Hedwig Brilles. Disponível em: Yad Vashem Collections - Names - Search Results. Acessado em 9 de julho de 2024.

e transferido em 4 de maio de 1942, para o campo de extermínio de Chelmino, no mesmo país, onde foi assassinado. Hedwig Rosenthal Brilles, também alemã e moradora em Berlim, nasceu em Neumark em 9 de março de 1879 e seguiu o mesmo trajeto do marido. A notícia só chegou a Hans quase um ano depois, a confiar nas notícias publicadas pela imprensa, que também divulgou sua foto, muito provavelmente extraída de documento oficial, tendo em vista as dimensões e a formalidade da pose. Note-se que a depender do jornal, o leitor teria explicações muito diversas, uma baseada em fatores morais e denúncias de pessoa acerca da qual nada se sabe e outra que aponta para as perdas decorrentes da guerra, como indicam as manchetes dos artigos citados.

Figura 23: Foto de João Hans Brilles publicada na imprensa



Fonte: A gestapo matou-lhe os pais. *A Noite*, 25 de maio de 1943 p.3/11, edição 11236.

Já, pouco mais jovem que Hans, Olaf Hedlund, finlandês de 31 anos, foi descrito como “(...). Moço, olhos azuis, louro, tipo de homem do norte europeu (...)”<sup>311</sup>, ou seja, cujo fenótipo condizia com o idealizado pela doutrina nazista. Segundo *A Noite*, único periódico que publicou o caso, Olaf era tripulante do navio Globex 2 e levava vida aventureira, mas não esquecia dos pais, irmãos e noiva, deixados na terra natal, narrativa que prepara o leitor para a informação seguinte, segundo a qual ele recebeu carta enviada pelo consulado argentino dando conta que toda a família morreria vítima de um bombardeio, o que o explicaria a dupla tentativa de tirar a própria vida durante passagem pela cidade do Rio de Janeiro.

Em 17 de junho de 1941, compareceu à sede da Companhia de Navegação Alex S. Grieg para receber seu salário. Coincidentemente, a empresa localizava-se no 8º andar do prédio do jornal *A Noite*, de onde ele tentou se jogar, tendo sido impedido por funcionário do estabelecimento. Na oportunidade, teria declarado: “– Não preciso mais

<sup>311</sup> A triste história do marujo finlandês. *A Noite*, edição 10541, p. 3, 17 de junho de 1941.

viver – dizia – quero morrer com a minha família.”,<sup>312</sup> desespero que foi destacado na nota dando conta do ocorrido. Mas a história prosseguiu com lances inesperados pois, escoltado à presença do delegado de polícia, conseguiu se desvencilhar dos agentes e fugiu em direção ao cais, de onde, segundo a notícia, tentou, novamente sem sucesso, suicidar-se, foi detido e conduzido à Delegacia de Estrangeiros, onde declarou que não embarcaria no navio. A foto publicada no jornal mostra Olaf e o policial sorridentes e a própria sequência dos fatos parece inverossímil. Não há como determinar o peso das perdas nas suas atitudes, mas também se pode levantar a hipótese de que ele desejasse permanecer no país e tudo não passasse de encenação. De fato, ainda que a relação causal entre a perda da família e a atitude tenha sido claramente estabelecida pelo jornal, não há como determinar exatamente as intenções e motivações. Os leitores nada mais souberam de Olaf, teria ele permanecido no Rio de Janeiro?

Figura 24: Foto da detenção de Olaf



Fonte: A triste história do marujo finlandês. *A Noite*, edição 10541, p. 3, 17 de junho de 1941.

A diversidade de situações é, ainda uma vez, atestada pelo exemplo de Thereza Edith Heller, que ganhou as páginas dos impressos durante quase dois meses, sem dúvida o caso de maior repercussão dentre o restante apresentado neste conjunto. Judia austríaca de 18 anos, tentou se matar duas vezes na cidade do Rio de Janeiro. A primeira, durante viagem de trem entre Belo Horizonte e a capital federal, em 11 de julho de 1940, e a segunda, quase um mês depois, na enfermaria de um hospital, em 9 de agosto de 1940. O caso gerou diferentes versões na imprensa, que explorou em tom de folhetim o sofrimento da jovem, alimentando o imaginário do leitor. As hipóteses aventadas foram de vítima de

<sup>312</sup> A triste história do marujo finlandês. *A Noite*, edição 10541, p. 3, 17 de junho de 1941.

atentado<sup>313</sup> a amor não correspondido.<sup>314</sup> A jovem chegara ao Brasil três anos antes, por intermédio da Associação de Socorros aos Perseguidos Católicos, sob a responsabilidade do conde Maximiliano, compatriota que decidiu por enviá-la para o Convento das Irmãs do Divino Espírito Santo, Belo Horizonte, para tornar-se freira.<sup>315</sup> No entanto, a saudade da família, cujo pai havia sido assassinado em consequência do *Anschluss*,<sup>316</sup> somada à falta de notícias da mãe, constituíram-se em dificuldades desalentadoras que lhe despertaram o desejo de reencontrar algum parente, segundo informações da imprensa. O certo é que solicitou permissão para sair do convento e buscar parentes, o que lhe foi negado. Entretanto, não se sabe como, a despeito da negativa, conseguiu evadir-se e embarcar para o Rio, oportunidade em que tentou contra a vida ingerindo barbitúrico. Socorrida, conseguiu sobreviver e durante sua internação a especulação só fez crescer.

Destacou-se a caracterização física da jovem, ora descrita como bela, ora como afetada pelo impacto do exílio, que lhe dava aparência de mais velha.<sup>317</sup> Foi tida como católica fervorosa, apesar da ascendência judia, tanto que entendia-se seu comportamento no claustro como exemplar.<sup>318</sup> O caso chegou a ser discutido em reunião na Academia Nacional de Medicina, apresentado pelo médico Octávio Ayres, diretor do hospital São João Batista da Lagoa, no qual a jovem permaneceu internada por mais de um mês, onde novamente despistou a vigilância e novamente ingeriu medicamentos.

Note-se que houve questionamentos quanto à decisão de enviá-la para o claustro, tomada supostamente por um compatriota seu, chamado de conde Maximiliano,<sup>319</sup> de quem não se forneceu mais nenhuma informação, a não ser que intermediou sua vinda para o Brasil e não a consultou se estava disposta a viver num convento. No entanto,

<sup>313</sup> Ameaçada de morte a bela refugiada austríaca. *O Radical*, edição 3052, p. 2, 9 de agosto de 1940.

<sup>314</sup> O sombrio drama de Thereza Heller! *Diário Carioca*, edição 3706, p. 11, 16 de julho de 1940.

<sup>315</sup> Em estudo de Milgram, no entanto, na lista de judeus convertidos que obtiveram das autoridades brasileiras o visto de entrada no país por intermédio do Vaticano, não se consta o nome de Edith. MILGRAM, Avraham. *Os judeus do vaticano: a tentativa de salvação de católicos – não arianos – da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

<sup>316</sup> Cabe lembrar que a anexação da Áustria deu lugar a medidas imediatas contra os judeus, como bem salienta Martin Gilbert, as hostilidades ultrapassaram a perda dos direitos civis no plano institucional, e frequentar espaços públicos como restaurantes, cafés e parques, ou mesmo transitar pelas ruas, transformou-se rapidamente em prática oportuna a humilhações recorrentes dos perpetradores.<sup>316</sup> Obviamente, a imigração não estava ao alcance de todos e é significativo que, no intervalo de um mês após a anexação, mais de quinhentos suicídios tenham sido cometidos, enquanto deportações para Dachau e Buchenwald, até junho de 1938, ultrapassaram a casa das mil e quinhentas pessoas, como frisou o autor. GILBERT, Martin. *O Holocausto: História dos judeus da Europa na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 62-64.

<sup>317</sup> Dentro de algumas horas se conhecera a sorte da refugiada do Reich. *Diário da Noite*, edição 4003, p. 2, 12 de julho de 1940.

<sup>318</sup> Não teria sido tentativa de suicídio. *Diário da Noite*, edição 04003, p. 3, 12 de julho de 1940.

<sup>319</sup> Thereza Heller voltou a ingerir forte dose de narcótico. *Diário da Noite*, edição 4043, p. 2, 29 de agosto de 1940.

noticiou-se que foi graças aos esforços do diretor do hospital e do Departamento de Assistência Social da S.O.S., que ela compareceu à presença do Juizado de Menores, Saul de Gusmão, para formalizar o pedido de deixar o país e ir para os Estados Unidos, onde tinha tios. Apesar de os jornais darem como certa sua partida, para o que a Cruz Vermelha acionou a embaixada norte-americana a fim de se obter dados sobre os parentes da jovem, a viagem não se concretizou, sem que os leitores terem sido informados das razões. Pesquisas revelaram que Edith contraiu matrimônio com o alemão Theodor Busch, 27 anos, em 28 de outubro de 1944, na cidade do Rio de Janeiro.<sup>320</sup> As narrativas do caso insistiram no cuidado e na atenção que Edith recebia por onde ela transitava, das autoridades, funcionários do hospital e das irmãs do convento, como se a tentativa de suicídio, considerado incidente na sua curta trajetória no país até ali, catalisasse a imagem da prontidão das autoridades brasileiras em compadecerem-se do sofrimento de pessoas como ela naquele contexto, mas que, afinal, permaneceu no âmbito do discurso.

O conjunto, portanto, revela o quanto o peso da ruptura familiar alquebrava os indivíduos, estivessem ou não acompanhados de alguns de seus entes queridos em território brasileiro. O profundo abalo emocional relacionava-se pelo fato de deixarem o restante dos familiares para trás, ao mesmo tempo em que conseguiam escapar dos horrores da perseguição. Exceção entre tantos outros indivíduos que não puderam fugir, poderia resultar em sentimento de culpa, em vista dos amigos e parentes que deixaram para trás. O sentimento de desenraizamento, nunca totalmente superado, comprometia a perspectiva de presente e de futuro. Entretanto, há de se observar que a questão de gênero ficou demarcada no conjunto, pois na imprensa, como evidenciaram os casos de Edith e de Rosa, o tratamento foi superficial, diferente do dispensado a Bella Sara e Lora, que eram mães. Em relação aos homens, pelo contrário, os adjetivos e as explicações pareciam mais condescendentes, com exceção de casos como de Hans Brilles, que não era o único judeu, pelo contrário, 50% dos suicidas pertenciam a esse grupo étnico/religioso.

## 4.2 Situação financeira

Dos quatro casos em que a perda de recursos compôs o pano de fundo alegado pelos jornais, ainda que nem sempre com a mesma ênfase, dois foram protagonizados por

---

<sup>320</sup> Certidão de casamento de Thereza Edith Heller. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givName=edith%20theresia&q.surname=heller>. Acessado em 21 de junho de 2024.

francesas, e os outros por um alemão e um holandês. Metade deles eram judeus, que vieram para o Brasil, ao que se indica, em situação desesperadora, o que se refletiu na curta estadia no país, pois se suicidaram pouco depois da chegada. Os altos custos envolvidos na obtenção do visto e da passagem, poderia trazer consequências para o processo inicial de fixação no lugar de acolhida. No que se refere às duas francesas, mataram-se durante a ocupação nazista na França e, ao que parece, residiam em território nacional há algum tempo, sem que se saiba que religião professavam. A média de idade dos indivíduos estava na casa dos 40 anos.

Tabela 10: Suicídios por perda de recursos

Nome	Data de chegada	Data de suicídio/tentativa	Nacionalidade/etnia/religião	Idade
Kurt Reiter	27 de março de 1939	1 de abril de 1940	Alemão/judeu	20
Albert Philips Leeuw	30 de setembro de 1940	27 de dezembro de 1940	Holandês/judeu	42
Baronesa Cecy de Sugesser e	1935 (?)	10 de março de 1941	Francesa/não consta	58
Marthe Perrin	1939 (?)	3 de junho de 1944	Francesa/não consta	43

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital Brasileira, da base de dados do *FamilySearch* e do Arquivo Nacional.

À parte da média desta faixa etária, nos jornais, Kurt Reiter, identificado como judeu austríaco de 20 anos. Emigrou rumo ao Brasil diante dos graves riscos advindos do *Anschluss* em março de 1938, como se fez questão de enfatizar nas notícias sobre sua morte e que se constituiu em pista para elucidar a causa do seu ato. Ele foi encontrado desacordado pela mãe, em 1 de abril de 1940, no apartamento em que residia, em Copacabana, por haver ingerido quarenta comprimidos de sedativo. Levado ao hospital, Kurt deu entrada em estado de coma, obviamente não poderia explicar o ato e tampouco deixou carta ou bilhete esclarecendo suas motivações, ficando por conta dos repórteres a busca de mais detalhes sobre sua trajetória de vida.

Tida como família de posses, segundo os jornais, os Reiter tiveram que se desfazer de todos os bens em razão das perseguições movidas após o domínio do *Reich*. Os próprios títulos das matérias, publicadas no *O Jornal* e no *Diário da Noite*, destacavam a condição judia de Kurt, de forma a relacioná-la com a suposta situação desesperadora em

que se encontraria.<sup>321</sup> No *Jornal do Brasil*, a importância dada à identificação da etnia manifesta-se no fato de ser descrito como “(...) de nacionalidade austríaca, porém de origem semita (...)”. A oposição formulada entre os termos bem revela o distanciamento que o jornal buscava indicar entre ser judeu e integrar verdadeiramente a comunidade nacional, uma vez que tal condição o impedia de gozar de cidadania plena.

Ademais, a origem de Kurt estruturava uma lógica narrativa que permitia aos jornais atribuírem contornos sensacionais ao caso. O fato de a família ter perdido todos os bens materiais aumentava a carga dramática do episódio. Nada mais natural, então, em meio a essa espetacularização ensaiada principalmente no *Diário da Noite*, que concedeu maior espaço ao caso, que a vinda de Kurt ao Brasil se configurasse não apenas como tentativa de fugir da perseguição sofrida no Velho Continente, mas sobretudo como tentativa de se restabelecer financeiramente, o que reforçava para o leitor a relação entre situação econômica pregressa e a decisão de suicidar-se, que assumia contornos de fator determinante:

(...) filho de pais abastados, perseguido na terra de origem, perdera tudo, vindo para o Brasil em busca de recursos. Aqui tudo lhe faltara. Não conseguira negócios, e, nada conhecendo de lavoura ou de trabalhos braçais, resolvera para não morrer de fome, acabar com a vida.<sup>322</sup>

A repetição da palavra “tudo” ressaltava a gravidade do estado de penúria no qual Kurt teria se afundado, tanto na Áustria como no Brasil, a ponto de quase morrer de fome na narrativa construída pelo matutino, que não menciona família ou círculo de apoio, apenas sua inaptidão para atender aos interesses do país de acolhimento. De fato, o desejo das autoridades era manter os judeus longe dos núcleos urbanos, a fim de se engajarem em serviços agrícolas nas áreas onde havia carência de mão de obra. No entanto, é preciso cautela diante do quadro delineado pela imprensa, tendo em vista as contradições patentes que se revelaram na sequência do caso.

No dia seguinte à ocorrência, o *Diário da Noite* publicou nova reportagem, desta vez se trata de texto longo, com seis subtítulos,<sup>323</sup> evidenciando a atenção que o caso

---

<sup>321</sup> Tentou matar-se em Copacabana um jovem israelita. *Diário da Noite*, edição 03916, p. 2, 1 de abril de 1940; Impressionante apelo à morte, o jovem israelita ingeriu quarenta pastilhas de uma droga soporífera. *O Jornal*, edição 6383, p.8, 2 de abril de 1940.

<sup>322</sup> Tentou matar-se em Copacabana um jovem israelita. *Diário da Noite*, edição 03916, p. 2, 1 de abril de 1940.

<sup>323</sup> Sublocou o apartamento; Mudou-se; Deparou com o filho sem sentidos; Ouvindo os vizinhos; Fugido da Alemanha; Em estado de coma. Sono profundo sob a ação de 40 pastilhas de um sedativo, a tentativa de suicídio de um jovem judeu austríaco. *Diário da Noite*, edição 03917, p. 2, 2 de abril de 1940.

recebeu. De saída, o periódico relatava que a mãe não morava com o filho, havia se mudado para Teresópolis há meses e alugado o apartamento onde Kurt residia para outra família austríaca, com quem ele compartilhava o espaço. Porém, dois dias antes do ocorrido com o jovem, a família locatária mudou-se, o que motivou a ida da mãe até o local, que o descobriu desacordado. Não se conta com o depoimento da genitora, mas declarações de vizinhos, também estrangeiros, afirmavam que Kurt não era rico, mas: “(...) trabalhava para conseguir o seu sustento e manter uma vida de relativo conforto. (...)”, e que “(...) fugira após o *Anschluss* devido à questão racial imposta pelos alemães.”<sup>324</sup>

Se, de início, noticiava-se que os Reiter haviam perdido todas as posses e achavam-se em extrema dificuldade no Brasil, as novas informações contrariaram este cenário. A mudança da mãe para Teresópolis é indicativa de que a família deveria ser proprietária de outro imóvel ou poderia pagar pelo aluguel, ao que soma o apartamento em Copacabana, situado em região nobre da cidade. As declarações colhidas amenizavam o peso das circunstâncias econômicas e da referida miséria. Não se observa preocupação em apurar com mais vagar o caso, ser judeu, vítima e fugitivo do nazismo fornecem o enredo que ganha em dramaticidade com a referência à pobreza. Note-se que o estereótipo do judeu ganancioso sempre se faz presente. Empobrecido, o rapaz escolhera o Brasil para tentar reconquistar a fortuna, enquanto o pesadelo enfrentado na Áustria fica restrito ao âmbito econômico.

Entretanto, a narrativa construída pela imprensa pode ser reescrita a partir da ficha consular, segundo a qual Kurt<sup>325</sup> não era austríaco e seus pais foram admitidos com o visto emitido por ofício do consulado de Hamburgo.

---

<sup>324</sup> *Op. Cit.*, p. 2.

<sup>325</sup> Ficha consular de Marcus Reiter. *Database FamilySearch*, Acessado em 3 de março de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=marcus&q.surname=reiter>; Ficha consular de Gertrud Reiter. *Database FamilySearch*. Acessado em 3 de março de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=gertrud&q.surname=reiter>.

Figura 25: Ficha consular de Kurt Reiter emitido pelo consulado brasileiro de Berlim

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino.

Nome por extenso: Kurt Reiter  
Admitido em território nacional em caráter permanente  
Nos termos do art. 24 letra do dec. n. 2010, de 1938  
Lugar e data de nascimento: Berlim, 2. 5. 1919  
Nacionalidade: alemã - Estado civil: solteiro  
Filiação (nome do Pai e da Mãe): Marcus e Selma  
Profissão: comerciante  
Residência no país de origem: Berlim  
Sexo: M  
Idade: 19  
FILHOS MENORES DE 18 ANOS: 72/25/27-9-35  
Passaporte n. 72/25/27-9-35 expedido pelas autoridades de Berlim na data 30.4.35  
viado sob n. 409  
CONTINHA em Berlim do Brasil de 1939  
O CONSULADO de Berlim  
Visto autorizado pelo Ministério das Relações Exteriores - emitido em 27 de março de 1939 de Kurt Reiter de 1939

Fonte: Ficha consular de Kurt Reiter. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=kurt&q.surname=reiter>. Acessado em 3 de março de 2024.

Segundo o documento acima, Kurt era alemão, e acrescentados os de seus pais, nem Marcus Reiter e Gertrud Reiter eram austríacos, ambos haviam nascidos na Ucrânia e na Lituânia, respectivamente. Confrontados com a imprensa, tais dados colocam em xeque a narrativa publicada pelos jornais, que mediante o fato de haver declarado Kurt como austríaco, nacionalidade, aliás, constatada no seu atestado de óbito e omitida na lista de passageiros do vapor *Hyghland Patriot*,<sup>326</sup> no qual desembarcou em 27 de março de 1939, procedente de Londres, justificavam o contexto de perseguição sofrido a partir do *Anschluss*. No entanto, provenientes do leste europeu, Kurt e família, segundo novamente as fichas consulares, residiam em Berlim. A discrepância entre as informações demonstra, de um lado, a imprecisão dos registros civis de imigrantes nas instâncias burocráticas no país, e de outro, a atuação informal de repórteres, que nem sempre se baseavam em documentos de identidade oficiais para escreverem as notícias.<sup>327</sup>

Designados como apátridas, apenas a mãe detinha de fato a nacionalidade alemã, o que ajuda a explicar o fato de os vistos terem sido solicitados em Berlim, no dia 1 de março de 1939. Sabe-se que ela não tinha profissão e pai e filho se declararam comerciantes.

<sup>326</sup> Lista de passageiros, navio *Highland Patriot*, 27 de março de 1939, Londres para Rio de Janeiro. Notação: 32134. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Serviço de Imigração. Porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Sobre os pais de Kurt não foi possível localizar nenhuma informação além das encontradas nas fichas consulares.

<sup>327</sup> Há de se observar que, após o *Anchluss*, muitos austríacos obtiveram sucesso na fuga do país apenas por meio do passaporte alemão e poucos entraram no Brasil com a nacionalidade austríaca. Como bem pontua Klaus Eisterer: “(...) somente aqueles que protestaram vigorosamente contra esta medida, puderam, em alguns casos de forma bem-sucedida, insistir em ter sua carteira identidade, a designação apátrida ou ‘incerta’”. EISTERER, Klaus. O Comitê de Proteção dos Interesses Austríacos no Brasil. Embaixada da Áustria no Brasil, 2008, p. 7. Disponível em: *Historia das relações bilaterais – BMEIA - Außenministerium Österreich*.

É bem provável que a condição social dos Reiter tenha sido fundamental para obter o visto brasileiro permanente. A Comissão de Permanência de Estrangeiros impunha três exigências para conceder a residência fixa: “a) a apuração das qualidades pessoais do estrangeiro e do seu grau de adaptação ao país; b) as suas habilidades profissionais; c) a verificação da transferência de capital para o Brasil ou de emprego útil à economia brasileira.”,<sup>328</sup> ou seja, ter recursos desempenhava peso importante na decisão.

Apesar dos jornais terem demonstrado confiança na recuperação de Kurt, ele faleceu a 3 de abril por conta de uma pneumonia,<sup>329</sup> como se lê no atestado de óbito, cujo declarante foi um parente, Leo Reiter, a respeito de quem não foi possível obter informações mais detalhadas, mas o dado é interessante por mostrar que o núcleo familiar de Kurt não se restringia aos pais.<sup>330</sup> Entretanto, nenhum jornal noticiou a morte do jovem, o que intriga, pois se, de saída, o caso obteve repercussão, por que não dar conta do seu desfecho? Nesse sentido, o que se tem são apenas as afirmações dos jornais, que divulgaram informações superficiais a respeito dos fatores que envolveram a morte do jovem. Não há referências ao pai, a mãe é apenas citada, e da tal família com quem ele convivia nada se sabe. Explicar as causas de um suicídio talvez seja uma tarefa inatingível, o que se pode é compor um quadro de possíveis razões, levantar hipóteses, o que não é factível no caso em apreço, envolto em contradições que incluem engano na menção da nacionalidade. Mais do que nos outros casos, aqui as motivações seguem emaranhadas em controversas.

Após mais de oito meses da morte de Kurt, em 27 de dezembro de 1940, segundo o jornal *A Noite*, as dificuldades financeiras teriam atingido o holandês, Albert Philips Leeuw, que se jogou do nono andar do edifício de onde morava em Copacabana com a mulher e o filho assustando os transeuntes. Os repórteres detalharam o estado desfigurado do cadáver “(...) um corpo transformado em massa sangrenta, onde a carne esfrangalhada

---

<sup>328</sup> KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: O ministério da justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 167.

<sup>329</sup> Atestado de óbito de Kurt Reiter. Registro Civil, 12032, 4 de abril de 1940. *Database FamilySearch*. Acessado em 29 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=kurt&q.surname=reiter>.

<sup>330</sup> Leo Reiter era alemão, naturalizado brasileiro, que morreu no Rio de Janeiro em 1954 como atesta sua certidão de óbito. Sobre o grau de parentesco com Kurt e seus pais não há nenhuma informação. Atestado de óbito de Leo Reiter. Registro Civil, 44.349, 5 de março de 1954. *Database FamilySearch*. Acessado em 2 de março de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=leo&q.surname=reiter>.

confundia-se com pedaços partidos de ossos e restos de roupa. O rosto, uma massa informe. (...).”<sup>331</sup> Não tardou para que colhessem informações sobre a trajetória do suicida de 42 anos, que havia sido Secretário da Câmara de Comércio Holandesa na África do Sul e que era sócio proprietário de empresa administrada com dois irmãos, cuja matriz localizava-se em Johannesburgo. Segundo os jornais, devido à invasão nazista, ele saiu da Holanda e passou pela Argentina e Chile, antes de fixar-se no Rio de Janeiro. Um de seus desafios era regularizar sua permanência no país, para o que contava com o advogado Abel Chermont. Sempre segundo as notícias, ele mantinha relações próximas com banqueiros e importantes comerciantes cariocas, tanto que o embaixador holandês foi até a cena do suicídio e prestou assistência à família. Entre seus pertences, foi encontrada carta da rainha Guilhermina, relativa às funções comerciais que exercia, o que indica a relevância de suas atividades antes de imigrar.

A passagem pelos países sul-americanos objetivava fundar filiais da empresa, que importava diversos produtos, como algodão e café. No entanto, a situação europeia, que interrompeu as operações financeiras, abateu-lhe profundamente frente ao comprometimento de seus negócios como se lê em *A Noite*:

É que da firma não vinham notícias. Nem dos parentes. A guerra refletia nas operações da casa, ameaçando-lhe a solidez. Longe, sem saber como dirimir as dificuldades, teve o comerciante abalada a saúde. Pior, a enfermidade atacara-lhe o sistema nervoso. A preocupação era visível, tornava-o, às vezes, taciturno, outras, monologava. De fina educação, procurava, entretanto, furtar aos olhos da esposa o seu estado de espírito. Por fim, mesmo, a evitava. Essas atitudes entristeciam profundamente a senhora. E o mal foi num rápido crescendo, até que, hoje, culminou num ato de desespero do grande comerciante, que pôs, violentamente, termo à vida.<sup>332</sup>

A perspectiva da ruína e o isolamento dos familiares na Holanda teriam desencadeado um quadro emocional instável, que culminou com o suicídio. Observe-se que, no relato, o personagem é tratado com respeito, tendo em vista sua condição social, e insiste na imagem de um provedor preocupado em poupar a família de suas dificuldades financeiras. Na notícia, é reforçado o papel do homem enquanto quem aprovisiona o lar, situação que, segundo a historiografia, pesava no aumento das taxas de suicídios em momentos de grave crise.<sup>333</sup> A expectativa social gerada em torno desta função masculina

<sup>331</sup> Fim sangrento de um drama de exílio, um cidadão holandês atira-se do nono andar do edifício Roxy. *A Noite*, edição 10373, p. 3, 27 de dezembro de 1940.

<sup>332</sup> O impressionante suicídio em Copacabana, era um importante comerciante. *A Noite*, edição 10373, p. 1, 27 de dezembro de 1940.

<sup>333</sup> GOESCHEL, Christian. *Suicide in Nazi Germany*. New York: Oxford University Press, 2009, p. 3.

é coerente com o argumento de *A Noite*, segundo o qual Albert havia escondido da esposa os problemas financeiros, o que também remete para a suposta fragilidade da mulher, que precisaria ser protegida de notícias desagradáveis.

É evidente que os termos usados em relação a Albert são cuidadosos, pôr fim à vida figura, na narrativa jornalística, como um ato de nobreza. A versão foi reforçada pelo depoimento de dois compatriotas próximos do suicida que, sem falarem português, indicativo de que deveriam ser recém-chegados, foram interrogados na delegacia, obviamente com auxílio de um intérprete. Declararam que o amigo estava em situação financeira delicada, o que afetou sua saúde, tanto que foi aconselhado a se internar num sanatório, para o que não dispunha de recursos.

No entanto, a versão sustentada pelo *Diário da Noite* diferia da fornecida pelo *A Noite*. Ao contrário de seu concorrente, o periódico assegurou que o comportamento arredo de Albert tinha outra causa, como relatou sua esposa. Em declaração publicada no jornal, Hendrina Jetta Leeuw-Brockman, ao lado do delegado de polícia, na cena do suicídio, disse à reportagem que a incomunicabilidade do marido com a família na Holanda o acometeu de neurastenia<sup>334</sup> e que, há três noites, Albert não dormia.<sup>335</sup> A confiar no *Diário*, a tese da motivação econômica não se sustentava:

Segundo apurou a polícia, a situação financeira de Albert era ótima. A firma da qual era sócio fora fundada pelo seu pai e funcionava ininterruptamente há mais de trinta anos, mantendo um movimento comercial com o Brasil durante todo esse período, no valor de mais dez mil contos anuais. Há poucos dias fechou ele um negócio de grande vulto, por intermédio do Banco Real Holandês onde gozava de grande crédito. A fim de fundir uma filial de sua firma viera ele ao Brasil, como já dissemos. Necessitava, para isto, de legalizar sua situação como estrangeiro, residente no país em caráter permanente.<sup>336</sup>

Os leitores dos periódicos teriam versões muito diferentes para o caso Albert: de arruinado à doente crônico, de marido afetuoso e preocupado a alguém fechado e irascível. Num dos jornais, a guerra e suas consequências inserem-se no esquema narrativo da perda de bens e da busca de reconstrução, enquanto em diário é justamente o oposto, pois o que não lhe faltavam eram recursos. O depoimento da esposa e o dos

<sup>334</sup> A neurastenia definia-se por doença que abrangia sintomas físicos e psicológicos, que se desdobrava em fadiga crônica. O mal-estar representava uma ameaça para a produtividade das sociedades modernas. SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Da neurastenia ao estresse: notas para uma história das doenças nervosas. São Paulo, *Revista História*, n. 182, 2023.

<sup>335</sup> Nos jornais, *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil*, aliás, elencou-se unicamente a doença como motivação do suicídio, enquanto no *O Jornal*, *Diário de Notícias*, *A Noite* e *O Imparcial*, o enfoque se deu nos múltiplos fatores - da doença, do isolamento dos parentes da Holanda e da situação financeira - embora em níveis diferentes.

<sup>336</sup> Atirou-se do 9º andar do edifício Roxy. *Diário da Noite*, edição 04143, p. 10, 27 de dezembro de 1940.

amigos, reproduzidos por terceiros, confirma ora uma, ora outra versão. Nos dois casos, o contexto da guerra desempenha papel menos importante, pelo menos na forma como as notícias foram publicadas. Em nenhum dos jornais mencionou-se a ocupação nazista na Holanda e suas consequências para o comerciante, que não foi identificado como judeu. Um aspecto fundamental, mencionado de passagem, diz respeito à estadia de Albert no país, que não tinha visto permanente, mas apenas o temporário, como revela sua ficha consular e a da esposa.

Figura 26: Fichas emitidas pelo consulado brasileiro de Buenos Aires

**REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**  
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Albert Philip de Leeuw  
Admitido em território nacional em caráter Temporário  
Nos termos do art. 25 letra b do dec. n. 5.010-20-8 de 1938  
Lugar e data de nascimento Amsterdã 24/8/1902  
Nacionalidade holandesa Estado civil casado  
Filiação (nome do Pai e da Mãe) George de Leeuw e Estel de Gelder Profissão comerciante  
Residência no país de origem Maipú 429, nesta cidade

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 19768 expedido pelas autoridades de Cons. Holanda Haia em 5-6-1939 visado sob n. 3521

ASSINATURA DO PORTADOR: *Albert Leeuw*

1974 - Esta ficha deve ser entregue à autoridade consular antes de duas vias em original.

Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires de 13 SET. 1940 PELO CONSUL GERAL *Heroldo Pedreira* VICE-CONSUL

**REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**  
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Hendrina Jetta Leeuw-Brockman  
Admitido em território nacional em caráter Temporário  
Nos termos do art. 25 letra a do dec. n. 5.010-20-8 de 1938  
Lugar e data de nascimento Haarlem 12/8/1901  
Nacionalidade holandesa Estado civil casada  
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Messel Brockman e Helanda Eddy Profissão ---  
Residência no país de origem Maipú 429, nesta cidade

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 275369 expedido pelas autoridades de Polícia de Amsterdã na data 15-5-1936 visado sob n. 3525

ASSINATURA DO PORTADOR: *Hendrina Leeuw-Brockman*

1974 - Esta ficha deve ser entregue à autoridade consular antes de duas vias em original.

Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires de 13 SET. 1940 PELO CONSUL GERAL *Heroldo Pedreira* VICE-CONSUL

OBSERVAÇÃO - As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque Santos-5C-9-1940 Embarcação S. S. URUGUAY

Permanência em território nacional até

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d registro n.

Foi residir à Terminus Hotel S. Paulo.

Vai trabalhar

Pretende deixar o Brasil pelo porto de

Observações

1546/940

Inspetoria Federal de Imigração PORTO DE SANTOS Visto de desembarque 30 SET 1940 *Heroldo Pedreira* INSPETOR I

OBSERVAÇÃO - As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque 6-10-940 Embarcação "URUGUAY"

Permanência em território nacional até 2-4-941

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d registro n.

Foi residir à Copacabana Palace Hotel

Vai trabalhar

Pretende deixar o Brasil pelo porto de

Observações

I. I.

Fonte: Ficha consular de Albert Philip Leeuw. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=albert%20philips&q.surname=leeuw>. Acessado em 30 de fevereiro de 2024.

Ficha consular de Hendrina Jetta Leeuw-Brockman. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=hendrina&q.surname=leeuw>. Acessado em 29 de fevereiro de 2024.

Note-se que, para um indivíduo com certo destaque, os jornais tomavam como certa a concessão da permanência. Surpreende que entre a entrada no país, 30 de setembro de 1940, e sua morte transcorreram apenas três meses, ou seja, metade do prazo para o vencimento do visto. Contudo, cabe notar que na ficha consular de Albert não foi registrado a data limite de permanência no país, enquanto para Hendrina indica-se 2 de

abril de 1941, o que destoa do rigor com que se dava o preenchimento da documentação. Há elementos que merecem destaque, pois na própria lista de passageiros do navio a informação sobre identidade étnica/religiosa está em branco apenas para ele, enquanto a mulher e o filho foram identificados como protestantes e não como judeus. Os dois fatores permitem supor que ele pode ter subornado agente(s) públicos(s) para não preencher campos dos documentos.<sup>337</sup> Note-se, ainda, que Albert não seguiu com família para a cidade do Rio de Janeiro, mas desembarcou em Santos e hospedou-se no Terminus Hotel São Paulo, possivelmente em função de algum interesse comercial, enquanto a mulher e o filho, Louis George Albert, que o acompanharam durante o trajeto desde a Argentina, país no qual obtiveram o visto brasileiro,<sup>338</sup> seguiram viagem diretamente para a capital federal, onde chegaram em 2 de outubro de 1940 e hospedaram-se no Copacabana Palace Hotel, o mais requintado da cidade, isso depois de a família ter realizado viagens por diferentes países da América Latina, o que envolvia gastos significativos.<sup>339</sup> Igualmente chama a atenção o fato de Albert não possuir imóveis em seu nome, fosse na África do Sul, Holanda ou Brasil, como indica o inventário de seus bens, tramitado em Johannesburgo e anexado ao atestado de óbito.<sup>340</sup> Se os possuía na Holanda devem ter sido confiscados e no Brasil o pequeno tempo de estadia talvez não tivesse permitido a aquisição, enquanto o estilo de vida convida a supor que ele foi capaz de reunir recursos em espécie antes de imigrar. Após todas as dívidas terem sido pagas, como mostra o

---

<sup>337</sup> Condição descoberta a partir de uma lista de passageiros, na qual, o pai de Albert, Gerzon Salomon de Leeuw, que viajou junto com a esposa, Estel Gelder, da Holanda para os Estados Unidos em 1915, constava como hebreu. List or manifest of alien passengers for the United of S.S. Rotterdam. Department of Commerce and Labor. New York State: Immigration Service, 1915. United States. New York passenger arrival lists (Ellis Island), 1892-1924. *Database FamilySearch*. Acessado em 29 de fevereiro de 2024. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=united%20states&q.givenName=gerzon%20salomon&q.surname=leeuw>.

<sup>338</sup> Lista de passageiros, navio Uruguay, 2 de outubro de 1940, Buenos Aires para Rio de Janeiro. Notação: 33015. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Serviço de Imigração. Porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

<sup>339</sup> A última residência da família localizava em Maipu, no Chile, portanto, ao chegarem em Buenos Aires, já estavam no continente sul-americano.

<sup>340</sup> Death notice, 1699/43. Boedel van Wyle Estate of the late. Transvaal (South Africa). Probate records from Master of the Supreme Court. *Database FamilySearch*. Acessado em 29 de fevereiro de 2024. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=albert%20philips&q.surname=leeuw>; Atestado de óbito de Albert Philip Leeuw. Registro Civil da quinta circunscrição do Estado do Rio de Janeiro. *Database FamilySearch*. Acessado em 29 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=albert%20philips&q.surname=leeuw>.

documento,<sup>341</sup> a herança não foi superior a 300 libras, quantia irrisória, ainda que não se saiba o montante pago por conta de dívidas. O dado novamente abre a controvérsia sobre sua efetiva situação financeira.

A ocupação nazista na Holanda, a partir de maio de 1940, não demorou para retirar os judeus do funcionalismo público e, em seguida, expropriá-los de suas empresas.<sup>342</sup> No fim de agosto de 1940, os servidores foram obrigados a apresentar o atestado de arianismo, e, em outubro, foi emitida normativa que obrigava o registro de todas as empresas em posse de judeus, por meio de formulários enviados pelas câmaras de comércio holandesa, medidas restritivas que as vítimas tentavam, muitas vezes sem sucesso, burlar, sob o risco de denúncia dos colaboracionistas, que facilitaram a nazificação.<sup>343</sup> Passados pouco mais de três meses do suicídio, Hendrina e Louis emigraram para os Estados Unidos, em 9 de abril de 1941,<sup>344</sup> e, ao chegarem, declararam-se judeus. Posteriormente, Louis solicitou a naturalização norte-americana em 16 de agosto de 1946, concedida em 1949.<sup>345</sup>

---

<sup>341</sup> Assinado por Salomon de Leeuwe, possível irmão de Albert, que encaminhou os registros burocráticos da morte do familiar.

<sup>342</sup> HIRSCHFELD, Gerhard. O pano de fundo histórico. In: Anne Frank Fonds. *Obra reunida, Anne Frank*. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 582.

<sup>343</sup> Raul Hilberg explica que a administração antisemita na Holanda se notabilizou pela eficiência, e isso deveu-se em parte pela própria disposição geográfica do território do país. Para o autor: “Desde o princípio, os judeus holandeses estavam vulneráveis por causa de sua posição geográfica. O terreno dos Países Baixos é plano e, exceto pelos mangues nas regiões costeiras, não existem grandes florestas ou outros esconderijos naturais. Ao leste, o país fazia fronteira com o Reich; ao sul, com a Bélgica ocupada; e ao norte e oeste, com o mar aberto. (...) Era como se os judeus holandeses já vivessem em uma armadilha.”. HILBERG, Raul. *A destruição dos judeus europeus*. São Paulo: Amarilys, 2016, p. 686-687.

<sup>344</sup> List or manifest of alien passengers for the United. S.S Argentina, from Rio de Janeiro, April 9th, 1941. U.S. Department of labor. Immigration and naturalization service. United States. *Database FamilySearch*. Acessado em 30 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=united%20states&q.givenName=louis%20george%20&q.surname=leeuw>.

<sup>345</sup> Declaration of intention. United States of America. U. S. Department of Justice. Immigration and naturalization service. United States, National Archives and records administration, Northeast Region. *Database FamilySearch*. New York, U. S. District and circuit court naturalization records, 1824-1991. Acessado em 30 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=united%20states&q.givenName=louis%20george%20&q.surname=leeuw>.

Figura 27: Foto de Louis George Albert de Leeuw



Fonte: Declaration of intention. United States of America. U. S. Department of Justice. Immigration and naturalization service. United States. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=united%20states&q.givenName=louis%20george%20&q.surname=leeuw>. Acessado em 29 de fevereiro de 2024.

A identificação como protestantes nos documentos brasileiros explica-se pelo temor de se declararem judeus em países sul-americanos. No Chile, por onde também passaram, o governo aprovou leis restritivas pouco depois do ingresso da família no país.<sup>346</sup> Contudo, essa possibilidade talvez só estivesse ao alcance daqueles que podiam pagar por favores prestados em troca de somas elevadas.

Mais uma vez, as alegações da imprensa recaem em dúvida, ao atribuir o ato de Albert a questões financeiras. O pouco tempo de estadia no país sugere que as possibilidades de sobrevivência não haviam sido esgotadas e mais do que a miséria, a causa do suicídio resta inexplicável com os dados disponíveis.

No caso da baronesa Cecy de Sugesser, nascida Maria Cecília da Rocha Faria Nioac, matou-se no dia 10 de março de 1941, alegadamente por conta da perda de bens que possuía na Europa. A polícia descobriu o corpo, alertada pelos vizinhos em função do odor de gás carbônico proveniente do apartamento. E, de fato, ela se recostou numa poltrona e inalou o gás liberado das torneiras do banheiro, sem deixar uma nota sequer. A casa, descrita na reportagem como contendo objetos requintados, móveis, joias e um brasão da família, assinalava a origem nobre e de família abastada, que lhe garantiu o título nobiliárquico, filha do barão Alberto da Rocha Faria de Nioac (1864-1947), e de Maria Eugênia “Genoca” Monteiro de Barros (1867-1944), que viajaram junto com a comitiva do imperador brasileiro Dom Pedro II para o exílio na França. Nascida e educada em Paris, casou-se com o suíço Hans Albrecht Segesser von Brunegg (ou Hans de

<sup>346</sup> Nem judeus nem espanhóis. *A Noite*, edição 10051, p. 2, 3 de fevereiro de 1940.

Segesser Brunegg) (1877-1935), general e embaixador da Suíça na Polônia, detentor de várias honrarias.

Em todos os jornais, a origem familiar e a educação refinada foram destacadas. Informou-se que a senhora morou em diversas capitais europeias, experiência que alargou os seus círculos sociais. No Brasil, residia em edifício habitado por várias delegações e embaixadas estrangeiras, ambiente que lhe era familiar. Havia perdido o filho, Hans Arnold de Segesser Brunegg, que se suicidara em casa.

Em *A Noite* e no *Diário de Notícias*, o episódio foi explorado como principal causa do ato,<sup>347</sup> pois Hans havia se matado no seu quarto, há exatos dois anos e no mesmo dia da morte da baronesa. A informação, se chamava a atenção do leitor para a tragédia familiar, não era exata pois, no atestado de óbito do jovem, que contava 26 anos de idade quando se matou com um tiro no peito, verifica-se que o evento ocorreu na madrugada de 18 de julho de 1937.<sup>348</sup>

Nos quatro (e não dois) anos seguintes à perda do filho, Maria Cecília teria resistido ao abalo emocional, segundo os jornais, graças ao seu alto padrão moral, o que, contraditoriamente, não a impediu de mergulhar no vício dos jogos de azar, que comprometeram suas finanças, já abaladas pela ocupação da França e Polônia, países onde tinha seu patrimônio. No *Diário da Noite* comunicava-se:

A baronesa de Nioac fazia a vida da velha boemia aristocrática. Bons vinhos, noitadas alegres, jogo forte. Arriscava altas paradas e naturalmente perdia mais do que ganhava. Privada da pensão que recebia do governo francês, informada do confisco de seus bens pelos invasores da sua pátria, não podia mais a baronesa, suportar os grandes lances do jogo, a que não pretendia renunciar.<sup>349</sup>

Sem negar a nobreza e finesse da personagem, o vício ganha protagonismo na descrição, tanto que se insiste na vida boêmia e opulenta, ambiente em que os frequentadores poderiam ostentar finos hábitos. Talvez buscasse esquecer os efeitos da presença do *Reich* na França para sua vida pessoal, que resultou no corte de sua pensão e

---

<sup>347</sup> Filha dos barões de Nioac. *A Noite*, edição 10444, p. 1-9, 10 de março de 1941; Epílogo de um drama íntimo, o suicídio da baronesa Maria Cecília de Segesser Brunec. *Diário de Notícias*, edição 05635, p. 1, 11 de março de 1941.

<sup>348</sup> Atestado de óbito de Hans Arnold de Segesser Brunegg. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=hans%20arnold&q.surname=brunegg>. Acessado em 20 de março de 2024.

<sup>349</sup> O suicídio da baronesa Maria Cecilia Segsser de Nioac na rua Paysandu, seu filho único, por sua vez, matou-se com um tiro na cabeça há três anos passados. *Diário da Noite*, edição 4203, p. 2, 10 de março de 1941.

no confisco de suas posses,<sup>350</sup> ao que se somava o suicídio do filho, mencionado, mas não detalhado nos jornais.

Informações imprecisas faziam parte do cotidiano jornalístico, talvez, em função do afã de publicar *faits-divers* que atraíssem a atenção do público e aumentasse o número de leitores. No *Diário de Notícias*, tal imprecisão foi denunciada, pois a foto que os concorrentes publicaram como sendo de Maria Cecília era, de fato, de sua irmã. A estratégia era justificada pelo fato de a polícia haver impedido o acesso à cena, tanto dos repórteres, como de parentes.<sup>351</sup> Veja-se a foto retirada da ficha consular da irmã, Isabel Maria Tereza da Rocha Faria de Nioac (1892-1967).

Figura 28: Foto estampada na imprensa carioca (esquerda) e a presente na ficha consular de Isabel Marie Thérèse de Flaghac (direita)



Fonte: Suicidou-se a baronesa. *A Noite*, edição 10444, p.1-9, 10 de março de 1941; Ficha consular de Isabel Marie Thérèse de Flaghac. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=isabel%20marie&q.surname=flaghac>. Acessado em 3 de março de 2024.

A advertência, publicada um dia depois das primeiras notícias do caso, expôs o descuido, talvez derivado da pressa, tendo em vista o impacto da imagem, que convidava

<sup>350</sup> Sabe-se que a ocupação nazista na França priorizou a exploração econômica para o uso na máquina de guerra alemã. A última etapa consistia na integração da atividade no restante dos domínios alemães. Nas palavras de Yves Durand: “(...) *l'autre inspiration majeure de l'attitude de Hitler à l'égard de la France est la volonté d'exploiter au maximum les ressources de celle-ci. Tel est le mot d'ordre donné par le chef des armées allemandes, von Brauchitsch, dès le début de l'occupation: utiliser les ressources du pays pour les besoins de la Wehrmacht et de l'économie de guerre allemande. Tel est l'objectif exprimé clairement par Hemmen montrent, au demeurant, qu'il ne s'agit pas de ruiner ni même de désindustrialiser la France, mais de l'utiliser d'abord dans l'économie de guerre du Reich puis de l'intégrer, à terme, dans une économie continentale dominée par les grandes concentrations économiques allemandes comme l'IG Farben.*”. DURAND, Yves. *La France dans la deuxième guerre mondiale 1939-1945*. Paris: Armand Colin, 2011, p. 65.

<sup>351</sup> Epílogo de um drama íntimo, o suicídio da baronesa Maria Cecília de Segesser Brunec. *Diário de Notícias*, edição 05635, p. 1, 11 de março de 1941.

o leitor a conhecer a personagem, além de conferir veracidade ao relato. A pose serena, paramentada com joias, maquiagem e longas vestes compostas por vários tecidos, deixam entrever a elegância típica de uma dama da alta sociedade, o que se contrapunha à sua atitude e alimentava a imaginação do público. A sofisticação e o ar cultivado da suicida, estampado na fotografia apresentada como se fosse ela, contrastava com a irracionalidade da autodestruição. Pouco importa o equívoco, para os jornais, antes de mais nada, se tratava de obter repercussão com o caso, que mesclava ingredientes instigantes, o que relegava a veracidade para segundo plano.

É fato que os jornais se inserem num tempo célere. Estruturados sob bases empresariais e numa atmosfera competitiva em busca do lucro, difundir rapidamente acontecimentos insólitos, representativos da vida cotidiana agitada na metrópole, estava entre as estratégias mobilizadas. Uma rica dama europeia, que se suicida sem perder a elegância, recostada numa poltrona e inalando gás, que tudo perdeu por conta dos nazistas, cujo filho também se matou, mas que, contraditoriamente, no Brasil seguia levando vida de luxo e divertimento, viciada em jogos de azar, uma das armadilhas da vida urbana a ser evitada pelos cidadãos de bem, constituía-se num acontecimento inescapável, com lances capazes de prender a atenção dos leitores. Não se tratava de um indivíduo anônimo, sobre o qual nada ou pouco se sabe, mas alguém capaz de despertar uma avalanche de emoções nos leitores, pois havia elementos contraditórios que alimentavam a especulação: perda de bens e luxo, sofrimento e vício, refinamento no último gesto, recostada tranquilamente em sua poltrona. Nesse contexto, o protagonismo ficava por conta da figura do repórter que trazia a novidade, capaz de noticiar em primeira mão, o que poderia servir de trampolim para promoção na redação do jornal e/ou aumentar sua reputação no meio profissional. Para tanto, poderiam lançar mão de todo e qualquer artifício, como publicar uma foto com identificação errônea.

Entretanto, se nas duas primeiras décadas do século XX os repórteres policiais estabeleciam variados níveis de relação com as delegacias,<sup>352</sup> mas foi no Estado Novo que o controle da palavra impressa se fez sentir. Depois de quase três meses do suicídio da baronesa, o chefe de polícia, Filinto Müller, endureceu o rigor sobre a circulação dos noticiários policiais na capital federal, obviamente sem que se possa estabelecer relação de causa e efeito entre os acontecimentos. Por meio da portaria n. 6.960, de 18 de junho

---

<sup>352</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. “*O paraíso dos ladrões*”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 54-56.

de 1941, concentrou maiores poderes nas mãos do jornalista, Hélio Sodré, representante do Departamento de Imprensa e Propaganda na Chefatura da Polícia, que foi encarregado de intermediar o noticiário entre as delegacias e os jornais. O decreto especificava que nenhuma informação poderia ser publicada pelas folhas sem o consentimento de Sodré, que também poderia impor o sigilo definitivo, caso isso fosse solicitado pelos agentes. No mais, prescrevia-se:

Somente os jornalistas devidamente credenciados juntos a esta chefia poderão exercer suas atividades como repórteres policiais, devendo estar em contato com o representante do D.I.P. a fim de que recebam instruções sobre a conveniência ou não da divulgação dos vários noticiários, de acordo com a resolução desta chefia.<sup>353</sup>

Assim, repórteres policiais que atuavam na imprensa carioca daqueles anos, como Augusto Benac, Abelardo Amorim e Homero Campista,<sup>354</sup> somente teriam acesso ao conteúdo das ocorrências se estivessem registrados na repartição, para o que deveriam declarar nome, endereço, horários e jornal em que trabalhavam. Vigiados de perto por Sodré, deveriam seguir à risca as suas orientações, a quem cabia selecionar toda a matéria policial publicada nos jornais.

É evidente que a medida desagradou aos jornais, cujos repórteres teriam sua ação restringida, enquanto a seção policial teria seu sentido, em grande parte, comprometido.<sup>355</sup> Diante das reclamações, o departamento e o gabinete do Chefe de Polícia contra-argumentaram afirmando que a regulamentação objetivava, sobretudo, extirpar o suposto caráter prejudicial das reportagens e “(...) defender os superiores interesses da coletividade.”. Ao final dos esclarecimentos, ressaltaram ainda, em tom convidativo para celebrarem a normatização, que os repórteres policiais credenciados desfrutariam de largas vantagens ao estarem em contato direto com o DIP, uma vez que “(...) seriam informados com abundância de detalhes, de todas as ocorrências policiais.”<sup>356</sup>

Filinto Müller foi ainda mais longe e, em comunicado de 11 de julho de 1941,<sup>357</sup> complementou à portaria determinando que todo o corpo de agentes policiais, dos delegados aos funcionários de baixo escalão, inteirasse o representante do DIP antes que

<sup>353</sup> Portaria n. 6.960 de 18 de junho de 1941.

<sup>354</sup> Demandam-se maiores investigações acerca de suas trajetórias. Sabe-se que trabalharam em diversos jornais da capital federal na época, a exemplo do *A Noite*, *O Radical*, *Diário da Noite* e no *Correio da Manhã*.

<sup>355</sup> Minuto carioca. *O Imparcial*, edição 1878, p. 4, 11 de julho de 1941.

<sup>356</sup> O noticiário policial. *Jornal do Comércio*, edição 227, p. 4, 28 de junho de 1941.

<sup>357</sup> Regulamentando o noticiário policial. *Diário de Notícias*, edição 5738, p. 7, 11 de julho de 1941.

qualquer dado sobre as ocorrências fosse repassado aos jornalistas, o que incluía mesmo as que não gerassem inquérito. O dispositivo bem ilustrava a tendência repressora do aparato estado-novista e o ajuste da produção das notícias policiais aos ditames da censura respondia ao desejo de evitar notícias alarmantes, na suposição de que tal postura colaboraria para produzir e sensação de segurança e tranquilidade, em sintonia com o ideário de uma sociedade coesa e harmônica. No caso específico do suicídio, o ato indicava grave ruptura no tecido social. É certo que quando associado aos efeitos da guerra, a causa poderia ser remetida ao exterior e à regimes que se distanciavam daquele que regia o país, pelo menos era o que se queria evidenciar. Afinal, o problema estaria além-mar e as ações dessas pessoas não poderiam ser imputadas ao país de refúgio, como as narrativas de casos tão diversos tentava fazer crer.

Apesar das tentativas de controle, o representante do DIP não foi capaz de impedir que a imprensa burlasse as determinações, conforme evidencia o exemplo de Marthe Perrin, que decidiu tirar a própria vida em 3 de junho de 1940. Três fotos diferentes foram publicadas no *A Noite*, *Diário da Noite* e *Diário de Notícias*, sendo evidente que foram tiradas em momento diversos (Figura 4). Da esquerda para a direita, a primeira, com o olhar distante, como que evitando a câmara, contrasta com a segunda, sorridente e confiante, com toques de elegância manifesto no colar e no cabelo bem penteado, enquanto a terceira, provavelmente destinada à identificação oficial, como revela a marca de carimbo. Fotos que capturaram momentos distintos da vida de Martha e quiçá também de sua idade.

Figura 29: Fotos de Marthe Perrin publicadas na imprensa carioca



Fonte: Destruíu a fortuna para depois suicidar-se. *A Noite*, edição 11604, p. 1, 3 de junho de 1944; Nada quis deixar para os outros. *Diário da Noite*, edição 3496, p. 1, 3 de junho de 1944; Suicídios. *Diário de Notícias*, edição 6630, p. 2, 4 de junho de 1944.

A seleção aponta para a preocupação dos jornais em trazer algum dado novo sobre a trajetória da mulher, a fim de se diferenciar dos concorrentes. A corrida pelo furo de

reportagem impulsionava as folhas a continuarem a lançar mão de outras vias para obter pistas elucidativas, que escapavam do controle e uniformização idealizada pelo DIP. O monopólio rigoroso imposto na letra da lei, não impediu que os repórteres, na prática, vislumbrassem alternativas à margem dos ditames orquestrados pela censura. Entretanto, no caso de Marthe, o tratamento dado ao episódio foi marcado pela ironia, talvez porque ela não desfrutasse da mesma origem social da baronesa.

A francesa de 43 anos também se matou no seu apartamento a 3 de junho de 1944, em consequência do uso combinado de veneno e gás carbônico. Encontrada morta com cadáveres de sete gatos espalhados na residência onde morava sozinha e por ela envenenados. O afeto pelos animais foi a tônica das notícias, a ponto de o jornal *A Noite* indicá-lo como o móvel do suicídio. Os barulhos causados pela criação incomodavam os vizinhos, que intimaram Marthe a se desfazer dos felinos:

Marthe Perrin, vivia cercada de gatos, animais aos quais dispensava os maiores carinhos. Tratava-os como se fossem gente. Perfumava-os até, dava-lhes conforto requintado. Tirava-lhes o retrato. O favorito chamava-se ‘Pirulito’. Vivia isolada, sem que avistasse parente algum. (...) ‘Pirulito’, o favorito, jazia sobre um tapete de veludo grená. No pescoço de pirulito, preso à coleira, um laço de fita de seda azul. Da boca saía-lhe, já congelada, uma pasta de sangue. O quadro impressionava. (...) A galante mulher possuía sete gatos. Acontece que houve queixa dos vizinhos de Martha, do nono andar. Os gatos miavam, incessantemente. O encarregado do edifício, José Augusto Braz, ouvira as queixas. Marthe foi intimada a dar fim aos animais. Sentiu-se com isso, profundamente. (...) Havia 7 vidros de estricnina e 3 de clorofórmio. Dispondo de tanto veneno, ela principiou a eliminar os seus queridos gatos. Quatro foram, um a um, mortos. Ficaram os três, entre eles ‘Pirulito’. Era seu bibelô. Essa, provavelmente, a causa do profundo acabrunhamento de Marthe.<sup>358</sup>

Os detalhes constituíram-se em indicativos de que os animais eram a sua única companhia e o fato de tratá-los como seres humanos atestaria o seu desajuste social, marcado pelo isolamento, inclusive da família. Daí a menção detida a Pirulito, morto próximo da falecida e que ocupou lugar central na narrativa, que reunia elementos para a atribuição da insanidade, demonstrada pela infantilização do felino, adornado com fita azul e com direito a retrato indicando que ela vivia em um mundo à parte.

O episódio teve outro componente insólito, pois Marthe rasgou quantidade significativa de dinheiro, em torno de 186 mil cruzeiros, potencializando sua caracterização de tresloucada,<sup>359</sup> bem expressa no título de uma das matérias: “O suicídio

<sup>358</sup> Queimou 186 mil cruzeiros! E depois suicidou-se. *A Noite*, edição 11604, p. 1, 3 de junho de 1944.

<sup>359</sup> Pôs termo à vida por desgostos íntimos. *A Manhã*, edição 864, p. 7, 4 de junho de 1944.

de Marthe Perrin, uma vida de esquisitices – queria ‘pregar uma peça’ no dia da morte.”<sup>360</sup> Tomada por pessoa arredia às convenções sociais, a loucura de Marthe evidenciava-se na foto dando conta do amontoado de cédulas recortadas de forma sistemática, com somente a efígie das notas retiradas.

Figura 30: As cédulas recortadas pela suicida



Fonte: Queimou 186 mil cruzeiros! E depois suicidou-se. *A Noite*, edição 11604, p. 1, 3 de junho de 1944.

No *Diário da Noite*, a suposta condição de solitária da suicida foi retomada, agora matizada pela marca do ressentimento. Ao chamá-la de solteirona, a notícia remete para a apreensão dominante acerca do papel social da mulher, que Marthe não teria sido capaz de desempenhar. Sua frustração e egoísmo é destacada pelo jornal:

Marthe Perrin vivia só. Não recebia visitas de parentes ou amigos. E no prédio, jamais vizinho algum viu bater qualquer pessoa a sua porta, afora os fornecedores habituais. Ao que tudo indica, a francesa solteirona, desgostosa com seus semelhantes, preocupara-se na hora da morte em evitar quaisquer benefícios aos outros.<sup>361</sup>

Mais uma vez, é notório que os aspectos acidentais do evento receberam mais atenção do que os eventuais efeitos da situação que enfrentou por conta dos acontecimentos na Europa.<sup>362</sup> Junto ao envelope no qual ela colocou a porção fragmentada do dinheiro, havia carta explicativa, cuja a existência foi comunicada à imprensa um dia após o ocorrido, sem que se revelasse quase nada do conteúdo, a indicar que a censura do Chefe de Polícia tinha peso significativo. Só se sabe que no longo texto, redigido com palavras em francês e em português, ela culpou a guerra pela sua decisão, tendo em vista que os efeitos do confronto desvalorizaram o dinheiro, além de trazer miséria e dor para muita gente. Os jornais, ainda, nem se detiveram em tecer maiores comentários sobre o fato dela ter perdido dois de seus irmãos no conflito. Os vários retratos do general francês

<sup>360</sup> O suicídio de Marthe Perrin, uma vida de esquisitices – queria “pregar uma peça” no dia da morte. *A Noite*, edição 11605, p. 3, 4 de junho de 1944.

<sup>361</sup> Nada quis deixar para os outros. *Diário da Noite*, edição 03496, p. 1-2, 3 de junho de 1944.

<sup>362</sup> Suicídio original. *Gazeta de Notícias*, edição 130, p. 10, 4 de Junho de 1944.

Charles de Gaule espalhados pelo apartamento sugerem que ela acompanhava com atenção os acontecimentos.

A imagem desabonadora construída a respeito de Marthe ofuscou a influência dos efeitos devastadores da conjuntura na sua decisão. A carta, documento fundamental, ocupou lugar secundário na narrativa, que buscou tratá-la como alheada do mundo,<sup>363</sup> bem diferente do tratamento dedicado à baronesa. Prevaleceu a crítica que tratou seu ato como fruto de um desarranjo de ordem estritamente pessoal. Portanto, a depender da origem social, os suicidas recebiam tratamento diverso nas notícias, embora, em comum, os efeitos gerados pela guerra tenham sido parte da conjuntura pessimista característica do ato. Em comum, os jornais apresentam os quatro suicidas como afetados pela conjuntura que os compeliu a abandonarem patrimônio familiar construído por anos, ou até mesmo por gerações, e da posição socioeconômica estável que desfrutavam antes da guerra. No entanto, a imprensa não deixou de explorar os casos de maneira sensacionalista, ao apresentar a pobreza enquanto ingrediente que potencializava a dramaticidade dos episódios, o que alerta para os limites das informações provenientes da imprensa.

---

<sup>363</sup> Pôs termo à vida por desgostos íntimos. *A Manhã*, edição 864, p. 7, 4 de junho de 1944.

## **Conclusão**

O estudo do suicídio no campo da História implica considerar o núcleo interno do fenômeno, a combinação de fatores relativos à vida privada do indivíduo que influi na decisão e articulá-los às suas experiências sociais e aos significados atribuídos ao ato, sem esquecer que a conjuntura vivida pode desempenhar papel singular na resolução de colocar termo à vida. Daí o desafio de se avaliar os aspectos subjetivos, sempre entrelaçados aos sócio-históricos e culturais, que apenas em parte podem ser revelados pelas fontes, no geral escassas. Ainda assim, como evidenciou a historiografia voltada para a temática, o interesse por ela cresceu impulsionado pelo aporte teórico-metodológico da História Cultural e Social. Em que pese o problema da fragmentação da documentação, exemplificada na enumeração dos vários arquivos percorridos, a imprensa fornece pistas acerca do imaginário social a respeito do fenômeno.

Assim, verificou-se que, durante a década de 1930 e nos primeiros anos de 1940, os jornais cariocas referiram-se ao suicídio coletivo da humanidade, metáfora para se referir ao prenúncio e depois ao conflito, sem esquecer que ainda estavam vivas as memórias das experiências traumáticas vividas entre 1914 e 1918, que revelou o potencial destruidor de conflitos na era industrial. O Rio de Janeiro, entre 1939 e 1941, registrou altas taxas de suicídios ao lado de Porto Alegre. Não por acaso, os jornais preocupavam-se com a escalada, na chave durkheimiana, acerca da imitação enquanto uma das causas do crescimento do fenômeno. Já os discursos institucionais investiam contra o suicídio, fosse em nome de valores patrióticos e de civilidade; da profilaxia diante do adoecimento mental patológico, a ser tratado por especialistas, segundo a leitura médica-sanitária; e, ainda, da moral recomendada pela Igreja, que interpretava o ato como resultante do afastamento do homem moderno dos preceitos cristãos.

Não obstante, apesar da recomendação de não se alardear ao grande público os acontecimentos, na prática essas sugestões não tiveram efeito. Os impressos cariocas continuaram a reportá-los, talvez em função do interesse dos leitores pelo sensacionalismo, que aumentava a venda dos exemplares, mesmo que às custas de informações errôneas ou pouco precisas. Nesse sentido, é preciso observar que há matrizes narrativas pré-determinadas, que constroem a notícia segundo interesses de várias ordens, aspecto que exige do historiador particular atenção, tendo em vista que a notícia não é a reprodução do real e tampouco deixa de incorporar aspectos de ficcionalidade.

Os variados cenários, instrumentos e identidades dos envolvidos nos suicídios estudados, forneceram elementos aos jornais para aproximar os leitores daquela

atmosfera hostil advinda da guerra, precisamente pelo fato de se constituir em prática que carregou, da Europa para o Brasil, os signos do medo das perseguições e dos traumas das perdas vivenciadas numa conjuntura mundial muito complexa. A amostra evidencia o quanto os casos, em sua totalidade, associavam-se a desgraças de diferentes ordens, significado bem distante de qualquer ato de heroísmo que estes indivíduos pudessem ter cometido em razão da suposta renúncia ao sofrimento insuportável pelo qual passavam. A dramaticidade envolta nestas trajetórias familiares constitui-se em terreno fértil para a imprensa atuar no limiar entre a ficção e a realidade, em sintonia com um fazer jornalístico sensacionalista, recorrente desde o começo do século XX. A própria narrativa dos suicídios, nessa esteira, também se torna objeto e problema historiográfico, uma vez que os aparelhos coercitivos do Estado desempenharam papel ativo na forma como e o que era noticiado, isso à luz das discussões das teorias da imitação, que colocavam a imprensa como argamassa que impulsionava o fenômeno, apresentado como *fait-divers*.

Nessa perspectiva, o suicídio nunca tem causa única e, na conjuntura estudada, é certo que os indivíduos passaram por inúmeros traumas, conheceram desenraizamento, perdas financeiras e tiveram que deixar abruptamente para trás parte da família e os amigos. Todos estes fatores influíram, de alguma forma na tomada de decisão e guardam relação, mais ou menos explícita, com a guerra em curso. A análise demonstra que os suicídios foram tanto motivados quanto relacionados à guerra. A partir da escalada de acontecimentos, que culminou com o confronto, nota-se que seus efeitos atingiram em cheio as minorias alvos das políticas de intolerância, que já estavam em curso desde a ascensão de Hitler em 1933. A guerra em si ampliou o problema para além das fronteiras alemãs, em função da ocupação militar dos países inimigos, o que acabava por ampliar o rol dos “indesejados” e esmagava qualquer movimento de resistência física e cultural nos territórios conquistados.

O exemplo clássico é o de Stephan Zweig, que se matou mesmo sem sofrer apuros econômicos, mas é fato que o mundo, tal como ele conhecera, se esfacelava, o que ajuda a compreender a decisão do escritor. Os jornais tentaram, muitas vezes, apresentar uma causa única para o ato, mas é evidente que a decisão de colocar fim à vida é complexa, está associada a uma cadeia múltipla de fatores e mesmo quando se conta com justificativas deixadas em cartas ou notas, não há como chegar a conclusões definitivas, tal como propõe o discurso jornalístico.

Em meio a esta dinâmica, os casos analisados na pesquisa revelam o perfil compartilhado por grande parte dos indivíduos, alvos de políticas de intolerâncias e que,

ao se fixarem no Brasil, enfrentaram inúmeras adversidades, que possivelmente influenciaram em seu estado psíquico. Excetuando-se um único caso, todos os suicidas eram imigrantes, com predominância de homens (63,6%), alemães (42,4%) e declarados judeus (51,5%), exerciam alguma profissão (81,1%), sendo a mais representativa a de comerciante (33,3%). A idade média estava na casa dos 40,5 anos para o sexo masculino e 48,8 para as mulheres. Apesar da faixa etária, os 12 laudos cadavéricos provenientes do Instituto Médico Legal (IML) revelaram que, em 10 deles (83,3%), os suicidas apresentavam boa compleição física e não tinham problemas de saúde. Quanto ao cenário, os atos foram consumados prioritariamente em casa (44,1%), por meio da ingestão de substâncias tóxicas (32,4%). A partir dos dados da imprensa, 16 pessoas (51,6%) tomaram a decisão por conta da ruptura familiar, 6 (19,3%) por medo da deportação, 5 (16,1%) por motivação política, e 4 (12,9%) em função da perda de recursos.

Os dados, ainda que possam ser relativizados, indicam a preponderância do componente emocional, sobretudo quando se considera a condição econômica relativamente estável e a ausência de sérios problemas físicos imediatos. Em contrapartida, ganhou preponderância a ruptura familiar, elemento que adquiriu maior peso nas notícias. Para estas pessoas, a autodestruição pôde ter representado, em meio aos medos e desesperos insuportáveis, a última forma de obter controle sobre suas vidas, diante de conjuntura adversa em termos pessoais e sociais.

O afastamento forçado de práticas culturais e hábitos fragilizava o senso comunitário e as identidades individuais, situação que nem mesmo a presença de familiares no Brasil era capaz de remediar. Some-se o difícil processo de integração, num momento em que a sensação de pertencimento estava comprometida e o isolamento social, não raro, era regra, o que poderia levar o sujeito a um estado de melancolia incapaz de se ser superado. Em função das políticas impostas por regimes de extrema direita e pelo contexto da guerra, indivíduos foram submetidos a mudanças drásticas, obrigados a abandonar o lugar de morada, o que colocava a questão da adaptação em novo país, diverso física e culturalmente. A fuga do caos vivido se transformava num caminho tortuoso, no qual era preciso lidar com perdas afetivas e, não raro, profunda solidão. Assim, alguns se mataram pouco tempo depois da chegada ao país, cabendo assinalar que dos 33 casos, 28 ocorreram até 1943, momento em que a dominação nazista atingiu seu auge.

Ao temor de ser obrigado a retornar à Europa assombrava os que não tinham o visto de permanência, sem esquecer o clima de suspeitas contra os possíveis inimigos da

segurança nacional, o que aumentou a vigilância policial, sobretudo em relação aos estrangeiros que passaram a ser classificados entre os inimigos depois de 1942. Ainda que não houvesse uma política sistemática de perseguição contra os judeus no Estado Novo; que esses imigrantes tenham sido capazes de assegurar sua estadia no país, amparados pela solidariedade no interior das comunidades em que se inseriam; além de terem resiliência para suportar adversidades, num momento que foi considerado decisivo para fundamentar uma identidade judaica brasileira,<sup>364</sup> a vida associativa do grupo conheceu avanços significativos principalmente com o fim do regime estadonovista. No Rio de Janeiro, especialmente, cabe mencionar a criação da Federação Israelita em 1947, que se autoproclamou representante política do grupo no Estado, o que demonstra que somente após a Segunda Guerra Mundial seus integrantes sentiram-se à vontade para organizar essa federação.

Assim, percebe-se que a pressão da vigilância não provinha exclusivamente da polícia, mas também de vizinhos, sendo que nos jornais há esforço para eximir as autoridades de qualquer responsabilidade sobre os atos praticados, tratava-se de preservar a imagem de terra hospitaleira que a todos acolhia com generosidade. É notório, contudo, que os suicidas judeus receberam tratamento depreciativo, caracterizados a partir do estereótipo da busca por riquezas, num sutil processo de deslegitimação do indivíduo em função de sua origem étnica. Note-se que as dificuldades financeiras, fruto da saída apressada do país de origem em função das políticas implementadas sobretudo na Alemanha, não afetou exclusivamente os judeus, entretanto, a explicação repetida na imprensa insistia na perda dos bens, sem deixar de acrescentar detalhes como o isolamento social.

Depreende-se que o suicídio ocupa lugar de destaque na história da Segunda Guerra Mundial e se constitui em fenômeno social complexo e que guarda relação com o contexto então vivido. O que une as mortes voluntárias ocorridas no período é o fato de poderem ser remetidas seja à política de Estado adotada, seja aos efeitos da guerra em curso. No campo da historiografia da imigração, a pesquisa contribui para refletir em que medida as políticas de Estado e efeitos dos confrontos bélicos podem impactar na decisão dos indivíduos de tirarem a própria vida, mesmo após conseguirem fugir do país de origem, o que não os libertava dos traumas sofridos, do mundo que deixaram para trás, desenraizamento que era acrescido dos desafios de sobreviver e de se adaptar ao lugar de

---

<sup>364</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v. 22, n° 44, 2002.

chegada. A título de exemplo, suicídios dos aviadores japoneses, do alto escalão nazista, de judeus, de feridos de guerra e de mulheres no imediato pós-guerra, ainda que tendo motivações muito diversas, aproximam-se no que respeita ao fato de poderem ser, em alguma medida, remetidos ao conflito, aspecto que aponta para a necessidade de se ampliar a percepção do fenômeno para além do palco imediato da guerra.

## Fontes e referências bibliográficas

### Fontes

### Legislação

BRASIL. Decreto-lei nº 3010 de 20 de agosto de 1938. Rio de Janeiro, Distrito Federal. Legislação informatizada da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados. Disponíveis nos sítios eletrônicos: [www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/) e <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949>.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 406 de 4 de maio de 1938. Rio de Janeiro, Distrito Federal. Legislação informatizada da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados. Disponíveis nos sítios eletrônicos: [www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/) e <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949>.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2035, de 27 de fevereiro de 1940. Dispõe sobre a organização da Justiça do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2035-27-fevereiro-1940-411966-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Justi%C3%A7a%20do%20Distrito%20Federal.&text=T%C3%8DTULO%20I%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Preliminares.,e%20pela%20forma%20nela%20pre%20scrita>

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 4.637, de 31 de agosto de 1942. Rio de Janeiro, Distrito Federal. Legislação informatizada da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados. Disponíveis nos sítios eletrônicos: [www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/) e <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949>.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 6.515/1977, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6515.htm#:~:text=Art%2024%20%2D%20O%20div%C3%B3rcio%20p%C3%B5e,por%20curador%2C%20ascendente%20ou%20irm%C3%A3o.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm#:~:text=Art%2024%20%2D%20O%20div%C3%B3rcio%20p%C3%B5e,por%20curador%2C%20ascendente%20ou%20irm%C3%A3o.)

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm).

### Laudos cadavéricos

*Auto de exame cadavérico (A), nº 15418, 1942; \_\_\_\_\_ (B), nº 16448, 1940; \_\_\_\_\_ (C) nº 18456, 1941; \_\_\_\_\_ (D) nº 19184, 1941; \_\_\_\_\_ (E) nº 11324, 1940; \_\_\_\_\_ (F), nº 13485, 1939; \_\_\_\_\_ (G), nº 54770, 1942; \_\_\_\_\_ (H), nº 18391, 1942; \_\_\_\_\_ (I), nº 14645, (J), 1942; \_\_\_\_\_ (L), nº 28598, 1942; \_\_\_\_\_ (M), nº 28643, 1942; \_\_\_\_\_ (AA), nº 31698, 1942; \_\_\_\_\_ (BB) nº 16456, 1945; \_\_\_\_\_ (CC), nº 18871, 1945; \_\_\_\_\_ (DD), nº 40563, 1945; \_\_\_\_\_ (EE),*

nº 51207, 1945; \_\_\_\_ (FF), nº 51190, 1939; \_\_\_\_ (GG), nº 3626, 1939; \_\_\_\_ (HH), nº 30667, 1939; \_\_\_\_ (II) nº 28644, 1940; \_\_\_\_ (JJ), nº 28482, 1939; \_\_\_\_ (LL), nº 26336, 1939; \_\_\_\_ (MM), nº 26255, 1939; \_\_\_\_ (NN), nº 26229, 1940; \_\_\_\_ (OO), nº 26305, 1940. Instituto Médico Legal. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1939-1945.

### **Certidões de óbito, de casamento, fichas consulares, prontuários, listas de passageiros de navios**

Atestado de óbito de Helena Egressi. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=helena&q.surname=egressi>. Acessado em: 13 de fevereiro de 1932.

Atestado de óbito de Irma Hirschfeld. Milton Sallles. Registros civis, 5ª circunscrição, óbitos L. 129-136, 1938-1940, p. 76, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, *Database FamilySearch, Corregedor Geral da Justicia*.

Atestado de óbito de Roland Hasenoehrl. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6MH7-RN3?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A7M1X-SBMM&action=view>. Acessado em 23 de junho de 2024.

Atestado de óbito de Rolanda Michelle Eisenberg Hasenoehrl. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Brasil&q.givenName=roland&q.surname=hasenohr>. Acessado em 23 de junho de 2024.

Atestado de óbito de Martha Becker. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=martha&q.surname=becker>. Acessado em 19 de junho de 2024.

Atestado de óbito de Horst Becker. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=Horst&q.surname=becker>. Acessado em 19 de junho de 2024.

Atestado de óbito de Sara Berger. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=salom%C3%A3o&q.surname=spielman>. Acessado em 5 de junho de 2024.

Atestado de óbito de Tunezo Nagano. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Brasil&q.givenName=Tunezo&q.surname=Nagano>. Acessado em 23 de junho de 2024.

Atestado de óbito de Luciene Ettiene. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de>

%20Janeiro&q.givenName=luciano&q.surname=etiene. Acessado em: 14 de junho de 2024.

Atestado de óbito de Georg Bosch. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20janeiro&q.givenName=george&q.surname=bosch>. Acessado em 9 de junho de 2023.

Atestado de óbito de Kurt Reiter. Registro Civil, 12032, 4 de abril de 1940. *Database FamilySearch*. Acessado em 29 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=kurt&q.surname=reiter>.

Atestado de óbito de Leo Reiter. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=leo&q.surname=reiter>. Acessado em 2 de março de 2024.

Atestado de óbito de Hans Arnold de Segesser Brunegg. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=hans%20arnold&q.surname=brunegg>. Acessado em 20 de março de 2024.

Death notice, 1699/43. Boedel van Wyle Estate of the late. Transvaal (South Africa). Probate records from Master of the Supreme Court. *Database FamilySearch*. Acessado em 29 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=albert%20philips&q.surname=leeuw>;

Atestado de óbito de Albert Philip Leeuw. *Database FamilySearch*. Acessado em 29 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=albert%20philips&q.surname=leeuw>.

Cartão de Imigração de Leopoldo Jonas. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia especializada de estrangeiros. São Paulo; Cartões de Imigração (1902-1980), Herbert Jonas. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia especializada de estrangeiros. São Paulo. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Database FamilySearch*, (1902-1980).

Certidão de nascimento de Evelyn Marcia Becker. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=evelyn%20marcia%20&q.surname=becker>. Acessado em 19 de junho de 2024.

Certidão de casamento de Hermann Spielman. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=salom%20&q.surname=spielman>. Acessado em 5 de junho de 2024.

Certidão de casamento de Thereza Edith Heller. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=edith%20theresia&q.surname=heller>. Acessado em 21 de junho de 2024.

Certidão de casamento de Maria Macy Egressi. Cartório de Registro Civil da cidade do Rio de Janeiro. Número de entrada 2.940, Corregedor Geral da Justícia, microfilm 1,848,030, 1829-2012, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Database FamilySearch*, p. 171.

Certidão de casamento de Hugo Hirschfeld,, Corregedor Geral da Justícia, Rio de Janeiro, 1933-1941, Arquivo Nacional, *Database Familysearch*, Rio de Janeiro, p. 159-160. Comunicações com pessoas físicas no país. Requerimentos particulares letra G/H de 1940. Estante 116, prateleira 3, volume/maço 14. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Declaration of intention. United States of America. U. S. Department of Justice. Immigration and naturalization service. United States. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=united%20states&q.givenName=louis%20george%20&q.surname=leeuw>. Acessado em 29 de fevereiro de 2024.

Ficha consular de Maria Macy Egressi. Acervo de cartões de imigração (1900-1965) do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. *Database FamilySearch*.

Ficha consular de Irma Hirschfeld. Cartões de imigração, caixa 87, maço 10, 1900-1965. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. *Database FamilySearch*.

Ficha consular de Hugo Hirschfeld. Cartões de imigração, caixa 87, maço 10, 1930-1970. Base de dados *FamilySearch*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Ficha consular de Albert Hirschfeld. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=albert&q.surname=hirschfeld>. Acessado em 15 de agosto de 2023.

Ficha consular de Roland Hasonehrl Schekulin. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Brasil&q.givenName=roland&q.surname=hasenohr>. Acessado em 23 de junho de 2024.

Ficha consular de Salamon Spielman. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=salom%C3%A3o&q.surname=spielman>. Acessado em 5 de junho de 2024.

Ficha consular de Tunezo Nagano. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro&q.givenName=Tunezo&q.surname=Nagano>. Acessado em 22 de junho de 2023.

Ficha consular de Kurt Reiter. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=kurt&q.surname=reiter>. Acessado em 3 de março de 2024.

Ficha consular de Albert Philip Leeuw. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=albert%20philips&q.surname=leeuw>. Acessado em 30 de fevereiro de 2024.

Ficha consular de Hendrina Jetta Leeuw-Brockman. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=hendrina&q.surname=leeuw>. Acessado em 29 de fevereiro de 2024.

Ficha consular de Isabel Marie Thérèse de Flaghac. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=isabel%20marie&q.surname=flaghac>. Acessado em 3 de março de 2024.

Ficha consular de Marcus Reiter. *Database FamilySearch*, Acessado em 3 de março de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=marcus&q.surname=reiter>;

Ficha consular de Gertrud Reiter. *Database FamilySearch*. Acessado em 3 de março de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=gertrud&q.surname=reiter>.

Lista de passageiros do vapor Baependy de 21 de abril de 1942. Notação: 33481. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Lista de passageiros, navio *Highland Patriot*, 27 de março de 1939, Londres para Rio de Janeiro. Notação: 32134. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Serviço de Imigração. Porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Lista de passageiros do vapor Argentina Maru de 21 de agosto de 1940. Notação: 36228. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

List or manifest of alien passengers for the United of S.S. Rotterdam. Department of Commerce and Labor. New York State: Immigration Service, 1915. United States. New York passenger arrival lists (Ellis Island), 1892-1924. *Database FamilySearch*. Acessado em 29 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=united%20states&q.givenName=gerzon%20salomon&q.surname=leeuw>.

Lista de passageiros, navio Uruguay, 2 de outubro de 1940, Buenos Aires para Rio de Janeiro. Notação: 33015. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Serviço de Imigração. Porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

List or manifest of alien passengers for the United. S.S Argentina, from Rio de Janeiro, April 9th, 1941. U.S. Department of labor. Immigration and naturalization service. United States. *Database FamilySearch*. Acessado em 30 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=united%20states&q.givenName=louis%20george%20&q.surname=leeuw>.

Lista de passageiros do vapor Punta Arenas de 16 de junho de 1940. Procedência de Arica, Chile. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Notação 32.902. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Lista de passageiros do vapor Chrobry de 15 de agosto de 1939. Notação: 32469. Procedência: Gdynia. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Prontuário nº 15.563 de Joseph Zolkowski. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, 1934.

Prontuário de Frederico Meissl. SDE fotográfico. Notação F.1 e F.2, Dossiê G.6 e G.3, folhas C.1. Delegacia de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Prontuário 0720 de Manfred Kruger. Caixa nº 62. Delegacia de Ordem Política e Social da polícia do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Ficha de registro de estrangeiros de Mandref Kruger. Delegacia de fiscalização de entrada, permanência e saída de estrangeiros. São Paulo. 23 de maio de 1939, ficha nº1. Cartões de imigração, Cx-K28 Krueger-Kruteno, Arquivo Público do Estado de São Paulo, *Database FamilySearch*, 1938-1980.

Registro de estrangeiro de Tunezo Nagano. Delegacia especializada de estrangeiros. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Brasil&q.givenName=Tunezo&q.surname=Nagano>. Acessado em 23 de junho de 2024.

Registro de mudança de endereço de residência de Hermann Spielmann. *Database FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.anyPlace=Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil&q.givenName=salom%C3%A3o&q.surname=spielman>. Acessado em 5 de junho de 2024.

Yad Vashem. The world holocaust remembrance center. List of deportation from Berlin and list of murdered Jews from Germany. Richard Brilles and Hedwig Brilles. Disponível em: Yad Vashem Collections - Names - Search Results. Acessado em 9 de julho de 2024.

## **Jornais**

*A Noite*. Rio de Janeiro, 1939-1945.

*Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 1939-1945.

*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1939-1945.

*O Jornal*. Rio de Janeiro, 1939-1945.

*Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1939-1945.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1939-1945.

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1939-1945.

*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 1939-1945.

*O Radical*. Rio de Janeiro, 1939-1945.

*Gazeta popular*. São Paulo, ed. 02012, p. 5, 24 de agosto de 1936.

*O Apóstolo: órgão do apostolado da oração*. Florianópolis, ed. 312, p. 2, 1 de julho de 1943.

## **Anuários, boletins e artigos**

*A estatística policial-criminal do Estado de São Paulo de 1939*. Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Gabinete de Investigações, 1940.

*A estatística policial-criminal do Estado de São Paulo de 1940*. Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Gabinete de Investigações, 1941.

*A estatística policial-criminal do Estado de São Paulo de 1941*. Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Brasil, 1942.

*Anuário de bioestatística, 1929-1932*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

*Anuário de bioestatística, 1933-1938*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945;

*Anuário de bioestatística, 1939-1941*. Serviço Federal de Bioestatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

*Anuário estatístico do Brasil, 1938*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística. Ano IV, Rio de Janeiro, s/d.

*Anuário estatístico do Brasil*, 1939-1940. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, 1946.

Anuário estatístico do Brasil, 1941-1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, ano VI, 1946.

*Boletim estatístico*. Rio de Janeiro: IBGE, julho-setembro, ano III, nº 11, 1945.

*Boletim Estatístico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano IV, nº 16, outubro-dezembro, 1946.

FILHO, Lincoln de Freitas. *O clínico e a bioestatística*. Rio de Janeiro: Industria Tipográfica Italiana, 1940.

FRANCA, Leonel. Estatística e moral: religião e suicídio. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, julho-setembro, ano III, nº 11, 1942.

MELO, Jansen de. A atuação do serviço federal de bioestatística nas esferas estatística e sanitária. *Revista Brasileira de Bioestatística*, Rio de Janeiro: IBGE, abril-junho, ano IV, nº 14, 1943.

OLINTO, Plínio. Higiene Mental e suas relações com o urbanismo. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro: Liga Brasileira de Higiene Mental, nº 1, ano XIII, julho de 1941.

PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. Rudimentos de higiene mental. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro: Liga Brasileira de Higiene Mental, , ano XII, julho de 1939 a abril de 1940.

SOUZA, Flávio. Álcool, flagelo social. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Órgão oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental. Ano XII, nº 1 e 2. Rio de Janeiro, janeiro a junho de 1939.

*Sinopse estatística do Brasil*. Separata do anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, ano IV, 1938.

STEELE, Francisco. A estatística na terra fluminense. *Revista Brasileira de Estatística*, abril-junho, ano IV, nº 14, 1943.

## **Música**

JAVOR, Lazlo; SERESS, Rezsö. *Domingo sombrio*. Hungria, 1933.

## **Bibliografia**

ANDERSON, Olive. *Suicide in Victorian and Edwardian England*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Nós, os refugiados*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARNOLD-FOSTER, Agnes. *Nostalgia: a history of a dangerous emotion*. London: Pan Macmillan, 2024.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Apocalipses da guerra. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). *História das emoções*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa no Brasil. 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAYNES, Norman H.. *The speeches of Adolf Hitler, April 1922 – August 1939*, vol. I. Londres, 1942.

BECKER, Howard. *Truques da escrita*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

BELL, Richard. *We shall be no more: suicide and self-government in the Newly United States*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

BERADT, Charlotte. *Sonhos no Terceiro Reich*. São Paulo: Três estrelas, 2017.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, nº 69, 2020.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, v. 14, n. 26, 2013, p.162-173.

BRUNHARI, Marcos Vinicius; DARRIBA, Vinicius Anciães. O suicídio como questão: melancolia e passagem ao ato. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 26, nº 1, p. 197-213, 2014.

CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. “*É mais uma scena da escravidão*”: suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: repressão e Estado policial na Era Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 1991.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_; STRAUSS, Dieter. *Brasil, um refúgio nos trópicos: a trajetória dos refugiados do Nazi-fascismo*. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Goethe, 1996.

\_\_\_\_\_. Fascistas à brasileira – encontros e confrontos. In: TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza; CROCI, Federico. *Tempos de fascismos: ideologia, intolerância, imaginário*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

CARVALHO, Marcelo José Pereira. *As letras escarlates: representações e histórias de suicídio em Belém do Pará (1891-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) UFPA, 2012.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet: o caso da “Metapédia – a enciclopédia al-ternativa”. Assis: *Faces da História*, v. 3, nº 1, p. 5-23, 2016.

\_\_\_\_\_; LUCAS, Tais Campelo. *Expressões do nazismo no Brasil: partido, ideias, práticas e reflexos*. Salvador: Sagga, 2018.

CASSORLA, Roosevelt Moisés Smeke. *Do suicídio: estudos brasileiros*. Campinas: Papirus, 1991.

CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. *Cláudio de Araújo Lima e a divulgação de teorias médico-psicológicas no Rio de Janeiro (1940-1959)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz, 2019.

COBB, Richard. *Death in Paris: the records of the Basse-Gedle de la Seine*. London: Oxford, 1978.

COELHO, Bruna Fernandes. Histórico da Medicina Legal. *Revista da Faculdade Direito*, Universidade de São Paulo, v. 105, 2010.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v. 22, nº 44, 2002.

\_\_\_\_\_. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2007.

DINES, Alberto. *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

DURAND, Yves. *La France dans la deuxième guerre mondiale 1939-1945*. Paris: Armand Colin, 2011.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EISTERER, Klaus. O Comitê de Proteção dos Interesses Austríacos no Brasil. Embaixada da Áustria no Brasil, 2008, p. 7. Disponível em: *Historia das relações bilaterais – BMEIA - Außenministerium Österreich*.

EVANS, Richard J. *O Terceiro Reich em guerra*. Tradução: Lúcia Brito e Solange Pinheiro. São Paulo: Planeta, 2012.

FALK, Pedro Frederico. *Retratos sombrios da modernidade: memórias do suicídio na Recife durante a década de 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Recife, PE: CFCH/UFPE, 2011.

FERREIRA, Jackson André da Silva. *Loucos e pecadores: suicídio na Bahia do século XIX*, Dissertação (Mestrado em História). Salvador, BA: FFCH/UFBA, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A cidade como centro político. In: MARTINS, I. L.; KNAUSS, P. (Orgs.). *Cidade múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói: Niterói livros, 1997, p. 73-100.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia*. São Paulo: Lebooks, 2020.

GELLATELY, Robert. Os marginais sociais e a consolidação da ditadura de Hitler, 1933-1939. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Europa. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GILBERT, Martin. *O Holocausto: história dos judeus na Europa na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Hucitec, 2010.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Os sofrimentos do jovem Werther*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GODINEAU, Dominique. *S'abréger les jours: le suicide en France au XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 2012.

GOESCHEL, Christian. *Suicide in Nazi Germany*. New York: Oxford University Press, 2009.

GOMES, Adriana. Estatística do crime no oitocentos por Francisco José Viveiros de Castro: dados do Brasil e do Rio de Janeiro. *Revista de História Fronteiras*, v. 22, n. 39, p.161-186, 2020.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972; VENÂNCIO, Renato Pinto. A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888). *LPH - Revista de História*, Mariana, v. 1, n. 1, p. 80-89. 1990.

GOMES, Angela de Castro. O Estado Novo: política, história e os usos do passado. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUIMARÃES, Valéria. *Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

HEALY, Rósín. Historiographical reviews: suicide in early modern and modern europe. *The historical journal*, 49, 3, 2006.

HENDERSON, Rob; STARK, Cameron; HUMPHRY, Roger W.; SELVARAJ, Sivasubramaniam. Changes in Scottish suicide rates during the Second World War. *BMC Public Health*, v. 6, 2006.

HERTZMAN, Marc A. Diferenças fatais: suicídio, raça e trabalho forçado nas Américas. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 11, 2019.

HILBERG, Raul. *A destruição dos judeus europeus*. São Paulo: Amarilys, 2016

HIRSCHFELD, Gerhard. O pano de fundo histórico. In: Anne Frank Fonds. *Obra reunida, Anne Frank*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

HILTON, Stanley E. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contraespionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

HUBER, Florian. *“Promise me you’ll shoot yourself”*: the mass suicide of ordinary germans in 1945. New York: Hachette Book Group, 2020.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1805-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KLEMPERER, Victor. *A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOIFMAN, Fábio; AFONSO, Rui. Os vistos concedidos no consulado de Hamburgo (1938-1939). In: MILGRAM, Avraham; KOIFMAN, Fábio; FALBEL, Anat (orgs). *Judeus no Brasil: história e historiografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.

\_\_\_\_\_. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KUSHNER, Howard. *Self-destruction in the promised land: a psychocultural biology of american suicide*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.

LANE, Roger. *Violent death in the city: suicide, accident, and murder in Nineteenth Century Philadelphia*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LESTER, David. *Suicide rates before, during and after the world wars*. European Psychiatric, 1994.

\_\_\_\_\_; YANG, B. The influence of war on suicide rates. *The Journal of Social Psychology*, 2001.

LEWIN, Kurt. Bringing up the Jewish child. In: LEWIN, Gertrud Weiss (ed.). *Resolving social conflicts: selected papers on group dynamics*. New York: Harper & Row, 1948, p. 169-185.

LIMA, Cláudio de Araújo. *Ascensão e queda de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

LOPES, Fábio Henrique. *O suicídio sem fronteiras: entre a razão e a desordem mental*. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP: Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. *A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil 1830-1900*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. Reflexões históricas sobre os suicídios: saberes, biopolítica e subjetivação. *Artcultura*, Uberlândia: v. 14, nº 24, p. 185-203, 2012.

\_\_\_\_\_. O suicídio como objeto de reflexão histórica: apontamentos de uma pesquisa (Rio de Janeiro, início do século XX). In: LOPES, Fábio Henrique; RODRIGUES, Claudia (orgs.). *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014

MACDONALD, Michael; MURPHY, Terence R. . *Sleepless Souls: Suicide in Early Modern England*. New York: Oxford University Press, 1990.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília: UNB, 2003.

MARÍN-LEÓN, Leticia; BARROS, Marilisa B. A.; Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico. *Saúde Pública*, São Paulo/USP, 2003, 37 (3): p. 357-363.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MENNINGER, Karl. *Eros e Tânatos: o homem contra si próprio*. São Paulo: IBRASA, 1970.

MILGRAM, Avraham. *Resende e outras tentativas de colonização agrícola a refugiados judeus no Brasil (1936-1939)*. Judaica latinoamericana II, estudos histórico-sociais. Asociación Israelí de Investigadores del judaísmo latinoamericano, Jerusalén, 1993.

\_\_\_\_\_. *Os judeus do vaticano: a tentativa de salvação de católicos – não arianos – da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*. São Paulo: UNESP, 2018.

MONTEIRO, Lorena Madruga. O resto não é silêncio: polêmica e polarização do campo intelectual em Porto Alegre nos anos 1940. *Perspectivas*, São Paulo, v. 40, p. 121-143, 2011.

MORRISSEY, Susan K. Drinking to death: suicide, vodka and religious burial in Russia. *Past and presente*, n. 186, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Arquivos da polícia sob o foco da História. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLIX, 2013, p. 62-73.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça; FERREIRA, Carlos Victor de Sousa. Cenas fatídicas: experiências suicidas dos escravizados no Maranhão (1834-1888). *Cadernos do CEOM, Diálogos afro-brasileiros*, v. 33, n. 53, 2020.

MURRAY, Alexander. *Suicide in the Middle Ages: the violent against themselves*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

NETO, Osny Zaniboni. Estórias exemplares: representações do suicídio em baladas inglesas (1641-1797). *Brazilian journal of development*, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 580-601, 2021.

NUNES, Everardo Duarte. O Suicídio – reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, nº 14, p. 7-34, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Saulo Veiga. *O Suicídio de escravos em Campinas e na província de São Paulo (1870 –1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 371-388, 2008.

OLIVEIRA MENDES, Luís Antonio de. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil (1812). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 370, 2007.

*Os protocolos dos sábios de Sião*. Traduzido por Gustavo Barroso. São Paulo: Agência Minerva, 1936.

OSMAN, Mugtaba; PARNELL, Andrew C. Effect of the First World War on suicide rates in Ireland: an investigation of the 1864-1921 suicide trends. Cambridge, *BJPsych Open*, v.1, 2015.

PARREIRA, Vera Toste. *O suicídio em Freud*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada). Rio de Janeiro: ISOP/Fundação Getúlio Vargas, 1988.

PEIXOTO, Afrânio. *Elementos de medicina legal*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

PÉREZ JR., Louis A. *To die in Cuba: Suicide and society*. Chapel Hill, N.C.: The University of North Carolina Press, 2005.

PICK-GOSLAR, Hannah. *Minha amiga Anne Frank*. São Paulo: Buzz Editora, 2023.

PIOVESAN, Adriane. A morte e o morrer na guerra: os enterramentos dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, *Revista M.*, v.1, n. 2, 2016.

PORTO, Carla Lisboa. Por motivos íntimos: representações das mulheres em casos de suicídios publicados no jornal Correio da Manhã (1930-1935). In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Silêncios e transgressões: o protagonismo das mulheres brasileiras no século XX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de 'regeneração nacional' da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 1994.

RIDLEY, Jane. *George V: never a dull moment*. New York: Random House, 2021.

ROCHA, Davi Machado da. *A morte voluntária na medicina e na literatura fluminense (1835-1895)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca, SP: FCHS/UNESP, 2016.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. *Paixão da alma: o suicídio de cativos em Cuiabá (1854-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2010.

SALLES, Miguel Julio Dantas. *Homicídio ou suicídio?* Biblioteca do Boletim Policial. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1912.

SALGADO, Maria das Graças. Gender, memory and emotion in exile discourse: Stefan and Lotte Zweig's everyday life in the tropics. *Entrelaces*, v.1, n 18, 2019.

SAMUEL, Raphael. Escopofilia. *Projeto História*, São Paulo, nº 21, nov. 2000.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Da neurastenia ao estresse: notas para uma história das doenças nervosas. São Paulo, *Revista História*, n. 182, 2023.

SCHPUN, Mônica Raisia. *Justa, Aracy de Carvalho e o resgate de judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SEMLER, Susan Anne. *Uma morte privilegiada? Suicídio, História e Literatura nos Estados Unidos no final do século XIX*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1998.

SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras (1936-1972)*. Volume 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SERAINE, Florival. *Considerações sobre o autocídio*. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1936.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, volume 3, nº 1, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Deonísio da. *Lotte e Zweig*. São Paulo: Leya, 2012.

SILVA, Jiuvan Tadeu da. *O mito do judeu errante em Machado de Assis: entre a errância e a redenção – a reinvenção do imaginário e a subversão da cultura*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

SILVA, Maria do Carmo Mendonça. *Renúncia à vida pela morte voluntária: o suicídio aos olhos da imprensa no Recife dos anos 1950*. Dissertação (Mestrado em História). Recife, PE: CFCH/UFPE, 2009.

SILVA, Renata Prudêncio da. *As ciências de Afrânio Peixoto: higiene, psiquiatria e medicina legal (1892-1935)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SNYDER, Terri L. What historians talk about when they talk about suicide: the view from Early Modern British North America. *History compass* 5/2, 2007.

\_\_\_\_\_. *The power to die: Slavery and suicide in British North America*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

STENGEL, Erwin. *Suicide and attempted suicide* (Studies in Social Psychology). London: Macgibbon & Kee, 1965.

SORLIN, Pierre. *O antissemitismo alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

SOUZA, Douglas Henrique de. *Páginas policiais na imprensa assisense (1935-1939)*. Dissertação (Mestrado em História). Assis, SP: FCL/UNESP, 2018.

\_\_\_\_\_. A produção e os limites da estatística policial no Estado de São Paulo na década de 1930. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, Irati, v. 9, n.2, p.21-42, 2018.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888). *LPH - Revista de História*, Mariana, v. 1, n. 1, p. 80-89. 1990.

VERÍSSIMO, Erico. *O resto é silêncio*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943.

VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain; VIDAL, Dominique. Tradução: Carina Sartori. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). *Confins, Revista franco-brasileira de Geografia*, Projeto de pesquisa, nº 13, 2011.

VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Gallimard-Julliard, 1974.

WATT, Jeffrey R. (org.). *From sin to insanity: suicide in early modern Europe*. New York: Cornell University, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Guia prático de leitura de documentos judiciais*. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2021.

WEISSMANN, Lisette. Migração/exílio e a perda da língua materna. *Cad. Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 37, 2017.

World Health Organization. *Suicide in the world: global health estimates*. Switzerland: 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/suicide-in-the-world>.

WRIGHT, David; John WEAVER, John (org.). *Histories of suicide: international perspectives on self-destruction in the modern world*. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

YOUNG, Michael W. O Jasão da Antropologia: vida, obra e legado de Bronislaw Malinowski. *Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie*. Paris: Berosé, 2018.

## **Anexos**

### Anexo I: Casos de suicídios suspeitos dos jornais do Rio de Janeiro (1939-1945)

Caso	Nome	Ano
1	Matilde Braun	1939
2	Marcello Rizzi	1939
3	Godofredo Schiller	1939
4	Peter Karl Joseph Hubert Kreills	1940
5	Elisabeth Augusta Arndt	1940
6	João Werner Blumen	1940
7	Vera Rosemberg	1941
8	Alexandre Grebnef	1941
9	Felix Kehont	1941
10	Anna Sophie Heupp	1941
11	Rosa Schimitd	1941
12	Evandro Palermo	1942
13	Richard Stern	1942
14	Ernest Gunther Rouse	1942
15	Kurt Reik	1942
16	Ernesto Husback	1942
17	Lia Bherling	1942
18	Eurico Bom	1942
19	Regina Mendel	1943
20	Margot Eliza Buelan	1943
21	Johana Holzwarth	1943
22	Aanni Schimmel de Vit	1943
23	Miguel Houhann	1943
24	Aydore Ingres	1943
25	Fedor Gens	1943
26	Rodolpho Von Ruthland	1944
27	Malva Laiwigt	1944
28	Ezechna Blumental	1944
29	Irachora Ela Blumental	1944
30	Isaac Kaufmann	1945
31	Jonas Mancefeld	1945
32	Ilse Janne Schmidt	1945
33	Jonas Blumenfeld	1945
34	Gescklenderns	1945
35	Walter Vinkelmmann	1945
36	Majer Albroyt	1945
37	Ana Kanstenar	1945
38	Eugenia Herriet Lot	1945
39	Kurt Batzdoky	1945
40	Tereza Riviera	1945

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

**Anexo II: Amostra parcial da catalogação dos casos de suicídios publicados nos jornais do Rio de Janeiro (1939-1945)**

Caso	Nome	Causa	Título da notícia	Resumo	Extensão da narrativa	Localidade no jornal <i>A Noite</i>
1	Bela Sara Bluth	Guerra	“Desespero de mãe, temendo a sorte dos filhos que estão na Alemanha, mata-se uma senhora alemã”	Enforcou-se por conta das poucas esperanças de fazer os filhos virem para o Brasil.	Médio	Ed. 09897, 29 de agosto de 1939, p. 2.
2	Rosa Waginstock	Guerra	“Quem era a mulher loira, história dolorosa de um suicídio, o corpo foi encontrado por pescadores boiando nas águas da Guanabara	Jogou-se ao mar por saber da invasão alemã em seu país e temer pelos dois irmãos que moravam em Varsóvia.	Médio	Ed.09921, 22 de setembro de 1939, p. 2.
3	Desiderio Egressi	Guerra	“O casal escondeu os judeus que iam para Buenos Aires, tudo descoberto, marido e mulher mataram-se! As primeiras informações sobre o caso”	Casal de judeus suicidaram-se na delegacia da polícia marítima após serem detidos por ajudarem parentes a entrarem no Brasil.	Extenso	Ed. 10101 26 de março de 1940 p. 10

**Anexo III: Petição encaminhada ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)**

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2022.

Ao

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Departamento de Acervo Público

Departamento de Assessoria Jurídica

aperj@aperj.rj.gov.br e dai@aperj.rj.gov.br

**Referência:** Exames cadavéricos (necropsia e exumação) e exame de corpo delito produzidos entre os anos de 1939 a 1945 pelo Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro

**Assunto:** Consulta e/ou Fotocópia de Acervo

**DOUGLAS HENRIQUE DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, portador do RG/SSP-SP nº48.628.385-9, inscrito no CPF/MF nº 400.855.998-16, vem por meio desta EXPOR e REQUERER o que segue:

- A. O requerente é pesquisador do programa de pós-graduação em História, curso de Doutorado, do programa da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Assis, sob orientação da professora Doutora Tânia Regina de Luca;
- B. A pesquisa em questão tem como título “Suicídios motivados pela Segunda Guerra Mundial no Estado do Rio de Janeiro segundo jornais cariocas (1939-1945)”, e objetiva analisar as tentativas de suicídios e os que efetivamente se concretizaram no Estado do Rio de Janeiro, noticiados entre 1939 e 1945 em oito jornais cariocas - A Noite (1911-1964), Diário da Noite (1929-1961), Gazeta de Notícias (1875-?), O Jornal (1919-1974), Jornal do Comércio (1827-2016), Correio da Manhã (1901-1964), Jornal do Brasil (1891-2010) e Diário de Notícias (1930-1974) - cujas motivações declaradas consistiram nos efeitos da Segunda Guerra Mundial;

- C. A relevância e originalidade do tema são lógicas, e a pesquisa é financiada pela FAPESP, sob o processo nº 2020/12734-2;
- D. O aluno já realizou levantamento bibliográfico e de fontes, sendo que, deste prezado Arquivo, é necessário a análise e/ou fotocópias dos seguintes laudos, pertencentes ao Fundo do Instituto Médico legal:
1. 54987 Laudo Cadavérico, 54770 Melanie Egressi, Feminino, 27 de março de 1940, 58 anos de idade.
  2. 51363 Laudo Cadavérico, 51207, Felix Kohon, masculino, 12 de março de 1941, 44 anos de idade.
  3. 51346 Laudo Cadavérico, 51190, Alexandre Grebneff, masculino, 21 de março de 1941, 44 anos de idade.
  4. 40564 Laudo Cadavérico, 40563, Hans Werner Blumenthal, masculino, 5 de janeiro de 1940, 50 anos de idade.
  5. 31951 Laudo cadavérico, 31698, Matylda Braun, feminino, 26 de março de 1939, 57 anos de idade.
  6. 28811 Laudo cadavérico, 28643, Frederico Meissl, masculino, 04 de setembro de 1942, 41 anos de idade.
  7. 28812 Laudo Cadavérico, 28644, Evandro Palermo, masculino, 30 de outubro de 1942, 23 anos de idade.
  8. 28790 Laudo cadavérico, 28622, Kurt Reik, masculino, 11 de outubro de 1942, 35 anos de idade.
  9. 28766 Laudo cadavérico, 28598, Pedro Poliankoff, masculino, 15 de agosto de 1942, 42 anos de idade.
  10. 28650 Laudo cadavérico, 28482, Ernesto Kusback, masculino, 24 de novembro de 1942, 40 anos de idade.
  11. 28173 Laudo cadavérico, 30667, Ilse, feminino, 12 de maio de 1942, 4 meses, filha de Ernest Guenther Roes e Margarida Dolores.
  12. 26337 Laudo cadavérico, 26336, Jonas Blumenfeld, masculino, 13 de julho de 1945, 44 anos de idade.
  13. 26306 Laudo cadavérico, 26305, Majer Albroyt, feminino, 23 de agosto de 1945, 51 anos de idade.
  14. 26256 Laudo cadavérico, 26255, Izaac Kauffman, masculino, 11 de agosto de 1945, 35 anos de idade.

15. 26230 Laudo cadavérico, 26229, Walter Winckelman, masculino, 20 de agosto de 1945, 50 anos de idade.
16. 19473 Laudo cadavérico, 19184, Rosa Waznsztok, masculino?, 22 de setembro de 1939, 39 anos de idade, consta também o nome de Rosa Wajnsztok na documentação.
17. 19160 Laudo cadavérico, 18871, Godofredo Schiller, masculino, 19 de setembro de 1939, 29 anos de idade.
18. 18457 Laudo cadavérico, 18456, Bella Sara Bliith, feminino, 30 de agosto de 1939, 62 anos de idade.
19. 18392 Laudo cadavérico, 18391, Kurt Reiter, masculino, masculino, 4 de abril de 1940, 20 anos de idade.
20. 16540 Laudo cadavérico, 16456, Marcello Rizzi, masculino, 23 de julho de 1939, 44 anos de idade. Consta também Rizzo, Nacionalidade italiana.
21. 16532 Laudo Cadavérico, 16448, Irma Hirschfeld, feminino, 4 de agosto de 1939, 41 anos de idade, nacionalidade Alemã.
22. 15628 Laudo cadavérico, 15418, Lora Sara Freidenreich, feminino, 26 de junho de 1939, 58 anos de idade, nacionalidade alemã.
23. 14855 Laudo cadavérico, 14645, Albert Philip de Leeuw, masculino, 27 de dezembro de 1940, 38 anos de idade.
24. 13527 Laudo cadavérico, 13485, Desiderio Egressi, masculino, 27 de março de 1940, 62 anos, húngaro.
25. 11487 Laudo cadavérico, 11324, Luciano Ettiene, masculino, 21 de dezembro de 1939, 56 anos de idade, nacionalidade: francesa.
26. 9222 Laudo cadavérico, 9013, Alberto Hirschfeld, masculino, 18 de março de 1942, 20 anos de idade.
27. 3810 Laudo cadavérico, 3626, Vera Rosemberg, feminino, 26 de outubro de 1941, 47 anos de idade.

E. Analisando o endereço eletrônico que contém a descrição do citado arquivo, consta a “restrição” devido ao conteúdo com informações pessoais, respeitando a o item I, do parágrafo 1º do artigo 31 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm).

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - **terão seu acesso restrito**, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem. (Lei 12.527/2011 – grifos nossos).

- F. Ocorre que, o citado artigo desta Lei é claro em expressar as ocasiões em que O CONSENTIMENTO NÃO É EXIGIDO, conforme destaque:

Art. 31...

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º **não será exigido** quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - **à realização de estatísticas e pesquisas científicas** de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante. (Lei 12.527/2011 – grifos nossos).

- G. Deste modo, considerando que a consulta ora em questão se deve, EXCLUSIVAMENTE, para fins de pesquisa científica devidamente aprovada e financiada por agente de interesse público – FAPESP e UNESP, acredita-se na necessidade de aprovação da consulta pelo pesquisador Douglas Henrique de Souza;

- H. Nesse mesmo sentido, a LGPD (13.709/2018) descreve em artigo 7º, inciso IV, o caso de permissão da utilização de dados pessoais para a realização de pesquisa:

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

...

IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

- I. No mais, seguindo os preceitos de sigilo e confidencialidade, o pesquisador se compromete a não identificar os laudos com nome e sobrenome, de maneira a preservar a identificação da pessoa a que as informações se referirem, conforme preceito legal;
- J. Ainda sobre a utilização, o pesquisador nesse momento declara estar ciente de que será responsabilizado pelo uso indevido do material (Art. 32, §2º, lei 12.527/2011);

Diante do exposto, vem pelo presente REQUERER o acesso aos arquivos ora nomeados, do Instituto Médico Legal, guardados junto ao Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, para fins exclusivos de PESQUISA, com a manutenção do sigilo dos dados pessoais.

Caso não seja possível a Fotocópia (já excluído os dados sigilosos/pessoais), requer-se autorização para consulta física.

Por fim, solicita-se ser informado da decisão, por meio do e-mail: [doughenris@gmail.com](mailto:doughenris@gmail.com)

Nestes termos,

Solicita-se deferimento.

Atenciosamente,

---

**PRISCILA DAVID DOMINGOS**

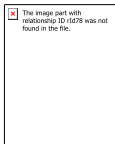
OAB/SP N° 260.421

---

**DOUGLAS HENRIQUE DE SOUZA**

CPF/MF n° 400.855.998-16

## **Anexo IV: Termo de autorização e responsabilidade de uso da documentação do Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro**



Governo do Estado do  
Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado  
da Casa Civil  
  
Arquivo Público do  
Estado do Rio de  
Janeiro

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, situado na Praia de Botafogo, 480, Botafogo, Rio de Janeiro, neste ato representado pelo Diretor Geral Antonio Joaquim Proença, ID Funcional 51253178, com fundamento no art. 5º, X, da Constituição Federal/1988 c/c Lei Federal nº 12.527/2011, no art. 31, *caput*, inciso II e §§ 2º e 3º, II; e na Lei Federal nº 13.709/2018, art. 7º, IV, autoriza Douglas Henrique de Souza, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 48.628.385-9, expedida pelo SSP/SP e do CPF/MF nº 400.855.998-16, residente e domiciliado na Rua Padre Gusmões, 1747, Tênis Clube, Assis, SP, pesquisador do Programa de Pós-graduação em História, do Curso de Doutorado, do Programa da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Assis, sob orientação da Professora Doutora Tania Regina de Luca, cuja pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP sob o processo nº 2020/12734-2, a acessar e utilizar, em caráter excepcional, a reprodução de 27 (vinte e sete) documentos integrantes do BR RJAPERJ IML - Instituto Médico Legal, cujos originais encontram-se sob custódia e guarda do APERJ, identificados pelas notações 1) 54987; 2) 51363; 3) 51346; 4) 40564; 5) 31951; 6) 28811; 7) 28812; 8) 28790; 9) 28766; 10) 28650; 11) 28173; 12) 26337; 13) 26306; 14) 26256; 15) 26230; 16) 19473; 17) 19160; 18) 18457; 19) 18392; 20) 16540; 21) 16532; 22) 15628; 23)

14855; 24)

13527; 25) 11487; 26) 9222; e 27) 3810, todos tratados, com proteção aos dados sigilosos e pessoais que possam permitir a identificação dos indivíduos, conforme determinação legal.

O presente Termo destina-se única e exclusivamente à finalidade da pesquisa científica para embasamento da tese do Doutorado supramencionado, sendo inteiramente vedadas quaisquer outras utilizações, bem como a cessão a terceiros.

A utilização deste material não gera nenhum compromisso, ônus ou ressarcimento, a qualquer preceito.

Declara o Requerente que está ciente de que autorizações relativas a direitos autorais e de imagem, quando pertinentes, devem ser solicitadas diretamente aos autores, retratados ou seus sucessores, bem como está ciente das restrições a que se referem os artigos 4º, 7º e 8º da Lei nº 5.562, de 20.10.2009; artigos 4º e 6º da Lei nº 8.159 de 08.01.1991; da Lei nº 9.610, de 19.02.1998; dos art. 138 a 145 do Código Penal, bem como da proibição, decorrente do artigo 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesse público ou científico, digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas.

O Requerente terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir do uso das reproduções fornecidas, bem como das informações nelas contidas, eximindo, conseqüentemente, de qualquer responsabilidade, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e seus agentes.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2022.

Antonio  
Joaquim  
Proença  
Diretor Geral  
ID 51253178

Douglas  
Henrique de  
Souza  
40085599816  
Requerente

**Anexo V: Termo de responsabilidade pelo uso e divulgação de informações da documentação do Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Termo de responsabilidade pelo uso e divulgação de informações  
Requerimento de acesso à informação nº **097/2022**

**Nome do requerente: Douglas Henrique de Souza**

Declaro que:

a) Responsabilizo-me integralmente e a qualquer tempo pela adequada utilização das informações a que tiver acesso e estou ciente de que posso vir a ser responsabilizado por danos morais e materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida dessas informações, isentando o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e seus servidores de qualquer responsabilidade a este respeito;

b) Estou ciente da proibição decorrente do art. 5º, X, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem de terceiros, bem como das restrições a que se referem os arts. 4º e 6º da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados); a Lei Estadual nº 5.562, de 20 de outubro de 2009 (dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Rio de Janeiro); a Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais); os arts. 138 a 145 do Código Penal; o art. 25, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação Pública), o Decreto Estadual nº 46.205, de 27 de dezembro de 2017 (regulamenta o procedimento de acesso à informação); o Decreto Estadual nº 44.131, de 21 de março de 2013 (reconhece conjuntos documentais como necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância), bem como legislação complementar pertinente;

c) Estou ciente da obrigatoriedade de, por ocasião da eventual divulgação das referidas informações, mencionar que os respectivos originais pertencem ao acervo custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ;

d) Estou ciente de que autorizações relativas a direitos autorais e/ou de imagem, quando pertinentes, devem ser solicitados aos autores ou retratados.

**Local e data: 7 de julho de 2022**

Assinatura: \_\_\_\_\_